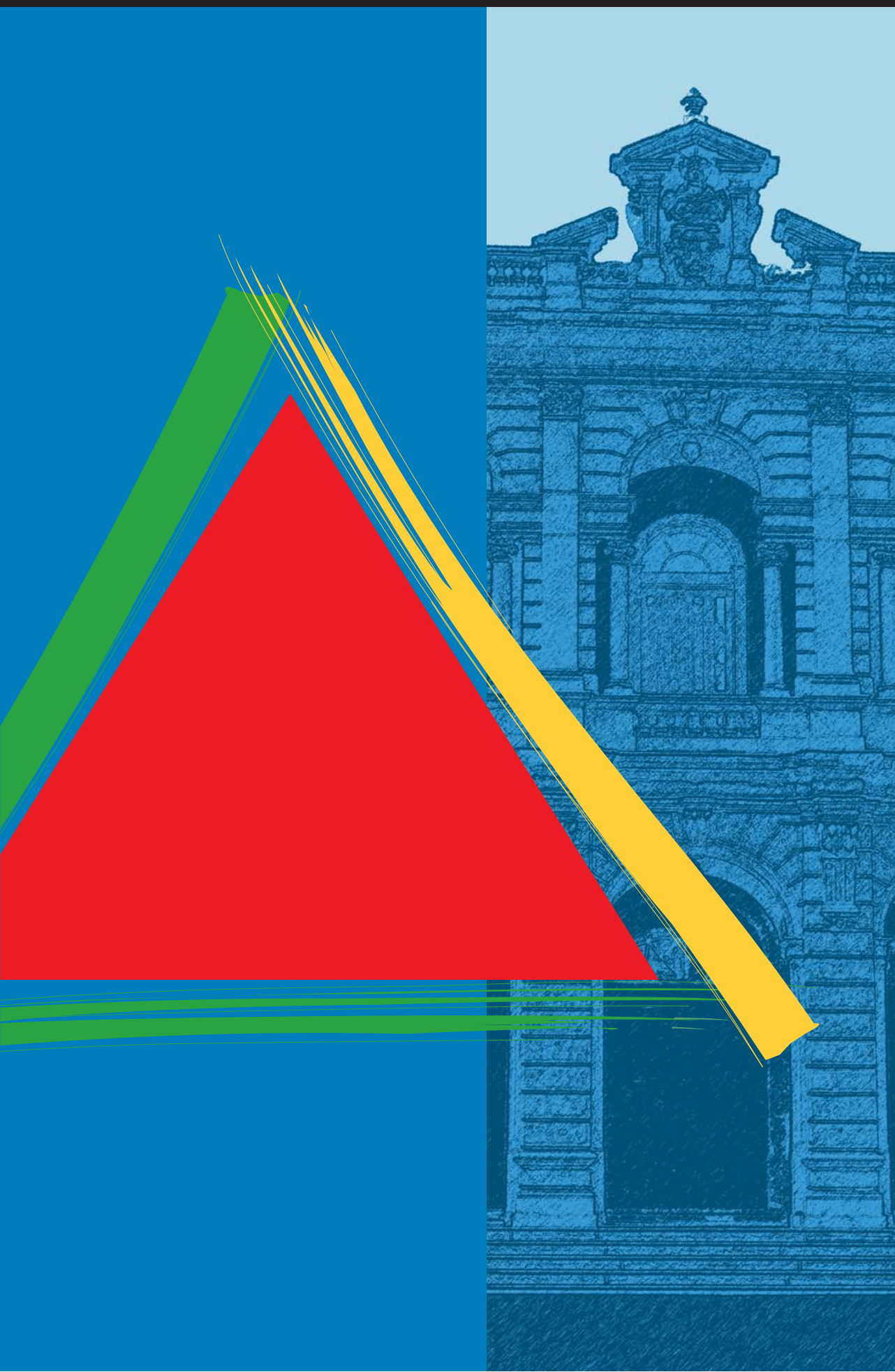




Governo do Estado de Minas Gerais



# Mensagem à Assembléia Legislativa

2004



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento  
Superintendência Central de Planejamento

## MENSAGEM DO GOVERNADOR

À

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada na reunião inaugural da  
segunda sessão legislativa ordinária  
da décima quinta legislatura

BELO HORIZONTE/MG  
2004

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
Superintendência Central de Planejamento  
Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Lourdes  
Belo Horizonte - MG  
30.180-140

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Planejamento e  
Gestão. Superintendência Central de Planejamento.

Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado de  
Minas Gerais: apresentada na reunião inaugural da segunda sessão  
legislativa ordinária da décima quinta legislatura. Belo Horizonte:  
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2004.  
356p.

1. Administração Pública - Minas Gerais. I. Título

CDU 353 (815.1)

APRESENTAÇÃO .....	7
QUADRO MACROECÔNOMICO .....	17
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA .....	19
DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS .....	35
SETOR PÚBLICO ESTADUAL .....	47
GOVERNADORIA DO ESTADO .....	49
GOVERNO .....	69
PLANEJAMENTO E GESTÃO .....	79
FAZENDA .....	109
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	123
TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS .....	153
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA .....	167
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR .....	177
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	195
AGROPECUÁRIA .....	211
TURISMO .....	229
REFORMA AGRÁRIA .....	241
DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS .....	247
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES .....	257
EDUCAÇÃO .....	275
SAÚDE .....	289
CULTURA .....	311
DEFESA SOCIAL .....	325
POLÍCIA MILITAR .....	335
BOMBEIROS MILITAR .....	343
POLÍCIA CIVIL .....	349



## APRESENTAÇÃO



Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

No cumprimento de uma tradição, e em obediência aos meus deveres constitucionais, encaminho a Vossas Excelências a Mensagem do Poder Executivo, relativa às nossas atividades no ano que se encerrou e aos projetos em andamento.

Apresentei, no início da sessão legislativa do último ano, as principais realizações do Governo que nos antecedeu e, ao final, registrei os principais desafios e diretrizes para este Governo. Venho hoje fazer um balanço do primeiro ano, antecipando que obtivemos um superlativo sucesso frente às metas estabelecidas. Obviamente, as dificuldades permanecem, pois encontramos o Estado com uma notória situação de restrições fiscais.

A situação encontrada em 2003 não pode ser creditada a um governo específico. Fatores como a estabilização de preços, o desequilíbrio federativo na repartição do bolo tributário e o excessivo engessamento das despesas fiscais resultaram em um quadro em que os gastos obrigatórios e irredutíveis consomem toda receita fiscal do Estado. Acredito que os governantes que me antecederam trabalharam arduamente na busca do requerido ajuste e, nesse processo contínuo, determinei aos membros do Governo austeridade nos gastos públicos e criatividade para viabilizar investimentos.

Iniciamos 2003 com o propósito de promover, de um lado, uma ampla reforma administrativa, com a racionalização da estrutura do Estado e, de outro, um trabalho incessante no incremento das receitas, arrecadadas diretamente pelo Estado ou provenientes de transferências da União, iniciando nossa missão de reequilíbrio do pacto federativo.

No tocante à reforma administrativa, destacam-se a redução do número de secretarias de 21 para 15, a extinção de cerca de 3 mil cargos e funções, a mudança no modelo de gestão com a fusão das áreas de planejamento, gestão e finanças e a redução das remunerações dos agentes políticos do Poder Executivo, inclusive do Governador. Ainda do lado da despesa, determinei um corte de gastos de R\$ 1 bilhão em março passado, corte esse viabilizado com a nova forma de gestão das despesas, que enfatiza a revisão de processos e mecanismos de leilão na aquisição de bens e serviços para o Governo, o que resultou em uma significativa redução do déficit fiscal em 2003, e o cumprimento das metas do acordo com o governo federal. Do lado da receita, foi iniciado o projeto estruturador de modernização da receita estadual, com a expectativa de aumentar a receita fiscal do Estado. As ações empreendidas possibilitaram um incremento de 7% na arrecadação das receitas fiscais em 2003 comparativamente ao exercício anterior, colocando os resultados obtidos em Minas Gerais acima da própria performance das atividades econômicas brasileiras, base geradora da arrecadação tributária do país.

Os resultados obtidos surpreenderam aos mais otimistas. Conseguimos quitar integralmente a gratificação de Natal dos servidores em dezembro de 2003. O rigor e eficiência no gasto público permitiram ainda inúmeras realizações em diversas



áreas. Não foram ações isoladas, mas resultado do planejamento estratégico promovido no início do Governo, no qual o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que presido, propôs uma visão de futuro e objetivos prioritários para o Estado de Minas Gerais. Este conselho, do qual participam membros do Governo e da sociedade civil, construiu o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), encaminhado à Assembléia em setembro último. Após discussões em audiências públicas, o PMDI foi aprimorado pela casa legislativa e sancionado por mim em janeiro deste ano.

O PMDI pretende estabelecer um norte para o Estado de Minas Gerais, alinhando todos os mineiros em torno do objetivo de tornar Minas um melhor Estado para se viver. Nesta visão de futuro está explícita nossa preocupação com a qualidade de vida dos cidadãos, expressa por indicadores de desenvolvimento humano, como emprego e renda, segurança, pobreza, saúde e educação. Colocamos em marcha, assim, nosso mote de campanha – Prosperidade: a face humana do desenvolvimento.

A partir deste objetivo maior de alçar Minas ao topo do desenvolvimento nacional, figuram como prioridades deste Governo:

- melhorar substancialmente a segurança dos mineiros, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- prover a infra-estrutura requerida por Minas Gerais, com ênfase na ampliação e recuperação da malha rodoviária e do saneamento básico;
- intensificar a atuação do Governo na gestão do meio ambiente, transformando-a em oportunidade para o desenvolvimento sustentável do Estado;
- melhorar e ampliar o atendimento ao cidadão, por meio da oferta de serviços públicos de qualidade, especialmente na educação, saúde e habitação;
- contribuir para a geração de empregos através de iniciativas e do incentivo a atividades que incluam jovens, mulheres e o segmento populacional maduro no mercado de trabalho;
- fomentar o desenvolvimento econômico estadual, com ênfase no agronegócio, de forma regionalizada e com mecanismos inovadores que não comprometam as finanças estaduais;
- reduzir as desigualdades regionais com prioridade para a melhoria dos indicadores sociais da região Norte e dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri;
- estabelecer um novo modo de operação do Estado, saneando as finanças públicas e buscando a eficácia da máquina pública, por meio de um efetivo “Choque de Gestão”;
- viabilizar novas formas de financiamento dos empreendimentos, construindo um novo marco legal, orientado para as parcerias público-privadas; e
- consolidar a posição de liderança política de Minas no contexto nacional.

Apresento, a seguir, as principais realizações no primeiro ano de Governo, organizando-as matricialmente pelas prioridades propostas, ilustração inequívoca de que trabalhamos em sintonia com suas prioridades.

Na área de Segurança Pública foi implementado, em 2003, o Projeto de Capacitação das Polícias que proporcionou, mediante treinamentos integrados entre policiais civis e militares, o aprimoramento dos seus profissionais, tendo como consequência a otimização dos serviços prestados. A implantação do Programa de Policiamento Comunitário e a viabilização do Projeto Olho Vivo em Belo Horizonte, que prevê a instalação de 91 câmeras na região central, representam esforços concretos da dinamização e interatividade das ações da Polícia Militar. Destaco ainda a criação da Guarda Penitenciária com a autorização do concurso para 3.197 vagas de agentes de segurança penitenciária.

Adicionalmente, a inauguração de três penitenciárias, localizadas em São Joaquim de Bicas, Pará de Minas e Uberlândia, aumentou em 24% a capacidade do sistema prisional em Minas Gerais. Prevê-se, para 2004, a conclusão das unidades penitenciárias de Juiz de Fora e Francisco Sá. Essas ações atenuaram o principal gargalo na segurança em Minas, o sistema prisional.

Por fim, e como ação de maior impacto de longo prazo, foram elaborados o Plano Emergencial de Segurança Pública, o Plano Estadual de Segurança Pública e o Plano Prisional 2004-2007, que contêm ações no sentido de melhorar substancialmente a segurança pública, sobretudo nos grandes centros urbanos do Estado. Este plano tem como programa estruturador a redução da criminalidade violenta, problema que cada vez mais aflige os mineiros.

O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, por intermédio de parcerias com governos municipais, alcançou uma melhor articulação e “capilaridade operacional”, reduzindo o tempo de resposta no atendimento às ocorrências e atendendo de forma efetiva a população mineira.

No setor de infra-estrutura, em 2003, a Cemig atuou em diversas obras de aproveitamento hidrelétrico (Queimado e Funil, Aimorés, Irapé, Pai Joaquim, Usina Termelétrica Barreiro e Capim Branco) e expansão dos sistemas de geração (3ª Unidade de Funil, Subestação SE Vespasiano 2, SE Bom Despacho 3 e SE Ipatinga 1) que deverão beneficiar consumidores mineiros das regiões Central, Vale do Aço e Zona da Mata. Em relação ao saneamento básico, foi ampliada a atenção para as áreas e segmentos não atendidos pela Copasa às populações afetadas pela seca (Norte, Jequitinhonha e Mucuri), além do convênio Sedru/Sedvan/Cedec/Copasa que disponibilizou R\$ 3 milhões para caminhões-pipa e instalação de poços nos 165 municípios da região. A Copasa investiu R\$201 milhões em 2003, realizando 58 mil novas ligações de água e 36 mil ligações de esgoto. As ações empreendidas vão ao encontro dos objetivos previstos no projeto estruturador “Saneamento Básico - Mais Saúde para todos 2004/2007”.

Em relação à gestão ambiental, importantes modificações foram introduzidas a fim de proporcionar maior agilidade nos procedimentos administrativos. As principais ações fazem parte do programa estruturador Gestão Ambiental do Século XXI. A regionalização do COPAM, visando à eficiência nos processos de licenciamento, e a implantação do Sistema Integrado de Informações Ambientais (SIAM), interligando os processos autorizativos e fiscalizatórios do IEF, IGAM e FEAM, constituem os principais exemplos. Somam-se a estas realizações os esforços de proteção e

conservação dos principais biomas do Estado, graças à implantação de planos de manejo e nucleação dos escritórios florestais do IEF. Da mesma forma, o Projeto Expansão da Base Florestal proporcionou a revitalização de áreas degradadas no Estado, incentivando o reflorestamento em parceria com produtores rurais.

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas, investindo na agilidade da gestão, organizou 19 comitês de bacias hidrográficas e concedeu 3.500 outorgas aos usuários de recursos hídricos. A organização destes comitês representa etapa essencial no âmbito do programa estruturador “Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”. Acrescenta-se a estas ações a conclusão de mais uma etapa do Programa Águas Vermelhas, de tratamento de resíduos sólidos, que beneficiou 25 mil habitantes em três cidades e 14 distritos. A crescente preocupação com esta temática gerou o Inventário de Resíduos Sólidos Industriais do Estado de Minas Gerais, realizado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), que deverá basear as políticas nacional e estadual de gestão de resíduos.

Na área da Educação, destaca-se a melhoria e ampliação do ensino fundamental e a universalização e melhoria do ensino médio, este último com foco na qualificação básica para o trabalho e preparação para estudos posteriores. Estes programas contemplam o Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa, que foi implantado em 81 escolas públicas da capital com a finalidade de torná-las mais bem equipadas para atender as necessidades educativas das crianças e jovens em risco social. O projeto beneficia 91.703 alunos do ensino fundamental e médio e envolve 7.529 professores. Adicionalmente, as escolas que ministram as séries iniciais do ensino fundamental estão recebendo recursos para material pedagógico e mobiliário escolar que atenderão às crianças de seis anos, com investimentos da ordem de R\$2.530.500,00. Buscando oferecer aos alunos uma formação acadêmica sólida, Minas Gerais foi o primeiro Estado a implantar o ensino fundamental com nove anos de duração, com a adesão de 497 municípios a este projeto. Além disso, o sistema estadual de educação se preparou para elevar em 25% as matrículas de crianças necessitadas de atenção especial em 2004. Em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, deu-se início ao Programa Quero Ler, que pretende implantar bibliotecas públicas em todos os municípios de Minas Gerais, e ao Programa de Educação Patrimonial, instrumento essencial de conscientização e proteção dos bens culturais.

Na área da Saúde, com aplicação de recursos do Tesouro Estadual em hospitais da rede SUS/MG, foi implantado o Programa de Fortalecimento e Melhoria de Qualidade dos Hospitais (PRÓ-HOSP). Destacam-se também a implantação do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica (Farmácia Básica) que atende a demanda gerada pelas ações prioritárias do Programa Viva Vida, mediante a distribuição de medicamentos básicos, e a regionalização do atendimento à saúde, projeto estruturador destinado a garantir à população maior acessibilidade aos serviços, a partir da utilização mais racional dos recursos e equipamentos tecnológicos. O fortalecimento e ampliação das equipes de saúde da família também figuram como ações estruturadoras na área da saúde em 2003.

Na área de Habitação, foi formulado o projeto estruturador “Lares Geraes 2004-2007”, que prevê investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão e a construção de 103 mil unidades habitacionais.

Graças às ações direcionadas de combate ao desemprego, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes implantou Centros Públicos de Promoção do Trabalho (CPPT) como um espaço de referência para acesso do trabalhador a todas as ações da política pública de trabalho e renda, com especial atenção para os jovens que buscam o primeiro emprego. Neste particular, cito a legislação do Primeiro Emprego, que incentiva a contratação de mão-de-obra com este perfil. Não posso também deixar de citar os resultados atingidos pelo Projeto Curumim, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Casa Lar e os Jogos do Interior de Minas Gerais (JIMI). Tais projetos objetivaram atender crianças, adolescentes e adultos, criando condições de inserção no mercado de trabalho e promoção do bem-estar social por meio de atividades de esporte, lazer e reforço escolar.

Na questão agrária, o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER) atuou na intermediação de conflitos agrários, na regularização das terras devolutas do Estado de Minas Gerais e na assistência aos assentados da reforma agrária, visando à democratização do acesso e à fixação do homem na terra.

Destaco ainda as atividades de fomento ao desenvolvimento econômico, empreendidas pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Em 2003, o BDMG aprovou R\$696,520 milhões em financiamentos a 4.691 clientes, em 409 municípios. Em decorrência desta atuação foram criados 8.848 postos de trabalho diretos. No segmento de micro e pequenos empreendimentos, o BDMG atendeu 4.559 clientes, incluindo financiamentos aos microprodutores rurais, com aprovações que somaram R\$111,160 milhões. Em parceria com a Secretaria de Turismo, foi criado o Fundo FUNDESE/ESTRADA REAL, visando à implantação de um fórum interestadual, o gerenciamento na qualidade de equipamentos e serviços, a mobilização e envolvimento dos investidores, a potencialização do Ecoturismo e a recuperação e manutenção de vias de acesso nos circuitos turísticos e na Estrada Real.

Ainda visando o fomento ao desenvolvimento econômico, foi reativado o Conselho Estadual de Política Agrícola (CEPA) e reorganizado o Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável (CEDRS) que, em sintonia com as diretrizes do governo federal, objetiva viabilizar as ações sustentadas da agricultura familiar. Estas ações são fundamentais para dar andamento às atividades previstas no projeto estruturador “Arranjos Produtivos Locais”. A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento promoveu o mapeamento do agronegócio no Estado, com discussões temáticas que resultaram no Acordo de Cooperação entre o Governo de Minas Gerais e o Banco do Brasil, disponibilizando para o Estado R\$ 2,1 bilhões, destinados ao custeio e investimento nos programas: Pró-Milho, Cinturão Verde, Fruticultura, Boi no Pasto, Oficinas Rurais, PROPEC e Revitalização da Cultura do Algodão no Norte de Minas. Além do apoio a estes projetos, as medidas implementadas pela revisão tributária incrementaram o setor sucroalcooleiro que, até 2007, investirá U\$ 215 milhões.

Na área de Ciência e Tecnologia, iniciaram-se as ações do projeto estruturador “Inclusão Digital”, cujo principal resultado foi a implantação de cinco projetos-piloto de Centros Vocacionais Tecnológicos, a fim de treinar cidadãos para o uso de recursos de informática.

Buscando a redução das desigualdades regionais, foi proposta pela Fundação João Pinheiro a reestruturação da Lei Robin Hood, a fim de melhorar o atendimento aos municípios e democratizar a informação para o Estado. Em 2003, foram consolidadas as mesas de gestão participativa e os comitês gestores dos programas de desenvolvimento humano, bem como a concepção do modelo de Metodologia de Desenvolvimento Territorial, com ênfase na intersectorialidade e estruturação da Rede de Governança Social.

A redução das desigualdades regionais representa ponto nevrálgico nas estratégias previstas no PMDI. As ações implementadas, em 2003, nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e no Norte de Minas comprovam o compromisso deste Governo com a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano na região. A Secretaria Extraordinária para Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri tem mobilizado esforços em promover a governança social, convocando a sociedade civil para a construção de parcerias que viabilizem projetos como o PRODETUR, Projeto Cultivar (Crédito Fundiário), Cidadão NET, Cidadão Nota Dez, Cozinhas Sertanejas, Artesanato em Movimento, Leite pela Vida e Plantando a Esperança. No âmbito do Plano de Desenvolvimento Territorial, foram contemplados, na área do IDENE, três territórios e atendidos 75 municípios.

O Projeto Jaíba, agricultura irrigada no Norte de Minas, concluiu importantes atividades em 2003, dentre elas o início das atividades produtivas do Jaíba I (192 toneladas diárias), a instalação de 64% dos equipamentos hidroeletrônicos, a aprovação *ad referendum* do Licenciamento Ambiental e a conclusão de quatro núcleos habitacionais no Jaíba II. Registre-se, de antemão, o superlativo sucesso do processo de licitação com uma demanda superior à oferta de adesão de irrigantes, em que foram colocados à venda 684 lotes, totalizando 16.700 hectares e foram recebidas 126 propostas dos irrigantes, num total de 17.700 hectares. Para 2004, estão previstas a distribuição dos lotes irrigáveis e a liberação das linhas de crédito, pelo BDMG, para o início das atividades produtivas no Jaíba II. Sem dúvida, 2003 foi o ano de renascimento do maior programa de agricultura irrigada da América Latina.

Com vistas a promover mudanças no modelo de gestão do Estado, foi concebido o projeto estruturador “Choque de Gestão: pessoas, qualidade e inovação na administração pública”. Ações implementadas em 2003 criaram condições legais para viabilizar este projeto, por meio da revisão do modelo de gestão dos recursos humanos, dos processos e rotinas administrativas, da compatibilidade entre estruturas organizacionais e funções e, acompanhando a tendência mundial, da parceria do terceiro setor e do setor privado na prestação de serviço público, com a avaliação do desempenho institucional e individual e a transparência da ação pública. É importante destacar que todo o arcabouço legal do projeto estruturador “Choque de Gestão” foi constituído a partir de um novo paradigma que prevê o alinhamento entre o desenvolvimento de pessoas, objetivos organizacionais e avaliação dos resultados das políticas públicas.

No intuito de incrementar as formas de financiamento dos empreendimentos públicos, o Governo do Estado vem promovendo parcerias com as diversas entidades de classe e com setor privado nacional e estrangeiro reabrindo as negociações com organismos financeiros e de fomento internacionais e elaborando formas de financiamento ao desenvolvimento que não comprometam as finanças estaduais. Destaca-se ainda, em 2003, a iniciativa de parcerias com o setor privado,

antes mesmo da existência do atual marco legal, com a consolidação de parcerias com empresas sucroalcooleiras situadas no Triângulo Mineiro para a construção e melhoria de estradas, beneficiando a população local e gerando ganhos de competitividade para o setor.

Diante do exposto, não poderia deixar de dirigir cumprimentos a cada membro do Governo pelo trabalho realizado e, principalmente, pelas importantes conquistas em cenário tão adverso. A superação de adversidades sintetiza, creio, o primeiro ano deste Governo. Reitero que não vencemos as principais dificuldades. O ano que se inicia será de austeridade, mas, com a consolidação das reformas implementadas em 2003, iniciaremos um novo ciclo de investimentos, sustentado pelas parcerias, incluindo recursos de operações externas de crédito, pelo investimento das empresas estatais e, quando for fundamental e inadiável, com investimento público direto. Para isso, criamos, com a participação dessa egrégia casa, uma carteira de *31 projetos estruturadores*, que objetivam mudar substancialmente a realidade do Estado, atuando como catalisadores do ciclo de desenvolvimento que desejamos.

Lembro que a opção por transparência deste governo nos fez propor um orçamento realista, com a previsão de R\$ 1,4 bilhão de déficit para este ano. No mesmo dia em que sancionei o orçamento, determinei, em respeito à lei de responsabilidade fiscal, um corte de 25% nas despesas de custeio do Governo. O corte foi superior ao efetuado no início de 2003, mas a maior eficácia nos gastos alcançada com o choque de gestão permitirá que os órgãos e entidades possam adequar-se e, ao mesmo tempo, executar eficientemente suas funções. Esta austeridade viabilizará o início dos investimentos ainda este ano.

Gostaria, enfim, de registrar que todas as realizações e as boas perspectivas alcançadas tiveram nas senhoras e senhores deputados atores imprescindíveis. Fomos muito bem acolhidos por essa casa e obtivemos respaldo legislativo em todos os projetos. As aprovações da reforma administrativa, incluindo o advento no Estado da figura das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), a criação da Codemig, do marco legal das parcerias público-privadas e a viabilização das taxas para melhoria dos serviços e para o equilíbrio fiscal são alguns exemplos da participação decisiva dos parlamentares no desenvolvimento do Estado. Destaco, também, a presença do executivo estadual nos debates legislativos para aprimoramento dos planos e do orçamento de 2004. Abrimos os planos para discussão com a sociedade por meio de audiências públicas e, efetivamente, incorporamos as principais propostas da sociedade nestes planos e no orçamento para 2004.

Espero, com fé, estar apresentando no próximo ano resultados superiores aos alcançados até aqui, mostrando que Minas caminha em ritmo acelerado para se tornar um exemplo para o Brasil, por sua capacidade de mobilização para superação de adversidades e recuperação social e econômica.

**AÉCIO NEVES DA CUNHA**  
Governador do Estado de Minas Gerais



## QUADRO MACROECONÔMICO





Os aspectos referentes ao desempenho econômico da economia mineira, durante 2003, são centrados no comportamento dos seguintes indicadores:

- Produto Interno Bruto Trimestral até o terceiro trimestre e considerações preliminares sobre suas perspectivas até o final do ano;
- evolução da Balança Comercial de janeiro a outubro;
- dinâmica do mercado de trabalho metropolitano (RMBH), por meio de dados amostrais primários levantados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), até novembro.

A economia mineira teve um desempenho econômico em 2003 fortemente pautado pela condução das políticas macroeconômicas federais. Na transição do governo central, os instrumentos da política macroeconômica utilizados em 2002 prosseguiram no primeiro semestre de 2003, contribuindo para aumentar o grau de confiabilidade do mercado externo. Assim, a elevação da taxa de juros interna e baixas taxas de juros internacionais garantiram o aumento do afluxo de capitais e valorização do real. As exportações continuaram em expansão e foram fundamentais para atenuar os impactos da política monetária restritiva, gradualmente suavizada no segundo semestre de 2003. O setor externo continua garantindo a expansão da atividade econômica, mas não o suficiente para evitar que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro sofresse o constrangimento das reduções do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo.

O aumento dos preços no varejo, decorrente da pressão dos preços administrados, deprimiu a renda real dos trabalhadores, principalmente no primeiro semestre do ano, e, junto com os impactos contencionistas das diretrizes econômicas, refrearam o consumo e estenderam seus efeitos a todas as atividades fundamentadas no mercado interno.

A melhora da percepção do risco - Brasil em 2003, a manutenção das taxas de juros internacionais em patamares baixos, o desfecho surpreendentemente rápido do conflito Estados Unidos - Iraque e a redução do preço do petróleo no mercado externo impediram maiores agravos nas economias brasileira e mineira durante o ano.

### **Comportamento do PIB**

A economia mineira, submetida a este cenário, sofreu um revés no primeiro semestre de 2003, apresentando queda acumulada durante o ano de 0,4% contra um crescimento correspondente de 0,4% no país. Conforme os Gráficos 1 e 2, pode-se observar que, durante 2002, Minas e Brasil caminhavam em sintonia em termos de crescimento, harmonia que foi rompida em 2003, quando a transição do governo federal impactou significativamente a economia mineira. Cumpre ressaltar que também o indicador nacional sofreu uma inflexão no crescimento.

Por setores de atividade, os resultados no primeiro semestre, para Minas Gerais, sinalizaram o discreto crescimento da agropecuária, de 3,2%, decorrente da quebra da safra cafeeira. A indústria, após uma pequena recuperação no final de 2002,

voltou a registrar taxa negativa (-2,0%) e serviços interrompeu período de crescimento, ainda que discreto, com declínio de 0,4% (Tabela 2 e Gráficos 3 a 5).

No terceiro trimestre de 2003, a economia mineira registrou pequena recuperação de 0,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 1). O acumulado do ano, porém, ainda permaneceu negativo (-0,2%), resultado semelhante ao comportamento da brasileira que apresentou queda de 0,3% (Tabela 1 e Gráfico 2). O desempenho estadual neste trimestre teria sido melhor não fosse o recuo acentuado da agropecuária de 10,2%, que anulou a reversão favorável nos setores industrial e de serviços: aumentos de 1,7% e 0,8%, respectivamente (Tabela 2 e Gráficos 3 a 5).

**TABELA I**  
**TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), A PREÇOS DE MERCADO**  
**MINAS GERAIS E BRASIL - 2002-2003**

TAXA DE CRESCIMENTO	MINAS GERAIS						BRASIL					
	2002			2003			2002			2003		
	TRIMESTRE			TRIMESTRE			TRIMESTRE			TRIMESTRE		
	2º	3º	4º	1º	2º	3º	2º	3º	4º	1º	2º	3º
Trimestral (1)	0,89	3,23	4,26	0,11	(0,86)	0,24	1,39	2,95	3,88	1,86	(1,07)	(1,48)
Acumulada no ano (2)	0,26	1,26	1,98	0,11	(0,40)	(0,18)	0,45	1,29	1,93	1,86	0,36	(0,28)
Acumulada em quatro trimestres (3)	(0,73)	0,53	1,98	2,11	1,64	0,88	0,14	0,79	1,93	2,52	1,88	0,74

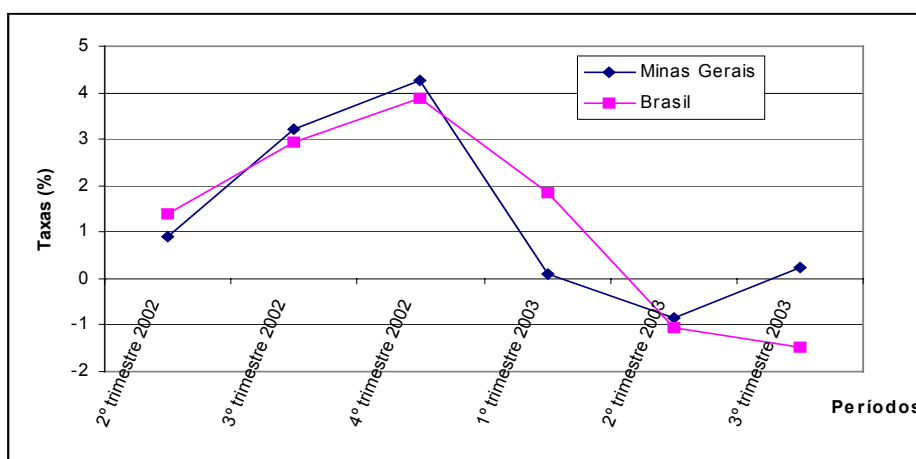
Fontes: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Contas Nacionais (DECNA)

(1) Compara o trimestre de referência a igual trimestre do ano anterior.

(2) Compara os trimestres do ano em curso com igual período do ano anterior.

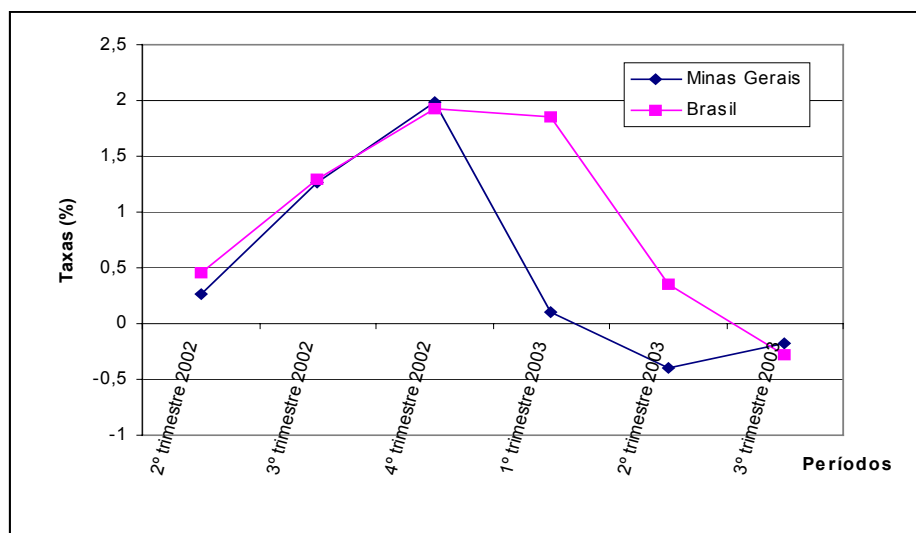
(3) Compara o acumulado nos últimos quatro trimestres de referência a igual período imediatamente anterior.

Gráfico 1  
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL (I),  
A PREÇOS DE MERCADO  
MINAS GERAIS E BRASIL - 2002-2003



Fontes: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Contas Nacionais (DECNA). Nota: (I) Compara o trimestre de referência a igual trimestre do ano anterior.

Gráfico 2  
TAXAS DE CRESCIMENTO ACUMULADAS NO ANO DO PBI TRIMESTRAL,  
A PREÇOS DE MERCADO  
MINAS GERAIS E BRASIL - 2002-2003



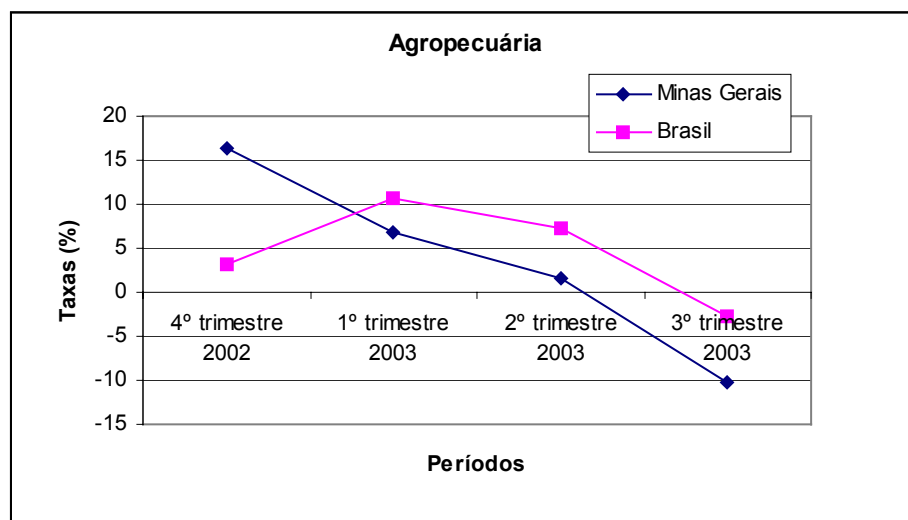
Fontes: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Contas Nacionais (DECNA)

**TABELA 2**  
**TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), A PREÇOS BÁSICOS,**  
**SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA MINAS GERAIS E BRASIL – 2002-2003**

ESPECIFICAÇÃO	TRIMESTRAL				ACUMULADA AO LONGO DO ANO				ANUALIZADA			
	2002	2003			2002	2003			2002	2003		
	TRIM.	TRIMESTRE				TRIMESTRE				TRIMESTRE		
	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º
<b>Minas Gerais</b>												
Agropecuário	16,36	6,92	1,64	(10,17)	19,92	6,92	3,22	(1,15)	19,92	15,02	7,34	0,87
Industrial	6,60	(1,33)	(2,67)	1,65	0,55	(1,33)	(2,01)	(0,71)	0,55	1,99	2,10	1,09
Serviços	1,38	(0,29)	(0,56)	0,84	1,16	(0,29)	(0,43)	0,00	1,16	0,87	0,51	0,35
<b>Brasil</b>												
Agropecuário	3,20	10,58	7,34	(2,80)	5,54	10,58	8,84	5,05	5,54	6,89	7,16	4,66
Industrial	8,00	3,33	(3,48)	(1,61)	2,57	3,33	(0,20)	(0,70)	2,57	4,18	2,96	1,42
Serviços	1,83	0,22	(0,30)	(0,80)	1,62	0,22	(0,05)	(0,30)	1,62	1,31	0,96	0,23

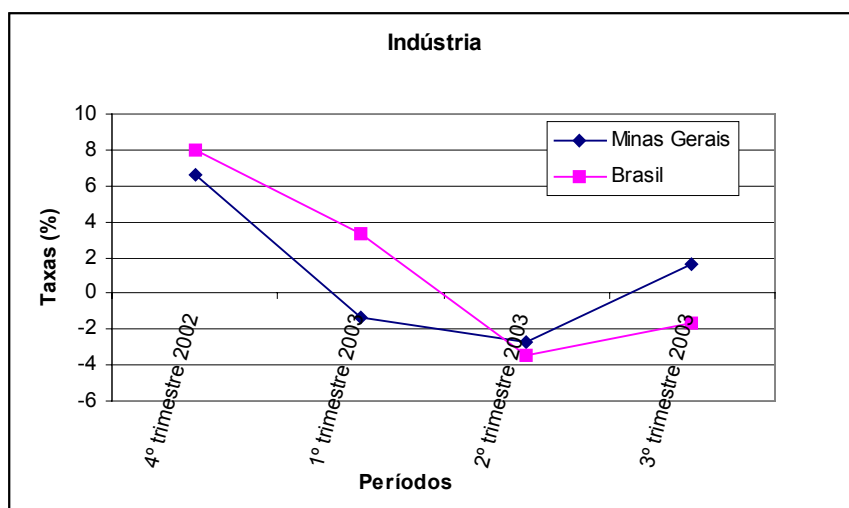
Fontes: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Contas Nacionais (DECNA)

**Gráfico 3**  
**TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL**  
**DA AGROPECUÁRIA(1), A PREÇOS BÁSICOS**  
**MINAS GERAIS E BRASIL - 2002-2003**



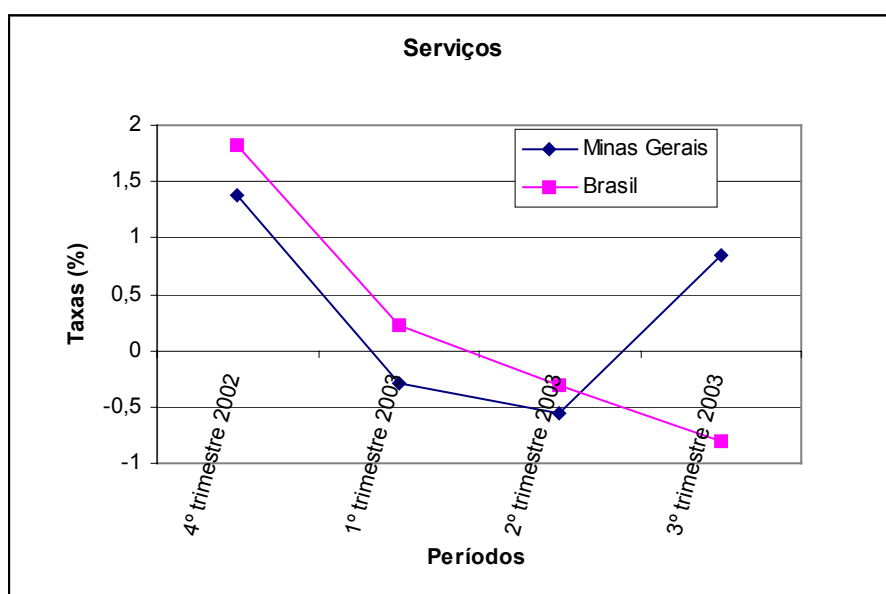
Fontes: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Contas Nacionais (DECNA)

Gráfico 4  
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL  
INDUSTRIAL, A PREÇOS BÁSICOS  
MINAS GERAIS E BRASIL - 2002-2003



Fontes: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Contas Nacionais (DECNA)

Gráfico 5  
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL  
DOS SERVIÇOS, A PREÇOS BÁSICOS  
MINAS GERAIS E BRASIL - 2002-2003



Fontes: Dados básicos: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Contas Nacionais (DECNA)

O decréscimo no valor adicionado da agropecuária no terceiro trimestre foi causado principalmente pelo baixo desempenho na produção vegetal (-19%), influenciado, sobretudo, pela queda de 31% da safra de café. Os acréscimos esperados nas produções de grãos (13,9%) e animal (5,1%) não foram suficientes para reverter o comportamento trimestral.

No acumulado do ano, a agropecuária mineira registrou o decréscimo de 1,2%, decorrente das taxas da produção vegetal, -7,9%, e da animal, 5,1%. A brasileira apresentou declínio de 2,8% no trimestre (queda da safra cafeeira, baixos desempenhos das lavouras de arroz, batata-inglesa, cebola, laranja e mandioca, não compensados pelos bons resultados da pecuária).

A queda substantiva da safra de café de 2003 deveu-se ao caráter cíclico de produção da lavoura, que impõe, para esta safra, baixa produtividade, além da falta de tratos culturais, condições climáticas desfavoráveis nos períodos das floradas e abandono e/ou substituição das lavouras em função dos baixos preços praticados nos últimos anos. Também fatores externos (Vietnã e Colômbia), ligados à comercialização internacional do produto, além da queda da safra brasileira, não sensibilizaram o mercado de forma a compensar as perdas do produto mineiro.

TABELA 3  
SAFRA AGRÍCOLA - MINAS GERAIS – 2001/2002-2002/2003 (I)

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		VARIAÇÃO (%)
	2001/2002	2002/2003	
Sorgo	60.213	231.846	285,04
Mamona	971	1.377	41,81
Trigo .	23.544	32.728	39,01
Alho	26.669	34.057	27,70
Soja.	1.951.342	2.292.881	17,50
Cana-de-açúcar .	18.230.733	20.759.284	13,87
Cebola .	70.819	79.151	11,77
Milho.	4.808.170	5.337.613	11,01
Batata inglesa ..	943.795	1.020.066	8,08
Feijão	496.441	536.559	8,08
Tomate .	637.219	665.862	4,50
Mandioca	858.796	851.348	(0,87)
Laranja..	4.021.523	3.852.904	(4,19)
Algodão herbáceo	90.588	85.333	(5,80)
Arroz .	212.122	191.007	(9,95)
Banana (3).	46.665	41.953	(10,10)
Abacaxi (2)	315.682	277.528	(12,09)
Uva	16.184	13.455	(16,86)
Fumo .	1.480	1.038	(29,86)
Café	2.602.058	1.796.670	(30,95)
Amendoim.	10.612	4.180	(60,61)

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias de Minas Gerais (GCEA -MG)

Das lavouras acompanhadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), chamam particularmente a atenção por seus desempenhos altamente positivo e negativo, o sorgo e o amendoim, conforme demonstrado na tabela 3.

O sorgo granífero foi o grande destaque com a variação de 285% na produção. Além de ser mais uma opção de ingrediente energético na formulação de rações, este cereal, por sua grande tolerância à seca, tem sido recomendado para o sistema de rotação de culturas. O amendoim apresentou o maior declínio devido ao fato de Uberaba, maior produtor do estado, ter destinado grande parte de sua área à soja.

É importante considerar ainda que, com exceção do feijão, todas as lavouras que apresentaram produções superiores às da safra anterior registraram aumentos na área colhida: o crescimento foi devido a incentivos fiscais (mamona e cana-de-açúcar), trigo e sorgo (rotação de culturas) e preços atraentes (soja e milho). Dos produtos pesquisados com previsão de quedas na produção, destacam-se ainda o *arroz* (não conseguindo competir com o produto do Sul do país, tanto em termos de preços quanto de qualidade), a *laranja* (abandono de lavouras na região de Alfenas e a queda de produtividade no Triângulo, devido à incidência da *morte súbita*).

A bovinocultura de corte cresceu 7,1% no ano e as exportações, 64,0% em termos de volume, o que, no entanto, representou apenas 1,9% das exportações brasileiras. Apesar de possuir o segundo rebanho nacional livre de febre aftosa com vacinação, Minas Gerais tem apresentado baixa e decrescente participação nas exportações de carne bovina do país, que pode ser atribuída à falta de frigoríficos equipados para o abate em padrões internacionais. Os estabelecimentos abatedores e processadores mineiros, além de arcarem com carga tributária maior, estão pagando menos que os outros estados. Dessa maneira, a maioria do gado sai “em pé” com destino a frigoríficos de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A suinocultura continua em crescimento (17,2% no acumulado do ano), destacando-se a recuperação dos preços de exportação no último trimestre em análise, que cresceram 124,7%, comparando o período de janeiro a setembro de 2003 contra o de 2002.

A avicultura, também em trajetória ascendente no acumulado do ano, cresceu 5,9% e as exportações do estado caíram 16,4% e 14,9%, em termos de volume e valor, respectivamente, significando 2,6% do volume exportado pelo país. Os problemas são semelhantes aos da carne bovina. Minas não é, tradicionalmente, exportador de frangos e, para consolidar uma posição mais efetiva, é necessário maior volume de inversões. A principal dificuldade tem sido a redução das exportações para a Rússia, segundo maior importador mundial de carne de frangos.

A produção de leite cresceu apenas 3,2% no acumulado do ano, refletindo, ainda, os baixos preços praticados pelo produtor, bem como a migração para outras atividades mais rentáveis, já que esta não tem proporcionado níveis satisfatórios de remuneração. Atualmente, o custo de produção tem variado entre 45 e 55 centavos por litro, ao passo que os valores pagos pela indústria têm oscilado entre 40 e 52 centavos.



As medidas de incentivo fiscal anunciadas pelo governo, com o objetivo de impulsionar o agronegócio, que beneficiaram vários setores, inclusive o leiteiro, incluem o incentivo à industrialização do leite, impedindo a fuga de investimentos e, para o setor pecuário e agroindustrial, prevêem a isenção do ICMS nas vendas internas do leite tipo A, B, C e Longa Vida.

O setor industrial mineiro esteve reprimido pela conjuntura de altas taxas de juros, elevada carga tributária, desemprego acentuado e renda do trabalho reduzida. Esse quadro tem afetado negativamente a demanda interna e desestimulado novas inversões. Em face da lenta recuperação do mercado doméstico, as empresas com potencial exportador têm prioritariamente orientado sua produção para o mercado internacional. A valorização do real frente ao dólar, apesar de diminuir a lucratividade de alguns setores, não afetou o volume exportado.

A leve flexibilização da política monetária contribuiu para a ligeira recuperação de 1,7% da indústria mineira no terceiro trimestre de 2003 em relação ao mesmo período do ano anterior. Para grande parte das empresas, no entanto, essa recuperação tem inicialmente servido para redução dos estoques acumulados ao longo do primeiro semestre e, mantidos o comportamento ascendente do setor e a confiança, deveria finalmente se traduzir em aumento da produção. O acumulado do ano até ao final do terceiro trimestre manteve-se negativo em 0,7%.

Composto pelos subsetores extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública (SIUP), o setor industrial tem participação de aproximadamente 43% no PIB estadual.

A indústria de transformação, a mais representativa dentre os subsetores industriais, cresceu apenas 0,5% no terceiro trimestre (Tabela 4), apresentando queda de -2,3% no acumulado do ano. As produções físicas de gêneros de peso relevante nessa classe industrial tiveram pequena expansão neste período: material de transporte, 2,1%; produtos alimentares, 1,4%; e química, 1%. Cabe ressaltar que o desempenho da indústria de transformação foi negativo nos dois primeiros trimestres do ano, com quedas de 3,6% e 4,15%. No primeiro semestre, dentre os gêneros de baixa performance destacaram-se as indústrias de alimentos, material de transporte e minerais não-metálicos, responsáveis por 36% do valor adicionado da indústria de transformação. O nível ainda elevado da taxa de juros e a queda da renda real afetaram pesadamente estes setores direcionados ao mercado interno. A Fiat reduziu sua produção em 17,1% e suas vendas recuaram 16,6%.

O aumento de 5,7% na produção da Fiat durante o terceiro trimestre aponta para a reação do segmento material de transporte, que ocorreu em razão de fatores como queda do IPI e redução dos juros básicos que induziram o consumidor a uma maior confiabilidade e disposição para financiamento.

A indústria de produtos alimentares teve seu desempenho favorável, pelo lado da demanda, associado à redução da inflação, especialmente quanto aos preços dos alimentos.

O gênero minerais não-metálicos, bastante representativo, ainda apresentou no terceiro trimestre retração de 8,5%, fortemente influenciada pela quedas respectivas de 3,2% e 12,3% na produção e no consumo de cimento.

O segmento metalurgia seguiu embalado pelo desempenho no mercado externo e cresceu 5,5% no terceiro trimestre, o quinto aumento consecutivo. Durante o primeiro semestre sua produção física cresceu 7,8%. O segmento da siderurgia, com a conclusão do ciclo de modernização e expansão iniciado com as privatizações, hoje consolida a posição mundial de oitavo parque siderúrgico.

A indústria extrativa mineral, também atrelada às exportações principalmente para o mercado asiático, teve expansão no primeiro semestre de 6,9%, mas de apenas 1,9% no terceiro trimestre, bastante inferior às registradas nos anteriores. O crescimento econômico da China tem sustentado a demanda por minério de ferro, cujos preços continuam em alta.

O segmento serviços industriais de utilidade pública (água e energia elétrica) cresceu 10,3% durante o primeiro semestre e continua em expansão, com a melhor *performance* dentre todos os segmentos da indústria mineira no terceiro trimestre (16,4%) acumulando crescimento de 12,5% no ano. O serviço de abastecimento de água, que compõe 15% do setor, teve retração no último trimestre de 0,4%. Porém, a geração e o consumo de energia elétrica aumentaram 65,3% e 16,9%, respectivamente.

A construção civil decresceu 3,5% durante o primeiro semestre e continuou em declínio no terceiro trimestre (0,7%), embora em montante inferior às retrações do primeiro e segundo trimestres. A ausência de investimentos governamentais, a escassez de crédito, juros elevados e a queda da renda da população continuam penalizando fortemente o setor, que acumulou queda anual de 2,5% ao final do terceiro trimestre.

O quadro geral de desaquecimento da economia, em especial da indústria, vivendo um clima de incertezas e expectativas, não estimulou o setor serviços, que, no entanto, cresceu 0,8%, revertendo a trajetória de queda do primeiro semestre (0,5%), zerando o seu desempenho anual. Alguns ajustes parecem já demonstrar efeitos positivos, impactando alguns subsetores que reagiram timidamente no terceiro trimestre deste ano.

A pequena recuperação de 0,2% do comércio no terceiro trimestre, após acumular decréscimo de 5,2% durante o primeiro semestre, pode ser atribuída ao aumento sazonal da demanda, à instituição de linhas facilitadas de crédito popular para eletrodomésticos pelo governo federal, ao arrefecimento da inflação, bem como ao clima otimista criado pela redução dos juros básicos, com tendência de maiores quedas, que incentivaram a contratação de crédito.

Diante de uma alta base de comparação, o segmento comunicações recuou 4,1% durante o terceiro trimestre, basicamente devido às indefinições regulatórias que estimulam a concorrência na telefonia local residencial, ao desaquecimento da economia e à retração dos investimentos estrangeiros nas telecomunicações, que vêm influenciando negativamente o desempenho dessa atividade. Durante o primeiro semestre este segmento já havia acumulado uma pequena retração de 0,1%.

**TABELA 4**  
**TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) A PREÇOS BÁSICOS, SEGUNDO SETORES DE**  
**ATIVIDADE ECONÔMICA**  
**MINAS GERAIS - 2002-2003**  
**(%)**

ESPECIFICAÇÃO	2002				2003		
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
TAXA TRIMESTRAL EM RELAÇÃO A IGUAL TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR							
<b>Agropecuário</b>	<b>35,69</b>	<b>20,32</b>	<b>12,87</b>	<b>16,36</b>	<b>6,92</b>	<b>1,64</b>	<b>(10,17)</b>
<b>Industrial .</b>	<b>(6,78)</b>	<b>(2,99)</b>	<b>5,64</b>	<b>6,60</b>	<b>(1,33)</b>	<b>(2,67)</b>	<b>1,65</b>
Extrativa mineral.	(4,82)	1,22	10,62	23,74	5,86	7,86	1,94
Transformação.	(5,00)	(4,12)	3,35	5,55	(3,60)	(4,15)	0,54
Serviços ind. util. pública	(10,00)	8,42	34,41	22,52	11,83	8,89	16,36
Construção ..	(9,76)	(5,26)	1,38	1,92	(1,92)	(4,94)	(0,72)
<b>Serviços</b>	<b>0,88</b>	<b>0,88</b>	<b>1,49</b>	<b>1,38</b>	<b>(0,29)</b>	<b>(0,56)</b>	<b>0,84</b>
Comércio .	(3,27)	(2,16)	1,89	1,11	(4,18)	(6,09)	0,23
Transportes	(1,54)	(1,01)	(0,13)	3,43	(3,63)	(3,18)	(0,21)
Comunicações .	8,32	6,05	8,19	(1,44)	(1,21)	1,01	(4,07)
Aluguéis	4,04	2,24	(0,37)	0,86	(0,34)	(0,57)	1,71
Outros Setores(I)	0,42	1,02	1,74	1,80	1,43	1,43	1,33
<b>PIB</b>	<b>-0,26</b>	<b>0,84</b>	<b>3,88</b>	<b>4,84</b>	<b>-0,47</b>	<b>-0,67</b>	<b>0,05</b>
TAXA ACUMULADA ATÉ O TRIMESTRE EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR							
<b>Agropecuário</b>	<b>35,69</b>	<b>24,54</b>	<b>20,47</b>	<b>19,92</b>	<b>6,92</b>	<b>3,22</b>	<b>(1,15)</b>
<b>Industrial</b>	<b>(6,78)</b>	<b>(4,88)</b>	<b>(1,40)</b>	<b>0,55</b>	<b>(1,33)</b>	<b>(2,01)</b>	<b>(0,71)</b>
Extrativa mineral.	(4,82)	(1,76)	2,31	6,96	5,86	6,90	5,14
Transformação	(5,00)	(4,56)	(1,93)	(0,12)	(3,60)	(3,88)	(2,33)
Serviços ind. util. pública	(10,00)	(1,20)	9,21	12,37	11,83	10,29	12,47
Construção	(9,76)	(7,50)	(4,47)	(2,85)	(1,92)	(3,47)	(2,47)
<b>Serviços</b>	<b>0,88</b>	<b>0,88</b>	<b>1,08</b>	<b>1,16</b>	<b>(0,29)</b>	<b>(0,43)</b>	<b>0,00</b>
Comércio	(3,27)	(2,71)	(1,17)	(0,59)	(4,18)	(5,15)	(3,29)
Transportes	(1,54)	(1,26)	(0,86)	0,19	(3,63)	(3,40)	(2,27)
Comunicações	8,32	7,17	7,52	5,18	(1,21)	(0,10)	(1,47)
Aluguéis	4,04	3,12	1,94	1,67	(0,34)	(0,45)	0,27
Outros Setores (I)	0,42	0,72	1,06	1,24	1,43	1,43	1,39
<b>PIB.</b>	<b>-0,26</b>	<b>0,32</b>	<b>1,51</b>	<b>2,31</b>	<b>-0,47</b>	<b>-0,57</b>	<b>-0,36</b>
TAXA ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 4 TRIM. EM RELAÇÃO AOS 4 TRIM. IMEDIATAMENTE ANTERIORES							
<b>Agropecuário</b>	<b>9,27</b>	<b>17,00</b>	<b>19,37</b>	<b>19,92</b>	<b>15,02</b>	<b>7,34</b>	<b>0,87</b>
<b>Industrial</b>	<b>(5,73)</b>	<b>(6,02)</b>	<b>(2,96)</b>	<b>0,55</b>	<b>1,99</b>	<b>2,10</b>	<b>1,09</b>
Extrativa mineral	(12,18)	(9,73)	(4,17)	6,96	9,78	11,55	9,10
Transformação	(2,82)	(4,81)	(3,19)	(0,12)	0,28	0,32	(0,39)
Serviços ind. util. pública	(19,73)	(13,47)	1,42	12,37	18,72	18,62	14,70
Construção	(4,53)	(4,77)	(3,62)	(2,85)	(0,91)	(0,77)	(1,33)
<b>Serviços</b>	<b>2,14</b>	<b>1,65</b>	<b>1,33</b>	<b>1,16</b>	<b>0,87</b>	<b>0,51</b>	<b>0,35</b>
Comércio	0,69	(1,14)	(0,94)	(0,59)	(0,79)	(1,75)	(2,16)
Transportes	0,19	(0,41)	(1,20)	0,19	(0,28)	(0,83)	(0,85)
Comunicações	12,83	10,65	9,15	5,18	2,81	1,60	(1,46)
Aluguéis	2,64	3,00	1,99	1,67	0,59	(0,11)	0,41
Outros Setores(I)	0,68	0,73	1,01	1,24	1,49	1,60	1,49
<b>PIB</b>	<b>-0,82</b>	<b>-0,57</b>	<b>0,81</b>	<b>2,31</b>	<b>2,26</b>	<b>1,85</b>	<b>0,86</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

(I) Inclui Alojamento e Alimentação, Instit. Financeiras, Adm. Pub., Educ.e Saúde, Serv. domésticos e Outros serviços.

O segmento transportes manteve-se praticamente estável, com pequena retração de 0,2% durante o terceiro trimestre. Todavia, foi bem mais favorável do que o evidenciado durante o primeiro semestre, quando houve queda acumulada de 3,4%. A forte dependência deste segmento quanto ao comportamento da economia em seu conjunto, em especial dos setores produtores de bens, corrobora o fraco desempenho.

O encerramento de 2003 foi marcado pela combinação de estabilidade econômica com inflação em queda, redução dos compulsórios e do risco-país, sucessivas quedas na taxa Selic, atingindo o percentual de 16,5% em dezembro e câmbio estável, altamente favorável às exportações. Contudo a recuperação dos indicadores financeiros não conseguiu reverter o baixo nível da atividade econômica que, praticamente estagnada, com altos níveis de desemprego, queda no rendimento do trabalhador, elevada carga tributária, afetou sobremaneira a demanda interna e os investimentos.

A economia mineira, como parte integrante da brasileira, está subordinada às mesmas orientações de política econômica, não dispondo de graus de liberdade suficientes para tomadas de decisão, a não ser na margem.

A agropecuária, cujo impacto no desempenho de PIB se dá nos segundo e terceiro trimestres, manterá queda na sua atividade principalmente pelo desaquecimento de seu principal produto, o café.

No setor industrial, os resultados divulgados pelo IBGE no acumulado até novembro, mostram uma queda de 1,6% na indústria de transformação, que responde com cerca de 25% da geração de renda no estado. Os segmentos relacionados à exportação (extrativa mineral, metalurgia, material de transporte, têxtil, etc.), que investiram na qualidade do produto para competir no mercado internacional, não conseguiram reverter a tendência de desaceleração deste segmento. O subsetor de construção civil, pelo terceiro ano consecutivo, vem amargando desempenhos negativos, impactando negativamente o emprego e o déficit habitacional.

No setor de serviços a expectativa permanece. O comércio, que desde 2002 vem apresentando taxas negativas, sofre com a baixa demanda, redução da margem de lucro, além de enfrentar um ambiente de alta inadimplência. O segmento de comunicações, que no período de euforia da privatização apresentava elevado crescimento, vem se adaptando ao contexto interno e indicando desempenhos insatisfatórios, bem como as demais atividades.

### **Comércio Exterior**

Seguindo a tendência favorável do comércio exterior brasileiro, a balança comercial de Minas Gerais fechou os primeiros dez meses de 2003 com saldo positivo de US\$ 4,107 bilhões (exportações de US\$ 6,114 bilhões e importações de US\$ 2,007 bilhões), o que correspondeu a um crescimento de 34,9% em relação a igual período de 2002. O superávit comercial é explicado pela elevação das exportações (+17,5%) associada à queda das importações mineiras (-7,1%).

Mostraram as mais relevantes contribuições para a geração dos US\$ 910,5 milhões adicionais exportados por Minas Gerais no acumulado de janeiro-outubro/2003, as vendas dos seguintes itens:

- produtos siderúrgicos, que atingiram US\$ 1,681 bilhão, ou seja, US\$ 476,1 milhões adicionais em comparação com janeiro-outubro/2002;
- veículos e material de transporte, que alcançaram US\$ 380,8 milhões, isto é, US\$ 124,7 milhões adicionais em comparação com janeiro-outubro/2002;
- café em grão, que atingiram US\$ 740,2 milhões, tendo gerado US\$ 99,5 milhões adicionais em relação a janeiro-outubro/2002.

Todavia, o crescimento de 17,5% das exportações mineiras está associado também à venda externa de produtos menos tradicionais, o que aponta para um movimento em direção a maior diversificação da pauta de exportação. Estes são os casos das vendas externas de produtos têxteis, confecções e calçados que, em conjunto, alcançaram US\$ 112,7 milhões em janeiro-outubro de 2003, contra US\$ 69,1 milhões em igual período do ano anterior. Vale destacar que este foi o produto que apresentou a maior taxa de crescimento (+62,9%).

Quanto às exportações, é importante registrar a recuperação das vendas externas de veículos e material de transporte. Após quatro anos de quedas consecutivas o setor volta a apresentar taxa de crescimento positiva e de grande magnitude: + 48,7% em janeiro-outubro de 2003 em comparação com igual período de 2002, contra crescimento médio de 17,5% das exportações mineiras, na mesma base de comparação.

Enfocando o comportamento das importações de Minas Gerais, a queda de 7,1% no acumulado de janeiro a outubro de 2003 pode ser explicada pelo quadro geral de retração da atividade econômica que caracterizou o país em 2003. As importações de bens de capital (máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos) apresentaram forte queda, fenômeno que reflete, de modo geral, as incertezas do setor empresarial quanto à realização de investimentos produtivos para expansão e modernização dos negócios.

No que se refere aos mercados compradores de produtos mineiros, EUA, União Européia, Ásia e Mercosul, que historicamente se posicionam como as principais regiões de destino das exportações de Minas Gerais – mantêm sua importância relativa como

destino dos produtos mineiros. As vendas externas para os EUA, maior mercado individual de Minas Gerais – alcançaram US\$ 1 102 bilhão no acumulado de janeiro-outubro/2003, com crescimento de 15,8% em relação a igual período de 2002. A China consolida-se como o segundo mais importante mercado, tendo comprado US\$ 709,1 milhões em janeiro-outubro/2003 (+ 29,4% em relação ao mesmo período de 2002), seguida da Alemanha, país para o qual Minas Gerais exportou US\$ 494,3 milhões (+ 8,4%).

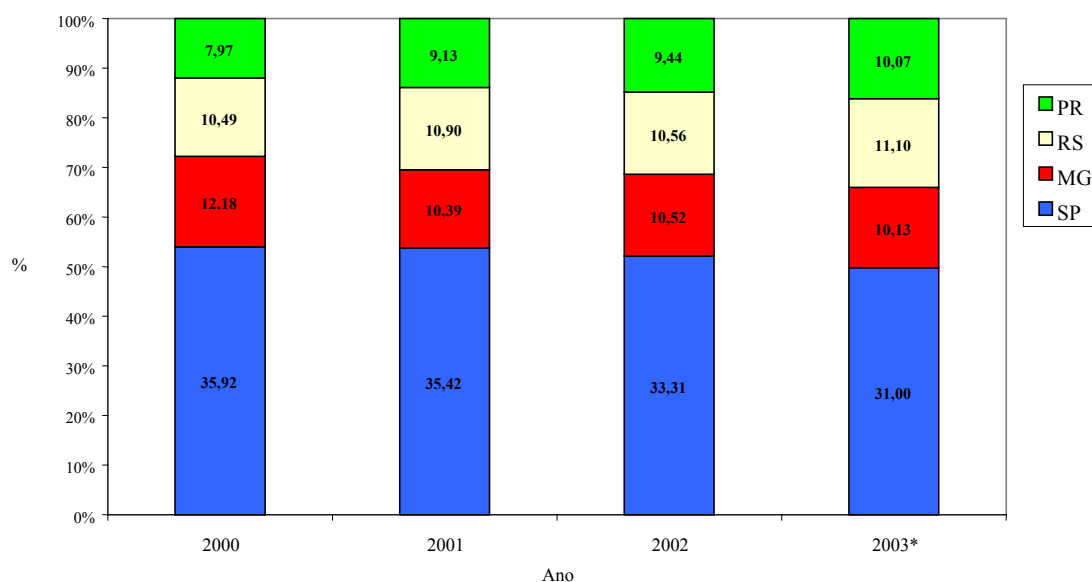
Dois outros aspectos merecem ser destacados. Primeiramente, embora ainda abaixo de patamares históricos, as vendas externas para a Argentina apresentam-se em

franca expansão e alcançaram US\$ 264,3 milhões no acumulado de janeiro-outubro de 2003, o que correspondeu a um crescimento de 59,3% em comparação com igual período de 2002.

O segundo ponto a ser ressaltado diz respeito ao expressivo ritmo de expansão das exportações de Minas Gerais para mercados pouco tradicionais, o que sinaliza potenciais a serem mais bem explorados do ponto de vista comercial. As vendas externas para países como a Rússia e a Tailândia praticamente duplicaram; as exportações de produtos mineiros para vizinhos como a Bolívia e o Equador apresentaram taxas de crescimento da ordem de 50%; e semelhante taxa foi registrada para a África do Sul. O estado tem ainda a oportunidade de transformar nichos de mercado emergentes e esporádicos em efetivas exportações, e esta possibilidade já se apresenta, em 2003, para países como o Afeganistão e o Iraque.

Analisando-se as exportações no contexto mais amplo das demais unidades da federação, observa-se que Minas Gerais deverá fechar 2003 como terceiro maior exportador nacional. Historicamente, até 2000 o estado detinha a posição de segundo maior exportador, que foi perdida para o Rio Grande do Sul nos anos de 2001 e 2002. Em 2003, este “ranking” se manteve inalterado, com Minas Gerais detendo a terceira posição, seguido de perto pelo Paraná, cujas exportações chegaram mesmo a superar temporariamente as de Minas Gerais, nos meses de agosto e setembro de 2003.

GRÁFICO 6  
Participação dos Principais Estados Exportadores: 2000 - 2003



**Mercado de trabalho metropolitano**

Em novembro de 2003, a taxa de desemprego total na RMBH ficou em 19,4% da PEA. Foram estimadas 450 mil pessoas em situação de desemprego. Em dezembro de 2002, existiam 391 mil desempregados, contingente que era 9,2% superior à média registrada em 2000, ao passo que o valor de novembro de 2003 significa um incremento de 25,7% em relação a idêntico período.

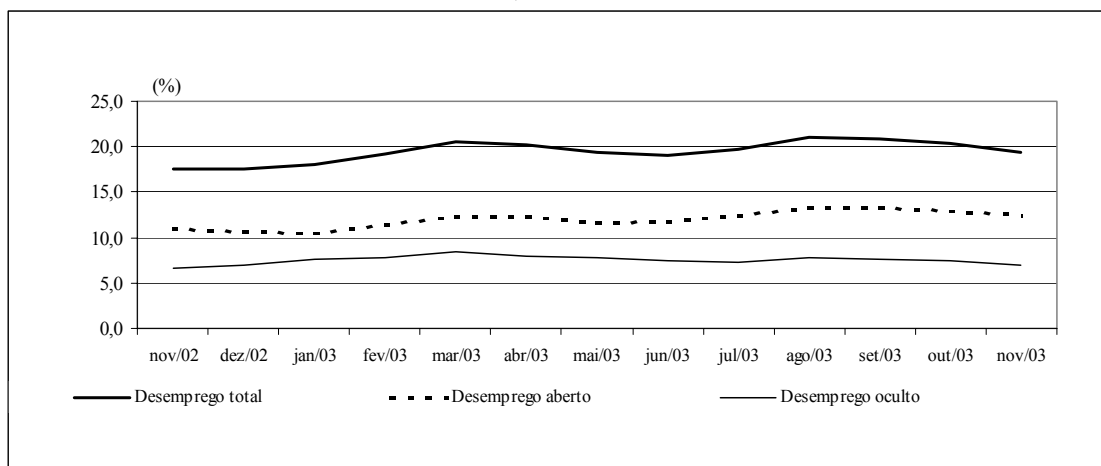
Durante 2003, a taxa de desemprego aberto evoluiu de 10,4% em janeiro para 12,5% em novembro, e a taxa de desemprego oculto passou de 7,6% para 6,9%, conforme Gráfico 7. O pico anual da primeira foi registrado em setembro (13,3%) e da segunda em março (8,4%).

**TABELA 5**  
**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, DESEMPREGADA E TAXAS DE DESEMPREGO**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2002-2003**

ESPECIFICAÇÃO	2002	2003		VARIAÇÕES	
	novembro	outubro	novembro	novembro-03/outubro - 2003	novembro-03/novembro - 2002
Em 1 000 pessoas					
População Economicamente Ativa	2.243	2.322	2.319	-3	76
Desempregados					
Total	395	474	450	-24	55
Aberto	245	300	290	-10	45
Oculto	150	174	160	-14	10
Taxas de Desemprego (%da PEA)					
Total	17,6	20,4	19,4	-1,0	1,8
Aberto	10,9	12,9	12,5	-0,4	1,6
Oculto	6,7	7,5	6,9	-0,6	0,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

GRÁFICO 7  
TAXAS DE DESEMPREGO, POR TIPO - RMBH - 2002-2003

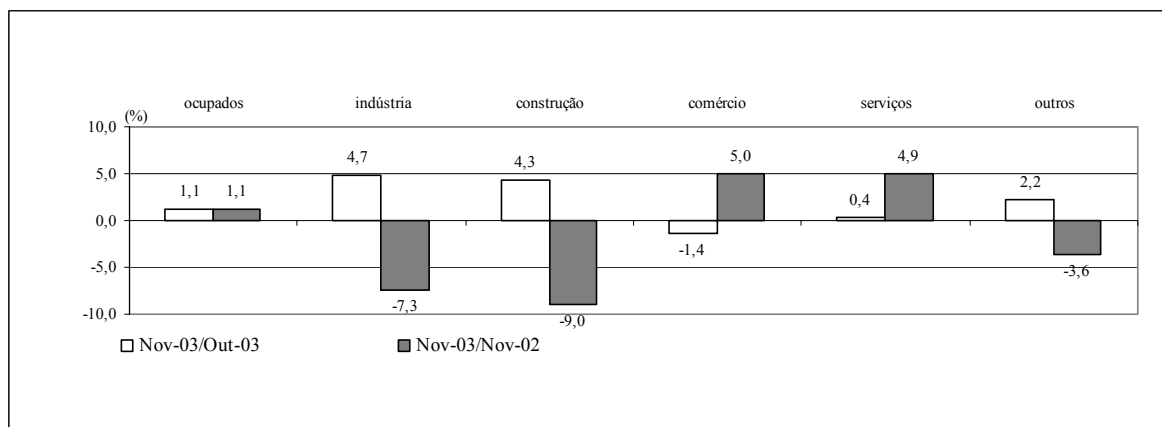


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

O contingente de ocupados evoluiu de 1,811 milhão de pessoas em janeiro de 2003 a 1,869 milhão de pessoas em novembro. Deve-se ressaltar que no mesmo período houve um incremento de 85 mil pessoas na população economicamente ativa metropolitana, que passou de 3,736 milhões de pessoas a 3,821 milhões. Portanto, foram criadas 58 mil ocupações e gerados 53 mil desempregados no período. Ou seja, embora o mercado de trabalho tenha sido dinâmico, não o foi em ritmo suficiente para absorver o incremento da PEA.

No gráfico 8 são apresentadas as variações da ocupação, por setores de atividade econômica, no qual ficam evidentes os problemas verificados na indústria e na construção civil no cômputo anual (variações negativas de -7,3% e -9,0% respectivamente), mas com sinais de recuperação ao final do período (variações positivas de 4,7% e de 4,3%, respectivamente, entre outubro e novembro de 2003).

GRÁFICO 8  
VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO, POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - RMBH - 2002-2003



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.

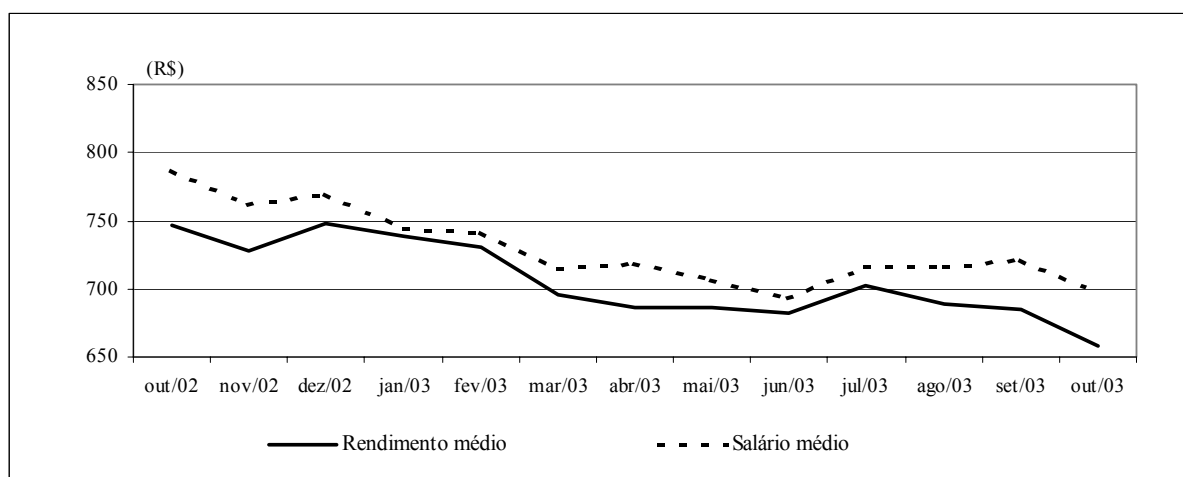


Levando em consideração um detalhamento mais específico segundo subsetores, da variação do nível de ocupação nov2003/dez2002, tem-se:

- Na indústria: metal - mecânica -6,4, têxtil e vestuário 13,6 e outras -5,9;
- Nos serviços: transporte e armazenagem 1,0, especializados -2,2, administração e utilidades públicas 10,5, alimentação -6,1, educação 6,4, saúde -3,1, reparação e limpeza -7,1 e outros 17,4 (neste último estão incluídos comércio, serviços financeiros, serviços auxiliares da atividade econômica, entre outros).

O rendimento real médio dos ocupados na RMBH passou de R\$744 em janeiro de 2003 a R\$658 em outubro (há defasagem de um mês na coleta dos rendimentos), com retração de 12,8% em relação a dezembro de 2002. Os assalariados apresentaram tendência similar, com indicador de R\$750 em janeiro e de R\$697 em dezembro de 2003, significando uma retração de 10,2% em relação ao final do ano passado. O gráfico 9 ilustra o comportamento sazonal. Entende-se como rendimento médio a média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal considerando os três meses anteriores ao da pesquisa, com valores inflacionados pelo IPCA/BH, do IPEAD.

GRÁFICO 9  
RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS E DOS ASSALARIADOS  
RMBH  
2002-2003



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.

A massa de rendimentos metropolitanos em outubro de 2003, que representa um somatório dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores ocupados, também sofreu retração de 12,5% em relação a dezembro de 2002.

## INTRODUÇÃO

O exercício fiscal de 2003 se iniciou com a perspectiva de materializar um déficit de cerca de R\$ 2,3 bilhões consignado no Orçamento aprovado como “Outras Receitas de Capital”, cuja efetivação não dependia exclusivamente do esforço estadual.

O enfrentamento da situação fiscal foi estabelecido como o principal objetivo da administração estadual, a ser buscado tanto pela ampliação da receita quanto pela contenção do conjunto das despesas.

No lado da receita, a margem de atuação estadual é restrita, já que sua base arrecadatória limita-se a um reduzido conjunto de tributos, tendo o ICMS como a principal fonte que no caso de Minas Gerais, representa 90% da arrecadação tributária (média 2002/2003). Como ele é vinculado à produção e circulação de mercadorias e serviços, sua performance é fortemente determinada pelo ritmo das atividades econômicas.

Em linha com o crescimento pouco expressivo da economia nacional, o PIB de Minas Gerais deverá registrar, ao final de sua apuração, um fraco desempenho em 2003. Ressalte-se ainda a isenção nas exportações, o que restringe a base da arrecadação do ICMS à atividade econômica dirigida para a demanda interna, em forte contração no país em 2003. Os últimos dados do IBGE sobre o desempenho da economia nacional indicam que, até setembro de 2003, o PIB se ressentia de queda de 0,3%. Por componente de demanda, o “Consumo de Famílias” acumulava redução de 4,2% e “Exportações” expandia-se em 15,8%.

Pelo lado das despesas, a administração estadual defronta-se com dois problemas cruciais: o primeiro refere-se à crescente demanda por serviços públicos básicos de segurança, saúde, educação, transporte e saneamento básico, além de ações mitigadoras na área de emprego, renda e habitação, dentre outras essenciais; o segundo refere-se às vinculações das receitas tributárias a áreas específicas, o que limita a eleição de áreas prioritárias para a ação governamental.

Nesse contexto, implantou-se um programa de ampliação das receitas fiscais em cerca de R\$1 bilhão, além das orçadas, apesar de as expectativas em relação aos resultados das atividades econômicas não se apresentarem favoráveis. Além disso, um rígido controle dos gastos estaduais foi estabelecido para que o Estado não só minimizasse os efeitos da referida perspectiva de déficit orçamentário de 2003 mas, ainda, propiciasse recursos para a quitação de suas obrigações, dentre as quais o pagamento ao funcionalismo do 13º salário dentro do próprio exercício.

Assim, a administração estadual realizou significativo ajuste fiscal no exercício, além de reforçar as bases necessárias para o aprimoramento do setor público, de sorte a melhor atender às demandas sociais por serviços essenciais, bem como participar, de forma mais efetiva, no processo de crescimento econômico desejado e esperado pela população mineira.

## O DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS EM 2003

Os valores que se seguem evidenciam o grande esforço feito pela administração estadual para gerir de forma eficiente suas despesas básicas, sem se descuidar, ao mesmo tempo, de perquirir maiores níveis de arrecadação. O fato de as receitas fiscais, em 2003, se mostrarem acima da própria performance das atividades econômicas brasileiras, base geradora da arrecadação tributária do país, constitui exemplo do esforço fiscal de Minas Gerais.

A Tabela 1 apresenta a performance das receitas e despesas fiscais de Minas Gerais subdivididas nas categorias corrente e de capital, para o ano de 2003, confrontado ao de 2002. Os dados ali consolidados, bem como os que se seguem à Tabela 1, não incluem os resultados das empresas estaduais dependentes do Tesouro Estadual.

**TABELA 1**  
**Minas Gerais: Execução Orçamentária Fiscal – 2002/2003**

Especificação	Valores Correntes		Participação		Taxa de Crescimento
	R\$ milhões		Relativa (%)		
	2002	2003	2002	2003	Nominal (%)
1 - Receita	17.594,8	18.820,7	100,0	100,0	7,0
1.1 - Corrente	15.978,9	18.031,4	90,8	95,8	12,8
1.2 - Capital	1.615,9	789,3	9,2	4,2	-51,2
2 - Despesa	18.469,2	19.048,7	100,0	100,0	3,1
2.1 - Corrente	16.615,2	17.588,4	90,0	92,3	5,9
2.2 - Capital	1.854,0	1.460,4	10,0	7,7	-21,2
Resultado (1-2)	-874,4	-228,1			-73,9

Fonte: SCCG SEF/MG

Pelos valores apresentados, a receita fiscal alcançou um crescimento nominal superior ao da despesa fiscal, resultando em significativa redução do déficit que passou de R\$ 874 milhões, em 2002, para R\$ 228 milhões, no último ano. Tal redução reflete tanto o grande esforço realizado pelo Estado na área das receitas, sobretudo as tributárias, quanto a vigorosa política de controle dos gastos.

No ano, do ponto de vista da receita fiscal, ocorreu significativa alteração na sua composição global, com o aumento da participação relativa das receitas correntes. Os valores demonstram que, enquanto estas tiveram uma elevação nominal de 12,8%, as receitas de capital apresentaram queda nominal de 51,2%, conforme se detalha adiante.

No que tange às despesas fiscais, há que se destacar fato similar. As despesas correntes aumentaram sua participação relativa para 92,3%, o que é resultado de um crescimento nominal de 5,9% confrontado à diminuição nominal das despesas de capital em 21,2%.

**COMPORTAMENTO DA RECEITA ESTADUAL**

A receita fiscal do Estado de Minas Gerais totalizou R\$ 18,820 bilhões em 2003 (R\$ 18,031 bilhões de recursos correntes e R\$ 789 milhões de capital). Comparativamente à arrecadada em 2002, a receita fiscal apresentou uma elevação nominal de 7,0%, sendo o aumento fruto da elevação em 12,8% nas receitas correntes, contra uma diminuição nominal de 51,2% nas Receitas de Capital.

O aumento de R\$ 1,226 bilhão na receita fiscal de 2003 sobre 2002 foi influenciado fortemente pelos incrementos observados nas receitas de arrecadação estadual que se expandiram em R\$ 1,931 bilhão. A variação percentual da receita fiscal foi menor do que a das receitas da arrecadação estadual em função da referida diminuição nos recursos obtidos das receitas de capital.

**TABELA 2**  
**Minas Gerais: Evolução da Receita Orçamentária Fiscal\* - 2002/2003.**

Especificação	Valores Correntes		Participação		Taxa de	Contribuição
	R\$ milhões		Relativa (%)		Crescimento	para o
	2002	2003	2002	2003	Nominal %	Crescimento (%)
1 - Receita Corrente	15.978,9	18.031,4	90,8	95,8	12,8	167,4
1.1 - Receita da Arrecadação Estadual	12.811,9	14.742,5	72,8	78,3	15,1	157,5
Receita Tributária	10.527,7	12.066,2	59,8	64,1	14,6	125,5
ICMS	9.397,8	10.835,8	53,4	57,6	15,3	117,3
Outros Tributos	1.129,9	1.230,5	6,4	6,5	8,9	8,2
Receita de Contribuição Social	1.339,3	1.457,2	7,6	7,7	8,8	9,6
Receita de Multas/Juros de Mora e Dívida Ativa	289,7	371,5	1,6	2,0	28,2	6,7
Receita Patrimonial	172,9	262,0	1,0	1,4	51,5	7,3
Outras Receitas Correntes **	482,3	585,5	2,7	3,1	21,4	8,4
1.2 - Receita de Transferências***	3.167,0	3.288,9	18,0	17,5	3,9	9,9
Transferências da União	2.849,9	2.954,5	16,2	15,7	3,7	8,5
Outras Transferências	317,1	334,4	1,8	1,8	5,5	1,4
2 - Receita de Capital	1.615,9	789,3	9,2	4,2	-51,2	-67,4
2.1 - Operações de Crédito	70,1	18,3	0,4	0,1	-73,9	-4,2
Interna	3,1	9,4	0,0	0,0	201,6	0,5
Externa	67,0	9,0	0,4	0,0	-86,6	-4,7
2.2 - Alienação de Bens	216,9	27,3	1,2	0,1	-87,4	-15,5
2.3 - Amortizações de Empréstimos	368,0	353,3	2,1	1,9	-4,0	-1,2
2.4 - Outras Receitas de Capital	960,9	390,3	5,5	2,1	-59,4	-46,5
Total	17.594,8	18.820,7	100,0	100,0	7,0	100,0

Fonte: Superintendência Central de Controladoria Geral SEF/MG

Notas: \* Não inclui as receitas obtidas por empresas dependentes

\*\* Inclui as receitas de contribuição econômica, agropecuária, industrial, serviços, indenizações e restituições e receitas diversas

\*\*\*Incluindo o Imposto Retido na Fonte que foi retirado da Receita Tributária.

Destaca-se a receita tributária de 2003, superior em 14,6% à alcançada em 2002, em termos nominais. A fim de contextualizar esse incremento, vale destacar que as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal em Minas Gerais alcançaram variação nominal de 11,1% no último ano.

A seguir, a Tabela 3 mostra que, à exceção do IPVA, os demais componentes dessa arrecadação apresentaram expressivas taxas de crescimento. Porém, do ponto de vista de valor absoluto, o ICMS, por sua representatividade para as receitas e por seu desempenho no ano, foi o principal fator que contribuiu para o resultado,

gerando recursos adicionais de R\$ 1,4 bilhão, em 2003. No caso do IPVA, o baixo crescimento na arrecadação deveu-se à redução observada em 2003 no licenciamento de frota nova de veículos em Minas Gerais e à opção do contribuinte pelo pagamento à vista do tributo, motivado pelo desconto concedido.

**TABELA 3**  
Minas Gerais: Arrecadação Tributária – 2002/2003  
Valores Correntes – R\$ milhões

Receita Tributária	Período		Taxa de Crescimento Real (%)
	2002	2003	
ICMS	9.398	10.835	15,3
IPVA	721	741	2,8
ITCD	26	33	26,9
TAXAS	383	456	19,1
<b>TOTAL</b>	<b>10.528</b>	<b>12.065</b>	<b>14,6</b>

Fonte: SCCG e SEPLAG

Levando-se em consideração os valores reais, em essência, pode-se dizer que houve, em 2003, a manutenção dos níveis de arrecadação de 2002. Tomando por base dezembro de 2003, e atualizando os valores mensais dos componentes da receita tributária pelo IPCA, observa-se que praticamente não houve alterações na arrecadação real dessa receita, o que se evidencia na Tabela 4. Registre-se que o IPCA alcançou variação acumulada de 9,30% em 2003.

**TABELA 4**  
Minas Gerais: Arrecadação Tributária – 2002/2003  
Valores Constantes – R\$ milhões

Receita Tributária	Período		Taxa de Crescimento Real (%)
	2002	2003	
ICMS	11.025	11.097	0,7
IPVA	874	782	-10,5
ITCD	31	34	9,7
TAXAS	451	472	4,7
<b>TOTAL</b>	<b>12.381</b>	<b>12.385</b>	<b>0,0</b>

Fonte: SCCG-SEF e SEPLAG

Nota: Valores corrigidos mensalmente pelo IPCA - Dez/2003=100

A participação relativa dos principais setores na arrecadação do ICMS, em 2003, está discriminada na Tabela 5.

Os valores apresentados mostram a importância relativa dos produtos que foram incorporados à base tributária do ICMS na Reforma Tributária de 1988 (combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, comunicação e transportes) que, no total, foram responsáveis por 53,2% da arrecadação obtida em 2003.

TABELA 5  
Minas Gerais: Composição da Arrecadação de ICMS - 2003

Setores	%
Combustíveis e Lubrificantes	26,10
Energia Elétrica	13,00
Comunicações	11,50
Siderurgia	4,80
Bebidas	3,20
Transportes	2,60
Medicamentos	1,20
Comércio	11,60
Indústria - outros	9,50
Demais fontes	16,50
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: DINF-RMA/SEF-MG

Embora, em termos reais, o resultado final da arrecadação do ICMS no Estado não tenha alcançado crescimento, quando se considera o quadro adverso para o nível das atividades econômicas no país, verifica-se que a situação de Minas Gerais, nesse contexto, foi a mais favorável dentre os estados de maior expressividade em termos de ICMS. Conforme mostram as Tabelas 5 e 6, em 2003 o ICMS aqui apresentava crescimento nominal de 15,5%, quase o dobro do obtido em São Paulo e Rio de Janeiro, que alcançaram índices de 8,1% e 7,4%, respectivamente. Vale ressaltar que os valores de ICMS cotejados a seguir incluem o recolhimento proveniente de juros, multa e dívida ativa do tributo.

TABELA 6  
Brasil: Arrecadação de ICMS nos principais estados-membros - 2002/2003  
Regime de caixa – Valores correntes – R\$ bilhões

Unidades da Federação	Arrecadação 2002	% Total	Arrecadação 2003	% Total	Crescimento Nominal 2003/2002 (%)
Minas Gerais	9,5	16,7	11,0	17,6	15,5
São Paulo	37,3	65,1	40,3	64,5	8,1
Rio de Janeiro	10,4	18,2	11,2	17,9	7,4
<b>TOTAL</b>	<b>57,2</b>	<b>100,0</b>	<b>62,5</b>	<b>100,0</b>	<b>9,2</b>

Fonte: MEFP-COTEPE/ICMS

Elaboração: Divisão de Tratamento da Informação-DTI/DINF/SAIF/SEF-MG

Nota: Os valores aqui cotejados incluem o recolhimento de juros, multa e dívida ativa de ICMS. A este título, em SP ingressaram R\$ 716 milhões em 2002 e R\$ 400 milhões em 2003.

Em valores constantes, utilizando-se o IPCA e convertendo os valores para preços de dezembro de 2003, enquanto Minas Gerais apresenta um crescimento de 0,6%, as arrecadações obtidas por São Paulo e Rio de Janeiro representaram quedas de, respectivamente, 5,9% e 6,5%.

TABELA 7

Brasil: Arrecadação de ICMS nos principais estados-membros – 2002/2003  
Regime de caixa – Valores constantes – R\$ bilhões

Unidades da Federação	Arrecadação 2002	% Total	Arrecadação 2003	% Total	Crescimento Real 2003/2002 (%)
Minas Gerais	11,3	18,3	11,4	19,6	0,6
São Paulo	44,2	71,4	41,6	71,7	-5,9
Rio de Janeiro	12,4	20,0	11,6	19,9	-6,5
<b>Total</b>	<b>61,9</b>	<b>100,0</b>	<b>58,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-6,2</b>

Fonte: MEFP-COTEPE/ICMS

Elaboração: Divisão de Tratamento da Informação-DTI/DINF/SAIF/SEF-MG

Notas: 1. Os valores aqui cotejados incluem o recolhimento de juros, multa e dívida ativa de ICMS.

2. Valores atualizados pelo IPCA-IBGE - Base: Dezembro/2003=1

Retornando o foco para a análise exclusiva de Minas Gerais, conforme se observa na Tabela 2, as alterações ocorridas no volume estadual da arrecadação corrente e de capital, repercutiram sobre as participações relativas na receita fiscal, com as receitas correntes passando no período em análise de 90,8% para 95,8%.

Além do já referido desempenho das receitas tributárias, a receita patrimonial apresentou uma taxa nominal de crescimento expressivo, porém com reflexo menor para o crescimento do conjunto das receitas correntes. Nestas, dois outros aspectos merecem destaque: O das receitas de contribuições sociais que geraram R\$ 1,46 bilhão em 2003, volume superior em 8,8% ao arrecadado em 2002, e o do montante de recursos recebidos pelo Estado via transferências. Os dados mostram uma redução nominal, conforme ilustra a Tabela 8.

TABELA 8

Minas Gerais: Transferências – 2002/2003 – Valores Nominais

TRANSFERÊNCIAS	2002	% Transf. União	2003	% Transf. União	2003/2002
<b>1. Receita de Transferências Correntes</b>	<b>3.167</b>	<b>86,0%</b>	<b>3.289</b>	<b>98,7%</b>	<b>3,85%</b>
1.1. Transferências da União	2.850	77,3%	2.955	88,6%	3,67%
FPE	930	25,2%	967	29,0%	4,02%
QESSE	177	4,8%	196	5,9%	11,11%
FPEX	244	6,6%	206	6,2%	-15,74%
Compensação por isenção das exportações	383	10,4%	312	9,4%	-18,48%
IRRF	624	16,9%	696	20,9%	11,44%
Outras (inclusive recursos do SUS)	428	11,6%	523	15,7%	22,17%
Convênios Correntes	64	1,7%	55	1,6%	-14,82%
1.2. Outras Transferências Correntes	317	8,6%	334	10,0%	5,48%
<b>2. Receita de Transferências de Capital</b>	<b>959</b>	<b>26,0%</b>	<b>381</b>	<b>11,4%</b>	<b>-60,24%</b>
2.1. Transferências da União (Capital)	835	22,7%	379	11,4%	-54,63%
2.2. Outras Transferências de Capital	125	3,4%	3	0,1%	-97,83%
<b>3. Receita de Transferências da União (1.1. +2.1.)</b>	<b>3.685</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.333</b>	<b>100,0%</b>	<b>-9,54%</b>

Fonte: SCCG/SEF/MG

Há que se destacar que, dentre as transferências de capital em 2002, encontra-se entrada de R\$ 120 milhões transferidos ao Estado pelo Banco Bemge/Itaú, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo de renovação do contrato de prestação de

serviços financeiros, objetivando dar continuidade à prestação de serviços pelo Bemge/Itaú ao Estado.

No conjunto das transferências da União para o Estado, observa-se redução nominal da ordem de 9,5% em 2003, comparada ao ano anterior. A queda é concentrada nas transferências de capital, cujo volume de recursos recebidos pelo Estado reduziu-se em mais de 54% no ano e decorre especialmente do menor volume de recursos recebido pela transferência de rodovias federais (R\$ 223 milhões em 2003 e R\$ 557 milhões em 2002). Depurado esse fator, as demais transferências de capital da União em favor do Estado reduziram-se em 44% no ano de 2003 em relação às de 2002 (R\$ 156 milhões em 2003 e R\$ 278 milhões em 2002).

Quanto às transferências correntes que acumularam crescimento nominal inferior a 4% em 2003, a principal delas, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), ao expandir em R\$ 37 milhões em 2003 (4,0% no ano), não foi suficiente para contrabalançar os efeitos da redução anual de R\$ 71 milhões na Compensação Financeira por Isenção às Exportações (Lei Kandir) e de R\$ 38 milhões na transferência derivada do Fundo IPI por Exportações (FPEX).

A variação nominal equivalente a 4,0% no FPE transferido ao Estado, em linha com aquela observada no conjunto das Unidades Federativas e inferior a de índices inflacionários, é explicada pelo Tesouro Nacional pela não-ocorrência, em 2003, de ingressos atípicos auferidos em 2002 no Imposto de Renda e por decisões judiciais desfavoráveis à União quanto ao IPI, tributos que constituem a base para o FPE.

A significativa redução de 18,5% na Compensação por Isenção nas Exportações no Estado em 2003 decorre de dispositivo da Lei Complementar Federal nº 115 de 2002 que destinou parcela maior dos recursos federais orçados em 2003 Estados que, diferentemente de Minas Gerais, não haviam se aproveitado desta fonte em 2000 para abater parte das respectivas dívidas perante a União.

Quanto ao Fundo IPI por Exportação (FPEX), a redução observada em Minas Gerais decorre, de menor dinamismo em Minas Gerais das exportações de produtos abrangidos em seu cálculo, quando comparado ao do conjunto das exportações nacionais.

Espelha-se a seguir a participação relativa de Minas Gerais nas transferências federais, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional:

**TABELA 9**  
Minas Gerais: Participação do Estado no total das transferências  
constitucionais orçamentárias feitas pela União – 2002/2003

Transferência	MG/Brasil (%)	
	2002	2003
FPE	4,45%	4,45%
IPI-Exp	13,01%	11,42%
FUNDEF	10,64%	11,15%
Compensação por isenção das exportações	12,87%	10,93%
<b>Total (FPE/FPEX/FUNDEF/Compensação)</b>	<b>5,65%</b>	<b>5,28%</b>

Fonte: STN



Em essência, o desempenho das transferências federais para Minas Gerais em 2003 confirma o outro lado das dificuldades de obtenção de receita do Estado, que não tem tido alternativas de ampliá-la senão por sua própria arrecadação, com as limitações inerentes.

Se houve limitações para obter receitas correntes em Minas Gerais, pelo lado das receitas de capital, as possibilidades se apresentaram ainda menores em 2003, especialmente por não ter ainda reunido o Estado os requisitos para contrair novos financiamentos nos termos da legislação vigente e pela referida redução de transferências de capital provenientes da União.

A Tabela 2 mostra a pouca significância dos recursos oriundos das Operações de Crédito que o Estado de Minas Gerais obteve em 2003. Fato similar ocorreu com as alienações de bens, que em 2003 ficaram restritas às oriundas do Bemge, Credireal e Minascaixa, cujos saldos patrimoniais a realizar são declinantes ao longo do tempo.

As amortizações de empréstimos são fruto dos retornos basicamente de fundos estaduais de natureza rotativa, tanto em operação quanto extintos, e, em 2003, geraram um volume de recursos inferior ao obtido em 2002.

Por último, estão incorporados em “Outras Receitas de Capital” os recursos da transferência de rodovias federais, cujos valores foram liberados pela União em 2002 e 2003 (respectivamente R\$ 557 milhões e R\$ 223 milhões). Os demais componentes dessas receitas advêm, em grande parte, de convênios do Estado de Minas Gerais com a União.

## COMPORTAMENTO DA DESPESA ESTADUAL

A despesa fiscal do Estado, destacada na Tabela 10, atingiu o montante de R\$ 19,049 bilhões em 2003, apresentando um crescimento nominal de 3,1 % em relação ao ano anterior.

TABELA 10  
Minas Gerais: Evolução da Despesa Fiscal Orçamentária \* – 2002/2003

Especificação	Valores Correntes		Participação Relativa		Taxa de Crescimento	Contribuição para o
	R\$ milhões		Percentual			
	2002	2003	2002	2003	Nominal (%)	Crescimento (%)
1-Despesa Corrente	16.615,2	17.588,4	90,0	92,3	5,9	167,9
Pessoal	8.976,9	9.300,3	48,6	48,8	3,6	55,8
Custeio	3.925,4	4.072,3	21,3	21,4	3,7	25,4
Transferências Constitucionais aos Municípios **	2.635,4	3.023,0	14,3	15,9	14,7	66,9
Juros e Encargos da Dívida	1.077,5	1.192,8	5,8	6,3	10,7	19,9
2 - Despesa de Capital	1.854,0	1.460,4	10,0	7,7	-21,2	-67,9
Investimentos Gerais do Estado	1.422,3	1.034,3	7,7	5,4	-27,3	-66,9
Amortizações da Dívida	431,7	426,0	2,3	2,2	-1,3	-1,0
Total ( 1 + 2 )	18.469,2	19.048,7	100,0	100,0	3,1	100,0

Fonte: Superintendência Central de Controladoria Geral SEF/MG

Nota: \* Exclui dados sobre empresas estaduais dependentes.

\*\* Excluída a parcela do FUNDEF.

A despesa corrente aumentou sua participação relativa para 92,3%, fruto de um acréscimo nominal de 5,9%, influenciado fortemente pelo comportamento dos encargos das dívidas e dos recursos vinculados à saúde. Já as despesas de capital tiveram sua participação relativa diminuída como consequência de uma queda de 21,2% dos gastos classificados nesta rubrica.

As despesas correntes estão aqui distribuídas em quatro subcategorias básicas: pessoal, custeio, transferências constitucionais a municípios e juros e encargos da dívida.

No que concerne às despesas com pessoal (ativo, inativo e pensionistas), o volume gasto em 2003 foi 3,6% superior a 2002, em termos nominais. Esta elevação relaciona-se basicamente com o crescimento vegetativo da folha de pagamento, fruto de benefícios e concessões legais ao funcionalismo público; estadual adicionais por tempo de serviço, apostilamento e outros.

O grande esforço feito pelo Estado para a redução e controle das despesas da máquina pública estadual contribuiu para que os gastos com custeio apresentassem um aumento nominal de apenas 3,7% contra uma inflação média mensal de 14,8% em 2003 observada no IPCA.

As transferências constitucionais aos municípios apresentaram uma pequena elevação na sua participação relativa no total das despesas estaduais, e o aumento nominal de 14,7% reflete as variações ocorridas nas arrecadações dos tributos estaduais com eles partilhados (basicamente o ICMS e o IPVA).

Dentre as especificações destacadas, os juros e os encargos da dívida pública estadual apresentaram uma taxa de crescimento nominal de 10,7%, resultando num acréscimo de R\$ 115 milhões nos recursos destinados ao pagamento desses componentes. Em 2003, do total de R\$ 1,193 bilhão de juros e encargos pagos, 95,4% referem-se à dívida interna.

No ano, dois aspectos devem ser destacados com relação a desembolsos com a dívida atuando em direções opostas. Primeiro, que o Estado se viu obrigado a realizar, em 2003, amortização extraordinária e antecipada de R\$ 39 milhões por descumprimento, no exercício de 2001, de metas fiscais acordadas com a União. Segundo, o Estado reduziu seus desembolsos para com a União a partir do reconhecimento, como intralimite, da parcela da dívida do eurobônus, já paga pelo estado ao governo federal. Tal fato contribuiu para o aproveitamento dos pagamentos feitos, possibilitando o abatimento de seu equivalente nos compromissos da dívida intra-limite, no valor de R\$ 113,5 milhões em 2003.

Quanto às despesas de capital, observa-se uma diminuição nominal de 21,2% em 2003, comparativamente a 2002. Pode-se ver que tal redução foi consequência da significativa queda nos investimentos gerais do Estado, cujo montante investido em 2003 foi 27,3% inferior ao realizado em 2002. Já os dados das amortizações da dívida apresentaram uma inexpressiva queda nominal de 1,3%, praticamente mantendo-se o nível gasto com esse item em 2002.

Finalmente, pelos dados da Tabela 10, a variação de R\$ 579 milhões na despesa fiscal, além de ter sido bem menor do que o acréscimo da receita fiscal, foi consequência de acréscimos nos gastos correntes, especialmente os R\$ 323 milhões em pessoal, já que os de capital tiveram queda em seus valores, no período analisado.

## COMPORTAMENTO DA DÍVIDA ESTADUAL

Em termos qualitativos, o aspecto mais relevante a se destacar em 2003 quanto à dívida estadual é a revisão com a União, em 27 de junho de 2003, do Programa para a Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, parte integrante do contrato STN/COAFI 004/98 firmado com o governo federal no âmbito da Lei Federal 9.496 de 1997 e Resolução 99/96 do Senado Federal. Ali são estabelecidas metas fiscais a serem alcançadas pelo Estado no triênio 2003-2005. Sob a legislação vigente, o programa e seu cumprimento constituem requisitos essenciais para a contratação de novas operações de crédito pelo Estado, o que se espera para 2004, uma vez que, nas estimativas da SEF/MG a serem confirmadas na esfera federal, as metas para 2003 teriam sido alcançadas.

Sob tal égide, o Estado de Minas Gerais terminou 2003 com uma dívida fundada de R\$ 37,238 milhões, apresentando um crescimento nominal de 8,4% em relação ao estoque existente no final de 2002, mesmo com o pagamento de R\$ 1,615 bilhão, em 2003, a título de amortizações, juros e demais encargos.

A evolução e a composição do estoque da dívida fundada, no período 2002-2003, é destacada na Tabela 11.

TABELA 11  
Minas Gerais: Estoque da Dívida Pública Estadual –  
Posição em 31/12/2003 e 31/12/2002  
Valores Correntes

Especificação	Posição em 31/12/2002		Posição em 31/12/2003		Variação Nominal (%)
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	
<b>Dívida Fundada</b>	<b>34.341,2</b>	<b>100,0</b>	<b>37.238,0</b>	<b>100,0</b>	<b>8,4</b>
<b>1- Interna</b>	<b>33.004,8</b>	<b>96,1</b>	<b>36.255,6</b>	<b>97,4</b>	<b>9,8</b>
Refinanciamento da Dívida - Lei 9.496	19.009,4	55,4	21.421,8	57,5	12,7
Saneamento do Sistema Financeiro	8.966,1	26,1	9.996,5	26,8	11,5
Outras	5.029,3	14,6	4.837,3	13,0	-3,8
<b>2- Externa</b>	<b>1.336,4</b>	<b>3,9</b>	<b>982,4</b>	<b>2,6</b>	<b>-26,5</b>

Fonte: DCACDP- SEF/MG

Pelos dados apresentados na Tabela 11, pode-se ver que o total da dívida estadual tem, na sua composição, uma parcela significativa da dívida interna, cuja participação relativa em 2003 correspondeu a 97,4%, pouco superior do ano anterior.

No que tange ao débito interno, a parcela mais representativa refere-se ao refinanciamento da dívida (Lei 9.496), cujo saldo devedor atingiu R\$ 21,42 bilhões em 31.12.2003, respondendo por 57,5% do total do estoque da dívida pública estadual. Observa-se também que este item apresentou um acréscimo nominal de 12,7% no período. Deve-se, porém, ressaltar que este contrato tem uma dinâmica própria determinada pelo acordo da dívida celebrado com a União. Assim, o crescimento do saldo se dá em função de sua atualização pela variação do IGP-DI acrescida de juros de 7,5% ao ano e desembolso limitado a 13% da Receita Líquida Real – RLR. No ano, o IGP-DI acumulou variação de 7,67%.

Outra parcela significativa da dívida pública interna, intralimite dos 13% da RLR, refere-se ao saneamento do sistema financeiro estadual, cujo saldo devedor de R\$ 9.996.500,00 milhões, no final do exercício de 2003 apresentou um aumento nominal de 11,5% em relação a 2002, alterando sua participação relativa no estoque da dívida para 26,8%. Os encargos contratuais desta parcela são atualização pelo IGP-DI e juros de 6% ao ano.

Ainda em 2003, o Estado de Minas Gerais pagou de amortização extraordinária o montante de R\$ 39 milhões, que foi abatido da dívida intralimite.

O conjunto de outras dívidas teve uma diminuição no seu estoque influenciado pelos pagamentos efetuados pelo Estado e também pela valorização cambial em 18,23% da moeda nacional em relação ao dólar norte-americano, na medida em que muitas dessas dívidas são dadas em moeda estrangeira.

O estoque da dívida externa apresentou uma diminuição nominal de 26,5% em 2003 comparativamente ao estoque de 2002. Tal variação expressa os impactos benéficos da apreciação do real. Além disso, é importante ressaltar que foram pagos e assim mantidos em absoluta adimplência os compromissos com os organismos internacionais, e que não houve nenhuma nova contratação de dívidas nesta modalidade em 2003.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 53, inciso III, anexo VI, define a dívida fiscal líquida extraíndo-se da dívida consolidada os recursos financeiros disponíveis para uso imediato do governo (Ativo Disponível) e os recursos financeiros a receber (haveres financeiros, exceto a dívida ativa), adicionando-se os valores inscritos em restos a pagar, que significam compromissos financeiros já assumidos. Ela define como consolidada a dívida fundada do estado (mobiliária, contratual e outras), além de precatórios posteriores a 5 de maio de 2000, parcelamento de tributos com a União, débitos previdenciários, etc.

Assim, tomando-se por base este conceito, a Tabela 12 descreve o comportamento da dívida consolidada e da dívida consolidada líquida, expressando os estoques existentes em 31/12/2002 e 31/12/2003.

TABELA 12  
Minas Gerais: Estoque da Dívida Fiscal Líquida – Posição em 31/12/2002 e 31/12/2003  
Valores Correntes - R\$ milhões

Especificação	Saldo em 31/12		Variação Nominal %
	2002	2003	
Dívida Consolidada	34.700	37.714	8,7
Deduções:			
- Ativo Disponível	237	482	103,5
- Haveres Financeiros	4.080	4.149	1,7
+ Restos a pagar processados	2.559	1.652	(35,4)
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>32.942</b>	<b>34.735</b>	<b>5,4</b>
Receita Corrente Líquida	12.542	14.306	14,1
<b>Coefficientes</b>	<b>262,7</b>	<b>242,8</b>	<b>(7,6)</b>

Fonte: SCCG-SEF/MG

Os dados da Tabela 12 demonstram um crescimento nominal de 5,4% para a dívida consolidada líquida. Tal crescimento foi influenciado principalmente pela dívida contratual que passou de R\$ 34,700 milhões em 31/12/2002 para R\$ 37,714 milhões em 31/12/2003, apresentando um crescimento nominal de 8,7%, e pela diminuição do saldo de restos a pagar processados os quais declinaram na ordem de 35,4%. A redução em restos a pagar processados foi parcialmente devida ao pagamento do 13º salário ao funcionalismo estadual no exercício de 2003, o que não havia ocorrido no ano precedente.

A Resolução n.º 40 do Senado Federal, de 9 de abril de 2002, dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada dos entes federativos subnacionais.

Com base na resolução supra, os dados do Estado de Minas Gerais apresentam desempenho favorável, tendo em vista que o quociente diminuiu de 262,65% em 2002 para 242,80% em 2003, o que significa um decréscimo de 7,56%, sinalizando o alcance do limite estabelecido, que é de 200%.

Em síntese, a situação fiscal de Minas Gerais em 2003 evoluiu em termos de redução no déficit orçamentário e na dívida fiscal, alicerçada no comportamento das receitas tributárias e no controle e contenção dos gastos públicos. Tal evolução propiciou o melhor cumprimento das obrigações estaduais, destacando-se o pagamento, no próprio exercício, do 13º salário ao funcionalismo, bem como a indicação de terem sido alcançadas as metas fiscais pactuadas com a União, pré-requisito fundamental para o que o Estado volte a acessar fontes de financiamento e, assim, impulsionar os investimentos públicos e dinamizar a economia estadual.

**SETOR PÚBLICO ESTADUAL**



**GOVERNADORIA DO ESTADO**





### **Gabinete Militar do Governador**

Durante 2003, o Gabinete Militar do Governador desenvolveu trabalhos para a manutenção das ações de governo e, como órgão de assessoria, atingiu seus objetivos.

As três ações mais relevantes desenvolvidas pelo órgão foram: Defesa Civil, MG Transplantes e Alienação de Aeronave.

Quanto à Defesa Civil, vários tipos de desastres necessitaram da intervenção da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) para minimizar os seus efeitos, dentre os quais podem-se destacar as fortes chuvas no início do ano, a seca rigorosa a partir do meio do ano, intensos incêndios florestais e três grandes acidentes ambientais: o de Cataguases, o de Uberaba e o de Ibiá, quando mananciais de captação de água destinados à população foram interrompidos por produtos químicos.

Em Cataguases, o rompimento de barragem de rejeitos industriais da Indústria Cataguases de Papel e Celulose provocou prejuízos de cunho ambiental e comprometeu o abastecimento de água de municípios do Estado do Rio de Janeiro. O Governo de Minas Gerais arcou com aproximadamente 1 milhão de reais das obras emergenciais realizadas no local.

Em Uberaba, com o descarrilamento de composição férrea da Ferrovia Centro-Atlântica, foram locados 300 caminhões-pipa para fornecimento de água, cujos custos da operação arcados pela ferrovia.

Já em Ibiá, com o descarrilamento de composição férrea da Ferrovia Centro-Atlântica, foram locados 53 caminhões-pipa para fornecimento de água à população e montou-se uma captação de água alternativa em outros mananciais. Os custos da operação também foram arcados pela ferrovia.

As fortes chuvas no início do ano atingiram especialmente as regiões leste, sudoeste e metropolitana de Belo Horizonte. O índice acumulado, no período de outubro a março, superou, em aproximados 21%, a média histórica do Estado.

Em consequência, dos 210 municípios atingidos de forma mais intensa, 129 estiveram em situação de anormalidade, sendo 95 em situação de emergência e 34 em estado de calamidade pública. Foi registrado um saldo de 60 vítimas fatais, 340 pessoas feridas, 31.332 pessoas desalojadas e 12.968 desabrigadas, 15.861 casas danificadas e 1.767 destruídas, 982 pontes danificadas, 719 pontes destruídas, 27.019 estradas vicinais danificadas.

As ações de resposta estiveram focadas no apoio suplementar que o governo estadual deu aos 210 municípios mais atingidos, por intermédio da Cedec e das Secretarias de Estado. Dentre tais ações destaca-se uma parceria com o governo federal, que disponibilizou 11 milhões de reais para o desencadeamento das ações assistenciais e recuperativas nos municípios afetados, sendo 7 milhões de reais para 39 municípios em estado de calamidade pública, destinados à reconstrução de casas e redes pluviais (R\$ 5 milhões para municípios do interior e R\$ 2 milhões para os da RMBH); 3 milhões de reais utilizados pela Secretaria de

Transportes e Obras Públicas na reconstrução de estradas e pontes e 1,2 milhão de reais (R\$ 1 milhão do governo federal e R\$ 200 mil de contrapartida do Estado) usados pela Cedec para a aquisição de alimentos, colchões, cobertores, roupa de cama e lonas plásticas, enviados aos 129 municípios em situação de anormalidade. A Cedec recebeu ainda 350 mil reais do Governo do Estado, em cota suplementar, que também foram utilizados para aquisição dos materiais citados.

Numa parceria entre a Cedec, Servas, entidades da iniciativa privada e população mineira, instituiu-se a Campanha Minas Solidária, tendo sido montada uma grande estrutura de apoio logístico, com a arrecadação e distribuição de alimentos, peças de vestuário, móveis e eletrodomésticos a todos os municípios vitimados pelas chuvas. Esta campanha também está construindo 827 casas em 55 municípios, destinadas às famílias que tiveram suas residências totalmente destruídas. Ademais, foram realizadas campanhas envolvendo a população, que tiveram por intuito arrecadar alimentos e outros donativos que foram enviados às vítimas de desastres no Estado. Podem-se destacar a Campanha do Agasalho, a Campanha Natal sem Fome, Campanhas em eventos esportivos e shows.

Para os 210 municípios atingidos pelas chuvas, foram distribuídos 710 mil quilos de alimentos, 23.256 colchões, 17.179 cobertores, 6.864 kit higiene, 157 rolos de tecido, 326 rolos de lona preta, 1.196.031 quilos de roupas, 660 quilos de remédios, 1.100 móveis e eletrodomésticos. Assim, foram enviadas quase duas mil toneladas de donativos em aproximadamente 500 caminhões.

Para o período chuvoso do corrente ano, a Cedec realizou um planejamento estratégico, apresentado aos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil, nos níveis federal, estadual e municipal, e à imprensa, em evento ocorrido em 08 de outubro de 2003, cujos pontos principais são: ativação do Centro de Controle de Emergências, destinado a coordenar as ações de resposta do governo estadual, a desastres no Estado; parceria com as diversas Secretarias de Estado e empresas públicas para socorro imediato aos municípios mais atingidos, e incentivo aos municípios na criação e instalação de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil que têm o objetivo de atuação preventiva e resposta a desastre. O Governo do Estado também destinou à Cedec 875 mil reais em crédito suplementar, com o qual foram adquiridos materiais como telhas, alimento, colchões, cobertores, a serem enviados aos municípios que necessitem de apoio.

Ao longo de 2003, a Cedec atuou na criação de 175 coordenadorias municipais de defesa civil (Comdec), superando a meta estabelecida pela Secretaria Nacional de Defesa Civil para Minas Gerais, que era de 150. Assim, o Estado teve um acréscimo de 82% de COMDEC em relação ao ano anterior, principalmente nas regiões mais afetadas pela chuva e seca.

Já o Centro de Controle de Emergência (CCE), iniciou suas atividades a partir de 08 de outubro de 2003, e já está em funcionamento, tendo gerenciado o acidente ambiental de Ibiá e, atualmente, está coordenando as ações de resposta da Cedec, no que diz respeito à seca e às chuvas que já se iniciaram neste ano.

Com intuito de ações preventivas para redução de desastres foi desenvolvido um trabalho de comunicação social à população, com apoio da imprensa em geral, especialmente da Rede Minas.

Ainda se manteve equipe de atendimento à imprensa, fornecendo dados atualizados referentes ao quadro de desastres em Minas Gerais.

A seca rigorosa a partir do meio do ano afetou as regiões Norte, Noroeste, Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Até novembro, 168 municípios decretaram situação de anormalidade, estando 51 em estado de calamidade pública e 117 em situação de emergência. Os principais problemas são a falta de água e alimento para a população, especialmente nas localidades rurais. Vários mananciais de água estão secos ou com sua capacidade reduzida, tendo a estiagem prolongada perdurado por cerca de 180 dias. Houve um grave comprometimento da safra 2002/2003, com perda entre 35% e 50% na produção de leite e 40% de carne.

As ações de resposta emergencial da Cedec estiveram centralizadas no abastecimento de água e fornecimento de alimento às cerca de 140 mil pessoas mais afetadas.

Com relação ao abastecimento de água, o Governo do Estado liberou um recurso de 3 milhões com o qual se firmou um convênio entre a Cedec, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Política Urbana e a Copasa, tendo sido contratados 103 caminhões-pipa. O governo federal também está apoiando, já que o Exército Brasileiro contratou 169 caminhões-pipa. Assim, 172 caminhões-pipa estão atendendo a 163 municípios, principalmente nas localidades rurais.

No que tange a alimento, a Cedec já enviou, graças à Campanha Minas Solidária, 77 mil quilos de alimento, para 77 municípios de menor IDH da área mineira da Sudene. Ainda firmou-se uma parceria com o governo federal, em que 169 municípios mineiros estão inseridos no Programa Fome-Zero, estando, no mês de novembro, 123.362 famílias sendo atendidas pelo programa, recebendo 50 reais para aquisição de alimento.

O governador, mediante Decreto Estadual 43.520/03, designou uma comissão integrada por representantes de Secretarias de Estado, com o intuito de elaborar um estudo e apresentar um planejamento estratégico do Estado para o problema do abastecimento de água naquela região.

Por meio do Centro de Controle de Emergências, e em parceria com outras Secretarias de Estado, especialmente a de Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Cemig, a Cedec monitorou focos de queimadas, atuou no combate aos incêndios e contou com um trabalho de brigadas de voluntários.

Os incêndios florestais que atingiram o Estado foram, em média, de 18.000, e corresponderam a um acréscimo de aproximados 75% em relação aos meses de setembro e outubro de 2002.

A capacitação de agentes de defesa civil se efetivou mediante parceria com a Defesa Civil Nacional. A Cedec realizou a capacitação de integrantes de sua equipe nos diversos cursos planejamento e administração para redução de desastres, avaliação

de danos, curso operacional de Defesa Civil, incêndios florestais e preparação de instrutor.

Também atuou na capacitação de agentes de defesa civil nos municípios, por meio de cursos e palestras nas associações, num total de dez eventos.

A Cedec promoveu dois cursos na capital, o de emergências químicas e o de respostas a desastres, em parceria com a USAID.

Atualmente a Cedec está firmando um convênio com a Defesa Civil Nacional, graças ao qual serão repassados 58 mil reais para capacitação de agentes de Defesa Civil, nas 175 COMDEC recém-criadas no Estado.

Com relação ao MG Transplantes, foram realizados, até 19 de novembro de 2003; 36 vôos com as aeronaves do Governo do Estado, para transporte aéreo de órgãos doados para transplantes, em localidades distantes de Belo Horizonte. Para tal, houve Termo de Cooperação firmado entre o Gabinete Militar do Governador, a Polícia Militar de Minas Gerais e a Secretaria de Estado da Saúde.

Atendendo às prioridades estabelecidas pelo governador, o Gabinete Militar colocou à venda uma aeronave modelo King Air 300, pertencente ao Governo do Estado. O dinheiro arrecadado será investido no aparelhamento das forças policiais e nas ações de segurança pública.

#### **Auditoria-Geral do Estado - AUGÉ**

As transformações ocorridas no perfil da sociedade brasileira exigindo o redimensionamento do Estado, combinadas com experiências recentes envolvendo modelos alternativos de gestão pública, clamam por mudanças que têm evidenciado o fortalecimento da auditoria na administração pública. Este paradigma emergente da gestão pública, entre outros aspectos, enfatiza os ideais de democracia e cidadania, ressaltando a participação e o controle da sociedade civil sobre a administração.

Ao Estado, tendo em vista a função social que legitima sua existência, compete a oferta de bens e serviços públicos, cuja demanda varia de intensidade na proporção direta das necessidades das diferentes camadas da sociedade. Neste contexto de mudanças e ascensão do cidadão a um patamar de maior destaque no planejamento e condução das políticas públicas, impõe-se a qualificação da gestão das finanças, sobretudo no que tange ao correto diagnóstico, implementação e acompanhamento dos resultados das políticas públicas, de forma sistemática e consistente.

A reforma administrativa implementada em 2003 estabeleceu um modelo organizacional inédito nas administrações públicas, procurando unificar sob o mesmo comando os trabalhos de auditoria operacional, de gestão e de correição administrativa.

Para tanto, reestruturou-se a AUGÉ, incorporando-se-lhe a Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO) e a Superintendência Central de Correição Administrativa (SCCA), oriundas da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria

de Estado de Recursos Humanos e Administração, respectivamente, e criou-se a Superintendência Central de Auditoria de Gestão (SCAG), responsável pela avaliação dos resultados da ação governamental, função inovadora da Administração Pública Estadual.

A institucionalização da auditoria de gestão envolve o desenvolvimento e fortalecimento de competências e mudanças nos processos de trabalho de auditoria e tem como objetivo implementar mecanismos de avaliação da gestão governamental, no que diz respeito à eficiência, eficácia e efetividade de seus atos, de forma a atestar a observância às normas relativas à aplicação dos recursos públicos e o cumprimento da sua missão institucional, bem como demonstrar o resultado do impacto social advindo da implementação dos projetos, planos e programas do governo estadual.

De acordo com os objetivos da sua missão, a Superintendência Central de Auditoria de Gestão desenvolveu, no transcurso de 2003, atividades de auditoria em órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, resultando em relatórios capazes de subsidiar a gestão pública e possibilitar a tomada de decisão das autoridades competentes, conforme a seguir: relatório de auditoria contendo análise de indicadores do Relatório de Gestão Fiscal, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal; relatório de Avaliação da Lei Orçamentária Anual, exigido pela Lei Complementar 33/94, cujo enfoque principal foi a avaliação do desempenho da ação governamental, mediante confronto entre os instrumentos de planejamento e orçamento e as execuções física, financeira-contábil de metas de programas de governo; relatório de Auditoria na Gestão de Recursos Humanos e da Folha de Pagamento, com diagnóstico preliminar da folha de pagamento dos servidores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, concernente aos aspectos legais e controles informatizados, cujas sugestões representam a possibilidade de redução significativa na folha de pagamento; análise da legalidade dos contratos administrativos firmados pela Administração Direta e Indireta, relativos a pessoal (Fhemig, SEDS, Funed e Hemominas); análise da regularidade na concessão de títulos declaratórios de continuidade da percepção da remuneração do cargo em comissão, relativamente aos servidores detentores de função pública do IEF e Ipsemg; auditoria das despesas correntes com avaliação da adequação orçamentária realizada por Grupo de Trabalho constituído por representantes da AUGÉ, Seplag, SEF e Ipsemg, para análise do grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, cuja otimização é necessária ao funcionamento normal do Ipsemg, bem como às medidas sugeridas que representaram uma redução de 117 milhões de reais, aproximadamente, em relação aos gastos do exercício de 2002 e apuração da consistência da dívida do Estado de Minas Gerais com o Ipsemg, referentes às contribuições previdenciárias e consignações facultativas, no período de maio de 1985 a 26 de março 2002, resultando em uma diferença entre o valor apresentado pelo Ipsemg e o devido pelo Estado da ordem de 64 milhões de reais.

Foram implantados três Núcleos Especiais de auditoria, os quais já se encontram em pleno funcionamento, com atuação nas seguintes áreas: Folha de pagamento de pessoal, que consome mais de 60% da Receita Corrente Líquida e que representa a maior despesa do Poder Executivo; Sistemas Corporativos Informatizados (SISAP, SIAFI, SICAFI, SIPRO e SIPAG), já que não possuíam uma auditoria de sistema

permanente, e Receita Pública Estadual, como forma de controle e alavancagem das receitas próprias dos órgãos e entidades.

Diante da filosofia de trabalho da SCAG/AUGE, consistente em somar iniciativas institucionais de capacitação dos servidores, visando a garantir a melhoria da qualidade e produtividade da gestão pública, foi realizado o I Seminário Estadual de Auditoria de Gestão - II Encontro do Sistema Estadual de Auditoria Interna que objetivou, nos seus painéis, atualizar os principais conceitos, instrumentos, técnicas de análise, avaliação de resultados e procedimentos da gestão pública, contribuindo para tornar mais amplo e integrado o campo de conhecimentos dos gestores públicos estaduais, auditores, auditores setoriais e seccionais.

Já à Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO/AUGE), na qualidade de unidade central do Subsistema de Auditoria Operacional, compete a coordenação das atividades de auditoria nos órgãos e entidades do Poder Executivo, uniformizando e sistematizando procedimentos de auditoria, e otimizando mecanismos de controle interno.

Foram realizadas reuniões entre a SCAO e as 55 unidades do subsistema de auditoria operacional, com foco na ampliação do relacionamento entre as unidades setoriais e seccionais de auditoria interna e na disseminação do objetivo de tornar a função auditoria interna instrumento preventivo e de apoio gerencial, de avaliação da eficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno existente. Tais cursos de treinamentos, ocorridos entre 20 de maio a 24 de junho, resultaram na divulgação da metodologia de coordenação do subsistema e das diretrizes de planejamento das ações de auditoria.

A concretização dos trabalhos de coordenação do subsistema de auditoria operacional, precedida de três treinamentos aos coordenadores e titulares das unidades setoriais e seccionais de auditoria interna, fez-se por meio das visitas e reuniões periódicas das coordenadorias com as unidades, em que foram repassados os roteiros de trabalho, instruções de serviço, entendimentos e interpretações de legislação. Foram realizadas 1.855 reuniões de trabalho durante o exercício de 2003.

As unidades setoriais e seccionais de auditoria operacional, em conjunto com a AUGÉ, elaboraram os seguintes produtos no exercício de 2003: 237 relatórios de auditoria, 29 pareceres e 122 certificados de auditoria, incluindo as empresas públicas.

Apesar de ser atribuição da SCAO coordenar o Subsistema de Auditoria Operacional, incumbiu-se ainda, no exercício de 2003, de executar diretamente trabalhos de auditoria em unidades do subsistema, os quais culminaram em 13 relatórios de auditoria.

Dentre estes relatórios, destaca-se o relatório de avaliação e saneamento da conta Restos a Pagar de 2002, visando à redução do endividamento público.

Com enfoque na apresentação do Subsistema de Auditoria Operacional, foi em 28 de abril de 2003 o I Encontro do Sistema Estadual de Auditoria, a fim de divulgar o

novo modelo adotado pela administração pública, principalmente no que diz respeito à coordenação efetuada pela Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO/AUGE) dos trabalhos de auditoria realizados pelas unidades setoriais e seccionais.

Foi apresentada, ainda, palestra sobre Aspectos Gerais da Controladoria-Geral da União, pelo ministro de Estado Francisco Waldir Pires de Souza.

Por sua vez, a Superintendência Central de Correição Administrativa trabalha com um conjunto de medidas prioritárias que visam a fortalecer o compromisso com a transparência dos atos de gestão da coisa pública e o combate à corrupção e à impunidade.

Dentre as medidas implementadas, destacam-se o exame de 248 processos administrativos disciplinares, a elaboração do Novo Código Disciplinar, como também do Código de Ética do Servidor Público.

Como forma de melhor atender o servidor público, evitando o seu deslocamento até a capital, a SCCA está interiorizando a atividade correcional no Estado e, para tanto, foram celebradas parcerias com as Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão, de Educação e de Saúde, lançadas no evento realizado em 13 de novembro de 2003, durante o qual foram assinadas as Resoluções Conjuntas.

Estabeleceu-se, ainda, parceria com a Defensoria Pública Estadual, por meio de Resolução Conjunta, com lançamento do programa de acesso à defesa processual, que permitirá que o servidor público carente possa ser representado nos processos por um defensor público, sem nenhum gasto financeiro de contratação de um advogado.

Outra preocupação da SCCA é a orientação ao servidor público quanto aos seus direitos e deveres. Para tanto, foi elaborado o “Manual de Orientação de Direitos e Deveres do Servidor Público”, o qual foi distribuído às comissões processantes, num total de 120 exemplares em todo o Estado.

Em novembro de 2003, foi realizado o I Encontro da Correição Administrativa do Poder Executivo Estadual com o objetivo de levar ao conhecimento de todo o sistema a política de correição proposta pelo governador, inclusive com a criação do Colegiado de Corregedores do Poder Executivo Estadual.

Este é um momento singular da administração pública, de resgate da seriedade no trato da coisa pública, da cidadania e dos princípios constitucionais que a regem, que não podem transigir com a improbidade administrativa, e, tampouco, com o desperdício dos gastos públicos.

O excelentíssimo senhor governador do Estado, Aécio Neves, tem dado destaque especial à transparência da gestão pública, sendo esta, portanto, a missão de cada um de nós, dirigentes e servidores da Auditoria-Geral do Estado.



**Advocacia-Geral do Estado - AGE**

A Advocacia-Geral do Estado, sucessora da Procuradoria-Geral do Estado e da Procuradoria-Geral da Fazenda, responsável pela representação judicial e extrajudicial do Estado, tem a seu cargo atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo.

A Emenda Constitucional nº 56/2003 em apreço, mais do que uma mudança de nome e a fusão de órgãos, trouxe no seu bojo toda uma nova concepção de administração, centrada na racionalidade de suas ações.

A unificação de órgãos e de carreiras, a descentralização administrativa, esta consubstanciada na instalação e ampliação das Advocacias Regionais, foram importantes para aumentar a eficácia na condução dos assuntos jurídicos de responsabilidade do Estado.

A Regional do Distrito Federal, foi ampliada e reestruturada para atender ao crescente volume de processos judiciais perante os Tribunais Superiores.

Encontra-se em elaboração projeto de lei que reestrutura e moderniza o Sistema de Consultoria Jurídica no Estado.

Já a subordinação técnica e jurídica ao Advogado-Geral do Estado de todas as consultorias, assessorias, departamentos jurídicos, procuradorias das autarquias e fundações é fator de expressivo significado para a unidade de ação de todos aqueles que são responsáveis pelas matérias jurídicas de o Estado seja parte.

Outrossim, a ampliação das atividades da Advocacia exigiram de imediato que o seu quadro funcional fosse adaptado à nova realidade, o que foi providenciado com a criação de 150 cargos de procuradores. Até então, a Advocacia contava com o mesmo número de procuradores de 20 anos atrás.

Ao todo, o Estado é parte em cerca de 100 mil processos com autor, e réu em torno de 50 mil feitos.

Registre-se que os Processos Tributários Administrativos (PTA) resultaram numa arrecadação para o erário de 50 milhões de reais no exercício de 2003.

No setor imobiliário, 1.533 processos foram recebidos, os quais, somados aos dos anos anteriores, perfazem 13.153 processos. Na área cível 1.103 processos novos foram recebidos e efetuadas 13 sindicâncias

O Contencioso Administrativo recebeu cerca de 5 mil ações que, somadas às dos exercícios anteriores, atingem aproximadamente 22.100 processos. Foram iniciados 882 processos trabalhistas, estando em andamento outros 4.821.

No que se refere aos precatórios, a Advocacia efetuou a análise de 457 processos, além de examinar 120 processos de Requisitório de Pequeno Valor (RPV). Deve-se salientar que a atuação da área trabalhista na liquidação dos débitos de precatórios resultou em economia para o Estado superior a R\$ 29.050,266,97, no período de

fevereiro a outubro de 2003, e de R\$ 435.061,38, de janeiro a outubro de 2003, referente ao Requisitório de Pequeno Valor.

Por seu turno, O Conselho de Administração de Pessoal, vinculado à Advocacia, recebeu 2.700 processos para exame, tendo sido julgados 60 por cento.

A Consultoria Jurídica recebeu 670 consultas, tendo emitido pareceres sobre 554 processos, estando em andamento 161 consultas. Preparou, ainda, 416 notas técnicas sobre matérias diversas, além de 42 informações. Foram 1.012 expedientes analisados.

A Assessoria Técnico-Legislativa, no desempenho de suas atribuições específicas, prestou assessoria na preparação de 116 projetos de lei de iniciativa do governador; examinou 817 projetos de iniciativa da Assembléia Legislativa e analisou 183 proposições de lei. Foram, ainda, preparados 546 decretos.

A Advocacia, por intermédio da sua Regional do Distrito Federal, acompanhou a movimentação de 1.101 processos nos Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal, estando outros 2.300 aguardando movimentação, ou seja, recentemente distribuídos e ainda não despachados.

#### **Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg**

Com a sanção da Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, surgiu uma nova relação administrativa e econômico-financeira que se consolida entre esta atarquia e o Estado de Minas Gerais.

O orçamento-programa aprovado de R\$ 531,70 milhões para 2003 teve, em seu primeiro momento, créditos orçados com despesas de precatórios judiciais e folha dos inativos do IPSEMG. Essas despesas oneraram os recursos de saúde, fazendo com que o instituto se engajassem em uma nova metodologia de trabalho, priorizando projetos e revendo metas.

O ano de 2003 foi marcado pela determinação em equalizar as despesas com a receita arrecadada. Para isso a Administração criou mecanismos de controle de arrecadação, de pagamento e de aquisição de material e serviço; reduziu as despesas e estabeleceu novas normas sobre a assistência à saúde, no âmbito do IPSEMG.

A Lei Complementar 70/03 transferiu para o Estado o pagamento com o pessoal inativo do IPSEMG. Essa medida, aliada à aprovação de crédito extra-orçamentário para pagamento de despesas de 2002, garantiu ao IPSEMG o equilíbrio orçamentário até o encerramento do exercício financeiro.

Como parte da reorganização do IPSEMG, a Lei Delegada 109, de 30 de janeiro de 2003, estabeleceu sua nova estrutura orgânica, com o enxugamento de unidades organizacionais e modificação do perfil das funções gerenciais.

O Quadro de Pessoal do Instituto, por sua vez, foi alterado pela Lei 14.690 de julho de 2003, que teve por objetivo a criação de mecanismos facilitadores no gerenciamento das atividades de cada área.

Na área administrativa, foram adotadas medidas de modernização e otimização de procedimentos, entre as quais vale destacar, na gestão de pessoal, a padronização das rotinas, em sintonia com aquelas estabelecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; o redesenho do processo de aposentadoria, com a conclusão da maioria dos expedientes que se encontravam pendentes e a redução de 22% do número de pessoal terceirizado dos serviços de limpeza e portaria. Destaca-se, ainda, a modernização do sistema de compras, graças a racionalização do processo, incremento do pregão presencial e implementação do pregão eletrônico, na maioria dos processos de aquisição, com ganho de eficiência, transparência, agilidade e economia para o instituto.

Por meio dos Sistemas Integrados de Administração de Pessoal (SISAP) e o Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD), está havendo a integração do IPSEMG com os sistemas corporativos do Estado, objetivando a racionalização e a unificação de bases de dados governamentais.

Em atendimento ao Decreto 43.576, de 9 de setembro de 2003, foi elaborada a proposta do anteprojeto de lei do Plano de Carreira dos Servidores do seu Quadro de Pessoal, encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, conforme determinação constitucional.

A área de Previdência implementou mecanismos que possibilitaram a gestão eficiente do Fundo de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Funpempg), observando os princípios de segurança e de rentabilidade, de forma a construir sólida reserva de recursos que garantam o pagamento de compromissos futuros.

A aplicação das reservas técnicas do Fundo de Previdência no mercado financeiro ocorreu em conformidade aos limites e classes de investimentos permitidos pela Resolução 2.652/99 do Conselho Monetário Nacional, de acordo com a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração do Funpempg.

De modo a oferecer maior transparência às ações desenvolvidas, foi criado "site" na internet para informações sobre o fundo.

Com o objetivo de agilizar a concessão e pagamento de pensões, foram revistos os procedimentos administrativos, unificando os entendimentos legais aplicados à matéria. Isso possibilitou a concessão, no prazo de 30 dias, dos benefícios relativos a processos que não dependam de estudos socioeconômicos ou de análise de invalidez.

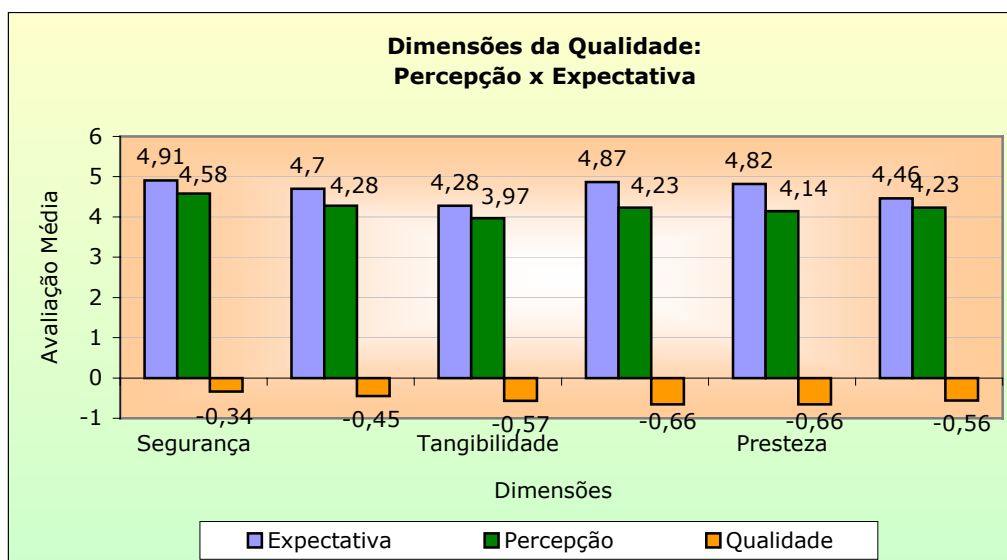
As pensões atualmente pagas pelo IPSEMG encontram-se em processo de auditoria, num trabalho com a Auditoria Geral do Estado. Para garantir a eficiência e a confiabilidade dos pagamentos, foi instituída uma equipe permanente de controle interno da folha de pensão. Por sua vez, as pensões decorrentes de convênios com

prefeituras, vedadas pela legislação previdenciária vigente, foram alvo de estudos visando à sua regularização.

A Diretoria de Previdência foi responsável pelo acompanhamento e tramitação da reforma previdenciária no Congresso Nacional e repasse das informações ao governo. Para tanto, foram elaborados relatórios e notas técnicas, periodicamente.

Iniciou-se em 2003 o processo de migração do Certificado da ISO modelo 9000/1994 para a ISO 9000/2000, das áreas de concessão de benefícios previdenciários, hemodiálise e laboratório de análises clínicas, com o intuito de adequar os preceitos da qualidade no âmbito de suas atividades a essa nova versão.

Com o objetivo de avaliar o nível de satisfação do beneficiário e melhorar a qualidade na prestação dos serviços na área de saúde, foi realizada uma pesquisa no setor de ultra-sonografia do Hospital Governador Israel Pinheiro, utilizando a metodologia SERVQUAL para a coleta e análise dos dados, com resultado satisfatório, conforme gráfico a seguir.



Fonte: Pesquisa de marketing - Avaliando a qualidade dos serviços prestados pelo setor de ultra-sonografia.

Dentro do conjunto de ações implementadas pelo Hospital Governador Israel Pinheiro, vale citar a abertura de dois novos leitos de CTI, a implantação da farmácia satélite no CTI, a instalação e o funcionamento de um aparelho de tomografia e a criação da unidade coronariana. Esses procedimentos, além do incremento da oferta de serviços ao segurado, possibilitaram a redução de gastos provenientes do encaminhamento desses serviços à rede credenciada.

Foi implementado no IPSEMG o curso de pós-graduação stricto sensu em Ciência da Saúde, para diversas especialidades médicas, a ser ministrado por profissionais do corpo clínico do HGIP, sem ônus para o instituto.

A aprovação de nova tabela de procedimentos hospitalares possibilitará maior eficiência e segurança na realização de despesas com serviços de saúde credenciados, ao tratar os procedimentos mais complexos de maneira global e simplificada, eliminando despesas acessórias, etapas hoje realizadas pelos revisores de contas.

Outra medida de controle das despesas da área de saúde foi a implantação em outubro de 2003 do novo Sistema de Assistência Descentralizado à Saúde (SADS) que possibilitará maior controle e agilidade no processamento das despesas realizadas pela rede credenciada.

A Superintendência Odontológica promoveu novas definições na metodologia de trabalho, implementando ações, como: ativação da ala reformada para a Clínica de Dentística e a Clínica Infantil; inauguração de 23 consultórios dentários; alterações do projeto de reforma do imóvel do Centro Odontológico para atendimento às exigências das normas da Vigilância Sanitária; reativação da central de material esterilizado e remanejamento de equipamentos odontológicos completos entre as diversas agências regionais.

Em relação à rede de assistência à saúde no interior do Estado, o IPSEMG envidou todos os esforços para minimizar os efeitos dos cortes impostos pela necessidade do reequilíbrio econômico-financeiro do instituto.

O IPSEMG em 2003 fortaleceu sua capacidade de gerenciar recursos, estabelecendo rigoroso controle dos custos, buscando dessa forma garantir o equilíbrio orçamentário financeiro do instituto e a manutenção de serviços de qualidade ao segurado.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**  
**2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais</b>	<b>9.258.054</b>	<b>12.709.941</b>			
041220012.206.0001 - Direção Superior	4.320.521	4.050.883			
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	96.000	77.748			
041223014.117.0001 - Serviço de Proteção Governamental a Autoridades e Segurança Física dos Palácios	3.892.594	5.070.766	Palácio Mantido (Palácio)	3	3
			Aeronave Mantida (Aeronave)	5	5
			Veículo Mantido (Veículo)	101	101
04272777.7052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	947.939	991.812			
061823314.125.0001 - Assistência a Municípios em Calamidade ou em Situação de Emergência	1.000	2.518.732	Município Assistido (Município)	853	300
<b>Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais</b>	<b>-</b>	<b>625.214</b>			
041222104.608.0001 - Auditoria Geral do Estado (4)	-	625.214	Auditoria Individualizada para Órgão/Entidade Concluída (Relatório)	-	114
			Coordenação da Prestação de Contas dos Órgãos/Entidades Junto ao Tribunal de Contas Realizada (Relatório)	-	114
			Gestão Fiscal Concluída (Relatório)	-	1

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Avaliação da Execução da Lei Orçamentária Anual Concluída (Relatório)	-	1
			Auditoria Setorial para Órgão/Entidade Concluída (Relatório)	-	192
			Trabalho de Auditoria Operacional Implantado (Núcleo)	-	54
			Auditoria de Execução Direta Realizada (Auditoria)	-	28
			Núcleo do Subsistema de Auditoria Operacional Coordenado (Núcleo)	-	57
			Procedimento Administrativo de Correição Realizado (Processo)	-	248
<b>Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais</b>	<b>20.953.990</b>	<b>24.862.109</b>			
030921364.210.001 - Serviços de Assistência Jurídica	5.954.289	11.332.059	Parecer Elaborado (Parecer)	1.000	1.012
			Processo Imobiliário Acompanhado (Processo)	5.000	2.657
			Processo Administrativo Acompanhado (Processo)	50.000	22.215
			Processo Cível Acompanhado (Processo)	10.000	7.594
			Processo Trabalhista Acompanhado (Processo)	5.000	4.821
031220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.429.607	2.386.374			
031220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	600.000	577.739			
031221324.130.0001 - Julgamento de Processos e Apreciação de Recursos	1.000	800	Processo Instaurado (Processo)	1.500	2.698

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Processo Julgado (Processo)	2.000	1.790
			Recurso Julgado (Recurso)	1.500	635
			Recurso Apresentado (Recurso)	1.500	970
032727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	12.969.094	10.565.137			
<b>Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (I)</b>	<b>981.641.158</b>	<b>996.866.733</b>			
083013654.250.0001 - Assistência Farmacêutica	3.081.220	1.059.841	Beneficiário Atendido (Beneficiário)	41.071	68.368
083013654.928.0001 - Assistência Social do Ipsemg	1.800.000	1.050.875	Auxílio Diverso Pago (Auxílio)	14.490	58
			Beneficiário Atendido (Beneficiário)	59.300	67.508
083033654.378.0001 - Gestão do Hotel da Previdência de Araxá	2.639.900	907.877	Pessoa Hospedada (Pessoa)	6.082	1.475
			Diária Concedida (Diária)	24.682	7.012
091220012.206.0001 - Direção Superior	9.984.500	9.929.071			
091220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	21.035.200	15.456.151			
091220012.350.0001 - Desenv. e Manutenção dos Serviços de Informática	3.900.000	3.158.486			
091227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	67.139.428	67.139.391			
092723664.929.0001 - Concessão de Benefícios Previdenciários	30.759.200	24.969.705	Seguro Diverso Pago (Seguro)	2.258	1.093



Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Auxílio Reclusão Pago (Auxílio)	40	4
092723664.930.0001 - Encargos com Pensionistas Decorrentes da Lei Complementar 64/2002	482.338.758	502.109.850	Pensão Paga (Pensão)	41.900	40.474
092727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	72.642.943	76.153.582			
013013674.932.0001 - Reserva Técnica (2)	1.000	340.603	Reserva Técnica Constituída (R\$ Mil)	14.523	-
103023674.232.0001 - Execução das Ações Descentralizadas de Saúde na Capital	39.473.364	61.486.789	Consulta Médica Realizada (Consulta)	317.900	426.101
			Internação Realizada (Internação)	1.496	1.621
			Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	450.058	216.020
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	403.840	170.713
103023674.233.0001 - Serviços Odontológicos Próprios	15.309.700	12.415.883	Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	280.430	237.133
103023674.248.0001 - Serv. Médicos, Odontológicos e Previdenciários Regionais	132.314.945	128.554.356	Consulta Médica Realizada (Consulta)	1.031.100	1.570.881
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	6.200	7.581
			Internação Realizada (Internação)	22.737	14.318
			Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	1.841.190	1.590.417
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	2.894.000	2.047.146

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
103023674.249.0001 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial no Hospital Governador Israel Pinheiro	99.221.000	92.134.273	Consulta Médica Realizada (Consulta)	206.500	206.962
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	28.600	30.245
			Internação Realizada (Internação)	16.350	16.694
			Atendimento Emergencial Prestado (Atendimento)	97.500	128.174
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	1.300.000	1.589.107
<b>4431 - Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais - FUNPEMG</b>	<b>3.115.297</b>	<b>-</b>			
092723634.303.0001 - Reserva de Benefícios (3)	3.115.297		- Reserva Técnica Constituída (R\$Mil)	2.945.297	27.496.043
<b>TOTAL</b>	<b>1.014.968.499</b>	<b>1.035.063.997</b>			

Fonte: SIAF - valores dezembro/2003.

(1) Nota explicativa para o Ipsemg: As quantidades relativas às metas executadas foram estimadas através da técnica de Análise de Regressão Linear Simples.

(2) Não houve execução da meta referente à Reserva Técnica devido a indisponibilidade de recursos financeiros.

(3) O Funpemg não tem execução orçamentária, apenas lançamento em conta contábil e aplicação financeira, conforme determina legislação vigente. (valor em 30/11/03)

(4) As metas desta atividade foram programadas pela Secretaria da Fazenda e executadas pela Auditoria a partir da sua criação.







O modelo de gestão implantado pelo Governo Aécio Neves, objetivando o equilíbrio das contas públicas, propõe a contenção do custeio e a minimização do déficit fiscal a curto prazo. Neste sentido, foram geradas ações de avaliação institucional, definindo as funções dos órgãos e suas competências dotando o Estado de uma estrutura organizacional adequada a sua realidade.

Com o propósito de viabilizar tais ações, o Governo, por meio da Lei Delegada n.º 52, agregou as Secretarias da Casa Civil, da Comunicação Social e de Governo e Assuntos Municipais, a apenas uma, a Secretaria de Estado de Governo.

Cumprindo sua missão de prestar assessoramento direto ao governador do Estado no desempenho de suas atribuições constitucionais, nos atos de gestão e administração dos negócios públicos e assuntos relativos à política de comunicação social, a Secretaria de Estado de Governo vem desempenhando seu papel de coordenar ações de representação e relacionamento político-institucional com lideranças políticas, publicar atos administrativos assinados pelo governador, executar atividades relativas ao funcionamento e manutenção dos palácios, assessorá-lo no que diz respeito à Imprensa, além de divulgar todas as atividades desenvolvidas pelos órgãos da administração pública estadual.

A Secretaria Adjunta de Governo com ações voltadas para as áreas de planejamento, gestão e finanças da instituição, participou ativamente do processo de redução de gastos exigido pelo modelo de gestão recomendado pelo Governador no início da administração.

Destacam-se nessas ações iniciativas de projetos como a parceria com instituições privadas, objetivando a reforma do Palácio dos Despachos; empenho em reduzir despesas com serviços de telefonia, energia elétrica e água, além de outros procedimentos, visando à adequação das cotas orçamentárias e financeiras limitadas para esta Secretaria.

Iniciou-se, também, projeto-piloto visando à locação de frota de veículos, destinada a atender demanda desta Secretaria que concluído proporcionará significativa economia com o recolhimento da atual frota sucateada.

A Subsecretaria da Casa Civil teve destacada atuação no acompanhamento da tramitação dos diversos projetos de lei e leis complementares no Legislativo Estadual, em especial aquelas leis que proporcionaram a reforma administrativa que modernizou a máquina pública. Participou ainda ativamente como o elo entre as demais Pastas e a Advocacia Geral do Estado no tocante à elaboração e edição dos diversos decretos que complementaram e regulamentaram as ações do Executivo.

A atuação da Subsecretaria de Comunicação Social, durante 2003, pautou-se pelo conceito fundamental de que, para o Poder Executivo, o ato de comunicar faz parte do ato de governar. Ou seja: a política de comunicação governamental esteve permanentemente atrelada ao conjunto dos desafios enfrentados no primeiro ano da administração.

Das iniciativas mais relevantes, destacam-se a campanha de esclarecimento sobre a reforma do Estado; a de orientação para o cadastramento escolar, para a “escola mais cedo”, a partir dos seis anos; a de informação sobre o início do processo de regionalização do atendimento à saúde; a de informação sobre o programa Primeiro Emprego; e as campanhas de informação sobre o processo de mudança em áreas de serviços essenciais, como segurança pública.

Vale ressaltar que a reestruturação da Subsecretaria de Comunicação Social ocorreu no início desta administração com o objetivo de manter a sociedade mais bem informada sobre as ações do governo, atuando como instrumento de total transparência dos atos e decisões do Estado.

A prática do choque de gestão na comunicação compreendeu três linhas básicas, que serão modelo para o próximo ano: a centralização dos investimentos em publicidade dos órgãos do Estado, sob coordenação dessa Subsecretaria, permitindo maior racionalidade e eficácia na aplicação dos recursos; o apoio para reformulação gerencial e operacional das estruturas de comunicação das Secretarias; a definição de políticas públicas de comunicação para as grandes áreas da administração, compreendendo a estratégia para atração de investimentos e a promoção e o desenvolvimento social.

Tendo em vista o termo de contratos anteriores, cujos objetos são a prestação de serviços por agências de publicidade, realizou-se licitação prevista em lei, pautando os vencedores do certame pela política de transparência e comprometimento dos novos contratos, com a necessidade de interação do governo com a sociedade.

Em outubro de 2003, foi celebrado com o Ministério da Justiça, em articulação com as Secretarias de Estado de Governo e de Defesa Social, convênio que integra os Planos Nacional e Estadual de Segurança Pública voltado para o fortalecimento da Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais, com que se pretende dar transparência e eficiência às atividades de controle externo da atividade policial por meio de várias ações, como a criação da Ouvidoria Itinerante, da realização de seminários, palestras, encontros técnicos, cursos de capacitação voltados para os agentes de segurança pública, da criação do serviço Disque-Corrupção, o desenvolvimento de pesquisas sobre a eficiência do controle interno e externo e da implantação de núcleos da Ouvidoria na macrorregiões do Estado de Minas Gerais.

Atendendo solicitação do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CONEDH) a Ouvidoria providenciou o levantamento do passivo de denúncias existentes referente ao período de 1998 a 2002. Com vistas a solucionar o problema, foi estabelecido uma parceria com a Faculdade de Direito da PUC/Minas e organizado um “mutirão” envolvendo alunos, professores e equipe técnica da Ouvidoria.

No desempenho de suas funções, a Ouvidoria já recebeu 3.811 denúncias. De janeiro a novembro de 2003 foram realizados três encontros técnicos, um curso de capacitação dos agentes de segurança pública e várias palestras e participações nas academias de Polícia Civil e Militar.

O Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (CONSEA-MG) realizou cinco reuniões plenárias ordinárias e uma extraordinária. Em outubro foi debatido e aprovado o Programa Leite Pela Vida e em novembro foi debatido e aprovado o Programa Minas Sem Fome.

O Programa Mutirão pela Segurança Alimentar Nutricional em Minas Gerais (PROSAN) aprovou duas centenas de pequenos projetos beneficiando 10 mil pessoas, abrangendo 95 municípios.

A Comissão Técnica Institucional, integrada por técnicos das diversas Secretarias de Estado que participam do CONSEA-MG, trabalhou na elaboração do Plano Integrado e Prioritário de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais – Dignidade e Vida II.

O CONSEA-MG sugeriu e apoiou programa de parceria entre as Secretarias Extraordinárias de Reforma Agrária e de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas com a UFMG, Unimontes e Pastoral da Criança, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento sustentável das Comunidades Remanescentes de Quilombos na região do Gurutuba.

No decorrer deste ano, o CONSEA-MG, hoje referência nacional, prestou assessoria na instalação de conselhos congêneres em São Paulo, Paraná, Bahia e Paraíba.

Os Escritórios de Representação do Governo de Minas em Brasília e no Rio de Janeiro cumpriram sua função de representar e defender os interesses do Governo do Estado; o Escritório de São Paulo permanece desativado.

### **Loteria do Estado de Minas Gerais**

A Loteria Mineira no cumprimento de sua missão, gerou recursos para financiamento de obras e serviços do Governo do Estado nas áreas de Segurança, Assistência Social, Educativa, Cultural e Desportiva, por meio da exploração do jogo lotérico no Estado de Minas Gerais.

Promoveu ações objetivando a contenção de despesas e desenvolveu novos jogos a serem lançados no mercado, a curto prazo, visando a aumentar a arrecadação de recursos financeiros.

### **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IOF**

A Imprensa Oficial ampliou seu objetivo de levar informações oficiais sobre todos os atos e fatos emanados do Governo do Estado, mediante publicações no “Diário Oficial do Estado”, o jornal Minas Gerais, dando-lhe uma nova apresentação da capa.

Na área de recursos humanos, deu-se estímulo à criação de um campo propício ao trabalho, ministrando treinamentos para o funcionalismo nas diversas áreas e retornando-se o controle de frequência. Na área de jornalismo criou-se um grupo destinado a desenvolver a publicidade dos atos de todas as áreas do governo.

Na área financeira registrou-se acréscimo na arrecadação de aproximadamente 60% em relação à receita projetada para o exercício, em função de cobranças de débitos vencidos e conquista de novos clientes.

Promoveu redução do custeio na racionalização dos serviços e na área de aquisições de bens e serviços deu-se ênfase à prática de licitações por meio de pregões presenciais. Retornou-se ainda a prática de manutenção preventiva de equipamentos.

No campo cultural, além de desenvolver as atividades do Coral e da Orquestra Sinfônica promoveu convênio com a Academia Mineira de Letras, visando a promover o desenvolvimento de ação conjunta, com vistas à realização de atividades culturais e de pesquisa na área de literatura. Participou na criação do Instituto Mineiro de Cultura cujo objetivo é a divulgação da cultura em todos os campos do conhecimento humano e no preparo do Museu da Imprensa Oficial com a implantação do projeto “Lições de Governar Minas”, servindo-se do acervo existente na própria Imprensa.



**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA  
2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado de Governo</b>	<b>40.562.459</b>	<b>45.713.222</b>			
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	274.732	194.668			
041220012.206.0001 - Direção Superior	2.063.496	2.322.059			
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	7.255.091	7.406.879			
041220012.293.0001 - Operacionalização Ações de Conselho	133.907	164.001	Ação Realizada (Ação) (I)	I	-
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	721.147	364.677			
041220014.080.0001 - Posto de Serviço Integrado Urbano - PSIU	5.149.280	-	Atendimento Prestado (Atendimento) (I)	6.000.000	-
041220014.209.0001 - Administração de Palácios	1.197.303	1.383.213	Apoio Logístico às Ações do Governador Realizado (Ação)	I	I
041222104.060.0001 - Assistência à Ação da Vice-Governadoria	575.497	756.903	Ação de Assessoramento ao Vice-Governador Realizada (Ação)	I	I
041222104.605.0001 - Asses. à Gestão do Governador	840.428	1.509.014	Ação Assessoramento ao Gov. Realizada (Ação)	I	I
041222104.607.0001 - Assessoria de Assuntos Internacionais e Cerimonial	621.517	433.273	Ação Asses. de Assuntos Inter.e de Cerimonial Realizada (Ação)	I	I
041222104.608.0001 - Auditoria Geral do Estado	72.417	58.092	Ação Realizada (Ação) (I)	I	-
041222104.911.0001 - Assessoria de Assuntos Constitucionais e Políticos	3.000	-	Ação de Assessoramento ao Governador Realizada (Ação) (I)	I	-
041317814.904.0001 - Divulgação Governamental	5.779.983	13.369.675	Ação de Comunicação Social Realizada (Ação)	I	I

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	15.195.937	16.619.310			
143062294.697.0001 - Gestão do Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA-MG	500.000	303.513	Seminário Realizado (Seminário)	12	12
			Fórum Realizado (Fórum)	5	5
			Reunião Realizada (Reunião)	10	10
144224804.256.0001 - Operacionalização das Ações da Ouvidoria de Polícia	112.138	827.945	Ação Realizada (Ação)	1	1
184226504.495.0001 - Operacionalização das Ações da Ouvidoria Ambiental	66.586	-	Ação Realizada (Ação) (2)	1	-
<b>Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas em Brasília</b>	<b>773.097</b>	<b>753.125</b>			
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	618.403	601.394	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	1
022727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	154.694	151.731			
<b>Escritório de Represent. do Governo do Estado de Minas no Rio de Janeiro</b>	<b>309.699</b>	<b>179.320</b>			
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	272.089	169.195	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	1
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	37.610	10.125			
<b>Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas em São Paulo</b>	<b>11.841</b>	<b>10.552</b>			
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	1.000	-	Ação de Interesse do Estado - Realizada (Ação) (2)	1	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	10.841	10.552			
<b>Loteria do Estado de Minas Gerais</b>	<b>30.553.806</b>	<b>26.417.580</b>			
231220012.206.0001 - Direção Superior	3.895.000	4.234.518			
231220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.005.000	467.296			
231227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000	-			
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.327.856	957.736			
236927674.820.0001 - Operacionalização de Jogos de Loteria	24.324.950	20.758.030	Recurso Arrecadado (R\$ mil) (4)	23.370.303	20.721.884
<b>Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais</b>	<b>14.770.351</b>	<b>20.236.002</b>			
221220012.206.0001 - Direção Superior	533.000	431.463			
221220012.288.0001 - Serv. de Apoio Administrativo e Financeiro	4.626.286	3.843.243			
221220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	600.000	422.557			
221227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	13.166	-			
222727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	2.712.608	2.946.245			
226627644.624.0001 - Edição e Confecção Gráfica	5.418.291	11.706.511	Jornal Minas Gerais Impresso (Página) (3)	10.132.786	6.461.257
			Impresso Confeccionado (Impresso) (3)	11.569.308	367.837.580
226927654.625.0001 - Comercialização de Jornal e Serviços Gráficos em Geral	867.000	885.983	Assinatura Realizada (Assinatura)	247.236	210.803

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Jornal Minas Gerais Avulso Vendido (Caderno)	208.944	100.335
			Jornal Minas Gerais Acessado Via Internet (Acesso)	2.276.724	2.390.295
<b>TOTAL</b>	<b>86.981.253</b>	<b>93.309.801</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

- (1) - Atividades transferidas para outros órgãos por força da Lei Delegada 049 de 02/01/2003
- (2) - Desativadas
- (3) - As metas foram programadas sem referências anteriores, uma vez que foram cadastrados novos indicadores
- (4) - O orçamento inicial era de R\$ 24.324.950, . Foi anulado para transferência a outros órgãos







O consenso sobre a urgência de reforma e modernização do aparato estatal mineiro resultou em medidas de curto prazo e na instituição de novo marco legal, ambos para mudanças efetivas na gestão pública, com alcance de longo prazo.

No curto prazo, utilizou-se o instrumental existente para o planejamento e o poder conferido ao novo governador do estado, por meio da Resolução 5.210, de 12 de dezembro de 2002, para implementar um conjunto de medidas, como a edição de 62 leis delegadas em janeiro de 2003.

A Lei Delegada 49, de 2 de janeiro de 2003, representa o marco inicial do projeto de reforma do Estado em Minas Gerais. Seu efeito mais evidente pode ser constatado no quantitativo de Secretarias de Estado, cujo número passou de 21 para 15, resultando numa redução imediata de 1.396 cargos comissionados.

Em relação às fusões dos órgãos da administração direta, cabe ressaltar a da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) com a de Recursos Humanos e Administração (SERHA) em uma única Secretaria, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Este modelo foi replicado nos órgãos setoriais e entidades vinculadas e prevê a formação de base comum na estrutura meio, capaz de integrar planejamento, gestão e finanças à mesma unidade administrativa. Tal modelo permite que ações planejadas e sua gestão sejam permanentemente contrastadas com a efetiva capacidade financeira, possibilitando que eventuais desvios possam ser corrigidos de forma eficaz, quebrando o círculo vicioso da administração pública, ou seja, a dispersão de esforços e dos escassos recursos e, o mais grave, o seu comprometimento sem o devido respaldo financeiro.

Foi criada a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento que iniciou em 2003 o processo de planejamento estadual para disseminação de um novo modelo de gestão para a administração pública. As três peças que corporificam esse processo – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), coordenados pela Superintendência Central de Planejamento (SUCEP) e o Orçamento, coordenada pela Superintendência Central de Orçamento (SUCOR), estão plenamente integradas, de forma que a visão de futuro de Minas e os objetivos prioritários, definidos pelo Colegiado de Gestão Governamental e ratificado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), estejam materializados em programas e ações concretas definidas no PPAG e Orçamento.

Face essencial do Choque de Gestão, este novo “planejar”, preconizado no Plano de Governo, está fundamentado em duas premissas: 1) o novo papel do estado no desenvolvimento; e 2) a inadiável e hercúlea tarefa de transformar idéias em ações, planos em resultados concretos.

O caminho da construção coletiva de um novo tempo para Minas Gerais teve seu início com a elaboração do PMDI. Proposto pelo CDES, e de caráter indicativo para a sociedade, o PMDI reconhece que o planejamento centralizado e autárquico de governo não é estruturalmente capaz de cooptar outros atores sociais em torno de uma agenda de desenvolvimento. Além disso a severa situação fiscal do estado determina a busca de parcerias como a única opção viável de desenvolvimento. O envolvimento de todo o governo e da sociedade, desde a definição do “Estado que



queremos ser” até a proposição das iniciativas necessárias para se chegar lá, permeou a construção do PMDI.

“Minas, o melhor Estado para se viver” é a imagem metafórica idealizada pelo CDES para 2020, com uma dimensão idílica, subjetiva, da busca da felicidade para os mineiros, sem negligenciar os fatores socioeconômicos espelhados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que contribuem para tais aspirações.

Desta aspiração, considerada factível no melhor cenário descrito no PMDI, desdobraram-se 3 opções estratégicas e 10 objetivos prioritários. A partir daí, transformar o PMDI em ações concretas ocupou nossas agendas. A Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado (GERAES) batizou o conjunto de 31 projetos estruturadores definidos como fundamentais para a concretização da visão de futuro. O desenvolvimento socioeconômico do estado sob a perspectiva regional e local e a busca de parcerias estão presentes tanto nos projetos da GERAES quanto no PPAG 2004-2007.

Este processo inegavelmente contribui para a construção de uma administração pública verdadeiramente empreendedora, implicando novas práticas e conceitos e uma profunda mudança no modelo mental dos gestores públicos. E isso ocorrerá também com a reorganização do estado, já em andamento, com o equilíbrio das finanças públicas e com a melhoria da gestão dos recursos governamentais.

Fato que marcou a história de Minas e do País foi a realização de audiências públicas na Assembléia Legislativa de Minas Gerais para discutir e aprimorar os resultados do processo de planejamento estadual. As principais demandas da sociedade reveladas nas audiências foram incorporadas ao PMDI, ao PPAG, e já serão atendidas em 2004 por meio da Lei Orçamentária.

A formação da aliança para o desenvolvimento de Minas presente no planejamento estadual, congregando esforços dos poderes públicos federal, estadual e municipal, do setor privado e demais setores organizados da sociedade mineira, representa o primeiro passo para futuramente vivermos no melhor Estado do País.

Além da coordenação da elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) a Superintendência Central de Planejamento (SUCEP), da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, liderou a construção do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) promovendo o detalhamento dos projetos estruturadores e dos programas prioritários de Governo com a participação de todos os órgãos e entidades do Estado e os Poderes Legislativo e Judiciário.. Estas informações foram transferidas para o Orçamento e hoje se alcança a integração entre o PMDI, o PPAG e o Orçamento.

Mas o principal benefício do PPAG 2004-2007 será a sua efetiva utilização como instrumento de gestão, gerando acordos de resultados que, dentro da nova visão administrativa, deverão ser continuamente monitorados, com análises periódicas, visando à avaliação das ações dos órgãos e à criação de esquemas de incentivos para a eficácia dos órgãos e produtividade dos servidores.

Neste aspecto, e concluindo o balanço SUCEP/2003, pode-se mencionar a introdução do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN), a participação no Plano de Curto Prazo – 2003 e a iniciativa seminal de promoção de parcerias com o setor privado iniciada em 2003, antes mesmo da existência de seu marco legal. Uma força-tarefa coordenada pela SUCEP e pela Superintendência Central de Coordenação Geral (criada em 2003), desencadeou a consolidação de parcerias com empresas sucroalcooleiras situadas no Triângulo Mineiro para a construção e melhoria de estradas, beneficiando a população local e gerando ganhos de competitividade para o setor.

A Superintendência Central de Coordenação Geral, criada em 2003, por intermédio da Diretoria Central de Coordenação e Acompanhamento da Ação Governamental tem o objetivo de contribuir para a racionalização e otimização dos recursos no processo de implementação das políticas públicas do Estado de Minas Gerais. Em 2003, as competências legalmente constituídas da Diretoria foram materializadas em:

- Apoio logístico às reuniões das Câmaras Temáticas e do Colegiado de Gestão Governamental, bem como articulação para implementação das deliberações dos referidos órgãos colegiados, nas diversas instâncias de governo;

- implementação do Fórum de Superintendentes de Planejamento, Gestão e Finanças, como um instrumento de gestão e de integração dos órgãos da administração direta, a fim de propiciar um incremento da eficiência e da eficácia das ações governamentais;

- coordenação e acompanhamento dos trabalhos das comissões encarregadas de - viabilizar a implementação das ações do Plano Emergencial de Segurança Pública, com o objetivo de atenuar os índices de violência no estado;

- monitoramento e participação nos Conselhos Estaduais, Comitês de Bacias Hidrográficas e Comissões Temáticas em questões de natureza deliberativa, consultiva e normativa, contribuindo para que as decisões tomadas por esses órgãos colegiados estejam alinhadas com as diretrizes do governo;

- articulação entre os setores da administração pública estadual, bem como proposição de alternativas para suprimir as dificuldades encontradas no processo de implementação das políticas públicas, na execução das ações do poder executivo estadual, no âmbito dos programas multissetoriais.

A Diretoria Central de Coordenação atuou ainda na efetivação do Plano Estratégico para conter efeitos das chuvas nas rodovias do estado (Plano de Prevenção); apoio na regulamentação da lei que dispõe sobre o Programa Primeiro Emprego; articulação para inclusão das empresas subvencionadas no SIAFI; participação na implementação do Processo de Revitalização do Entorno do Lago de Furnas; avaliação de propostas de implementação de projetos de políticas públicas na área de Direitos Humanos; identificação de sobreposição de ações governamentais a partir da análise dos programas integrantes do Plano Plurianual 2004-2007; análise e parecer técnico sobre as solicitações de contrapartida para convênios não previstos no orçamento do exercício fiscal, elaboração de notas técnicas sobre assuntos de interesse público, entre outras atividades correlatas.

A Diretoria Central de Projetos (DCP), também criada na Superintendência Central de Coordenação Geral, em consonância com as diretrizes de governo, articulou diversas ações com a administração pública estadual objetivando a formação de uma carteira unificada de projetos para Minas Gerais. Em 2003, foram cadastrados na DCP 92 projetos oriundos de vários órgãos estaduais, dos quais 34 foram encaminhados a Brasília e encontram-se, atualmente, aguardando o descontingenciamento dos recursos federais. Os demais estão ainda em fase de elaboração e/ou entrarão como propostas de emendas orçamentárias no OGU 2004.

Neste momento inicial de mobilização da máquina pública, mais importante que a simples celebração de convênios com a União, figura a própria reorganização e direção conferidas pela ação da Central de Projetos, para capacitar o estado a executar tal tarefa de forma mais proveitosa para o povo mineiro. Sem a devida orientação técnica e institucional, além do acompanhamento prestado pelo Escritório de Representação de Minas Gerais na capital federal, muitos projetos do estado acabam sobrepondo-se na procura por financiamento ou sendo rejeitados por inconsistências diversas. Visando a um novo patamar de excelência e objetividade para os projetos elaborados em Minas Gerais, a Diretoria Central de Projetos buscou ordenar e sistematizar o processo de encaminhamento de propostas para os ministérios, estabelecendo prioridades e padrões a serem seguidos. Portanto, no primeiro ano de atividades da Central de Projetos, a principal meta foi retificar a pulverização de esforços da administração pública mineira na busca de recursos federais e inaugurar uma fase de revigoramento dos projetos apresentados por Minas.

Durante 2003, a Superintendência Central de Orçamento elaborou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2004, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e metas da administração pública estadual, orientar a elaboração da Lei de Orçamento Anual, dispor sobre as alterações na legislação tributária e instituir as normas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento para o exercício de 2004.

Foi aperfeiçoado o Módulo de Elaboração da Proposta Orçamentária buscando melhorar os procedimentos necessários ao registro de dados e proporcionar aos usuários agilidade, simplicidade, clareza e segurança.

O Manual Técnico de Procedimentos para a elaboração da Proposta Orçamentária 2004, foi revisado com o objetivo de fornecer às unidades orçamentárias orientação quanto aos procedimentos metodológicos e os aspectos formais a serem observados.

Elaborou-se ainda o Projeto de Lei dos Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado, visando a estimar a receita e fixar a despesa do estado para o exercício 2004 em consonância com os dispositivos constitucionais e a legislação vigente.

A Superintendência de Orçamento também orientou, acompanhou e supervisionou os órgãos e entidades sobre a matéria orçamentária, atendendo suas demandas por meio de pareceres técnicos, elaboração de decretos, análise e liberação de cotas e créditos adicionais.

A coordenação e consolidação das Propostas Orçamentárias parciais dos órgãos e entidades para o exercício 2004 foi efetivada com o acompanhamento do fechamento do exercício fiscal.

Foi também criada dentro da Secretaria de Planejamento e Gestão a Subsecretaria de Gestão que deu continuidade ao processo de reorganização dos arranjos institucionais setoriais, procedeu-se à elaboração de 66 decretos para regulamentação das estruturas dos órgãos e entidades estaduais, indicados nas leis delegadas.

Visando a mudanças no modelo de gestão do estado, foi concebido o Projeto Estruturador Choque de Gestão: pessoas, qualidade e inovação na administração pública. Gestão remete à idéia de uma capacidade administrativa eficiente e moderna. A expressão choque de gestão pretendeu provocar a reflexão sobre a necessidade de reverter o modelo burocrático, centralizado e moroso da administração pública em uma nova modalidade de gerenciamento focado nos resultados para atender as demandas da sociedade.

As ações implementadas em 2003 criaram as condições legais para viabilizar o Projeto Estruturador Choque de Gestão: pessoas, qualidade e inovação na administração pública, por meio da revisão do modelo de gestão dos recursos humanos, dos processos e rotinas administrativas, da compatibilidade entre estruturas organizacionais e funções e, acompanhando a tendência mundial, da parceria do terceiro setor e do setor privado na prestação de serviço público, com a avaliação do desempenho institucional e individual e a transparência da ação pública. Faz-se importante destacar que todo o arcabouço legal foi constituído a partir de novo paradigma que prevê o alinhamento entre desenvolvimento de pessoas, objetivos organizacionais e avaliação dos resultados das políticas públicas. Dessa forma, a política de recursos humanos articula-se com a gestão das organizações e estas com as metas de governo.

Assim, o projeto de lei de avaliação de desempenho individual e de adicional de desempenho, aprovados pela Assembléia Legislativa e regulamentado após processo de consulta pública, com ampla participação dos servidores, bem como a revisão dos planos de carreiras e anteprojeto de lei que versa sobre a política remuneratória estadual no âmbito do Poder Executivo pautam-se dentro dos princípios que regem a elaboração normativa e o desenvolvimento de metodologia de implantação da lei aprovada para avaliação de desempenho institucional, também apresentada à consulta pública.

O Acordo de Resultados é o instrumento instituído para a avaliação de desempenho institucional e possui implicação direta e necessária com as metas estabelecidas pelos órgãos e entidades estaduais signatários.

O sistema de punição e premiação, individual e institucional, conferidos a partir da aferição dos resultados obtidos pode significar desde maior autonomia gerencial, aplicação de recursos economizados em programas de capacitação e modernização e prêmio por produtividade aos servidores, como para a perda de cargo efetivo e censura pública dos dirigentes.

Também para a parceria entre o Poder Público do Estado de Minas Gerais e as entidades da sociedade civil organizada com finalidades públicas (Terceiro Setor), elaborou-se estudo comparativo sobre organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP's) e institutos assemelhados, com base nas legislações vigentes em vários Estados da Federação, que subsidiou a formatação de projeto de lei que habilita essas entidades a co-gestão determinadas atividades públicas.

No apoio às ações do Projeto Estruturador, e também contribuindo para a mudança na gestão de importantes órgãos e entidades da administração pública, destaca-se a consultoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) ao Governo de Minas, patrocinada por empresas da iniciativa privada. Da consultoria para reestruturação de 40 processos, coordenados pela SEPLAG, resultados importantes podem ser conferidos, particularmente no modelo de gestão prisional de três penitenciárias inauguradas em novembro, nos municípios de São Joaquim de Bicas, Uberlândia e Pará de Minas. O novo modelo combina eficiência e qualidade com efeitos positivos na segurança, no atendimento ao sentenciado e na redução de R\$ 7,5 milhões /ano nas despesas de custeio, passando o custo do sentenciado de R\$ 1.350 para R\$ 800,00 por mês.

Outros processos redesenhados seguem também o propósito de eficiência no serviço público, como gestão de bens imóveis da administração direta do estado, a aposentadoria, previdência e saúde dos servidores, bem como outros destinados à melhoria nos processos de arrecadação financeira.

Ainda em busca de apoio às iniciativas de reforma de modernização propostas, o Governo de Minas Gerais participa do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), voltado prioritariamente para a reestruturação organizacional, política e gestão de recursos humanos, sistema de planejamento, tecnologia de gestão, tecnologia da informação e comunicação, modelo de gestão descentralizada nos setores da saúde, educação e segurança pública. A primeira fase do programa (elaboração de diagnóstico estadual) já foi concluída e as demais (elaboração de marco lógico e construção de projetos nas áreas definidas pela Carta-Consulta) deverão estar finalizadas em 2004 para contratação do financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Ante ações tão importantes e indispensáveis para o desenvolvimento do estado, com questões relativas à transparência no serviço público, destaca-se o Decreto 43.673/03, que institui o Conselho de Ética Pública, o qual deve zelar pelo cumprimento dos princípios e das regras éticas na administração pública, bem como o Código de Conduta Ética, que se traduz em importante ferramenta para a consecução deste objetivo. Cabe acrescentar, ainda, o Projeto de Lei que cria a Ouvidoria-Geral do Estado, órgão autônomo cuja proposta é auxiliar o Poder Executivo na fiscalização e aperfeiçoamento de serviços e atividades do estado.

Destacam-se ainda a manutenção do Sistema de Informações Institucionais (SINFI), no endereço eletrônico [www.sinfi.mg.gov.br](http://www.sinfi.mg.gov.br), a Legislação de Pessoal, no [www.normativa.mg.gov.br](http://www.normativa.mg.gov.br), o controle e a supervisão dos cargos comissionados e efetivos da administração direta, autárquica e fundacional e, finalmente, a

participação no Comitê Executivo do Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP/MG).

A Superintendência Central de Administração e Pagamento de Pessoal (SCAPP) dando continuidade à centralização da folha de pagamento, assumiu, com sucesso, de fevereiro a maio de 2003, a gestão da folha de pagamento de pessoal da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, do Departamento de Estradas e Rodagem e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. Com isso, houve o acréscimo de 19.729 pagamentos de servidores lotados nas três instituições mencionadas.

Atualmente, a SCAPP gerencia o pagamento dos servidores civis do Poder Executivo Estadual, sendo 370.364 da administração direta e 39.024 da administração indireta, totalizando 409.388 na folha de novembro de 2003.

A centralização da folha implica uma série de atividades paralelas no Sistema de Administração de Pessoal (SISAP), sistema informatizado usado no gerenciamento e pagamento de pessoal. A importação de dados de vários órgãos e instituições da administração direta e indireta provocou a adaptação do SISAP novos dados. A importação de dados dos servidores da Secretaria de Educação, que ocorreu em maio 2003, representa 76,54% que constam do sistema, ou seja, 313.373 servidores num total de 409.388.

Com o objetivo de controlar e supervisionar a Folha de Pagamentos do Poder Executivo, a SCAPP comparou os dados dos servidores estaduais com os de outros sistemas estaduais e federal, com destaque para o Sistema Nacional de Óbitos (SISOB). No cruzamento de dados da folha estadual com as do SISOB foi constatada a existência, no mês de março, de 199 servidores inativos e pensionistas já falecidos, os quais estavam recebendo seus pagamentos. Os pagamentos foram suspensos pela SCAPP e os processos foram enviados para os órgãos competentes, para a tomada de providências cabíveis.

Em julho de 2003, a SCAPP, utilizando-se de convênio firmado entre o Município de Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais, comparou os dados cadastrais dos servidores do município com os servidores do estado. Na ocasião, foi detectado o acúmulo de cargos para 4.033 servidores, sem o amparo legal definido pela Constituição Federal e Emenda nº 19/1998. Dos 4.033 servidores, entre ativos e inativos, 2.050 recebem tanto do município quanto do estado e 1.983 recebem em apenas um dos dois entes. Os casos mencionados foram remetidos às áreas competentes para análise e encaminhamento legal, e que esta Superintendência ainda aguarda o resultado.

No exercício do controle legal das atividades de pagamento, a Superintendência desenvolveu revisão legal de 1.055 títulos declaratórios de direitos. No decorrer do período, 46 processos foram encaminhados à Auditoria Geral do Estado, para adoção das providências necessárias. Também foram encaminhados àquele órgão os processos de 784 casos em que a concessão de gratificação especial de 160% foi considerada indevida.

No cruzamento de dados dos servidores do estado com a folha de pagamento dos funcionários contratados da FHEMIG, foram apurados 481 casos em desacordo com a legislação em vigor. Neste caso, também, os processos foram analisados e encaminhados aos respectivos órgãos responsáveis e aguardamos os resultados.

O processo de concessão de aposentadoria foi colocado sob a competência da SCAPP, por um breve período, que vai de agosto de 2003 a agosto de 2004. Os procedimentos de concessão de aposentadoria sofreram uma completa reorientação administrativa, o que implicou mudanças na operacionalização da atividade e na orientação dos servidores da administração direta que trabalham no setor.

Em agosto, a área de aposentadoria contava com 15.879 processos parados no setor de taxação aguardando análise, alguns há mais de 12 anos. Atualmente este número é de 10.398. Dos processos analisados, 4.735 foram devolvidos em diligência para os órgãos de origem, uma vez que não foram instruídos adequadamente, e 750 foram encaminhados ao Tribunal de Contas.

Dentre os vários projetos sob a coordenação da Superintendência de Recursos Logísticos e Tecnológicos da SEPLAG em 2003, merece destaque especial o relativo às reformulações introduzidas no processo de aquisições de bens e serviços pelo estado. Ademais, todo o respaldo jurídico desenvolvido para garantir o - decretos de regulamentação do pregão, de implantação do registro de preços, de cotação eletrônica e de cadastro de fornecedores impedidos de licitar, entre outros, concebeu-se com o apoio técnico da PRODEMGE, o Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais (SIAD/MG), composto dos subsistemas de órgãos e entidades, Compras, Pregão Eletrônico, Patrimônio, Administração da Frota (de veículos) e de Gerenciamento de Contratos, vai possibilitar ao Estado, já a partir do exercício de 2004, um instrumental sem precedentes, para a administração e gerenciamento de suas aquisições de bens e serviços, concorrendo de forma extraordinária para a racionalização e redução seus gastos.

O projeto de Gerenciamento Matricial da Despesa (GMD), constituiu inovadora no âmbito da administração pública estadual. Com apoio técnico do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), foram desenvolvidos estudos sobre os principais itens de despesa praticados pelo estado no exercício passado, ensejando a identificação de alternativas de sua redução, via processos de padronização ou de estabelecimento de tetos ou parâmetros de consumo. Estes estudos se desdobraram em planos de ação específicos para áreas de serviços terceirizados, telefonia, despesas de correio, alimentação de presidiários, administração de veículos, entre outras. Mesmo considerando-se que tais planos encontram-se ainda em processo de execução, são expressivos os ganhos alcançados com sua implementação, que induziram a própria administração estadual a um processo contínuo de padronização de procedimentos, de adoção de preços e parâmetros comuns para serviços ou consumos de mesma natureza.

De repercussão também foram os trabalhos desenvolvidos no projeto de administração de bens imóveis do estado, que consistiram na regularização/atualização dos imóveis detidos pelos diversos entes da administração pública estadual, alcançando mais de 5 mil imóveis. Ainda neste



segmento, destaque para a regularização de mais de 160 imóveis originários dos extintos BEMGE, MINASCAIXA e CREDIREAL, cuja administração transferiu-se no corrente exercício à competência da SEPLAG. Por último, a consolidação e atualização da legislação sobre imóveis detidos pelo estado, ensejando a elaboração de Projeto de Lei para regular o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pelo estado há mais de 20 anos; o Decreto 43.645/03, que trata da locação de imóveis por parte dos órgãos e entidades da administração pública estadual, autárquica e fundacional; e o Decreto 43.544/03 que, cumprindo o estabelecido na Lei 14.447/02, consolida a efetivação do desmembramento patrimonial do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar de Minas Gerais.

A Diretoria Central de Governança Eletrônica, resultado da fusão das Diretorias Centrais de Gestão da Informação e Tecnologia da Informação, tem como objetivos principais propor normas para a gestão da informação e para as atividades de informática e processamento de dados e a gestão do Portal Minas e do LIG-Minas.

Desde o início desta gestão, a principal preocupação da Diretoria tem sido o atendimento prestado ao cidadão por meio do LIG-Minas e do Portal Minas. Desta forma, os principais projetos têm sido relacionados à modernização destes instrumentos primando pela eficácia, abrangência e melhor organização das informações institucionais neles contidas.

Projetos de grande interesse para a administração pública também foram desenvolvidos ou iniciados, como a regulamentação para sítios na Internet e para o uso do correio eletrônico, desenvolvimento de uma política de segurança da informação, inventário de tecnologia da informação, inventário de ações de governo eletrônico e criação de um sistema de trabalho colaborativo, todos no âmbito do governo do estado.

Outra ação de destaque, relativa ao projeto estruturador “Choque de Gestão” e suas metas relacionadas ao desenvolvimento do governo eletrônico, foi a contratação de uma consultoria externa especializada, com o objetivo de subsidiar a criação de uma política de governança eletrônica no âmbito do governo do estado. A partir dos relatórios desta consultoria, a Diretoria Central de Governança Eletrônica está refazendo o seu planejamento estratégico de forma a privilegiar as novas prioridades, definições e diretrizes.

A Superintendência Central de Gestão de Recursos Humanos institui, em parceria com a Comissão de Implantação do Pregão no Âmbito do Poder Executivo Estadual, o treinamento e certificação de 592 pregoeiros para os diversos órgãos e entidades, tanto da capital quanto do interior. Este treinamento visa a capacitar servidores, possibilitando a implantação dessa modalidade de licitação.

Além disso, foram cadastrados no SISAP os cargos efetivos de 32 das 33 entidades da administração indireta do estado, completando o que já fora feito para a administração direta, o que propiciará o gerenciamento de todo o quadro de pessoal civil do Poder Executivo estadual.



Por fim, foram analisados cerca de 9.600 processos de acúmulo de cargos, funções e empregos públicos; 1800 ações judiciais; 600 processos de evoluções de cargos; e 180 processos de transferência de servidores.

### **Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais – Prodemge**

O trabalho da Prodemge em 2003 foi pautado principalmente pela busca permanente de alternativas tecnológicas e financeiras, a fim de apoiar de forma efetiva as diretrizes do governo do Estado, em especial o choque de gestão proposto no início de 2003. Para tanto, a Prodemge iniciou o ano buscando formas criativas de fazer frente à crise financeira e ao mesmo tempo garantir não só o funcionamento dos serviços prestados ao Estado como também investir em soluções baseadas na tecnologia da informação que reduzissem custos, visando à melhoria na qualidade de atendimento aos clientes e investimentos na modernização tecnológica do Estado.

A primeira meta estabelecida foi, portanto, uma ampla reformulação administrativa, no sentido de adequar a empresa para o desafio de buscar a excelência no atendimento às demandas do cidadão. O Planejamento de Gestão para o período 2003/2006 foi elaborado de forma participativa e orientado para o mercado. É a espinha dorsal que dá coerência e consistência a todas essas ações da companhia, considerando, entre outras variáveis, as prioridades do governo e a disponibilidade de recursos financeiros.

O equilíbrio financeiro da Prodemge foi uma das ações emergenciais empreendidas para viabilizar os projetos prioritários. A Diretoria teve que reverter a situação encontrada, considerada crítica, devido à grande dívida acumulada ao longo dos anos e à discrepância entre faturamento e valores efetivamente recebidos, e principalmente entre recebimentos e despesas. Entre as ações adotadas destacam-se a redução do pagamento de horas-extras, com a criação do banco de horas, adequação do organograma da companhia, com redução dos cargos comissionados e a revisão de contratos, que resultam hoje numa economia mensal de aproximadamente R\$1,6 milhão. Houve participação dos funcionários nesse processo, com adoção de sugestões encaminhadas à Diretoria. Ainda buscando redução dos custos do Estado com a informática, a Prodemge intensificou pesquisas e experiências para adoção do software livre para situações em que essa tecnologia se apresente como melhor opção.

A capacitação de recursos humanos foi outra importante frente de trabalho: a Prodemge está estruturando sua Universidade Corporativa, buscando disseminar o conhecimento acumulado dentro da própria companhia e procurando parcerias com instituições de ensino, como a Universidade Federal de Minas Gerais. A empresa implantou ainda o programa de complementação do ensino formal, que tem dado a vários funcionários a chance de concluir seus estudos; e adotou critérios e procedimentos para o acesso a cargos e carreiras na empresa ao desenvolver, com consultoria da Fundação João Pinheiro, seu Plano de Cargos e Salários. Um projeto para Avaliação de Desempenho está também em andamento na empresa, e será implementado em 2004.

Outra ação importante é a realização do Concurso Público, em janeiro de 2004, que colocará fim a uma pendência legal, que tem suscitado questões adversas à boa administração da companhia.

Em 2003 Prodemge e Seplag otimizaram os processos de compra com regulamentação e implantação das modalidades de Pregão Eletrônico e Presencial, que têm trazido economias significativas para a Prodemge e para o Governo. Basta dizer que de março a outubro o Pregão Eletrônico de Minas Gerais trouxe para o Estado uma economia de 742 mil reais, 33% do total de compras feito no período pelos órgãos que adotaram o Licitanet. Além da economia de recursos financeiros, o sistema tem agregado maior agilidade aos processos de compra, reduzindo prazos de 4 a 6 meses para uma média de 21 dias, ou seja, em 70%. Em novembro, a Prodemge obteve num só pregão uma economia sem precedentes, ao contratar serviços de internet para a companhia e para o Estado: após 813 rodadas de lances e mais de 9 horas de trabalho, o preço anual de R\$849.072,84 caiu para R\$249.950,00, representando uma economia de R\$599.122,84, equivalente a uma redução de 70,56% sobre os valores pagos anteriormente. O benefício para o Estado aumenta substancialmente considerando-se que a velocidade de acesso foi dobrada e importantes melhorias de segurança foram implementadas. O preço do (megabit por segundo), unidade de velocidade de transmissão, caiu de R\$3.216,22 para R\$578,60, numa redução ainda maior, que chega a 83%.

Todo esse esforço integrado foi coroado com a premiação do Licitanet, o Pregão Eletrônico de Minas Gerais, vencedor do II Prêmio Excelência em Governo Eletrônico - Prêmio E-Gov 2003, na categoria Governo para Negócios.

Ainda na busca de soluções que impulsionem a modernização tecnológica e reduzam custos para o governo, foi aprovada nova forma de contratação de serviços de telecomunicações, que dá maior autonomia aos órgãos e entidades usuários e reduz 27,23% o recolhimento de impostos, podendo ainda diminuir os preços das linhas em 56%.

A nova proposta de atuação da Prodemge, focalizando a excelência de atendimento, adotou também programas de relacionamento com seus diversos públicos, buscando não só aprofundar-se na realidade do Estado mas também identificar e firmar parcerias que promovam a disseminação do conhecimento no Estado. Para isso, foram lançados os programas “Com a palavra, secretário” e “Janelas abertas”, que trouxeram à companhia secretários de Estado e personalidades importantes para a discussão de questões relevantes da administração pública e da tecnologia da informação. Dentro dessa mesma proposta, de contribuir para a disseminação do conhecimento no Estado, a Prodemge participou da Inforuso, Infocon, Conip, Secop, Congresso Ibero-Americano de Gerenciamento de Projetos e Infoimagem. E firmou parcerias com entidades representativas dos setores público e acadêmico, como a Prodabel, Associação Mineira dos Municípios e UFMG.

Em relação à aplicação da tecnologia da informação para apoio aos serviços prestados pelo Estado, a Prodemge tem procurado levar as soluções mais adequadas às necessidades específicas de seus clientes prestando consultoria, desenvolvendo soluções e infra-estrutura e capacitando usuários.

Nesse contexto, destaca-se o Sistema de Administração de Pessoal (Sisap). Definido como prioridade pelo governo Aécio Neves, o sistema se torna realidade por meio de um esforço conjunto entre Seplag e Prodemge. A administração pública estadual conta agora com uma ferramenta moderna e eficaz de gerenciamento de pessoal, que elimina a multiplicidade de sistemas de RH e a redundância e distorção de informações, trazendo benefícios também para os servidores públicos. Novas implementações estão previstas para atender de forma permanente às necessidades do Estado.

A Prodemge participa também do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS), que viabilizará a integração e compartilhamento de informações por órgãos responsáveis pela segurança pública em Minas Gerais. A integração das bases de dados dos sistemas já existentes desses órgãos está sendo feita pela Prodemge, assim como a estruturação de seu Armazém de Informações, para geração de informações e relatórios estatísticos e gerenciais.

Ainda na linha de modernização da administração pública estadual, pela primeira vez na história de Minas o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) foi feito de forma informatizada, graças ao SIGPlan, aplicativo cedido pelo governo federal para apoio ao gerenciamento do plano de ações de governo mineiro, adaptado pela Prodemge a fim de atender às necessidades específicas de Minas Gerais. O trabalho empreendido pela Prodemge, em parceria com a Seplag, contemplou ainda a integração do PPAG ao sistema de Planejamento Orçamentário e ao Siafi, colocando em um único processo o planejamento, o orçamento e a execução financeira do Estado.

Também o SIAD – Sistema Integrado de Administração – recebeu a implementação de vários subsistemas, em especial o de Compras Eletrônicas, que será utilizado a partir de 2004 por todos os órgãos da administração direta.

Em 2003, a Prodemge lançou o Portal Rede Cidades, que apresenta serviços sintonizados com as necessidades de informatização, racionalização administrativa, economia e aumento de receita das prefeituras, como o SidamWeb, sistema de digitação e acompanhamento de multas via Web, que permite aos órgãos de trânsito municipais administrarem suas infrações de trânsito; o Siari, Sistema de Administração de Recursos de Infrações, que permite aos órgãos de trânsito municipais e à Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI) registrarem e acompanharem a tramitação de recursos impetrados e o lançamento dos pareceres e resultados finais; e também o Licitanet, que pode apoiar as compras municipais. E o novo site do Contas Públicas, serviço de publicação de dados e informações desenvolvido para os órgãos e entidades municipais que precisam atender às exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos da Lei 9755 de 16 de dezembro de 1998. Ainda para apoio às prefeituras, a Prodemge firmou convênio de cooperação técnica com a Prodabel e com a AMM.

A Fundação Hemominas passa a contar com o Hemo-Rede. Já em fase final de desenvolvimento, o sistema visa dar suporte às atividades de coleta, processamento, liberação e distribuição do sangue, integrando, em tempo real, as 22 unidades da Fundação em todo o Estado. Da mesma forma, o IEPHA também recebeu, em 2003, um importante apoio às suas atividades: o Sistema de

Informação Multimídia do Inventário do Acervo de Bem Cultural do Estado de Minas Gerais (IPAC/MG), um programa dinâmico de pesquisa das diversas manifestações culturais do Estado, reunindo bens culturais de cada um dos 853 municípios. Outra entidade que se beneficia com a tecnologia da informação é o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), que já está implementando serviços previstos no planejamento informacional previamente desenvolvido pela Prodemge.

Durante 2003, a Prodemge assegurou ainda a prestação dos serviços ao Estado, como processamento da folha de pagamento dos servidores e manutenção de sistemas estratégicos, como o Siafi, Siad, Sisap, Sipro, entre outros. Foram feitos investimentos na atualização de infra-estrutura tecnológica, de hardware e software, tanto no mainframe (computador de grande porte) quanto nos servidores de plataforma baixa, visando à segurança de dados e melhoria da performance dos sistemas.

#### **Fundação João Pinheiro - FJP**

A Fundação João Pinheiro (FJP) implementou em 2003, nos centros que a compõem – Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), Centro de Estudos Históricos e Sociais (CEHC), Centro de Estatística e Informações (CEI), Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (CEMME) e Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES) – e na Escola de Governo (EG), projetos e programas importantes para Minas Gerais.

O Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) tem suas atividades voltadas para a produção do conhecimento, desenvolvendo tecnologias de gestão direcionadas à capacitação das instituições públicas e privadas.

Em 2003 foram executados, ou estão em andamento, os seguintes projetos:

Desenvolvimento do Plano de Cargos e Salários da Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais (Prodemge), tendo como objetivo principal definir políticas, diretrizes e instrumentos de gestão de recursos humanos que sejam condizentes com o momento e as expectativas da organização e de seus funcionários;

Reestruturação do Plano de Carreira da Câmara Municipal de Belo Horizonte, com o objetivo de prestar assessoria técnica na reestruturação do Plano de Carreira dos Servidores Efetivos por meio de análise da situação atual e das possíveis alterações frente às necessidades institucionais e os parâmetros que fundamentam este plano;

Fortalecimento Institucional da Prefeitura de Ibirité, cujo resultado esperado é revisão do plano diretor e da legislação urbanística do município, modernização tributária e elaboração do plano de carreiras e vencimentos dos servidores;

Análise do Desempenho Gerencial da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte, visando a estabelecer diretrizes para o desempenho do corpo gerencial frente às exigências da população;

Levantamentos necessários para o Diagnóstico da Situação Econômica e Social do Vale do Jequitinhonha com vistas ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS);

Encontro Preparatório para o Diálogo de Concertação – Região do Lago de Furnas, realizado de 9 a 12 de novembro de 2003, no Centro de Treinamento de Furnas, município de São José da Barra – MG. O Diálogo de Concertação é uma iniciativa da Secretaria Geral e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social da Presidência da República.

As principais ações do Centro de Estatística e Informações (CEI) em 2003 foram:

Elaboração das estimativas de Contas Regionais para Minas Gerais (PIB Municipal de 2000, PIB dos três primeiros trimestres de 2003, PIB estadual anual de 2001 e 2002/preliminar), em convênio com a Fundação IBGE;

Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em convênio com Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (Sedese-MG), Fundação e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese);

Atualização permanente de bases de dados sobre demografia, atividades econômicas da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), comércio exterior, educação, saúde, finanças públicas, emprego, movimento eleitoral, saneamento básico e consumo de energia elétrica;

Elaboração de informativos veiculados pela internet, com periodicidade variada, sobre contas regionais, demografia, saúde, educação, déficit habitacional, comportamento de preços e perfil da população economicamente ativa;

Análise com o Centro Universitário Newton Paiva (CUNP) sobre o desempenho estadual bimestral em comércio exterior, editada pelo CUNP por meio de parceria específica;

Elaboração e distribuição ao Mundo Oficial da 7.a edição do Perfil de Minas Gerais, patrocinado pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM);

Apoio técnico na intermediação com o Tribunal de Contas para a obtenção da base de dados sobre finanças municipais necessária para o cálculo, pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES), dos parâmetros da Lei Robin Hood para 2000 e 2001;

Término de negociação e início de execução do projeto Déficit Habitacional no Brasil 2000 — Municípios Selecionados e Microrregiões —, com a Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil (PNUD);

Conclusão do projeto Saúde do Idoso na RMBH, pesquisa domiciliar específica realizada para a Fundação René Rachou e financiada pela Fundação de

Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep)/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);

Negociação do projeto PIB do Agronegócio Mineiro, a ser financiado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com execução em 2004;

Negociação do projeto de pesquisa domiciliar sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, a ser financiado pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro)/Ministério do Trabalho, a ser executado em 2004.

A sistematização e divulgação de informações estatísticas confiáveis sobre o desempenho econômico e social de Minas Gerais são de vital importância para o processo de tomada de decisões tanto no setor privado quanto no público, sendo enfocados todos os 853 municípios mineiros, quando possível. Destaque especial é dado à RMBH, por meio de amostragem domiciliar direta, e, excepcionalmente, a todos os municípios brasileiros com cidades com 20 mil habitantes ou mais no projeto Déficit Habitacional. Foi conseguida agilidade na divulgação de informativos graças ao uso da internet. O CEI manteve ainda o Núcleo de Disseminação de Informações, que presta atendimento direto a usuários diversificados, em contatos telefônicos ou via internet.

Em 2003 também se consolidou a internalização do processo de coleta de campo da Pesquisa de Emprego e Desemprego, antes terceirizada, o que abre perspectivas de uma amostragem metropolitana como plataforma para a implementação de pesquisas complementares específicas, tendo sido executada uma em 2003 e negociada outra para 2004.

Os projetos de maior relevância para o CEES em 2003 foram a produção do Atlas de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros (estatísticas municipais para todo o país, de grande aceitação e aplicabilidade em políticas públicas, projetando a FJP em diversas partes do país, além da divulgação de um conceito para o planejamento vinculado às preocupações com o desenvolvimento humano); e a proposta de reestruturação da administração da Lei Robin Hood, melhorando o atendimento aos municípios e democratizando a informação para o estado.

Estão em execução ainda: Acompanhamento da Lei Estadual 1.3803/2000, em que o CEES mantém atendimento aos prefeitos em um “site” atualizado sobre a lei; Turismo e planejamento regional, com o objetivo de identificar as tendências, restrições e potencialidades de geração de emprego e renda no setor de turismo e lazer em Minas Gerais e construção dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur); Criminalidade, a fim de estudar áreas de repressão, reorganização do sistema, além da prevenção e geração de indicadores de criminalidade; Unidade de Estudos de Políticas de Saúde e de Avaliação Econômica do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC), responsável pela realização de estudos, pesquisas e publicações voltadas para a valorização da história e da cultura mineira, bem como pela formulação, acompanhamento e avaliação de políticas culturais, concluiu os seguintes projetos de pesquisa, contando,

principalmente, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), da Secretaria de Estado da Cultura e Secretaria de Estado do Turismo:

Memória Política de Minas Gerais: Milton Campos, Raul Soares e Nelson de Sena; Um Olhar para o século XX: arquitetura civil na área urbana planejada por Aarão Reis; Canção das Palmeiras – Canção das Palmeiras – Eugen Warning, um jovem botânico no Brasil. Encontram-se, ainda, em execução: Patrimônio Histórico Cultural e Inventário da Oferta Turística (PDITS); Digitalização, catalogação e indexação do fundo da secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais; Limites e Potencialidades da Renúncia Fiscal como Instrumento de Incentivo à Cultura: O caso da Lei 12 733, 2.ª fase; e continuidade do programa de Educação Patrimonial.

Na linha dos projetos editoriais o CEHC publicou o relatório *Prestando contas aos mineiros: avaliação da Lei de Incentivo à Cultura de Minas Gerais* e, dentro da Coleção Mineiriana, encontram-se em execução, ainda, os seguintes projetos editoriais: Publicação eletrônica da Revista do Arquivo Público Mineiro; Viagens pela América do Sul, de Johann Jakob von Tschudi, e em negociação, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, Belo Horizonte: a construção do espaço e modos de representação de sua arquitetura; Minas Gerais e história natural das colônias; Belo Horizonte ao som da Brabançonne: a visita dos reis belgas no século XX.

O Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (Cemme) tem por objetivo pesquisar, elaborar e acompanhar a implementação de projetos voltados à organização e gerenciamento do espaço urbano e conseqüente melhoria da qualidade de vida nas cidades e regiões. Promove, ainda, assessoria técnica aos municípios e propõe diretrizes para o desenvolvimento integrado nas regiões metropolitanas do estado, concentrando-se principalmente nas diretrizes de organização territorial e de desenvolvimento municipal e regional como forma de atrair empreendimentos e avaliar impactos. Além disso, responsabiliza-se pela elaboração de toda a legislação urbanística básica para os municípios, tendo como nova atividade a orientação no planejar o desenvolvimento turístico.

No que concerne às questões metropolitanas, faz estudos para implantação de projetos prioritários na busca do desenvolvimento regional metropolitano, prestando consultoria na elaboração de projetos de gestão municipal, especificamente na organização administrativa, administração de recursos humanos, finanças municipais e códigos tributários.

Foram elaborados em 2003 os planos diretores para os municípios de Borda da Mata, Catas Altas, Claraval, Conceição do Mato Dentro, Goianá, Itabira e Rio Novo.

Foram iniciados as negociações para atuação no Projeto Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) Nordeste II, em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo (Setur), bem como projeto para elaboração de um Plano Diretor de Saneamento Urbano Ambiental para o município de Ijaci, dando continuidade aos trabalhos já executados naquele município.

A Escola de Governo além da graduação no Curso Superior de Administração Pública (CSAP) e da pós-graduação *stricto sensu* do Curso de Mestrado em Administração



Pública (CMAP), a equipe da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro desenvolveu em 2003:

Treinamento: 21 cursos de especialização, atendendo 641 alunos; quatro turmas de graduação em Administração Pública, com 145 alunos; duas turmas de mestrado em Administração Pública, com 84 alunos; curso de capacitação de conselheiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), com 22 alunos; três cursos de capacitação de conselheiros dos Conselhos Tutelares e Conselho Municipal de Assistência Social, com 125 participantes; três oficinas em Gestão Urbana e de Cidades, com 170 participantes; curso de capacitação para 36 técnicos das prefeituras da RMBH para base de dados da Pesquisa Origem e Destino (O&D); 12 cursos de educação continuada, com 435 participantes;

Foram elaborados relatórios com pesquisas avaliativas sobre os seguintes temas: “Fundef e a Municipalização do Ensino Fundamental”, “Avaliação do projeto do Núcleo de Assistência a Famílias – Belo Horizonte – Cidadania”, “Estratégia da Indústria Têxtil em Belo Horizonte”, “Pesquisa Origem e Destino: relatório complementar com fatores de expansão, acompanhado de CD-ROM com base de dados”; “Ambiente Externo da BHtrans”;

Bases de dados, “sites” e publicações: Banco de Experiências e Práticas em Gestão Urbana e de Cidades; “site” Programa de Gestão Urbana e de Cidades; edição do livro Os Desafios da Gestão Urbana, organizado em cooperação com o Instituto do Banco Mundial; publicação da melhor monografia do CSAP, concurso realizado entre os graduandos de 2002; publicação do Catálogo de Monografias do CSAP; elaboração e apresentação de sete trabalhos em congressos nacionais com resultados da pesquisa, de dissertações e de teses dos técnicos da Escola de Governo; elaboração da cartilha de orientação dos conselheiros do Fundef; organização do CD-Rom da Pesquisa O&D;

Processos seletivos: estão sendo recrutados por meio de processos seletivos públicos 1.435 candidatos a 40 vagas ao CSAP 2004 e 139 candidatos a 60 vagas ao Mestrado 2004.

A Escola de Governo da Fundação João Pinheiro contribuiu de forma significativa na capacitação dos servidores públicos municipais e estaduais em diferentes áreas temáticas (administração pública, controle interno, direito tributário, gestão de pessoas, gestão estratégica da informação, gestão estratégica de segurança pública, gestão municipal, capacitação gerencial, orçamento e finanças, políticas públicas, gestão governamental, controle dos recursos do Fundef); possibilitou o treinamento de especialistas para atuar em públicos com elevados níveis de riscos pessoal e social (dependentes químicos ou alunos que demandam atenção especial, jovens e adolescentes em situação de risco, famílias com altos níveis de exclusão social); produziu pesquisas e textos, divulgou experiências, construiu bases de dados e promoveu eventos que possibilitam, por um lado, disponibilizar informações para o processo de tomada de decisão governamental e controle societal e, por outro, difundir experiências governamentais inovadoras que ampliam o nível de participação da sociedade e dos usuários, na administração pública, ou que viabilizem maior inclusão dos setores historicamente não incorporados à ação pública.



**Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS)**

Em 2003, a Minas Gerais Administração e Serviços S.A.(MGS) prosseguiu no seu objetivo operacional de executar para as administrações direta e indireta do Estado de Minas Gerais, sob a forma de terceirizada, as funções auxiliares de prestação de serviços de apoio logístico, mantendo-se na sua missão reguladora de mercado em favor do Estado no ramo de atividade em que atua. A MGS vem mantendo o seu faturamento estável com os respectivos custos ajustados às taxas de mercado.

Também durante este exercício, a MGS e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, atendendo determinação do Governo do Estado, vêm mantendo a execução dos serviços de análise para revisão e cálculo dos valores devidos nos precatórios trabalhistas da administração indireta do estado, objetivando a celebração de acordos nos respectivos processos. A economia para os cofres públicos de Minas Gerais, em decorrência da correta adequação dos cálculos dos valores devidos, já obteve um proveito nas conciliações da ordem de R\$ 123 milhões.

A empresa mantém-se fiel no desempenho para diminuição do passivo trabalhista, representado por ações reclamatórias dos servidores de cargos da função pública do quadro de pessoal do estado: 2000 – 579 reclamatórias, totalizando R\$ 3.911.193,00; 2001 – 555 reclamatórias, totalizando R\$ 4.863.727,00; 2002 – 218 reclamatórias, totalizando R\$ 2.487.250,00; 2003 – 31 reclamatórias, totalizando R\$ 719.119,21.

Em 2003 estendeu-se o processo de modernização do sistema de informatização da empresa para novas áreas, já fazendo a interligação do cliente com a MGS e iniciou-se o processo de automação dos serviços bancários. Promoveu-se a aquisição de novos equipamentos (hardware) e o desenvolvimento de software suficiente à sua demanda operacional, acompanhado de treinamento específico necessário para sustentar a operação dos novos projetos.

A qualificação de pessoal também mereceu prioridade especial da atual diretoria durante 2003, com a manutenção do programa de alfabetização e supletivo de 1º grau, treinamentos “on the job” e reciclagem sistemática de todos os funcionários que retornam das suas férias antes de retornarem às frentes de serviço. Iniciou-se um processo de melhoria de gestão com treinamentos para gerentes e coordenadores.

Na qualidade dos serviços prestados, implementou-se um projeto piloto de excelência de serviços, buscando padrões internacionais no Hospital João XXIII, que resultou numa notória melhoria reconhecida pela direção do hospital.

Como marco na história da empresa foi realizado, com grande sucesso, em novembro concurso público que contou com a participação de mais de 90 mil pessoas em todo Estado. Foi homologado em dezembro de 2003, com aprovação de mais de 40 mil pessoas, abrindo novas perspectivas para os próximos anos.

A empresa vem-se esforçando no desenvolvimento de serviços que serão lançados em 2004, com o objetivo de agregar valor para o Estado diminuindo custos e melhorando da qualidade em relação a situação atual.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA  
2003

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão</b>	<b>72.523.935</b>	<b>69.962.610</b>			
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	1.109.357	907.869			
04121014.667.0001 - Coordenação e Avaliação do Planejamento Estadual	273.577	262.854	Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação Implantado (Sistema)	1	1
			Mensagem à Assembléia Legislativa Elaborada (Documento)	1	1
			Programa de Trabalho Elaborado (Programa)	122	122
			Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado Elaborado (Plano)	1	1
			Plano Plurianual de Ação Governamental Elaborado (Plano)	1	1
			Relatório dos Programas Sociais Constantes no PPAG Elaborado (Relatório)	2	2
			Projeto Elaborado e Acompanhado (Projeto)	10	10
04121014.668.0001 - Planejamento Orçamentário do Governo	1.190.202	1.095.048	Lei de Diretrizes Orçamentárias Elaborada (Projeto de Lei)	1	1
			Proposta Orçamentária Elaborada (Projeto de Lei)	1	1
04121014.669.0001 - Reforma e Planejamento Institucional do Estado	815.286	734.985	Projeto de Reforma Institucional Elaborado (Instrumento Normativo)	50	134
			Diretriz e Análise Institucional Elaborada (Documento)	40	25
			Pesquisa e Informação Institucional Desenvolvida (Documento)	90	93
			Atividade de Biblioteca Desenvolvida (Unidade)	5.280	4.382
			Projeto de Lei Acompanhado (Projeto de Lei)	350	916

## PLANEJAMENTO E GESTÃO

100

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
041212024.884.0001 - Coordenação e Supervisão de Programas Multissetoriais (I)	236.571	113.309	Programa de Desenvolvimento Metropolitano Coordenado (Programa)	1	-
041220012.106.0001 - Serviços de Administração Regional	6.131.526	5.620.666			
041220012.206.0001 - Direção Superior	3.319.718	4.250.318			
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	8.887.912	7.992.861			
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	968.000	984.458			
041220104.114.0001 - Modernização Administrativa	335.729	336.545	Sistema Integrado de Protocolo Revisado (Projeto) (2)	1	-
			Sistema de Administração de Material e Serviços Desenvolvido e Implantado (Projeto)	1	1
			Sistema Integrado de Administração de Pessoal Desenvolvido e Implantado (Projeto)	1	1
			Metodologia de Análise e Melhoria de Processos Implantada (Projeto)	1	1
041220104.187.0001 - Administração Central de Materiais e Serviços	1.129.866	1.362.657	Licitação de Material Permanente Concluída (Processo)	250	149
			Veículo Recolhido (Veículo)	600	457
			Material Permanente Diverso Recolhido (Material)	2.000	4.669
			Veículo Redistribuído (Veículo)	55	15
			Material Permanente Diverso Redistribuído (Material)	3.000	4.511
			Avaliação de Fornecedores Concluída (Projeto)	1	1
			Fornecedor Cadastrado (Processo) (3)	500	1.154
			Reforma da Legislação de Material Concluída (Projeto)	1	1
			Alienação de Material Inservível Concluída (Processo)	6	4

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Veículo Alienado (Veículo)	550	427
041220104.516.0001 - Administração Central de Pessoal	4.768.098	4.343.344	Procedimento Administrativo de Correição Realizado (Processo) (4)	1.200	-
			Aposentadoria Concedida (Processo) (5)	3.000	987
			Perícia Pré-Admissional Realizada (Perícia) (6)	20.000	-
			Perícia Ajustamento Funcional Realizada (Perícia) (6)	2.500	-
			Perícia Aposentadoria por Invalidez Realizada (Perícia) (6)	1.200	-
			Perícia de Engenharia de Segurança Realizada (Perícia) (6)	150	-
			Regime Disciplinar Divulgado (Projeto)	1	1
			Gerenciamento de Cargos Concluído (Processo)	440	428
			Análise e Acompanhamento de Vencimento Concluída (Processo)	230	140
			Análise e Acompanhamento de Carreira Concluída (Processo)	950	88
			Licença para Tratamento de Saúde Concluída (Perícia) (6)	45.000	-
041220104.582.0001 - Administração Central de Bens Imóveis	578.973	491.671	Termo de Cessão de Imóvel Vencido nos Últimos Cinco Anos Regularizado (Processo)	200	150
			Imóvel Utilizado na Municipalização do Serviço de Saúde Doado/Revertido (Imóvel)	16	4
			Imóvel de Propriedade do Estado Regularizado (Processo)	2.000	5.000
			Espaço Público Utilizado para Publicidade Regularizado (Autorização)	200	-
			Imóvel Alienado (Imóvel)	51	-
			Consolidação e Atualização da Legislação de Imóvel Concluída (Projeto)	1	1
041280104.917.0001 - Administração Central de Desenvolvimento de Recursos Humanos	421.883	361.590	Servidor Treinado com Recursos do FAT (Servidor)	8.000	-

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Servidor Treinado com Recursos do Tesouro (Servidor)	80.000	-
			Servidor Treinado por Meio de Parceria (Servidor)	400	592
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	42.357.237	41.104.435			
<b>Encargos Gerais SEPLAG / Programas Diversos</b>	<b>55.896.560</b>	<b>64.951.798</b>			
041220012.294.0001 - Manutenção do Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SISAP	5.845.425	5.068.188			
041220012.294.0002 - Manutenção do Sistema de Controle de Ponto FORPONTO	68.000	46.000			
041220012.294.0003 - Manutenção do Sistema Integrado de Administração de Material e Serviços - SIAD	465.600	465.600			
041220012.294.0004 - Manutenção do Sistema Integrado de Protocolo - SIPRO	1.200.000	844.404			
041220012.820.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas Corporativos	221.380	-	Sipag Implementado (Sistema)	1	-
			Sinfi Implementado (Sistema)	1	-
			Ligminas Implementado (Sistema)	1	-
			Portal Minas Implementado (Sistema)	1	-
			Legislação de Pessoal Implementada (Sistema)	1	-
			Controle de Projetos de Organização Elaborado (Sistema)	1	-
			Portal das Bibliotecas Mineiras Implentado (Sistema)	1	-
041220014.927.0001 - Rede Única de Comunicação de Dados, Voz e de Acesso à Internet - Minasrede	1.000	-			

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
041220014.933.0001 - Recionalização e Unificação dos Serviços Postais	1.000	-			
041227777.169.0001 - Indenizações Administrativas e Sentenças Judiciárias	1.957.126	2.156.967			
041227777.274.0001 - Ressarcimento a MGS por Indenizações Trabalhistas	800.000	-			
041227777.274.0002 - Prestação de Serviços Jurídicos	700.000	307.429			
042747777.054.0001 - Encargos com Pensionistas	44.637.029	50.687.238			
206077231.368.0001 - Implantação de Projeto de Irrigação do Jaíba II (10)	-	5.375.972	Obra Civil Concluída (Lote)	-	1
			Serviço de Consultoria Realizado (Hora)	-	31.505
			Condicionante Ambiental Coordenada (Condicionante Ambiental)	-	3
			Equipamento de Irrigação Adquirido, Montado e Testado (Lote)	-	2
<b>Fundação João Pinheiro</b>	<b>20.416.531</b>	<b>20.939.756</b>			
041212134.503.0001 - Realização de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais	1.404.410	1.364.416	Projeto e Pesquisa em Andamento (Projeto/Pesquisa)	5	8
			Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	3	7
			Índice para Distribuição do ICMS Produzido (Índice)	12	12
041212144.504.0001 - Realização de Estudos, Pesquisas e Consultorias Munic. e Metropolitanas	752.850	749.901	Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	4	4
			Projeto e Pesquisa em Andamento (Projeto/Pesquisa)	3	3
041212154.505.0001 - Realização de Estudos Administrativos e Consultorias Organizacionais	941.963	1.095.810	Projeto Concluído (Projeto)	5	5

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Projeto em Andamento (Projeto) (8)	3	5
041212164.506.0001 - Realização de Estudos e Pesquisas de Natureza Estatística	1.860.132	1.770.369	Sistema de Acompanhamento Mensal do Mercado de Trabalho Implantado (Sistema)	1	1
			Sistema de Atualização de Banco de Dados Implantado (Sistema)	10	10
			Estudo Especial de Base Estatística Implantado (Projeto/Pesquisa)	3	3
041220012.206.0001 - Direção Superior	1.565.636	1.679.206			
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.236.458	2.901.756			
041227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	60.000	1.176.511			
041282174.507.0001 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos	2.504.265	2.192.734	Aluno do Curso de Graduação Matriculado (Aluno)	40	40
			Aluno do Curso de Graduação Formado (Aluno)	36	35
			Aluno do Curso de Pós-Graduação Latu-Sensu Matriculado (Aluno) (9)	330	194
			Aluno do Curso de Pós-Graduação Latu-Sensu Formado (Aluno) (10)	75	90
			Aluno do Curso de Pós-Graduação Strictu Sensu Matriculado (Aluno)	89	89
			Aluno do Curso de Pós-Graduação Strictu Sensu Matriculado (Aluno)	34	27
			Aluno do Curso de Extensão Capacitado/Qualificado (Aluno) (8)	3.000	788
			Participante de Evento Realizado (Participante) (8)	400	600
041282174.507.0002 - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisa na Área de Administração Pública	925.931	744.501	Estudo/Pesquisa Desenvolvido (Estudo/Pesquisa)	1	5

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Estudo/Pesquisa em Desenvolvimento (Estudo/Pesquisa)	3	—
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	6.164.420	6.129.336			
043925504.509.0001 - Realização de Publicações Histórico-Culturais	1.000.466	1.135.216	Publicação Editada (Unidade) (II)	6	1
			Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	6	3
			Projeto e Pesquisa em Andamento (Projeto/Pesquisa) (II)	8	5
			Publicação em Desenvolvimento (Unidade)	2	4
<b>Minas Gerais Administração e Serviços S.A. - MGS</b>	<b>1.000</b>	<b>347.988</b>			
041220016.185 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa e Operacional	1.000	347.988			
<b>Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - Prodemge</b>	<b>9.610.000</b>	<b>618.300</b>			
041262113.160 - Modernização e Adequação do Ambiente de Produção (12)	4.600.000		Licença de Software Adquirida - (Unidade)	1.000	-
			Solução de Processamento com Capacidade de 35 Specint Rate 2000 Implantada (Unidade)	1	-
			Subsistema de Disco com Capacidade de 2TB Adquirido e Implantado (Unidade)	2	-
			Subsistema de Backup com Capacidade de 6TB Adquirido e Implantado (Unidade)	1	
			Switch Gigabit Ethernet Adquirido e Implantado (Unidade)	29	-
			Software de SGDBR Adquirido e Implantado (Unidade)	1	-
			Piso Falso Substituído (Unidade)	1	-
			Sistema de Detecção e Alarme Contra Incêndio Implantado (Unidade)	1	-



## PLANEJAMENTO E GESTÃO

106

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Sistema de Cabeamento Refeito (Unidade)	1	-
			Sistema Gerenciador de Ambiente de Produção Adquirido e Implantado (Unidade)	1	-
041262113.833 - Implantação de Infra-Estrutura para Prestação de Serviços Públicos Via Internet	500.000	618.300	Servidor Web Aquirido e Instalado (Unidade)	20	9
041262113.834 - Modernização e Adequação do Ambiente de Desenvolvimento de Software (12)	1.500.000		- Conjunto de Software para Infra Estrutura Adquirido Implantado (Conjunto)	300	-
041262113.835 - Implantação de Data Center (12)	700.000		Unidade Predial Construída (Unidade)	1	-
			Ambiente Elétrico, Lógico e de Refrigeração Montado (Unidade)	1	-
			Solução de Segurança Implantada (Unidade)	1	-
041262113.836 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão (12)	150.000	-	Sistema Implantado (Sistema)		
041262113.842 - Implantação de Segurança Lógica de Redes (12)	1.900.000		Software para Serviço de Firewall - Adquirido e Instalado (Unidade)	100	-
			Software Antivírus Adquirido e Instalado (Unidade)	10.000	-
			Solução de Recuperação de Informações e Backup Adquirido e Implantado (Unidade)	2	-
041262113.843 - Implantação de Sistema Seguro de Tramitação Documentos (12)	260.000		Software de Tramitação de - Documentos Adquirida e Implantada (Unidade)	1	-
			Sistema de Certificação Digital Adquirido e Implantado (Unidade)	1	-
			Sistema de Assinatura Eletrônica Adquirido e Implantado (Unidade)	1	-
			Sistema de Criptografia Adquirido e Implantado (Unidade)	1	-
<b>Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba</b>	<b>26.500.000</b>	<b>2.937.340</b>			

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
206017151.193.0001 - Implementação do Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba	26.500.000	2.937.340	Produtor Financiado (Produtor)	60	17
<b>Fundo PRÓ-FLORESTA</b>	<b>6.300.000</b>	<b>11.947.910</b>			
185416511.195.0001 - Implantação e Recuperação de Florestas	6.300.000	11.947.910	Empresa Financiada (Empresa)	3	3
<b>Fundo Estadual de Desenvolvimento de Comunidades</b>	<b>326.000</b>	-			
082443371.120.0001 - Apoio ao Programa de Mobilização de Comunidades	326.000	-	-Projeto Financiado (Projeto)	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>191.574.026</b>	<b>171.705.702</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

- (1) Despesas realizadas com pagamento de pessoal. Atividade transferida para a SEDRU
- (2) Somente a manutenção do sistema foi executada
- (3) Inclusive renovações
- (4) A atividade foi transferida para Auditoria Geral do Estado
- (5) Total de publicações 987, novas 407, retificadas 555 e anuladas 25
- (6) As atividades de perícias foram transferidas para o IPSEMG
- (7) Programação subestimada
- (8) Programação superestimada
- (9) O Programa de treinamento de recursos humanos na área de saúde foi implantado parcialmente
- (10) A meta não foi integralmente cumprida devido ao atraso na liberação de recursos financeiros
- (11) Recurso Orçado no Idene e executado no EGE Seplag
- (12) As metas programadas não foram executadas por falta de recurso financeiro



**FAZENDA**





Com o advento da Lei Delegada 49, datada de 2 de janeiro de 2003, a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) passou a integrar o Sistema Central de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, tendo como entidades vinculadas a Minas Gerais Participações S.A (MGI) e a Caixa de Amortização da Dívida (CADIV), que integram a Administração Indireta do Poder Executivo do Estado.

Conforme o inciso IX, do artigo 7º desse mesmo diploma, cabe à SEF planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar a política tributária e fiscal do Estado, a gestão dos recursos financeiros e responsabilizar-se pela implementação, pelo provimento e controle dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos da administração pública estadual.

Na sua atuação a Secretaria de Estado da Fazenda orienta-se pelas estratégias e segue os objetivos prioritários definidos no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e, em articulação com os demais órgãos do governo, busca viabilizar financeiramente os projetos contidos no Plano Plurianual de Ação Governamental e nos orçamentos anuais do Estado.

Em consonância com as diretrizes do governo, novo sistema de gestão está sendo implantado na Secretaria de Fazenda, que tem contado com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (IDG) e de consultorias contratadas com recursos do Programa de Reestruturação e Modernização da Secretaria de Fazenda, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), repassados, sob a forma de empréstimo, pela Caixa Econômica Federal.

O principal objetivo do novo sistema é a implantação de modelo de gestão para a obtenção de resultados que satisfaçam às necessidades de todos aqueles que dependam do trabalho realizado na Secretaria, a busca da melhoria contínua dos processos, com ganho de produtividade.

Com o propósito de melhorar o desempenho das Unidades da Secretaria, esforços foram despendidos, dentre eles a implantação do Projeto de Reestruturação e Modernização, integrante do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), iniciado em 1997 e com data prevista de encerramento em 31 de dezembro de 2004. O projeto tem investimentos básicos orçados em R\$ 80,8 milhões, sendo R\$ 47,6 milhões alocados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e R\$ 33,2 milhões em contrapartida do Estado.

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Minas é parte integrante do Contrato STN/COAFI 004/98, firmado com o governo federal. Este programa dá cumprimento ao disposto nas cláusulas 19ª e 21ª do referido contrato. Nesse programa foram estabelecidos compromissos e metas a serem realizados pelo Estado, e definidas estratégias de ajustes fiscais e objetivos, propostos pelo governo estadual.

As metas estabelecidas são: atingir a redução da dívida financeira total do Estado a valor não superior ao de sua Receita Líquida Real anual (RLR); obtenção de resultados primários positivos; limitar as despesas com pessoal aos percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL); alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria; realizar a receita de alienação de ativos, promover a reforma administrativa e patrimonial; limitar os gastos com investimentos aos percentuais da Receita Líquida Real.

O resultado da avaliação considerou o Estado adimplente em relação às metas do programa, apesar do cumprimento apenas das metas de resultado primário e dívida financeira em relação da Receita Líquida Real, sendo essa condição suficiente para a não aplicação de penalidades.

A Subsecretaria da Receita Estadual, dentro das diretrizes traçadas pela Secretaria de Fazenda, desenvolveu projetos, no exercício de 2003, pautados no fortalecimento do combate à sonegação de impostos e a recuperação de receita, no aumento da otimização dos trabalhos fiscais e tributários, por meio da utilização de ferramentas de informática, de modernização de todos os sistemas de gestão, além do incentivo às parcerias com intervenientes externos que possam contribuir para a efetividade da ação fiscalizadora.

O objetivo de todas estas ações se concentra na necessidade de alavancar as fontes de receita do Estado e de possibilitar uma melhoria no atendimento aos contribuintes, por meio de uma prestação de serviços eficiente.

Para dotar o fisco de instrumentos capazes de assegurar o cumprimento das obrigações tributárias, fazer frente a todos os projetos planejados, bem como criar medidas preventivas para garantir o recebimento dos créditos tributários, foram promovidas alterações na Lei 6763/75, voltadas para uma minoria de contribuintes que se esquivam do cumprimento de suas obrigações, em detrimento do interesse de toda a sociedade mineira.

Instituiu-se, com a Lei 14.699/03, todo o arcabouço legal para dar sustentação aos projetos de fiscalização criando os instrumentos para controle e recebimento dos créditos tributários, em fase administrativa, ou inscritos em dívida ativa.

No que se refere à Programação Fiscal 2003, foi concentrada toda a força de trabalho nos projetos estaduais de arrecadação, cujo resultado representa 96% do total da arrecadação de ICMS do Estado de Minas Gerais, tendo como meta, advinda deste esforço fiscal e do crescimento econômico, o alcance da receita de ICMS arrecadado neste exercício, de R\$11,130 bilhões.

Para o controle da efetivação das metas previstas, a Subsecretaria da Receita Estadual adotou a metodologia do Gerenciamento Matricial da Receita, sendo implantada pela Superintendência de Planejamento e Informática, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (IDG), que atuou prestando consultoria, propondo melhorias estruturais na SEF.

Procurando fontes de recursos para outros tributos/receitas, e com vistas a elevar a arrecadação originária de taxas e preços públicos, Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Compensações Financeiras sobre Exploração de Recursos Minerais, foi implantado o Projeto Outras Receitas, buscando desencadear ações de aprimoramento dos mecanismos para maximizar a identificação de fatos geradores, apuração das bases de cálculo e mecanismos de controle para a fiscalização e arrecadação de tais receitas.

Ainda com o fim de fortalecer a ação do fisco, garantindo maior efetividade em sua atuação, procurou-se identificar potenciais parceiros institucionais, sendo firmados diversos convênios de colaboração mútua: com a Agência Nacional do Petróleo, para atuação no setor de combustíveis, com a Receita Federal, para especificação de equipamentos medidores de vazão, para o setor de bebidas e para pagamento do

ICMS devido, na importação por débito em conta-corrente e com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para a fiscalização conjunta no setor de medicamentos.

Para os procedimentos administrativo-tributários, desenvolveu-se projeto que alcança a principal frente de trabalho da SEF, Processo de Modernização das Atividades Administrativo-Tributárias (Promat), que busca racionalizar os serviços prestados, melhorando a qualidade e o tempo de resposta das informações, bem como a redução de custos no atendimento ao público nas repartições fazendárias.

Buscando desenvolver a consciência fiscal da sociedade, fazendo com que a população conheça o mecanismo da tributação e participe ativamente na exigência da emissão do documento fiscal, acompanhando a aplicação dos recursos públicos, como um exercício de cidadania, foi lançada a Campanha Minas Nota 10, em parceria com a Loteria do Estado de Minas Gerais.

Pretende-se, com este projeto, incentivar o exercício de construção coletiva do bem-estar social e de valorização de boas práticas, além do incremento de receita devida aos cofres públicos.

Por fim, e em vista da importância estratégica da receita, foi incluído o Projeto Estruturador - Modernização da Receita Estadual no Programa Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado (Geraes) para o desenvolvimento econômico e social do Estado, de 2004 a 2007.

Para a consecução dos objetivos traçados, o projeto foi estruturado em um conjunto de ações que pretendem racionalizar os processos de trabalho, aperfeiçoar os mecanismos de gestão, aprimorar a qualificação dos servidores, aumentar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, especialmente aos contribuintes, prover as unidades administrativas de recursos de infra-estrutura operacional para viabilizar o apoio à arrecadação, fiscalização e administração tributária, além de buscar o aumento da consciência tributária da sociedade, por meio do Programa Estadual de Conscientização sobre o significado social do tributo.

Reflexos destas medidas de fiscalização e controle podem ser observados na análise da receita de ICMS de Minas Gerais, que apresentou um crescimento real de 2,3% de janeiro a outubro de 2003, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O comportamento da receita tributária de Minas Gerais se destaca quando comparado ao das receitas de estados de economia similar à mineira, que tiveram diminuição na sua receita tributária, a exemplo da receita de São Paulo que amargou queda de 7%, Rio de Janeiro 6,2% e Bahia 0,1%, no mesmo período de comparação.

Destaca-se, entre as principais ações desenvolvidas em 2003 no âmbito do Subsecretaria do Tesouro Estadual, a implantação de nova sistemática de administração de caixa, mediante de novos instrumentos e métodos de gestão financeira.

Nesse sentido, maiores esforços se direcionaram para a reformulação da programação financeira, mediante a adoção da reformulação da execução financeira, visando compatibilizar a execução orçamentária com a real disponibilidade do tesouro, equacionar os critérios para a distribuição de recursos, e assim, dotar o Estado de saldo estratégico de caixa, para atendimento de



situações emergenciais, e obter melhores taxas de remuneração para eventuais sobras.

A reformulação dos demonstrativos de fluxo de caixa agrega novas informações para previsão e controle de recursos, cujo objetivo é dotar a área financeira de instrumentos gerenciais mais ágeis e efetivos quando de sua gestão.

No ano, foi criada a Superintendência Central de Operações Oficiais de Crédito e, com ela, a Diretoria Central de Administração de Ativos, cuja principal atribuição é coordenar os procedimentos legais inerentes à gestão e à recuperação dos ativos e haveres do Estado, representados por títulos de crédito de natureza comercial, rural e industrial e por imóveis e títulos de participações acionárias.

Ao longo desse exercício, a Superintendência concentrou-se em criar mecanismos de controle e de gerenciamento destes ativos, tendo como objetivo principal permitir a maximização e a geração de receitas de capital, viabilizando novas formas de financiamento dos empreendimentos públicos.

Os trabalhos de reestruturação em curso por certo poderão contribuir, nos próximos anos, para a obtenção de fontes alternativas de receitas e de equilíbrio financeiro do Estado.

No encerramento de 2002, a Dívida Flutuante do Estado expressava-se pelo valor de R\$ 5,2 bilhões, indicativo evidente da fragilidade financeira do Estado.

A expressividade dessa dívida, que ao longo dos últimos exercícios apresentaram tendência de crescimento, ao nível dos déficits orçamentários anuais, suscitou a promoção de estudos e análises de sua estrutura, composição, fatos geradores e principalmente, o exame de alternativas de solução para seu equacionamento, tendo como principal objetivo o estancamento da evolução dos saldos ao longo do exercício de 2003.

Com esse escopo, diversas ações se desenvolveram, merecendo destacar, dentre outras, o cancelamento do pagamento relativo às operações de orçamentos de 2002 e anteriores, cujas despesas não foram liquidadas até março de 2003, negociações com grandes credores, discutindo alternativas de solução para as dívidas pendentes de pagamento. Aprimoramento das normas relativas ao encerramento do exercício de 2003, com redução de prazos para cancelamento de restos a pagar antecipados para 31 de janeiro de 2004.

As ações empreendidas ao longo do exercício não só permitiram que fosse estancado o processo de evolução dos saldos da dívida flutuante, como também contribuíram para sua redução.

Por meio da Superintendência de Gestão e Finanças (SGF), a Secretaria vem buscando alternativas para a adequação de suas despesas à cota orçamentária autorizada, desde o contingenciamento decorrente da publicação do Decreto 43.253/03. Para cumprir a meta de redução, foi fixada a cota mensal de cada unidade executora, além da implantação de várias medidas de contenção de gastos, como a renegociação dos contratos de locação de imóveis, reavaliação dos contratos de serviços terceirizados em todas as unidades da Secretaria, inclusive da área de informática, com redução média de 10%, definição de novos critérios para controle de ligações telefônicas com economia média de 43,86%, racionalização do

uso de energia elétrica associada à adoção de novo horário de funcionamento das unidades da Secretaria, permitindo uma economia significativa.

Por fim, utilizando-se a metodologia do novo modelo de gestão que está sendo implementado na Secretaria, juntamente com o esforço despendido por todas as unidades no desenvolvimento de projetos, foi possível alcançar o aprimoramento da execução das tarefas, a diminuição nos prazos de atendimento principalmente ao contribuinte, a redução da dívida, a gestão financeira eficaz e o incremento da receita.

#### **Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S/A – Diminas – Em Liquidação**

A Diminas, em prosseguimento ao seu processo de liquidação ordinária, quitou, no exercício de 2002, treze processos trabalhistas, transitados em julgado no Tribunal Superior do Trabalho, que representaram um desembolso de R\$ 1.056.021,40, incluindo os encargos sociais.

Visando a recompor o caixa, bastante comprimido pelas indenizações trabalhistas, foram alienadas, por meio da Bolsa de Valores, participações acionárias da empresa, no montante de R\$ 389.359,83 e, via Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), do Banco Central do Brasil, 1.100 Notas do Tesouro Nacional – A3, com vencimento final em 15 de abril de 2024, sendo apurados R\$ 994.586,96.

Dando-se seguimento às medidas de redução e racionalização das despesas, foi promovida a mudança da sede da Diminas, com o objetivo de reduzir os custos de locação e manutenção, bem como a diminuição do quadro de pessoal, em sintonia com a liquidação e encerramento de parte das ações trabalhistas e tributárias.

#### **Minas Gerais Participações S/A - MGI**

A MGI, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, está dando continuidade aos procedimentos judiciais e extrajudiciais referentes à privatização do Banco Agrimisa SA, com vistas à defesa dos interesses do Estado, bem como ao acompanhamento do desempenho das empresas, instaladas no território mineiro, das quais a MGI participa acionariamente.

Prosseguem as tentativas de recebimento dos créditos não-liquidados do BEMGE e CREDIREAL, que lhes foram repassados pelo Estado de Minas Gerais, além do convênio firmado com o Estado de Minas Gerais para administrar os ativos oriundos da extinta MINASCAIXA.

No decorrer do exercício de 2003 foram retomadas ações com o objetivo específico de realização dos ativos de créditos provenientes do BEMGE, CREDIREAL e MINASCAIXA, envolvendo treinamento de pessoal, alteração de estrutura e projeto com metas e planos para atingir o objetivo.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA  
2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado da Fazenda</b>	<b>729.665.970</b>	<b>734.560.676</b>			
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	2.451.352	2.369.155			
041220012.206.0001 - Direção Superior	5.643.543	6.357.277			
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	15.114.466	12.065.195			
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	25.219.990	17.890.896			
041222051.061.0001 - Organização e Gestão Institucional	131.800	1.482	Unidade Adm. Reestruturada (Unidade Administrativa)	84	84
041222051.062.0001 - Tecnologia da Informação	701.300	701.300	SICAF Convertido (Sistema)	1	-
			Rede Fazendária de Informática Implantada (Rede Informática)	1	-
041222051.389.0001 - Integração das Unidades Fazendárias Federadas	300.000	3.863	Sintegra/MG Implantado (Sistema)	1	-
041222051.391.0001 - Fiscalização de Atividades Econômicas	1.035.000	747.929	Metodologia de Apoio à Execução e ao Gerenciamento da Ação Fiscal Implantada (Metodologia)	2	2
			Metodologia de Execução do Controle Fiscal Implantada (Metodologia)	2	2
			Procedimento de Sistemática Gerencial da Ação Fiscal Implantado (Procedimento)	1	1
041222051.392.0001 - Contencioso Administrativo e Judicial	4.088.500	2.918.934	Novo Modelo de Gestão do Crédito Tributário Elaborado (Procedimento)	1	-
			Processo de Reestruturação Física da SCT Concluído (Processo)	1	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
041222051.393.0001 - Modernização dos Serviços Prestados ao Contribuinte	7.562.300	6.824.077	Novo Sistema Informatizado dos Processos Administrativos- Tributários Implantado (Sistema)	2	-
			Novo Cadastro Implantado (Cadastro)	26	-
			Novo Sistema de Arrecadação Implantado (Sistema)	1	-
041222051.393.0002 - Implementação do Programa Estadual de Educação Fiscal	625.000	516.119	Curso de Formação de Disseminadores em Educação Fiscal Realizado (Curso)	1	1
			Implementação da Educação Fiscal nas Escolas Realizada (Visita Técnica)	30	15
			Curso de Capacitação de Professores e Diretores da Rede Estadual Realizado (Curso)	1	1
			Trabalho no Estado sobre Educação Fiscal Apresentado (Seminário)	10	5
			Programa de Educação Fiscal Divulgado (Teleconferência)	1	-
041222051.673.0001 - Modernização do SIAF	1.207.200	637.786	Remodelagem e Qualificação de Dados do Armazém de Informações Realizada (Procedimento)	1	1
			Operacionalização do SIAF Aprimorada (Sistema)	1	1
041222051.674.0001 - Coordenação do Programa de Modernização da SEF	100.000	18.505	Programa de Reestruturação e Modernização da SEF/PNAFE Implantado	1	1
041232064.785.0001 - Gerenciamento do Sistema Central de Administração Financeira	1.749.289	1.934.818	Serviço de Gerenc. das Finanças Públicas do Estado Mantido (Serviço)	1	-
041242074.394.0001 - Gerenciamento do Sistema Central de Controle Operacional (I)	4.223.887	3.649.688	Coordenação da Prestação de Contas dos Órgãos/Entidades Junto ao Tribunal de Contas Realizada (Relatório)	114	-
			Auditoria Individualizada para Órgão/Entidade Concluída (Relatório)	114	-
			Gestão Fiscal Concluída (Relatório)	1	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Avaliação da Execução da Lei Orçamentária Anual Concluída (Relatório)	1	-
			Auditoria Setorial para Órgão/Entidade Concluída (Relatório)	114	-
			Trabalho de Auditoria Operacional Implantado (Núcleo)	30	-
			Auditoria de Execução Direta Realizada (Auditoria)	48	-
			Núcleo do Subsistema de Auditoria Operacional Coordenado (Núcleo)	30	-
			Núcleo do Subsistema de Auditoria Operacional Coordenado (Núcleo)	30	-
041280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	3.331.592	3.109.591	Formação Técnica-Gerencial, Orçamentária-Financeira e Tributária-Fiscal Realizada (Servidor)	10.200	10.395
041292084.393.0001 - Gerenciamento do Sistema de Tributação e Administração Tributária Estadual	252.694.855	270.897.992	Controle da Legislação Tributária Mantido (Serviço)	1	1
			Gerenciamento da Fiscalização, Arrecadação e Tributação Mantido (Serviço)	1	1
			Administração e Cobrança do Crédito Tributário Mantido (Serviço)	1	1
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	403.485.896	403.916.069			
<b>Transferência do Estado à Empresas</b>	<b>75.610.824</b>	<b>89.970.458</b>			
041227777.161.0001 - Programação a Cargo da Minas Gerais Administração e Serviços S/A - MGS	1.000	-			
041237777.299.0001 - Programação a Cargo da Minas Gerais Participações S/A - MGI	1.000	-			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
041237777.656.000I - Programação a Cargo da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários de Minas Gerais S/A - DIMINAS	1.000	-			
041267777.400.000I - Programação a Cargo da Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE	1.000	-			
164827777.432.000I - Programação a Cargo da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB	9.671.324	4.874.196			
175127777.151.000I - Programação a Cargo da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	1.000	-			
226617777.290.000I - Programação a Cargo da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI	1.000	-			
226637777.162.000I - Programação a Cargo da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG	1.000	-			
236947777.291.000I - Programação a Cargo do Banco de Desenvolvimento de MG - BDMG	65.930.500	85.096.262			
257527777.184.000I - Programação a Cargo da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	1.000	-			
267837777.660.000I - Programação a Cargo do Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A	1.000	-			
<b>Encargos Gerais do Estado - Encargos Diversos</b>	6.239.013.566	6.571.295.965			
041220502.156.000I - Manutenção do Sistema Integrado de Administração Financeira -SIAF	9.497.000	7.867.990			
041220507.662.000I - Taxa de Adm. de Benefícios Decorrentes da Lei Financeira -SIAF	58.500.000	27.728.758			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
288437777.202.0001 - Gestão da Dívida Contratada Interna	1.453.878.536	1.365.461.327			
288447777.203.0001 - Gestão da Dívida Contratada Externa	253.638.750	249.052.639			
288457777.077.0001 - Transferências a Municípios	2.572.214.793	2.816.422.648			
288457777.179.0001 - Transferências ao Fundef	1.676.442.797	1.897.978.915			
288457777.658.0001 - Transferências ao Funset	4.168.958	2.475.797			
288467777.081.0001 - Encargos da Administração Financeira Central	22.580.000	43.061.046			
288467777.167.0001 - Indenizações Administrativas e Judiciais	28.548.625	28.556.283			
288467777.167.0002 - Indenizações por Força da Lei 12.994, de 30/07/1998	1.000	-			
288467777.180.0001 - Encargos Decorrentes da Extinção da Minascaixa - Dec. 39.835, de 25/08/1998	8.733.100	5.931.847			
288467777.181.0001 - Participação no Aumento de Capital de Empresas Financeiras e Comerciais	1.000	-			
288467777.571.0001 - Encargos Devidos aos Institutos de Previdência	46.339.210	4.297.918			
288467777.659.0001 - Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - PROSAM	1.000	-			
288467777.659.0002 - Fundo Est. de Saneamento Básico - FESB	1.000	-			
288467777.659.0003 - Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDEURB	1.000	-			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
288467777.659.0004 - Fundo SOMMA	1.000	-			
288457777.661.0001 - Captação de Recursos para Formação do PASEP	104.465.797	122.460.797			
<b>Minas Gerais Participações S.A. - MGI</b>	<b>101.000</b>	<b>93.500</b>			
041230016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	100.000	93.500			
041232126.005 - Participação Societária	1.000	-			
<b>Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A - DIMINAS</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>			
231232126.203 - Aumento de Capital de Empresa em Liquidação	1.000	-			
<b>TOTAL</b>	<b>7.044.392.360</b>	<b>7.395.920.599</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

(I) As metas programadas nesta atividade foram executadas pela Auditoria Geral do Estado. A execução financeira é referente a pagamento de pessoal, encargos sociais e custeio da Auditoria até abril de 2003





## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Ações e políticas que propiciem sustentabilidade do crescimento econômico no Estado, foram desenvolvidas pelo sistema operacional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE), dando seqüência às diretrizes de governo com equilíbrio social, em benefício dos diversos setores da economia mineira, inclusive na área de assuntos externos com a participação nas negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), resultando em cartas-consulta de US\$ 4, 120 milhões referentes a Produtividade, Qualidade e Competitividade de Pequenas e Médias Empresas de Minas Gerais-'Produtividade'; Pavimentação e Acessos Rodoviários-'Pro-Acesso', e Desenvolvimento do Noroeste de Minas Gerais - 'Pro-Noroeste'. Com o Banco Mundial (BIRD) obteve de Empréstimos de Ajuste Estruturado (Structured Adjustment Loan ) de US\$170 milhões de recursos do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIM) no valor de US\$500 mil, para implementação e consolidação da Unidade de Parcerias Público-Privadas de Minas Gerais.

Criou-se o Conselho Estadual do Comércio Exterior de Minas Gerais (Concex-MG); elaborou-se Programa Estruturador da Plataforma Logística de Comércio exterior com os programas Promoção Comercial da Empresa Mineira, Programa Exporta Minas e Minas Exporta com Excelência, incluídos no PPAG 2004/2007. Assinou-se convênio de cooperação entre o Governo de Minas e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com interveniência da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil), visando o fomento às exportações mineiras.

Dois Projetos Estruturadores serão desenvolvidos pela SEDE. O Programa das Parcerias Público-Privadas (PPP), cujo Projeto de Lei 889/2003 aguarda aprovação da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, juntamente com o Projeto de Lei 890/2003 referente ao 'Fundo PPP'; e Arranjos Produtivos Locais, cujo objetivo é desenvolver os arranjos produtivos eletroeletrônico e moveleiro, visando à geração de emprego, aumento do valor agregado da produção no Estado e desconcentração da economia mineira.

O artesanato mineiro, a partir de 2003, passou a fazer parte do elenco de setores econômicos de responsabilidade da SEDE na elaboração da sua política de desenvolvimento e de promoção no Estado.

O comércio interno tem na elaboração e distribuição do Calendário de Feiras e Exposições Industriais, Comerciais e dos Serviços um veículo promocional de grande repercussão para o setor.

O Conselho de Industrialização (COIND) aprovou financiamentos por intermédio do Fundo de Incentivo à Industrialização (FIND), para cinco projetos no Programa de Integração e Diversificação Industrial e Agroindustrial (Pro-Indústria) para capital de giro, com investimentos da ordem de R\$ 28 milhões, gerando 345 empregos diretos, com previsão de financiamento de R\$ 11 milhões, e no Programa de Indução à Modernização Industrial - PROIM, capital fixo para quatro projetos, com investimentos de R\$ 58 milhões, gerando 544 empregos diretos, com financiamento previsto de R\$ 25 milhões.

No Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas (Fundiest), foi aprovado um projeto para capital de giro do Programa de Apoio à Implantação de Agroindústrias Estratégicas - PROE-AGROINDÚSTRIA, com investimentos da ordem

de R\$ 132 milhões, gerando 2.085 empregos diretos e previsão de financiamento de R\$ 30 milhões em um período de oito anos.

Na última reunião, além desses projetos, o COIND também aprovou e enquadrou outros condicionados a conclusão das análises em 90 dias. Foram 217 projetos de Pró-Indústria, com investimentos de R\$ 18 bilhões, gerando 58.554 empregos diretos, com recursos do FIND; três projetos de R\$ 1 bilhão, gerando 3.123 empregos diretos, por meio do Programa de Estruturação Comercial de Empreendimentos Industriais Estratégicos - Proe-Eestruturação; no âmbito do Fundiest e no Proe-Agroindústria, também do mesmo fundo, sete projetos com investimentos de R\$ 1,1 bilhão, gerando 8.588 empregos diretos.

Pelo Decreto 43.617/03, que prevê tratamento tributário aos Projetos Estruturadores do setor eletroeletrônico, foram firmados 36 Protocolos de Intenções, com investimentos de R\$ 460 milhões e geração de 7.810 empregos diretos.

As principais ações para o setor de política energética foram a Universalização dos Suprimentos de Energia (Projeto Estruturador); Atendimento de Energia ao Noroeste Mineiro (Projeto Estruturador); Programa Biodiesel (Federal e Estadual); novo modelo do setor elétrico brasileiro; encaminhamento e acompanhamento de solicitações diversas junto à CEMIG.

#### **Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - BDMG**

Em consonância com o PLANO DE DIRETRIZES E METAS definido para 2003, formulado com base no PROJETO ESTRATÉGICO do BDMG para o período 2001-2004, os esforços do banco continuam sendo de promover e financiar o desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais e para o fortalecimento da Instituição.

Em decorrência da atuação do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS, em 2003, foram apoiados investimentos de R\$ 703,84 milhões na economia mineira, que por sua vez, permitiram a criação de 11.685 postos de trabalho diretos.

O Patrimônio Líquido do banco evoluiu de R\$ 285,229 milhões (em 31/12/2002) para R\$ 405,944 milhões (em 30/11/2003), o que equivale a um crescimento de 62%. O lucro líquido acumulado até o final de novembro alcançou R\$ 36,71 milhões.

Em dezembro de 2003, o saldo de aplicações em financiamentos para empresas classificadas nas faixas de risco "A" e "B", conceito do Banco Central do Brasil, foi de R\$ 1,903 bilhão, contra o saldo de R\$ 1,910 bilhão, no ano anterior.

Como administrador dos ativos remanescentes dos bancos estaduais privatizados, BEMGE e CREDIREAL, o BDMG recuperou, em 2003, R\$ 38,44 milhões. A importância desta atividade é que seu resultado traduz o esforço de trazer para o patrimônio do estado recursos públicos reavidos de clientes inadimplentes com aqueles bancos estaduais.

Durante o ano foram atendidos 4.691 clientes, perfazendo 5.596 operações de crédito, o que totaliza cerca de R\$ 696,52 milhões em financiamentos aprovados.

Em relação ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 9,9% do valor de aprovações.

No segmento de micro e pequenos empreendimentos, o BDMG atendeu 4.559 clientes, incluindo financiamentos aos microprodutores rurais, no ano, com a aprovação de financiamentos que somaram R\$ 111,16 milhões.

As aprovações de recursos, provenientes do BNDES, outros repasses e de capital próprio, foram de R\$ 188,29 milhões. Já as operações formadas por aplicações de recursos indiretos, como os fundos estaduais, corresponderam à aprovação de R\$ 508,23 milhões.

As liberações de recursos atingiram, em 2003, R\$ 609,64 milhões. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, observa-se um incremento nas liberações de 29%. No tocante à estratificação das liberações por origem de financiamentos, a liberação de recursos de repasses, próprios e as fianças alcançou R\$ 211,96 milhões, enquanto os recursos provenientes dos fundos estaduais atingiram R\$ 397,68 milhões.

No transcorrer de 2003, foram desenvolvidas várias ações que resultaram no efetivo apoio do Governo aos setores produtivos de todos os portes e regiões do estado.

Em termos setoriais, o departamento da indústria de transformação aprovou financiamentos de R\$ 341,30 milhões, equivalente a 49% do total aprovado no período. O departamento de micro e pequenas empresas aprovou financiamentos de R\$ 90,05 milhões. O departamento de mineração, metalurgia e indústria básica aprovou financiamentos que alcançaram R\$ 100,70 milhões. O agronegócio por intermédio do Departamento Rural e Agroindústria, aprovou R\$ 88,25 milhões; o Departamento do Setor Terciário, R\$ 39,16 milhões em financiamentos; o Departamento de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano, financiamentos de R\$ 29,61 milhões; e o Departamento de Desenvolvimento Tecnológico, voltado para o apoio a empresas de base tecnológica, R\$ 7,40 milhões no ano.

A distribuição dos financiamentos aprovados, no território mineiro, confirma o padrão espacial vigente em Minas, ou seja, o do direcionamento dos financiamentos para as regiões Central, que recebeu 49% do total de aprovações de recursos; Sul de Minas, com participação de 19%; e Triângulo Mineiro, com 11%. As demais regiões receberam, em conjunto, 21% do valor aprovado total no período. Este padrão espacial decorre da concentração das atividades econômicas e de população nestas regiões, que acabam por gerar economias de urbanização e aglomeração, tornando-as atrativas a investimentos novos ou de expansão e modernização.

Orientado para o atendimento da demanda por microcrédito da população de baixa renda, o BDMG liberou, por meio do PROGRAMA ESTADUAL DE CRÉDITO POPULAR – CREDPOP, de R\$ 2,45 milhões para as ASSOCIAÇÕES DE CRÉDITO POPULAR – ACP (ONG). O efeito destas liberações tem sido extremamente importante para as localidades onde os créditos foram aportados. Desde a implantação do programa, em 1998, foram criadas 11 ACP, uma na capital do estado e 10 no interior, nas cidades de Araxá, Ipatinga, Itabira, Ituiutaba, Uberaba, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, João Pinheiro e Três Marias. É importante destacar que o atendimento do programa vai

além dos municípios-sede das ACP, abrangendo também o seu entorno. Assim, de janeiro até o final de dezembro as ACP repassaram R\$ 16,07 milhões a 11.426 beneficiários finais do microcrédito, distribuídos em 248 municípios, promovendo a manutenção/ geração de cerca de 10 mil postos de trabalho.

Para atender as micro e pequenas empresas e as cooperativas atingidas por inundações no início do ano, o FUNDESE/SOLIDÁRIO - PROGRAMA EMERGENCIAL DE SOCORRO ÀS EMPRESAS E COOPERATIVAS AFETADAS POR INUNDAÇÕES apresentou o prazo para entrega das propostas de financiamento ampliado até junho. Em 2003, foram liberados cerca de R\$ 8 milhões em financiamentos, num total de 228 operações distribuídas por 15 municípios.

No campo de estímulo ao desenvolvimento tecnológico, o banco atua com a linha de crédito FUNDESE/ BASE TECNOLÓGICA, que visa a financiar micro, pequenas e médias empresas nas áreas de computação, microeletrônica, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão, entre outras. Nestas operações, foram liberados recursos de R\$ 1,73 milhão no período em análise.

Ainda alinhado à diretriz de apoiar as atividades dos micro e pequenos empreendimentos mineiros, o FUNDESE/ GERAMINAS concedeu financiamentos às empresas inscritas no MICRO GERAES, superiores a R\$ 71 milhões, para 398 municípios, de janeiro a dezembro de 2003. No intuito de agilizar o atendimento às micro e pequenas empresas, o BDMG disponibilizou um novo software que permite o preenchimento da proposta de financiamento por meio eletrônico. Desde sua implantação, de julho a dezembro de 2003, foram aprovados 626 processos de financiamento por meio do GERAMINAS INTERNET somando recursos de R\$ 11,9 milhões.

No âmbito do projeto estruturador EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA, que objetiva aumentar o nível de competitividade das empresas mineiras por meio de incremento de produtividade, melhoria da capacitação empresarial, adequação às normas ambientais e modernização tecnológica, o programa FUNDESE/ EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA já se encontra em operação pelo BDMG. O FUNDESE/ EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA destina-se ao financiamento de investimentos fixos e de capital de giro para a aquisição de ativos intangíveis voltados ao desenvolvimento da gestão, da tecnologia e do mercado, permitindo o financiamento de importantes ferramentas da moderna competitividade, que não estão incluídas entre os itens financiáveis de programas tradicionais. Em dezembro, o BDMG aprovou o primeiro projeto enquadrado no FUNDESE/ EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA, com financiamento de R\$ 72,6 mil. Nesta ocasião contabilizou ainda, 16 projetos em análise, que somados alcançavam de R\$ 5,36 milhões em financiamentos.

Finalmente, dentro do escopo de atividades previstas no projeto estruturador ESTRADA REAL, criou-se o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS DA ESTRADA REAL – FUNDESE/ ESTRADA REAL, que tem como beneficiários empresas de micro, pequeno e médio portes, cooperativas de produção e comercialização. Estes empreendimentos devem estar localizados em um dos 162 municípios mineiros integrantes do circuito da Estrada Real e ter vinculação direta com o Circuito Turístico Estrada Real. A nova linha de financiamento operada pelo BDMG destina-se

a investimentos fixos e em capital de giro associado para projetos de implantação, expansão e modernização dos estabelecimentos.

Em 2003, o BDMG deu continuidade a uma série de medidas administrativas de grande importância: Intensa divulgação do Minas Gerais do Século XXI: lançado em dezembro de 2002, a disseminação do estudo continua a ser trabalhada pelo BDMG. A coletânea foi distribuída a bibliotecas públicas e universitárias do interior e da Capital, órgãos de governo, nas esferas municipal, estadual e federal, entidades de classe, entre outras instituições. O conteúdo completo dos trabalhos também está disponibilizado no endereço do Banco na internet, permitindo o acesso a todos os interessados.

As ações que envolvem o PLANO ESTRATÉGICO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CORPORATIVO (PESIC) relativas às mudanças nos processos organizacionais, estão entre as metas de caráter prioritário desenvolvidas pela Instituição em 2003. O objetivo final do projeto é melhorar o atendimento ao cliente, proporcionando maior produtividade e competitividade. Nesse sentido, o projeto de METODOLOGIA PARA ENGENHARIA DE PRODUTOS, PROCESSOS E INTERFACE COM SISTEMAS é de fundamental importância, devido ao seu impacto nos processos da Instituição. O projeto já se encontra em andamento, mas sua primeira fase, que trata da elaboração da metodologia para especificação de produtos, já foi concluída.

O PROGRAMA DE ALTOS ESTUDOS do BDMG propõe ciclos de estudos, abertos à comunidade, oferecendo um foro de reflexão de alto nível para abordagem integrada e realista das questões de interesse de Minas Gerais. Foi realizado o Curso de Extensão em Alfenas (entre 28/04/03 e 07/05/03), contando com a parceria da UNIFENAS. Em agosto, foi iniciada a 2ª edição do Curso de Altos Estudos, que encerrou suas atividades em de novembro de 2003.

Seguindo orientação do Governo do Estado de estabelecer parcerias estratégicas para a promoção do desenvolvimento de Minas Gerais, celebrou-se convênio de colaboração técnica entre a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e o BDMG, visando à otimização e à agilização dos processos de licenciamento ambiental e seu relacionamento com as normas estabelecidas para a concessão de financiamentos. Dentro desta iniciativa, foi instalado, dentro das dependências do banco, um Posto de Atendimento Avançado da SEMAD, para orientar os empresários e técnicos do BDMG sobre o licenciamento ambiental.

Nesta mesma linha de atuação, foi firmado convênio entre a FIEMG e o BDMG. Deste modo, os empresários do interior de Minas Gerais obtêm informações sobre os produtos do banco nos postos avançados da FIEMG, onde foram instaladas 11 unidades do PROGRAMA SOLUÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO (SID). Com isso, o BDMG pretende mostrar que está de portas abertas para apoiar projetos que conduzam ao desenvolvimento do estado.

Realização da 15ª edição do PRÊMIO MINAS DE ECONOMIA. Numa iniciativa conjunta com entidades de classe de economistas (CORECON-MG e SEMG), o BDMG realizou mais uma edição da premiação que objetiva incentivar a produção acadêmica e profissional sobre temas de relevância para a economia brasileira e, em especial, mineira.



Participação na estruturação operacional do Programa FACILITA MINAS, um componente do projeto estruturador EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA, que visa a descomplicar as relações do estado com o ambiente empresarial.

### **Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG**

O Projeto de Lei 1.004/2003, de autoria do governador e que está em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, altera a denominação e os objetivos sociais da Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG), que passará a ser Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), que ficará vinculada à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico

A Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG) se destacou como importante agente do desenvolvimento do Estado, concretizando parcerias e viabilizando não só a exploração de bens minerais com soluções tecnológicas e econômicas como também a dos parques, balneários, fontes e hotéis das estâncias hidrominerais, segundo a filosofia de parcerias público-privadas.

A ação de maior destaque da COMIG foi a retomada das obras de ampliação do Expominas-BH, mas também foram importantes a renovação da parceria com a CBMM para continuidade na exploração das reservas de nióbio por mais 30 anos e de fosfato nos próximos 20 anos; construção do Centro de Aventuras de Araxá; promoção do X Congresso e Exposição Brasileira de Mineração.

Além disso, a empresa prosseguirá na gestão de negócios termais, de águas minerais, minero-industriais, de turismo empresarial e novos negócios, identificando, principalmente, oportunidades de investimento para o estado em conjunto com a iniciativa privada.

### **Centro de Distritos Industriais - CDI**

Para continuar atendendo as solicitações para implantação de distritos industriais, a CDI reorganizou-se e introduziu o programa Quarteirão Empresarial, modelo de pequeno que onde se associa desenvolvimento econômico com preservação do meio ambiente e qualidade do espaço urbano, permitindo, dessa forma, a interiorização do desenvolvimento industrial. Em decorrência da avaliação da situação de distritos industriais com obras paralisadas, foi concluído o Distrito Industrial de Barbacena (Região Central); retomadas as obras em Santos Dumont e acordada a municipalização do distrito industrial com a Prefeitura de Manhuaçu (ambos da Zona da Mata).

Nos distritos industriais em operação foram negociados terrenos com 104 empresas, perfazendo 1.205.218,20 metros quadrados, estando previstos investimentos de US\$ 26,563 milhões, geração de 2.318 empregos diretos e arrecadação ICMS/ano de US\$ 11,738 milhões.

Além das obras que estão sendo realizadas em Santos Dumont, foi prestada assessoria técnica ao município de Juatuba (Região Central). Estão dentro da programação atual da CDI-MG novos distritos industriais solicitados para Monte Santo de Minas, Caratinga, São Sebastião do Paraíso, Caeté.

Quanto aos Quarteirões Empresariais, estão sendo programadas e realizadas viagens para estudo preliminar do município e seleção de área em Capelinha, Divino, Goiana, Iguatama, Guanhães, Ijací, Joaima, Medina, Monte Santos de Minas, Nova Porteirinha, Passa Tempo, Rio Casca, Santo Antônio do Amparo, São Romão.

### Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG

A demanda pelos serviços da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) é crescente, destacando - se o Cadastro Mercantil com 1,7 milhão empresas em seu banco de dados, informações disponíveis aos clientes diariamente. Para melhorar a produtividade e qualidade, investiu-se fortemente nos elementos essenciais ao funcionamento efetivo de uma organização avançada ( tecnologia, RH, melhorias nas instalações etc).

A tabela a seguir retrata o trabalho desenvolvido pela Jucemg:

Documentos Registrados/Livros Registrados/Certidões Expedidas

**Período: 2000 a setembro de 2003**

	2000	2001	2002	2003
Documentos registrados	199.663	181.012	182.382	133.985*
Livros registrados	39.337	47.105	53.334	45.957*
Certidões expedidas	110.983	124.255	137.989	116.363*

Fonte: Divisão de Processamento de Dados/Sato-Jucemg

\* Não computados os dados relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2003

Na área de recursos humanos, houve cursos para o público interno; na área operacional, destacou-se como a melhor Junta Comercial do país. Na área de informática, investiu-se em equipamentos e materiais específicos, visando à elaboração do banco de dados.

### Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI

De acordo com balanço realizado em 25 de novembro de 2003, dos 42 projetos industriais decididos para o Estado de Minas Gerais com a assistência do INDI, envolvendo inversões de US\$ 237 milhões e a criação de 11.241 empregos diretos, 24 referem-se a expansões de plantas industriais já existentes e 18 a novas indústrias.

Destacaram-se no ano, em termos de investimentos decididos, os setores eletroeletrônico, sucroalcooleiro, produtos alimentícios, siderúrgicos, têxteis e calçados utilizando as seguintes fontes de capitais: estrangeira (39%), nacional (51%) e mineira (10%).

As regiões do Estado que atraíram maior volume de investimentos foram Sul (25%), Triângulo (18%), Alto Paranaíba (17%) e Mata (16%). Em número de empregos diretos gerados, as regiões de maior expansão no emprego industrial foram Alto Paranaíba (31%), Sul (21%), Triângulo (17%) e Centro-Oeste (17%).

Além destes projetos, devem-se ressaltar aqueles que entraram em operação comercial, bem como os 28 que tiveram sua implantação iniciada em 2003, sendo 11 novas indústrias e 17 expansões de empresas já instaladas no Estado. Esses projetos deverão absorver investimentos de US\$ 228 milhões e criar 9.053 empregos.

Entraram em operação 21 projetos, demandando investimentos de US\$ 227 milhões e gerando 1.581 empregos diretos. Dentre estes, deve-se salientar os da Camargo Corrêa Industrial S/A, da Sinterama do Brasil Ltda, da Conitex e do Grupo Cacique pelos impactos nos municípios em que se localizam.

Além da atração de projetos industriais e apoio à expansão daqueles aqui já localizados, o INDI realizou outros trabalhos essenciais ao desenvolvimento econômico e social do Estado:

- “A Indústria de Laticínios Brasileira e Mineira em Números”
- “Panorama da Indústria Farmacêutica e Veterinária de Minas Gerais”.
- “O Mercado de Carnes Brasileiro e Mineiro em Números”
- “Guia Sobre Técnicas da Terceira Geração na Promoção de Investimentos”
- “Projeto de Integração DF-GO-MG-ES-BA”
- “Estudos de Intermodalidade de Transportes no Triângulo”

#### Projetos de Implantação de Plataformas de Confeções

No apoio à internacionalização das empresas mineiras o INDI operou as redes de negócios Brazil Trade Net, do Ministério das Relações Exteriores, BCNet (Business Corporation Network) e BRE (Bureau de Rapprochement des Entreprises), ambas da Comissão Européia. Além disso, o INDI sedia o Eurocentro de Cooperação Empresarial de Minas Gerais, uma entidade operadora do Programa AI-Invest (Investimentos na América Latina), criado pela Comissão Européia para gerar negócios entre empresas dos países da União Européia e de Minas Gerais.

Foram celebrados também diversos acordos de cooperação internacional, destacando-se: “Cooperação Minas Gerais e Estado do Colorado (EUA)”, “Cooperação Minas Gerais e Região do Piemonte (Itália)” e “Cooperação Minas Gerais e Região do Minho (Portugal)”.

#### **Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG**

A distribuição de gás natural pela Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig)- em 2003 foi possível com a construção de rede de distribuição para o atendimento à Esdeva, empresa do setor gráfico e à Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanização de Juiz de Fora (Empav) – Programa Juiz de Fora III -

O programa Expansão RMBH deu prosseguimento ao projeto de expansão da rede de distribuição situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, atendendo a 12 empresas, que agregaram mais de 6,4 mil m<sup>3</sup>/d de consumo ao mercado.

Norte II - o Tronco Norte II constitui-se projeto de maior envergadura a ser implantado pela GASMIG, nos próximos 2 anos, com uma extensão de 67,4 quilômetros de São José da Lapa ate Sete Lagoas. Esta obra fornecerá área de 300 mil m<sup>3</sup>/d para empresas da região.

Vale do Aço- Iª fase - em implantação a primeira etapa da rede de distribuição para fornecimento de gás ao Vale do Aço. Açominas e Ferteco serão beneficiadas, entre outras.

Tendo em vista as demandas, a empresa vem compatibilizando sua estrutura física e de pessoal frente às necessidades exigidas pelo crescimento de seu mercado.

### **Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG**

#### **Geração**

Além de participar da implantação dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Queimado e Funil, cujas obras começaram em 2000, Aimorés, em 2001, Irapé, a Pequena Central Hidrelétrica Pai Joaquim e Usina Termelétrica Barreiro, em 2002, a Cemig também iniciou, em setembro de 2003, as obras do Aproveitamento Hidrelétrico de Capim Branco I.

Destaca-se, ainda, nesse ano, a introdução comercial da terceira unidade de Funil, adicionando 180 MW de energia ao sistema de geração do Estado. Nos próximos quatro anos, a Cemig, em parceria com outras empresas, prepara para acrescentar 1.281 MW ao parque gerador de Minas Gerais. Está previsto para 2004 o início das obras de implantação do Aproveitamento Hidrelétrico de Capim Branco II.

Queimado - na construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado, de 105 MW, a CEMIG, com 82,5% de participação, tem como parceira a Companhia Energética de Brasília - CEB. As obras de implantação foram iniciadas em agosto de 2000 e a geração comercial está prevista para dezembro de 2003. A usina está sendo implantada no rio Preto, abrangendo áreas dos municípios de Unaí e Cabeceira Grande, em Minas Gerais e Cristalina, em Goiás. Em junho de 2003, ocorreu o início do enchimento do reservatório e em setembro havia água suficiente para testes e operações comerciais.

Funil - o Aproveitamento Hidrelétrico de Funil, com potência instalada de 180 MW, foi implantado no alto curso do rio Grande, no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Perdões e Lavras. O consórcio empreendedor é formado pela Cemig, com 49%, e Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, com 51%. O início de sua construção aconteceu em setembro de 2000 e a entrada em operação comercial ocorreu em dezembro de 2002. A 3ª e última unidade entrou em operação comercial em julho de 2003. Estão em andamento os trabalhos de acabamento das estruturas, a recuperação de áreas degradadas e a construção do sistema de transposição de peixes.

Aimorés o Aproveitamento Hidrelétrico de Aimorés, com 330 MW de capacidade instalada, está sendo implantado no rio Doce e abrange áreas dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. A Cemig participa com 49% do empreendimento e sua parceira, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com 51%. O início da construção ocorreu em maio de 2001 e a geração comercial está prevista para setembro de 2004. Além das obras da usina, estão em andamento a relocação de Itueta, do trecho afetado da Estrada de Ferro Vitória Minas, de estradas vicinais e do sistema de captação de água de Aimorés. Ainda não foi iniciada a relocação parcial de Resplendor

Pai Joaquim - a Pequena Central Hidrelétrica Pai Joaquim, de 23 MW, está sendo implantada pela empresa Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A., constituída pela Cemig, com 48,5% de participação, Copasa, com 50,6% e outros, com 0,9%. A

relocação e a ampliação da casa de força da usina tiveram início em abril de 2002 e a geração comercial está prevista para dezembro de 2003.

Ute Barreiro - a Usina Termelétrica Barreiro é um projeto de co-geração, com potência instalada de 12,9 MW, que está sendo implantado pela empresa Central Termelétrica de Cogeração S.A., constituída pela Cemig, com 48,5% de participação, Copasa, com 50,6%, e outros, com 0,9%. Em abril de 2002, foi emitida a Ordem de Serviço para o início das obras, que deverão ser concluídas até dezembro de 2003. Essa Usina vai operar nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Barreiro, em Belo Horizonte, com gás de alto forno e alcatrão, que são resíduos industriais.

Para manter e incrementar a qualidade das instalações em operação, propiciando confiabilidade e segurança no fornecimento de energia aos seus consumidores, a Cemig realizou, entre outras, as seguintes melhorias e modernização:

UHE Jaguará - foi assinado o contrato e está em fase de projeto a modernização dos sistemas de excitação, regulador de velocidade, proteção e controle das quatro unidades geradoras.

UHE Três Marias - está em fase de licitação a contratação da modernização das seis unidades geradoras, incluindo sistema de excitação, regulador de velocidade, serviços auxiliares elétricos de corrente alternada e corrente contínua, serviços auxiliares mecânicos, proteção, automação e instrumentação.

UHE Sá Carvalho - está em fase final de comissionamento a reforma da turbina da unidade geradora 3, incluindo a substituição do rotor e a modernização do regulador de velocidade. Foi concluído o projeto básico civil e eletromecânico, para a substituição das comportas do vertedouro e o aumento da capacidade vertente. As obras deverão ser licitadas após a aprovação do orçamento.

Diversas - está em fase de montagem a implantação da primeira etapa do sistema de medição de faturamento para 12 grandes usinas da Cemig, de modo a atender às exigências do Mercado Atacadista de Energia (MAE) e do Operador Nacional do Sistema (NOS). Está também em fase de montagem a instalação de transformadores de corrente nas unidades geradoras de nove grandes usinas, para atender ao sistema de medição de faturamento.

#### Transmissão

Entrou em operação a Subestação SE Vespasiano 2 de 500 kV e capacidade de 600 MVA, na região metropolitana de Belo Horizonte, melhorando as condições de atendimento a cerca de 700 mil consumidores dos municípios de Vespasiano, Santa Luzia, Lagoa Santa, Nova Granja, Ribeirão das Neves e da região da Pampulha, em Belo Horizonte.

Foram iniciadas em 2003 as obras de implantação da SE Bom Despacho 3, de 500 kV, no oeste de Minas Gerais, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2004, o que obra deverá beneficiar o sistema elétrico da região Sudeste do Brasil e, sobremaneira, os consumidores mineiros das regiões Central, Vale do Aço e Zona da Mata.

Foi também iniciada a obra de ampliação da capacidade da SE Ipatinga 1, passando de 90 MVA para 315 MVA, que beneficiará cerca de 180 mil consumidores da região de Ipatinga, Caratinga e Cataguases.

A Cemig, em parceria com as empresas Furnas, Alusa e Orteng, venceu o leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), relativo à concessão para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão (LT) Montes Claros 2 - Irapé, de 345 kV. A LT, com 150 quilômetros de extensão interligará o Aproveitamento Hidrelétrico de Irapé ao sistema interligado nacional, devendo entrar em operação no segundo semestre de 2005.

#### Subtransmissão

A Cemig, aumentou em 50 MVA a capacidade de transformação em subestações novas e ampliação de subestações existentes. Concluirá também 93 quilômetros de novas linhas de subtransmissão.

Foram implantadas três subestações, todas com obras de linhas de transmissão e de telecomunicações associadas:

SE Betim 4 - 138 kV, com capacidade de 25 MVA, construída na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

SE Itapagipe - 34,5 kV, com capacidade de 5 MVA, construída no Triângulo Mineiro;

Reforço na Região de Prata - Implantação de LT de 63 quilômetros, 69 kV, ligando Avatinguara a Prata.

Além de novas subestações, outras foram ampliadas em todas as regiões de Minas Gerais em 2003, aumentando a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica. Destacam-se as subestações de Bonfinópolis de Minas, com capacidade de 5 MVA, e a de Paracatu 2, com capacidade de 15 MVA.

Também estão previstas para conclusão em 2003: ampliação das subestações Unai 4, na região Noroeste, Ipanema, na região Leste, Minduri, na região Sul e Juiz de Fora, na região da Mantiqueira, e também as obras de integração da SE Vespasiano 2 ao sistema de subtransmissão, bem como a integração do Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado ao sistema de subtransmissão na região Noroeste.

#### Distribuição

Está prevista a finalização do Programa de desenvolvimento Rural - Lumiar/ Luz No Campo, de caráter social, assinado em Brasília em 27 de junho de 2000. No Programa Lumiar foram efetuadas as ligações de aproximadamente 113.150 consumidores na área rural, instalados 249.734 postes, 36.291 quilômetros de rede de alta tensão, 2.408 quilômetros de rede de baixa tensão totalizando investimentos de R\$308 milhões. Desse montante, R\$164 milhões foram financiados pela Eletrobrás

Em função da universalização, está em fase de assinatura o programa denominado CLAREAR, de eletrificação rural, que envolve 774 municípios, visando ao atendimento de 100% da área de concessão da Cemig até o final de 2006.

O programa fará a eletrificação de 115.324 consumidores em área rural, sendo 83.027 de Mercado de Baixa Renda Rural-Pequeno Produtor Rural e 32.297 de Mercado Rural-Produtor Rural Típico.

O Programa de Investimento da Distribuição, em obras de média e baixa tensão, para 2003, chega a um montante anual de R\$289 milhões.

Objetivos do programa: expansão do mercado, realizando obras de extensão de redes de distribuição urbanas e rurais, ampliando assim a taxa de atendimento; ligação de novos consumidores graças ao crescimento vegetativo; reforço e reforma dos sistemas elétricos já existentes, para suportar o crescimento de mercado; e, obras de operação e manutenção, melhoria de iluminação pública e de segurança.

Principais obras concluídas até Agosto de 2003:

- implantação de 75.774 postes;
- obras executadas: 11.718;
- empregos gerados: 2.080;
- consumidores ligados: 124.400;
- população beneficiada: 435.400;
- localização: obras distribuídas nos 774 municípios da área de concessão da Cemig;
- orçamento realizado: R\$ 180 milhões.

Obras em andamento com previsão de término em Dezembro/03:

- implantação de 25.250 postes;
- obras em execução: 3.014;
- empregos gerados: 690;
- consumidores a serem ligados: 69.790;
- população beneficiada: 244.265;
- localização: obras distribuídas nos 774 municípios da área de concessão da Cemig
- orçamento a realizar: R\$ 108 milhões.

O Programa de Investimento total anual na subtransmissão (34,5 a 161 kV) será de R\$49 milhões.

Outros destaques (distribuição)

Implantação da versão do projeto automatizado do sistema GEMINI, gerenciamento automatizado da rede de distribuição com ferramentas de cálculos elétricos e mecânicos de redes de distribuição de média e baixa tensão em substituição ao processo manual, agilizando os estudos de expansão e adensamento de cargas do sistema elétrico.

Desenvolvimento do módulo de Planejamento do sistema de média tensão dentro da plataforma Gemini.

Assinatura do convênio com Polícia Militar do Estado de Minas Gerais visando a fornecer dados geográficos para apoio à implantação do sistema integrado de Defesa Social.



### Certificação ISO 9001:2000

A Cemig conquistou em 2003 a certificação pela Norma Internacional - NBR ISO 9001:2000 nos processos de atendimento aos serviços de campo, envolvendo diretamente as atividades de restabelecimento de energia, restauração de iluminação pública e ligação de novas unidades consumidoras, com mais de 2 mil colaboradores, entre empregados e contratados.

Obteve, também, a certificação dos processos de faturamento e arrecadação dos consumidores de média e baixa tensão, representando um salto de qualidade no faturamento das contas de energia elétrica da Cemig.

O processo de faturamento dos grandes consumidores também foi agraciado com o certificado da ISSO já que representa mais de 40% do faturamento total da Cemig, no montante médio mensal de R\$194 milhões.

No decorrer de 2003 a Cemig recebeu mais três certificações do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - Nível1. Foram agraciadas as regiões de Ituiutaba, Ipatinga e a Gerência de Planejamento da Expansão da Distribuição e Mercado de Belo Horizonte.

### Outros destaques (comercialização)

Política de Atendimento - em 2003, foram reestruturadas 39 Agências de Atendimento para adequá-las às exigências da realidade atual e à nova filosofia de relacionamento. Um exemplo disso foi a área de auto-atendimento sendo ampliada, com a instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento Fale com a Cemig, além da instalação de 83 máquinas de auto-atendimento nas Agências de Atendimento. Essas máquinas, além de possuírem um "design" moderno, possibilitam uma fácil interação para os clientes que podem solicitar serviços comerciais, como, por exemplo, a emissão de segunda via de conta de energia elétrica.

Instalação de 21 máquinas de auto-atendimento em locais externos como centros comerciais, shopping-centers e outros (Internet Pública). Nessas máquinas também é possível solicitar serviços comerciais direto com a Cemig, utilizando um sistema compartilhado com outras empresas públicas e privadas.

Agentes Cemig Fácil, estabelecimentos comerciais (farmácias, locadoras e padarias) sinalizados com a marca Cemig estão sendo credenciados gradativamente para a expansão dos pontos de arrecadação, a emissão de segunda via de conta e a inclusão de outros serviços comerciais em áreas que não possuem atualmente nenhuma representatividade da empresa. Assim, mais de 600 municípios mineiros passarão a ter um canal de acesso direto com a empresa mediante postos de atendimento pessoal. Inicialmente, está disponível apenas a emissão de segunda via de conta. Todos os locais têm sinalização padronizada para facilitar a identificação.

O Cemig Postal, um novo canal desenvolvido para os clientes, já é uma realidade que permite solicitar serviços comerciais, utilizando formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.

Expansão da Central Fale com a Cemig, hoje estruturada com mais de 300 posições. O atendimento via "call center" constitui uma tendência mundial em todo o setor de



serviços. A integração planejada de um atendimento telefônico rápido e eficiente com um suporte computacional adequado, aliado à universalização do uso do telefone, permite que a maior parte das solicitações seja resolvida sem o deslocamento dos clientes, no conforto do lar e do escritório.

Conservação de energia - a Cemig ganhou, pela quarta vez, o prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, também conhecido como Prêmio Procel de Combate ao Desperdício de Energia, concedido pelo Ministério de Minas e Energia. A empresa participou com 22 projetos de eficiência energética, que demandaram investimentos de mais de R\$14 milhões. A redução de demanda no horário de ponta alcançou a marca de 11,7 MW, e a economia de energia foi de 27.797 MWh por ano.

As ações de combate ao desperdício da Cemig têm o objetivo de estimular segmentos da sociedade a reduzir o consumo de energia. Entre elas, o desenvolvimento de projetos de eficiência energética nos setores industrial, comercial, prestação de serviços e rural, promovendo soluções energéticas e modernização de processos, visando ao aumento de produtividade e qualidade.

Entre os projetos encaminhados pela Cemig, destaca-se o de iluminação pública que substitui lâmpadas vapor de mercúrio por vapor de sódio, que são mais eficientes, além de trocar alguns equipamentos por outros mais modernos. Para este ano, a meta é tornar eficiente 39 mil pontos de iluminação pública, beneficiando 100 municípios que terão suas contas de energia reduzidas em, aproximadamente, 28%. Para o projeto de substituição de iluminação pública, a empresa destinou R\$9 milhões.

O objetivo do Prêmio Procel é estimular segmentos da sociedade a implementar ações que efetivamente reduzam o consumo de energia elétrica, assim como a demanda no horário de ponta do sistema. A Cemig conquistou o primeiro lugar na versão inaugural, em 1994, além de conquistar a mesma colocação em 1997 e 2002. Em 2000, foi a terceira colocada.

Telecomunicação e Informática - a reformulação do Sistema de Consumidores consistiu no atendimento a requisitos legais e negociais e migração tecnológica da base de dados permitindo maior agilidade na implantação de funcionalidades. O projeto incluiu a adaptação de programas, readequação do sistema central com a aquisição de um novo "mainframe" (computador de grande porte) e expansão de "storage" (área de armazenamento de dados em discos), substituição de microcomputadores e aquisição de ferramentas para o desenvolvimento de sistemas e suporte ao gerenciador de Banco de Dados DB2.

Ensino Cemig - nova ferramenta de ensino a distância para a capacitação e o crescimento profissional de seus empregados, permitindo, também, uma maior democratização do ensino e redução dos custos de treinamento com deslocamentos.

Geoprocessamento dando continuidade ao projeto Geocemig, foi implantado o módulo Geotrans que permitirá o cadastramento de todos os ativos da rede de transmissão e subtransmissão da empresa com a possibilidade de novas aplicações de apoio à engenharia.

Foram concluídos e implantados também os módulos de projeto e planejamento do Sistema de Geoprocessamento da Distribuição (Gemini). Só o módulo de projeto

trará a economia anual de R\$8 milhões com a redução significativa de mão-de-obra, criação de centrais de projeto e padronização dos processos.

Modernização do Ambiente Operacional de Processamento de Dados - troca da CPU IBM de modelo 9672 R35 para Z800 2066 0A2 para suportar o sistema de gestão de consumidores da empresa.

Migração de servidores Microsoft NT4 para Windows 2000 que atendem aos serviços do Portal Cemig, Intranet e compartilhamento de arquivos.

Expansão de redes de dados para agências de atendimento em Sete Lagoas, Uberlândia, Pouso Alegre, Nova Ponte, Caratinga, João Monlevade, Coronel Fabriciano, Timóteo, São Sebastião do Paraíso, Montes Claros e BH-Itambé, além das subestações Barro Preto, Vespasiano e Juiz de Fora.

Expansão do Sistema de Gerência da Rede Corporativa de Dados - revisão na arquitetura e configuração dos "sites" de gerenciamento das estações de trabalho da rede corporativa de dados, visando à implementação de novas funcionalidades e melhoria de performance. Foi concedida à Cemig, na região Triângulo e Mantiqueira, a certificação ISO 9001:2000 para o processo de suporte e apoio em estações da rede e administração de servidores Netware (inérita entre as concessionárias de energia elétrica), comprovando a qualidade e padronização dos serviços de suporte da rede corporativa de dados da empresa.

Modernização do Sistema de Microondas da Cemig

Implantação do sistema de transmissão digital de Telecomunicações no valor de R\$22 milhões, para atender ao Esquema de Controle de Segurança (ECS) do Operador Nacional do Sistema (ONS) e a necessidade de substituição do sistema analógico existente que está sendo realizada em parceria com a Empresa de Infovias S.A., de quem a Cemig utiliza circuitos de longa distância. A migração do tráfego iniciada em 2003 deve concluir-se em 2004.

Canais de Comunicação de Dados - migração de links de comunicação para tecnologia digital utilizando infra-estrutura da Cemig atendendo às usinas afastadas de centros urbanos (São Simão, Emborcação, Jaguará, Volta Grande, Nova Ponte, Salto Grande, Três Marias e Itutinga).

Atendimento às demandas de comunicação de diversas instalações da empresa, dentre as quais as subestações de Itajubá 3, Vespasiano 2, Bom Despacho 3, Betim 4 e Itabira 3, bem como as usinas de Irapé, Aimorés, Pai Joaquim, Salto Grande e Peti.

Interligação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional - EFAP (Sete Lagoas) ao novo sistema de comunicação digital.

Substituição da teleproteção da Usina de São Simão - projeto de R\$1 milhão que contemplará a substituição da teleproteção da linha curta de 500 kV com término previsto para novembro de 2003, dependendo de autorização para desligamento do Operador Nacional do Sistema - ONS.

Comunicação para medição de fronteira - adequação da rede corporativa para interligação dos medidores de energia à base do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) projeto no valor de R\$4 milhões, com término previsto para dezembro de 2003.

Sistema de Telemetria Hidrometeorológica - a transferência de 10 estações climatológicas para municípios atendidos pelo sistema de comunicação interno da Cemig, com a conseqüente desativação do sistema de comunicação via satélite que atendia a essas estações em locais remotos.

Sistema de comunicação de dados via troncalizado - entrada em operação na região Metropolitana de Belo Horizonte de 255 equipamentos de comunicação de dados (V-TRACK) baseados na infra-estrutura do Sistema de Rádio Troncalizado da Cemig, proporcionando economia anual de R\$1 milhão mediante da substituição da alternativa de comunicação via satélite contratada de terceiros.

Programa de Ensino Médio tem atualmente 297 cursistas, sendo 255 no curso ministrado pelo SESI e 42 em curso regular de suplência iniciado em 2003 e com previsão de conclusão em janeiro de 2004.

Concluíram o curso médio, em menos de um ano do programa 11 empregados, certificados no “provão”, e um deles foi aprovado no vestibular da PUC/MG.

O Ensino Cemig (Educação a Distância via Intranet) teve mais de mil participações em 25 modalidades de cursos de informática, entre agosto de 2002 e junho de 2003.

No primeiro trimestre de 2003, 200 empregados obtiveram certificações que representaram uma economia de R\$90 mil para a Cemig, em relação ao treinamento presencial.

O Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SGS), em implantação desde o início deste ano, surge como resposta da empresa à necessidade de um gerenciamento cada vez mais eficaz dos riscos à saúde e segurança do trabalho, tanto do pessoal próprio como de contratadas e terceiros.

O Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho está sendo implantado com ajuda da Consultoria NOSA da África do Sul e é baseado na especificação internacional OHSAS 18001 - “Occupational Health and Safety Assessment Series”.

Iniciou-se simultaneamente em 12 áreas, a partir de março de 2003, e deve terminar até outubro de 2004. Ao longo desse período a implantação do SGS será estendida a toda a empresa, a partir da experiência adquirida com as áreas iniciais.

Dando continuidade à implantação do Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos, em parceria com a consultoria Hay do Brasil Consultores Ltda, a Cemig implantou o Projeto de Gestão de Desempenho, sendo a sua aplicação a todos os gestores da Cemig.

A Cemig obteve, pelo quarto ano consecutivo, a premiação do Programa de Conservação de Energia (Procel), com os projetos de eficiência energética realizados em todo o Estado em escolas, hospitais, prédios públicos, e a inclusão no “Dow Jones Sustainability World Indexes”, o que demonstra, assim, que sua atuação como provedora de soluções energéticas, impulsionando o desenvolvimento do Estado, é feito dentro dos mais elevados padrões de Responsabilidade Social Empresarial aplicável ao meio ambiente, ao bem-estar social da comunidade, aos seus clientes, acionistas, empregados, fornecedores e governo.

Um exemplo de suas ações no contexto da Responsabilidade Social Empresarial foi a assinatura do convênio com o Centro Salesiano do Menor (Cesam) para

implementação de programa de aprendizagem nas suas instalações, com a finalidade de oferecer a 100 adolescentes carentes, assistidos e com vínculo empregatício com o Cesam, a oportunidade de fazer o curso de auxiliar de serviços administrativos, de acordo com o disposto na Lei 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem).

Esse programa permite ao adolescente o aprendizado da prática profissional por meio da vivência da realidade do trabalho e da empresa, para desenvolvimento de sua competência.

A Cemig possui um Centro de Treinamento Técnico, localizado na cidade de Sete Lagoas, cujas instalações e corpo docente, o colocam como o maior da América Latina.

Até setembro de 2003, houve 5.200 participações em treinamento técnico, totalizando 270 mil homens-hora para os empregados da empresa que atuam nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**  
**2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico</b>	<b>22.285.081</b>	<b>6.746.920</b>			
221210012.179.0001 - Planejamento Setorial	143.529	156.418			
221220012.206.0001 - Direção Superior	162.015	210.143			
221220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.467.798	2.397.178			
221220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	33.340	53.076			
222727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.904.930	2.030.008			
226617414.520.0001 - Gestão de Fundos de Desenvolvimento	1000		- Empresa Atendida (Empresa)	100	200
			Projeto Aprovado (Projeto)	50	314
226617414.913.0001 - Promoção, Coordenação e Apoio às Ações de Desenvolvimento da Política Industrial	285.218	251.332	Ação de Interiorização das Atividades de Fomento à Indústria Realizada (Evento) (8)	4	-
225738094.824.0001 - Mineração Sustentável	5.000		- Evento Realizado (Evento)	1	-
225738094.826.0001 - Mineração Social e Garimpo	251.700		- Projeto Garimpo Coordenado/Acompanhado (Projeto) (1)	1	-
			Projeto Ardósia Coordenado/Acompanhado (Projeto) (1)	1	-
			Projeto Quartizito Coordenado/Acompanhado	1	-
			Projeto Argila Coordenado/Acompanhado (Projeto) (1)	1	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
226638104.827.0001 - Desenvolvimento Mineral do Estado de Minas	138.616		-Projeto Rochas Ornamentais Coordenado/Acompanhado (Projeto)	1	-
			Projeto Minerais/Rochas Industriais Coordenado/Acompanhado (Projeto)	1	-
226638114.828.0001 - Mapeamento Geológico do Estado de Minas Gerais	10.168.908	830.479	Mapeamento Geológico da Bacia do São Francisco Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	-
			Mapeamento Geológico da Região Sul de Minas Coordenado e Acompanhado (Projeto)	1	1
			Mapeamento Aerogeofísico do Estado Coordenado e Acompanhado (Projeto) (2)	1	-
			Banco de Dados Sismoestratigráficos Realizado (Banco de Dados) (2)	1	-
			Banco de Dados Aerogeofísicos do Estado de Minas Gerais Implantado (Banco de Dados) (1)	1	-
226638114.829.0001 - Difusão Técnica do Setor Mineral	184.823		-Publicação Editada (Edição)	2	-
			Manual do Minerador Revisado (Manual)	1.000	-
			Perfil da Economia Mineral Editada (Perfil) (2)	1.000	-
226638114.830.0001 - Memória do Setor Mineral	308.039		-Projeto de Memorial da Mineração Mantido (Projeto) (2)	1	-
226638234.839.0001 - Controle e Fiscalização por Delegação da Atividade Minerária do Estado	300.456	59.666	Curso Realizado (Curso) (8)	1	-
			Empresa de Mineração Fiscalizada (Empresa) (2)	50	-
36917614.914.0001 - Promoção, Coord. e Apoio às Ações de Desenv. da Política Comercial e dos Serviços	244.057	304.924	Estudo/Pesquisa Desenvolvido (Estudo/Pesquisa)	4	-

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

144

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Evento Promovido (Evento)	2	-
			Estudo e Projeto Elaborado (Estudo/Projeto)	4	-
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	80	220
			Missão de Desenvolvimento Identificada (Missão)	2	-
			Ação de Interiorização das Atividades de Fomento ao Comércio e Serviço Realizada (Evento)	4	-
			Participação em Evento Realizado (Evento)	24	24
251210012.179.0001 - Planejamento Setorial (7)	115.391	-			
251220012.206.0001 - Direção Superior (7)	406.638	-			
251220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro (7)	865.776	-			
251220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática (7)	82.143	-			
252727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis (7)	184.910	-			
255738084.823.0001 - Promoção da Utilização de Energias Alternativas	2.361.638	340.668	Escola Eletrificada (Escola)	40	78
			Centro Comunitário Eletrificado (Centro)	60	19
			Estudo sobre Utilização de Fontes Complementares para Geração de Energia Elétrica Realizado (Estudo)	1	-
			Cadastro das Térmicas no Estado de Minas Gerais Realizado (Cadastro)	1	-
255738094.825.0001 - Energia Sustentável	102.679	-	-Evento Realizado (Evento)	3	-
257528061.960.0001 - Levantamento Peq. e Micros Centrais Hidrelétricas	102.679	-	-Cadastro de Instalação Realizado (Cadastro)	1	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
257528074.822.0001 - Fiscalização das Concessionárias e Distribuidoras de Gás, Derivados de Petróleo e Energia Elétrica	2.463.798	113.028	Balanco Energético de Minas Gerais Editado (Balanco)	1	1
			Instituto de Gestão de Energia Criado (Instituto)	1	-
<b>Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG</b>	<b>13.918.578</b>	<b>9.669.581</b>			
231220012.206.0001 - Direção Superior	1.283.040	1.049.844			
231220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.940.618	2.647.798			
231220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	2.330.000	1.365.425			
231227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	67.821	-			
231257634.254.0001 - Registro do Comércio	4.419.000	2.953.959	Certidão Expedida (Certidão)	35.000	116.363
			Documento Registrado (Documento)	60.000	133.985
			Livro Registrado (Livro)	25.000	45.957
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.878.099	1.652.555			
<b>Fundo de Incentivo a Industrialização - FIND</b>	<b>203.130.769</b>	<b>180.843.740</b>			
226617451.052.0001 - Programa de Integração e Diversificação, Industrial e Agroindustrial - Pró-Indústria	5.130.000	83.535.740	Empresa Financiada (Empresa)	108	60
226617451.054.0001 - Programa de Indução a Modernização Ind.- PROIM	198.000.769	97.308.000	Empresa Financiada (Empresa)	35	12
<b>Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST</b>	<b>64.388.998</b>	<b>42.032.097</b>			



# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

146

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
226617451.055.0001 - Apoio às Empresas de Eletrônica, Informática e Telecomunicações - PROE-Eletrônica	7.350.000	2.662.367	Empresa Financiada ( Empresa)	13	8
226617451.182.0001 - Implantação de Empreendimentos Industriais Estratégicos-Proe-Indústria	21.114.000	4.885.868	Empresa Financiada (Empresa)	3	0
226617451.183.0001 - Implantação de Agroindústria Estratégica Proe-Agroindústria	10.150.000	16.476.348	Empresa Financiada (Empresa)	2	2
226617451.184.0001 - Estruturação Comercial de Empreendimentos Estratégicos - Proe-Estruturação	25.774.998	18.007.514	Empresa Financiada (Empresa)	5	2
<b>Fundo de Desenvolvimento Mínero-Metalúrgico - FDMM</b>	<b>2.540.000</b>	<b>823.395</b>			
226637461.091.0001 - Desenvolvimento da Atividade Mínero-Metalúrgica	2.540.000	823.395	Empresa Financiada (Empresa)	8	5
<b>Fundo de Fomento e Desenv. Sócio-Econômico do Estado - FUNDESE</b>	<b>131.030.700</b>	<b>80.922.936</b>			
226617451.056.0001 - Apoio Financeiro a Modernização e Reestruturação de de Esc. Contab. - Fundese/Geracontábil	40.000	-	Empresa Financiada (Empresa)	8	0
226617451.164.0001 - Programa Gera Minas - Fundese Gera Minas	124.490.700	71.157.936	Empresa Financiada (Empresa)	4.000	4.049
226617451.165.0001 - Programa de Desenvolvimento de Médias, Pequenas e Microempresas-Fundese/Base-Tecnológica	5.000.000	1.729.000	Empresa Financiada (Empresa)	25	11
226617451.966.0001 -Programa Emergencial de Apoio Financeiro a Empresas e Cooperativas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha - Fundese/Apoiar	1.500.000	8.036.000	Empresa Financiada (Empresa)	100	225

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI</b>	<b>21.809.048</b>	<b>914.170</b>			
221220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	181.000		-Equipamento Adquirido (Equipamento)	20	-
			Obra Realizada (Obra)	5	1
			Móvel e Equipamento Adquirido (Móvel/Equipamento)	10	-
			Veículo Adquirido (Veículo)	1	-
226617473.013 - Implantação e Otimização de Áreas Industriais Planejadas	21.628.048	914.170	Seminário Realizado (Seminário)	2	-
			Projeto Executado Realizado (Projeto)	21	5
			Terreno Adquirido (M²)	6.250.000	34.895
			Obra de Infra-Estrutura Executada (M)	38.644	600
			Galpão Construído (Galpão)	3	-
			Estudo de Impacto Ambiental Elaborado (Estudo)	30	-
			Plano Diretor Industrial Elaborado (Plano)	11	-
<b>Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI</b>	<b>107.500</b>	<b>37.013</b>			
221220016.185 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa e Operacional	107.500	37.013	Equipamento Adquirido (Equipamento)	40	15
			Mobiliário Adquirido (Mobiliário)	10	2
<b>Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG</b>	<b>24.590.500</b>	<b>14.797.000</b>			
226637713.820 - Gestão de Termas e Águas Minerais	1.010.000	1.274.000	Projeto Polo Turístico do Barreiro Acompanhado (Estudo)	1	1
			Arrendamento do Grande Hotel de Araxá Acompanhado (Hotel)	1	1
			Projeto Águas Minerais de Araxá Acompanhado (Projeto)	1	1

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

148

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Projeto Circuito das Águas Executado (Projeto)	1	-
			Projeto Poços de Caldas/Pocinhos Acompanhado (Projeto)	1	1
			Projeto Águas Santas Executado (Projeto)	1	1
226637713.821 - Gestão de Negócios Minero-Industriais	1.480.000	790.000	Projeto Nióbio de Araxá Acompanhado (Projeto)	1	1
			Projeto Fosfato de Araxá Acompanhado (Projeto)	1	1
			Projeto Calcário de Arcos Executado (Projeto)	1	1
			Projeto Feldspato de Governador Valadares Acompanhado (Projeto)	1	-
			Projeto Água Mineral Acompanhado (Projeto)	1	1
			Projeto Águas de Contendas Acompanhado (Projeto)	1	1
226637718.822 - Gestão de Negócios em Serviços	16.481.000	12.316.000	Obra no Centro de Feiras e Exposições em Araxá Executada (Obra) (4)	1	-
			Obra e Centro de Feiras e Exposições de Minas Gerais Executada (Obra)	1	1
			Convênio Assinado (Conv.)	7	3
226638103.826 - Mineração Social	100.000	-	Projeto Quartzito Executado (Projeto) (4)	1	-
226638103.827 - Desenvolvimento Mineral do Estado de Minas Gerais	2.827.500	285.000	Projeto Calcário Executado (Projeto)	3	2
			Projeto de Metais Básicos Executado (Projeto)	5	2
			Projeto de Ouro Executado (Projeto) (2)	2	-
226638113.830 - Memória do Setor Mineral	200.000	52.000	Memorial da Mineração Mantido (Memorial)	1	1
226638118.828 - Mapeamento Geológico do Estado de Minas Gerais	1.792.000	-	Projeto Bacia do São Francisco Mapeado (Km²) (2)	50.000	-
			Projeto Sul de Minas Mapeado (Km²) (2)	36.000	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Projeto Itaverava Mapeado (Km²) (1)	4.500	-
226638118.829 - Difusão Técnica do Setor Mineral	700.000	80.000	Exemplar Editado (Exemplar) (2)	8.000	-
			Banco de Dados Implantado (Banco de Dados) (2)	8	-
<b>Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG</b>	<b>71.758.000</b>	<b>47.203.169</b>			
231220013.302 - Manutenção e Adequação da Infra Estrutura-Operacional	5.030.000	2.179.456			
231232126.002 - Aumento de Capital de Giro Líquido (5)	65.930.500	44.583.713			
231232126.005 - Participação Societária (6)	107.500	-			
231260503.301 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	690.000	440.000			
<b>Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG</b>	<b>1.730.476.000</b>	<b>2.280.963.000</b>			
251220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	62.400.000	28.471.000			
251232126.005 - Participação Societária	31.200.000	72.444.000			
251232126.010 - Distribuição de Dividendos	208.703.000	220.052.000			
257528033.502 - Usina de Irapé	223.500.000	230.211.000	Usina de Irapé com Capacidade de 360 mw Construída (Usina)	1	1
257528033.503 - Ampliação, Reforma e Melhoria de Usina	16.600.000	14.692.000	Reforma e Melhoria de Usina Executada (Usina)	44	44

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

150

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
257528033.720 - Usina de Pai Joaquim	27.900.000	24.808.000	Usina de Pai Joaquim com Capacidade 23 mw em Construção (Usina)	1	1
257528033.790 - Usina de Funil	19.900.000	17.983.000	Usina de Funil com Capacidade de 180 mw em Construção (Usina)	1	1
257528033.811 - Usina de Aimorés	58.900.000	98.090.000	Usina de Aimorés com Capacidade de 330 mw em Construção (Usina)	1	1
257528033.812 - Usina de Queimados	19.800.000	20.217.000	Usina de Queimados com Capacidade de 105 mw em Construção (Usina)	1	1
257528033.838 - Usina de Capim Branco I	4.100.000	1.606.000	Usina de Capim Branco I com Capacidade de 240 MW em Construção (Usina)	1	1
257528033.839 - Usina de Capim Branco II	3.400.000	1.361.000	Usina de Capim Branco II com Capacidade de 210MW em Construção (Usina)	1	1
257528033.840 - Usina Termo-Elétrica do Barreiro	12.000.000	1.555.000	Usina Termo Elétrica do Barreiro com Capacidade de 13,5MW em Construção (Usina)	1	1
257528038.123 - Suporte a Geração de Energia	2.000.000	2.412.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	1	1
257528043.032 - Reforma e Ampliação de Linhas de Transmissão e Subestações	9.400.000	11.699.000	Linha de Transmissão em Reforma/Ampliação (km)	3	3
257528043.504 - Construção de Linhas de Transmissão e Subestações	43.900.000	60.551.000	Subestação em Construção (Subestação)	1	1
257528048.124 - Suporte a Transmissão de Energia	3.200.000	5.721.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	1	1
257528053.033 - Expansão do Sistema de Distribuição	229.000.000	220.446.000	Consumidor Atendido (Consumidor)	184.957	173.031
257528053.157 - Lumiar - Luz no Campo	30.500.000	60.626.000	Consumidor Atendido (Consumidor)	12.761	21.159

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
257528053.505 - Expansão do Sistema de Subtransmissão	53.800.000	44.595.000	Subestação em Construção (Subestação)	I	I
257528058.125 - Suporte a Distribuição de Energia	15.000.000	9.106.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	I	I
258437777.003 - Amortização de Dívida Interna	221.804.000	421.770.000			
258447777.004 - Amortização de Dívida Externa	433.469.000	712.547.000			
<b>Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG</b>	<b>36.234.000</b>	<b>20.225.396</b>			
256638013.200 - Rede de Distribuição de Gás Natural	36.234.000	20.225.396	Rede de Distribuição de Gás Ampliada (Rede)	6	22
<b>TOTAL</b>	<b>2.322.269.174</b>	<b>2.685.178.417</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

(1) - Meta cancelada

(2) - Prioridade redefinida

(4) - Meta suspensa

(5) - A rubrica refere-se ao "Aumento do Capital", mas uma vez que essa rubrica não existe, a que mais se aproxima é "Aumento de Capital de Giro Líquido".

(6) - Refere-se à aportes de capital no INDI. No ano de 2003, não foram realizados aportes no INDI.

(7) - Reestruturação conforme Lei Delegada 049 de 02/01/2003.

(8) - Os recursos foram gastos com pagamento de pessoal



## **TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS**





O setor, composto pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), Departamento de Obras Públicas (DEOP), Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. (METROMINAS), foi responsável por ações em toda Minas Gerais, que se concentraram na conclusão de obras e em atendimentos emergenciais aos municípios. Ressaltam-se também as mudanças organizacionais ocorridas no exercício, tanto na secretaria quanto nas autarquias, com o objetivo de, sobretudo, aumentar a eficiência destas organizações, nos próximos anos. Para o exercício de 2004, diversas ações pertencentes a programas estruturadores estão previstas, abarcando principalmente as áreas de turismo, segurança pública e saúde. É importante esclarecer que, dada a constatação de que não existia, no início da gestão, uma política planejada de transportes, foram adotadas, em sua integralidade, as diretrizes contidas no trabalho “Minas Gerais do Século XXI”, desenvolvido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Tais diretrizes foram complementadas pelas prioridades externadas no Plano de Governo da Coligação Minas Unida, denominado “Prosperidade – A face humana do desenvolvimento”.

Os esforços da SETOP em 2003 concentraram-se no auxílio aos municípios mineiros e no prosseguimento de obras ligadas aos programas estruturadores do governo. Deve-se esclarecer que muitas das obras executadas pelo DEOP são realizadas pelo orçamento da Secretaria, como a construção do Pronto Socorro de Venda Nova, por exemplo. Assim, a fim de evitar duplicidade de informações, serão listados aqui as ações efetuadas somente pela SETOP.

A ação de maior vulto foi a realização de convênios com as prefeituras municipais de todas as regiões do Estado. Dentro do projeto “Apoio aos Municípios em Obras de Infra-estrutura”, foram firmados 144 convênios de pequena monta, mas de suma importância para os municípios atendidos. Com os recursos recebidos, as prefeituras podem realizar obras de diversos tipos, como infra-estrutura, saneamento básico e outras constantes em seus orçamentos.

Cabe enfatizar a conclusão da Rodovia MG-126, que liga São João Nepomuceno a Rio Novo, municípios da Zona da Mata que se destacam na produção leiteira e têxtil. Além de contribuir no escoamento da produção local, a MG-126 incrementará o turismo na região e promoverá o acesso ao Aeroporto da Zona da Mata.

Em 2003, concluiu-se toda a obra de infra-estrutura aeroportuária do Aeroporto Regional da Zona da Mata, como pista de pouso e decolagem (2.520m x 60m), pistas de taxiamento de aeronaves (1.520m x 45m - Ramo A e 300m x 45m Ramo B) e pátio de estacionamento de aeronaves, todos em concreto de cimento asfáltico - CBUQ. Também foram concluídas as obras de drenagem, meio ambiente e alambrados de vedação, captação, adução e distribuição de água, estação de tratamento de esgoto, sinalização diurna e parte da infra-estrutura de proteção ao voo. O terminal de passageiros encontra-se 80% concluído, restando apenas seu fechamento e instalações. Ficou pronta também a variante rodoviária de acesso (com uma extensão de 4,5 quilômetros), o trevo de acesso ao aeroporto e o respectivo pátio de estacionamento de veículos. Para finalizar a obra, além do fechamento do terminal de passageiros, é necessária a execução e instalação dos equipamentos para voo por instrumento. Trata-se, portanto, de um aeroporto de categoria internacional, a ser operado nos turnos diurno e noturno, com todos os

equipamentos de controle de voo por instrumento, o que o torna um aeroporto industrial, voltado para cargas, cuja aeronave tipo é o MD-11.

Destaca-se, no rol dos projetos estruturadores, a elaboração do projeto do heliporto a ser construído no Centro Administrativo e do aeroporto de Betim, ambos em andamento.

A SETOP realizou ações que, embora não estejam incluídas em projetos estruturadores, a eles se integram. Tais ações contribuíram com a viabilidade da articulação logística multimodal, ao incrementar a infra-estrutura aeroportuária e aquaviária. Desta forma, foi priorizada a conclusão das obras de ampliação e melhoramentos no aeroporto do município de Poços de Caldas, que passou a operar com pista de pouso e decolagem de 1500 m x 30 m para aeronaves comerciais de porte médio do tipo Fokker 50 e DASH, por exemplo.

Dentre os projetos, foi recuperado o aeroporto de Governador Valadares e concluído o aeroporto de Diamantina, este último integrante do programa Estrada Real. Neste mesmo programa, o projeto do aeroporto de São João del Rei encontra-se em andamento. Há outros projetos importantes a serem iniciados, como os terminais portuários das cidades de Iturama e Chaveslândia, que constituem estudos de viabilidade econômico-financeira de concessão, compreendendo levantamento de dados, concepção geral de terminais, avaliação prévia dos condicionantes ambientais e urbanos. O Plano Diretor para Implantação e Operação dos Portos de Chaveslândia e Iturama faz parte do Programa de melhoria da infra-estrutura de transportes para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro do Triângulo Mineiro, visando a efetuar, com eficiência e baixo custo, o escoamento da produção regional e aumentar tanto a produtividade do setor como a receita proveniente da arrecadação de impostos. Inclui-se, no referido programa, a elaboração dos projetos de construção de aeroportos nos municípios de Iturama e Ituiutaba.

#### **Departamento de Obras Públicas de Minas Gerais – DEOP**

Este ano foi um período de grandes realizações do DEOP. Foram concluídas 44 obras de alta relevância para a sociedade mineira, com investimentos de 43,19 milhões de reais, e outras 40 estão em andamento, com previsão de término em 2004. Nestas últimas, foram investidos cerca de 114,95 milhões, de modo que o montante de investimentos do DEOP em 2003 correspondeu a 158,14 milhões de reais.

Consoante o programa estruturador referente a segurança pública, da Secretaria de Estado da Defesa Social, que tem dentre os seus objetivos reduzir o déficit de vagas prisionais, destaca-se a conclusão da construção das unidades penitenciárias localizadas em São Joaquim de Bicas, Pará de Minas e Uberlândia, possibilitando a geração de 1.188 vagas, ou seja, 396 vagas por estabelecimento. O projeto arquitetônico destas unidades reflete os princípios estabelecidos pela Lei de Execução Penal (Lei Federal 7.210/84) para privação de liberdade com dignidade e respeito aos direitos humanos, visando ainda à segurança física dos detentos e agentes penitenciários, com separação de regimes por módulos de vivência

totalmente independentes, sendo um bloco para regime semi-aberto, dois blocos para regime fechado e um bloco de vivência feminina.

Dentro desse contexto, que privilegia as funções Segurança e Justiça, encontram-se em andamento, com previsão de término no primeiro trimestre de 2004, as unidades penitenciárias de Juiz de Fora e Francisco Sá. Esta última é uma unidade prisional de segurança máxima, constituída de cinco módulos de vivência fechados e quatro pátios de sol por módulo, com 300 vagas cada um. Também possui 1 módulo de alojamento seguro, com 32 vagas e pátio individual. O total de área construída é de 10.070 metros quadrados, sendo os prédios executados em alvenaria de bloco estrutural armadas, lajes maciças, impermeabilização nos alojamentos e pisos das celas em concreto de 30 m.p.a com dramix. A operação do local será realizada de modo informatizado pelos agentes penitenciários, utilizando o que existe de mais moderno para o segmento.

Na área da Saúde, a atuação do DEOP foi muito positiva. Estão sendo colocados à disposição da população mais leitos hospitalares, distribuídos em diversas regiões mineiras. Na RMBH, a autarquia viabilizou o término da construção do Pronto-Socorro de Venda Nova, solucionando o grave problema do atendimento de urgência e emergência na região, disponibilizando uma capacidade de mil e duzentas pessoas/dia no sistema de pronto-atendimento, com 259 leitos para internamentos, trazendo benefícios diretos não só aos 200 mil habitantes do região, mas também a toda a população da Zona Norte da RMBH, estimada em 1,4 milhão de habitantes.

Ainda em Belo Horizonte, o DEOP finaliza a construção da Nova Central da Rede de Frios, dentro do Programa Nacional de Imunização (PNI), moderno armazém que abrange o processo de armazenagem, conservação, manipulação, distribuição e favorecimento do transporte dos imunobiológicos do PNI. Este programa, por sua vez, visa ao controle ou erradicação das doenças imunoprevisíveis, utilizando estratégias básicas de vacinação de rotina ou em campanhas anuais.

Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, foram construídas e reformadas 20 escolas estaduais, e encontra-se em andamento mais 19 obras para término em 2004. Serão atendidos mais de 30 municípios e beneficiados mais de 20 mil alunos.

Em parceria com a Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG) e o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), foram concluídas as obras referentes à primeira etapa do Centro de Feiras e Exposições de Minas Gerais (EXPOMINAS), em Belo Horizonte, e viabilizada a execução da segunda. Tal projeto visa a solucionar a falta de um espaço próprio para a realização de feiras, exposições, convenções e outros eventos de grande porte na capital mineira.

Cabe destacar também o desenvolvimento do curso de pós-graduação em Construção Civil com ênfase em Obras Públicas, fruto da parceria entre o DEOP e a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), patrocinado pela iniciativa privada. Este curso, cujo primeiro módulo foi concluído em novembro, em consonância com a política de valorização profissional do servidor público, permitirá a capacitação especializada de toda a equipe técnica do DEOP,

assim como o estabelecimento de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público.

#### **Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER**

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER) em 2003, investiu 95 milhões de reais, distribuídos nos mais diversos setores.

Na área de desenvolvimento de gestão organizacional, o DER aderiu ao Programa da Qualidade no Setor Público (PQSP), em solenidade realizada em 5 de maio deste ano, junto com Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade (PMQP), que significou importante passo para uma gestão baseada na qualidade, no controle de resultados e na prestação eficaz de serviços ao usuário cidadão. Até agora, já foram definidos e elaborados o Planejamento da Auto-Avaliação e o Perfil da Organização das unidades administrativas, conforme metodologia proposta pelo programa e investimentos que atingem o montante de 123 mil reais. Houve em 2003, vários seminários, reuniões e cursos, alcançando, assim, a meta de tornar possível a elaboração do Relatório de Auto-Avaliação e Oportunidades de Melhoria durante o exercício de 2004. Os benefícios deste programa se estendem tanto aos funcionários quanto aos usuários dos serviços prestados pelo DER.

Consolidou-se uma estrutura para os serviços prestados pela autarquia: transporte intermunicipal, transporte metropolitano da RMBH e operação da rede rodoviária de Minas Gerais, entre outros. A área atua como o canal direto entre o Departamento e os seus usuários, recebendo e encaminhando respostas às solicitações de informações, reclamações e sugestões. Diversas ferramentas são utilizadas, como um número de telefone destinado aos usuários da RMBH, um número para os usuários residentes no interior do Estado, link em sua home page, e-mail, fax, correspondência e o próprio atendimento pessoal, via guichê. Foram identificadas as principais áreas de concentração de demandas, já que em 2003 foram efetuadas, nas muitas modalidades de atendimento, 15.600 consultas ao DER.

Entretanto, a maior parte das realizações desta autarquia em 2003 concentrou-se nas atividades de construção rodoviária, com projetos e obras (concluídos ou em andamento) que, em sua maioria, compõem os programas estruturadores.

Dentre os projetos realizados, destacam-se o “Levantamento de dados para Gerência de Pavimentos”, que utiliza softwares do HDM4, em todas as rodovias estaduais e federais delegadas, numa extensão de 12.200 quilômetros, e a “Contagem Volumétrica de Veículos” nas rodovias estaduais e federais delegadas, em 500 pontos estratégicos. Além destes, os projetos de engenharia rodoviária (implantação, pavimentação e restauração), obras de arte especiais, interseções, acessos e maciços merecem destaque.

Em relação às obras, encontra-se em andamento a duplicação, reforço e alargamento de obras de arte especiais da Rodovia Fernão Dias e concluídas obras de implantação, pavimentação, recuperação e extensão de rodovias e obras de arte, sinalizações, fiscalização e controle técnico, dentre outras, em diversos municípios mineiros. Obras da mesma natureza encontram-se em andamento.

A assinatura de convênio de delegação entre a União e o Estado de Minas Gerais possibilitou a operação tapa-buraco em 3.206,6 quilômetros de rodovias federais, com investimentos de 15 milhões de reais. Destes, 9 milhões já foram empregados: 6 milhões originários do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e o restante do Tesouro do Estado. Encontra-se em finalização o convênio firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o governo mineiro, objetivando a restaurar pontos críticos de rodovias mineiras avariadas pelas chuvas do início de 2003. Esses 3 milhões de reais atingem, ainda, a recuperação de aterros, barreiras e pontes.

De suma importância, também, é a atividade de Operação de Via, que tem sido monitorada pelo sistema de segmentos críticos, possibilitando o planejamento e a execução de obras de melhoramento desses subtrechos rodoviários, para assegurar condições de conforto e segurança aos usuários.

Várias atividades de fiscalização e controle foram efetuadas, como implantação de postos e barreiras eletrônicas, assim como parcerias com as polícias rodoviárias estadual e federal, prefeituras municipais, empresas de transporte e instituições de ensino, além do gerenciamento do sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros. A pesquisa Origem-Destino domiciliar, realizada em parceria com a Fundação João Pinheiro e outros órgãos gerenciadores, e o Plano Metropolitano de Transporte (METROPLAN) serão instrumentos de planejamento que permitirão a reestruturação do sistema de transporte de forma integrada, articulado física e tarifariamente com os outros modais existentes.

Uma das realizações mais importantes do DER em 2003 foram as ações emergenciais no período de janeiro a abril com recursos do Fundo Estadual de Transportes (FUNTRANS), investiram-se 30 milhões de reais na área de conservação rodoviária, por meio da execução de tapa-buraco, recuperação de aterros, sinalização horizontal e vertical, limpeza de drenagem e faixa de domínio, recuperação de pontos críticos, restauração de pontes e recapeamento asfáltico. Além desses serviços, os recursos do Fundo tornaram possível, ainda, o início da implantação e operação de novas balanças, para controle de peso da frota de carga que circula pelas rodovias mineiras. O FUNTRANS é gerenciado pelo DER e tem no BDMG o seu agente financeiro.

### **Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A - METROMINAS**

A Metrominas, empresa criada para operar o Sistema de Trens Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), ainda não definiu o processo de descentralização do sistema federal operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

Tendo em vista a grande importância da intermodalidade para a melhoria do padrão de acessibilidade e mobilidade urbanas dos passageiros metropolitanos, a SETOP vem acompanhando a negociação da regionalização, com a União e o Banco Mundial, de forma a propiciar a adequada inserção do metrô ao Sistema de Transportes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como a sua assunção pela Metrominas, em condições economicamente viáveis.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA  
2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas</b>	<b>158.855.507</b>	<b>86.393.796</b>			
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	551.580	756.481			
041220012.206.0001 - Direção Superior	687.033	697.935			
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.223.443	1.220.589			
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	152.950	139.448			
041220991.048.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos	2.403.000	1.596.175	Unidade Predial Construída (Unidade)	4	1
			Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	10	3
041220991.230.0001 - Apoio aos Municípios em Obras de Infra-Estrutura	14.900.000	7.905.419	Município Atendido (Município)	142	142
041220991.572.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Fazendárias	6.370.000	1.609.848	Unidade Construída (Unidade)	8	-
			Unidade Ampliada (Unidade)	5	9
041220991.678.0001 - Construção do Centro de Convenção	15.724.750	-	Unidade Construída (Unidade)	1	-
041230012.006.0001 - Administ. Financeira e Contabilidade					
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	3.625.928	3.559.157			
061220991.085.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Polícia Militar	2.000	736.329	Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	1

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
061220991.501.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	401.000		Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	-
061220991.573.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Polícia Civil	6.512.000	801.987	Unidade Construída (Unidade)	33	1
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	-
101220991.576.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Secretaria de Estado da Saúde	5.356.704	8.962.655	Unidade Construída (Unidade)	6	1
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	-
141220991.571.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Secretaria de Estado da Defesa Social	30.050.000	27.945.206	Unidade Construída (Unidade)	8	8
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	5
171228391.044.0001 - Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas - Prosam	1.000		Pagamento de Desapropriação Efetuado (Desapropriação)	1	-
171228421.086.0001 - Saneamento Básico	1.002.000	2.104.997	Município Atendido (Município)	10	25
			Canalização Executada (Metro)	1	-
			Poço Perfurado/Instalado (Poço)	1	-
261220991.047.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Aeroportos, Ferrovias e Portos	47.526.000	15.546.729	Aeroporto Construído (Aeroporto)	6	1
			Aeroporto Melhorado (Aeroporto)	1	1
			Aeroporto Construído Gerenciado (Aeroporto)	1	-
			Aeroporto Melhorado Gerenciado (Aeroporto)	1	-
			Terminal Portuário Const. Gerenciado (Porto)	1	-
			Terminal Portuário Melhorado Gerenciado (Porto)	1	-
			Ferrovia Construída Gerenciada (Ferrovia)	0	-



# TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

162

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Ferrovia Melhorada Gerenciada (Ferrovia)	0	-
261220991.503.0001 - Constr., Ampliação e Reparos de Obras de Arte Especiais	3.002.000	9.017.483	Ponte e Viaduto Construído Gerenciado (Ponte e Viaduto)	1	-
			Ponte e Viaduto Ampliado Gerenciado (Ponte e Viaduto)	1	-
			Ponte e Viaduto Reparado Gerenciado (Ponte e Viaduto)	1	-
			Viga Metálica Fornecida (Viga)	2.000	203
			Mata-Burro Fornecido (Mata-Burro)	4.000	1.169
261228431.087.0001 - Obras de Complementação de Sistemas Viários	10.004.000	3.793.358	Trincheira e Viaduto Construído Gerenciado (Trincheira e Viaduto)	1	-
			Via Pública Pavimentada Gerenciada (Metro)	1	-
			Abrigo de Passageiro Implantado (Abrigo)	750	95
			Terminal Rodoviário Construído (Terminal)	1	-
266957681.962.0001 - Apoio à Obras de Infra-Estrutura para o Turismo	9.360.119	-	Unidade Predial Construída (Unidade)	9	-
			Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	1	-
			Sistema de Abastecimento de Água Implantado,	1	-
			Ampliado e Melhorado (Sistema)		
			Ligação de Água Acrescida (Ligação)	1	-
			Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado,	1	-
			Ampliado e Melhorado (Sistema)		
			Ligação de Esgoto Acrescida (Ligação)	1	-
			Ferrovia Melhorada Gerenciada (Ferrovia)	3	-
<b>Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP</b>	<b>10.677.505</b>	<b>12.534.500</b>			
041220012.206.0001 - Direção Superior	203.044	443.663			

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.395.294	4.604.247			
041220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	90.000	109.996			
041227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	5.547.173	5.547.172			
041228404.422.0001 - Planejamento e Gerenciamento Técnico de Obras	80.000		- Serviço de Vistoria, Topografia e Sondagem Realizado (Contrato)	50	-
			Serviço de Gerenciamento Realizado (Contrato)	5	-
			Obra Executada (Obra)	1	-
			Reforma Realizada (Reforma)	2	-
			Licitação Realizada (Licitação)	150	40
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.361.994	1.829.422			
<b>Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER</b>	<b>695.157.312</b>	<b>552.479.968</b>			
261220012.206.0001 - Direção Superior	1.310.000	1.092.949			
261220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	127.606.143	119.905.696	Unidade Predial em Reforma (Unidade)	10	-
261220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	2.900.000	2.681.064			
261227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	51.334.247	53.551.508			
262727777.060.0001 - Proventos de Inativos Cíveis e Pensionistas	152.000.000	152.217.858			
264518311.078.0001 - Obras de Infra-estrutura em Municípios	7.001.100	8.096	Terminal Rodoviário Adequado (Terminal)	2	-
			Aeroporto Melhorado (Aeroporto)	4	1
			Via Urbana Pavimentada (Km)	20	-
			Obra de Arte Especial Construída (m)	200	-

# TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

164

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
266957681.958.0001 - Apoio à Infra-estrutura de Transporte para o Turismo	26.335.000	63.326	Estudo e Projeto de Engenharia Realizado (Estudo/Projeto)	225	-
			Aeroporto Melhorado (Aeroporto)	1	-
			Via Urbana Pavimentada (Km)	48	-
			Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km)	142	-
267828324.311.0001 - Operação e Segurança de Via Rodoviária	499.983	790.139	Estudo, Pesquisa e Projeto de Transporte Executado (Unidade)	15	-
267828331.001.0001 - Duplicação da BR-381 - Segmento BH/Divisa MG-SP	81.204.775	116.641.037	Desapropriação em Execução (Desapropriação)	10	-
			Trecho de Rodovia Duplicado (Km)	17	5
			Área de Proteção Ambiental Implantada (Unidade)	51	-
267828331.141.0001 - Melhoramento e Pav. de Rodovias	45.985.435	47.928.695	Estudo e Projeto Ambiental Executado (Estudo/Projeto)	10	40
			Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km)	97	34
			Estudo e Projeto de Engenharia Realizado (Estudo e Projeto)	50	-
			Obra de Arte Especial Construída (Metro)	504	550
267828334.581.0001 - Gerenciamento da Malha Rodoviária - PRODER	22.320.000	-	Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km)	33	-
			Trecho de Rodovia Estadual Restaurada (Km)	121	-
267828341.143.0001 - Conservação da Rede Rodoviária	53.660.629	51.106.138	Serviço de Manutenção Realizado (Km)	24.837	22.179
			Lama Asfáltica Executada (Km)	300	6
			Sinalização Vertical Implantada (Unidade)	5.000	1.064
			Sinalização Horizontal Implantada (Km)	300	-
			Obra de Arte Especial Recuperada (Metro)	300	1.522
267828351.135.0001 - Restauração de Rodovias	123.000.000	6.493.462	Trecho de Rodovia Estadual Restaurado (Km)	358	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Trecho de Rodovia Federal Delegada Restaurado (Km)	582	-
<b>Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A</b>	<b>401.000</b>	-			
261220016.185 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa e Operacional	401.000	-			
<b>Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS</b>	<b>39.766.300</b>	<b>28.691.179</b>			
267828324.311.0001 - Operação e Segurança de Via Rodoviária	19.900.000	3.550.553	Infra-Estrutura de Controle de Carga Perigosa Implantada (Unidade)	4	-
			Balança Implantada (Balança)	11	8
			Campanha Educativa Realizada (Campanha)	12	118
			Redutor Eletrônico de Velocidade Implantado (Redutor Eletrônico)	60	12
			Segmento Perigoso Eliminado (Km)	50	-
			Fiscalização Viária Realizada (Km)	25.337	22.179
267828331.141.0001 - Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	1.000.000	774.696	Rodovia Melhorada/Pavimentada (Km)	12	24
67828334.581.0002 - Melhoramento, Restauração e Pavimentação de Rodovias e Recuperação Ambiental - PRODER	5.766.300	-	Área Ambiental Recuperada (Km)	132	-
267828341.143.0001 - Conservação da Rede Rodoviária	5.100.000	19.167.194	Sinalização Horizontal Implantada (Km)	50	322
			Serviço de Manutenção Realizado (Km)	900	900
			Obra de Arte Especial Recuperada (Metro)	50	109
			Sinalização Vertical Implantada (Km)	4.000	4.000
			Lama Asfáltica Executada (Km)	50	6

## TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

166

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
267828351.135.0001 - Restauração de Rodovias	8.000.000	5.198.736	Trecho de Rodovia Estadual Restaurada (Km)	47	36
			Trecho de Rodovia Federal Delegada Restaurada (Km)	10	12
<b>TOTAL</b>	<b>904.857.624</b>	<b>680.099.443</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

## **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA**



A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) foi criada pela Lei Delegada n.º 49, de 2 de janeiro de 2003, no âmbito da reestruturação administrativa promovida pelo governador Aécio Neves. Suas competências e estrutura constam da Lei Delegada n.º 106, de 29 de janeiro de 2003, e do Decreto n.º 43.233, de 27 de março de 2003.

A primeira realização da SEDRU foi organizar e ocupar o espaço institucional que lhe foi atribuído pelas Leis Delegadas 49 e 106, de janeiro de 2003. Isto aconteceu, primeiramente, no âmbito da própria Administração Estadual, em seguida, no contexto do Estado – junto com os demais poderes, agentes privados, lideranças e governos municipais, e expressivos segmentos da sociedade civil organizada – e, finalmente, no âmbito de atuação de atores de fora dos limites do Estado – governo federal, governos e entidades privadas de outros estados da federação, e até junto a entidades internacionais de fomento.

Cabe mencionar o envolvimento da SEDRU com a Primeira Conferência das Cidades, coordenou o processo de realização da etapa municipal, bem como da etapa estadual - Primeira Conferência das Cidades de Minas Gerais, em Belo Horizonte, nos dias 22 e 23 de setembro, com a participação de mais de 1.200 pessoas, representando entidades estaduais, e de 422 municípios que realizaram suas conferências, de forma isolada ou agrupada. Entre 23 e 26 de outubro foi realizada a Primeira Conferência Nacional das Cidades, em Brasília (DF), promovida pelo Ministério das Cidades, tendo Minas Gerais participado com 123 delegados.

Na sua atuação fortaleceu a capacidade de gestão dos governos locais; apoiou o associativismo municipal e a integração dos municípios na microrregião, além da descentralização da administração pública estadual, e propiciou a agilidade na prestação dos serviços públicos à população e ao cidadão em particular. Realizou também contatos necessários com as prefeituras e as associações microrregionais visando à melhoria e à qualidade das suas relações político-administrativas. Implantou procedimentos e informações periódicas para dar conhecimento aos administradores municipais, ao Legislativo e aos diversos órgãos que solicitam a distribuição do FPM e ICMS. Foram atendidos cerca de 6 mil dados informados. Procedeu-se à instrução, inspeção e preparo de processos, bem como a 7 anuências prévias, das quais 4 para loteamentos, 1 para desmembramento e 2 desdobramentos de áreas em municípios localizados fora do colar metropolitano.

No âmbito do PADEM, destaca-se a redefinição de critérios de distribuição dos recursos, priorizando os municípios menores e com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como a análise de 10.900 convênios firmados desde 1998. Em decorrência dessa ação, foi possível a devolução de R\$ 290 mil ao Tesouro do Estado. Foram elaborados diversos pareceres jurídicos em resposta a consulta de municípios e câmaras municipais.

Os 25 Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIU), localizados nas diversas regiões do Estado, registraram cerca de 4,7 milhões de atendimentos ao cidadão no ano de 2003. Procurou-se, por meio de intercâmbio com instituições congêneres, a busca de um aprimoramento e dinamização dos postos, objetivando uma redefinição de normas regulamentadoras que garantam a efetiva participação de órgãos públicos estaduais em suas dependências, além da possibilidade de



coabitação de órgãos das três esferas de poder e entidades da sociedade civil em benefício do cidadão usuário.

Em relação à problemática metropolitana, muito se avançou a fim de colocar o governo do Estado na liderança do processo de definição das políticas públicas de interesse comum metropolitano, tendo os municípios e a sociedade civil como parceiros nesse processo.

Estão em curso articulações interinstitucionais para a elaboração do Plano de Estratégias de Desenvolvimento e Gestão Integrada dos Municípios e Regiões Metropolitanas, envolvendo a participação do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e do “Cities Alliance”, entidade fundacional do Banco Mundial, e recursos, a fundo perdido, de US\$ 800 mil, destinados a assistência técnica. Acrescente-se que essa atividade encontra correspondência nos seminários realizados pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, com o apoio e a coordenação técnica da SEDRU. Foram elaboradas 33 diretrizes para parcelamento do solo, e concedidas 213 anuências prévias, sendo uma para loteamento e 212 para desmembramento/remembramento de terrenos urbanos.

Quanto ao desenvolvimento regional, desde janeiro deste ano, com a responsabilidade de recolocar esse tema na agenda de atuação da administração do Estado, a Secretaria vem trabalhando em sua organização para cumprir sua missão, ao mesmo tempo que tem participado de diversos fóruns, dentro e fora de Minas Gerais, destinados a promoção do desenvolvimento das regiões do Estado. Constituem exemplos desse envolvimento a participação nos trabalhos do Projeto Managé, que envolve os governos do Espírito Santo e Rio de Janeiro, além dos governos dos municípios situados na Bacia do Rio Itabapoana, área de abrangência do projeto; a participação no Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE); as atividades preliminares para elaboração de um projeto para desenvolvimento do Vale do Rio Doce; a participação do grupo executivo do Estado responsável pela revitalização e desenvolvimento sustentável da região do reservatório de Furnas.

Nas situações de emergência e de calamidade em vários municípios do norte de Minas, dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, o governo do Estado foi instado a agir para minimizar os efeitos da seca prolongada na área atingida. Dentre as providências adotadas, merecem destaque as ações de emergência adotadas para levar abastecimento de água, por meio de caminhões-pipa alugados, para atender comunidades em 165 municípios da região. A SEDRU liderou a elaboração de um convênio do Estado – representado também pela Coordenaria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) e pela Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas - com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), no valor de R\$3 milhões, não apenas para custear o aluguel dos caminhões-pipa, como também para a instalação de poços profundos já perfurados. Nos últimos meses de 2003, esse trabalho contou com participação muito significativa do Exército Brasileiro, que colocou mais de 70 caminhões-pipa para atender as comunidades locais.

**Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab**

A Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab), empresa vinculada à SEDRU, concentrou-se em 2003 no processo de saneamento da sua estrutura organizacional, implantando metodologias e procedimentos que promovam a modernização do seu gerenciamento. Regularizou débitos com as fazendas públicas municipal e federal que impediam sua atuação como agente financeiro credenciado para operar com recursos do FGTS, e vem atacando de forma sistemática a inadimplência dos seus mutuários. Registre-se, também, que concluídas em 2003, 388 moradias foram disponibilizadas, sendo 47 em Barroso, 94 em Alfenas, 90 em Monte Sião, 97 em Nova Ponte, e 60 em Santa Vitória. Outras 1.993 obras - urbanização de lotes e moradias - estão prestes a ser entregues à população de baixa renda, público-alvo da Companhia. Em Santa Luzia são 1.086 lotes, em São João del Rei, 704; Leopoldina aguarda a conclusão de 87 unidades; e em Governador Valadares, 116. Em Divinópolis, 211 moradias se encontram em fase de comercialização. A Companhia está desenvolvendo projetos para a construção de conjuntos habitacionais em Pirajuba, Candeias, Uberlândia, Várzea da Palma, Abaeté e Pompéu. Além disso, a COHAB vem apoiando o SERVAS na construção de 753 unidades habitacionais para atender aos desabrigados das chuvas do início de 2003.

**Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa**

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) investiu, em 2003, R\$201 milhões, sendo 77% provenientes de recursos oriundos da empresa, o que ampliou a posição da COPASA como principal agente de saneamento básico no Estado. Em 2003, estima-se um crescimento de 1,7% na população atendida com abastecimento de água que deverá chegar a 10,55 milhões de pessoas em dezembro de 2003. Além de expandir-se nas localidades já atendidas, a empresa iniciou a operação de sistemas de água em 14 novas localidades, devendo totalizar 757 localidades operadas em dezembro de 2003. Para tanto, as novas ligações de água deverão atingir a 58 mil unidades e as redes de distribuição acrescidas de 220 quilômetros. Para esgotamento sanitário, os serviços da empresa deverão atingir 4,9 milhões de habitantes em dezembro de 2003. Com o acréscimo previsto de cerca de 124 mil pessoas no quadro de usuários, as redes de esgoto deverão expandir-se em 434 quilômetros e o estoque de novas ligações em 36 mil unidades. Com as ações voltadas para a preservação ambiental, em especial na construção de unidades de tratamento de esgoto, o índice de esgotos tratados deverá atingir 27,5%. Importantes melhorias foram registradas no desempenho operacional da empresa. O índice de hidrometração manteve-se elevado durante todo o exercício, devendo chegar a 99,9% em dezembro de 2003. O índice de perdas faturadas deverá ficar em 25% em 2003, ante 25,4% em 2002, e o de perdas na distribuição de água está estimado em 7,08 m<sup>3</sup>/economia/mês (7,20m<sup>3</sup>/economia/mês em 2002). O percentual de inadimplência entre 90 e 360 dias, que chegou a atingir 4,2% no primeiro quadrimestre do ano, deverá fechar o exercício próximo de 3,5%. E a produtividade de pessoal, medida pela relação "empregados por 1.000 ligações de água e esgoto", deverá apresentar melhora próxima de 3% chegando a 2,56 empregados por ligação em dez/2003 (2,63 em dez/2002).

**Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais - Detel**

O Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (Detel), autarquia vinculada à SEDRU, tem como finalidade básica formular, executar e fiscalizar a política estadual de telecomunicações mediante duas atividades finalísticas: Engenharia de Radiodifusão - foram realizadas instalações e manutenções das rotas de transmissão e retransmissão de sinais de TV e, ainda, a emissão de pareceres, laudos técnicos e projetos solicitados por órgãos públicos e privados; Engenharia de Telecomunicações controle e fiscalização dos serviços de telecomunicação e atendimento aos órgãos e entidades públicas e privadas na emissão de laudos e pareceres técnicos para a implantação de sistema de comunicação. Destaca-se o Programa de Telefonia Rural, com a instalação de postos em 11 comunidades. Foram elaborados projetos para sistema monocal para diversos municípios e executados serviços de manutenção em equipamentos instalados para o INCRA em assentamentos de trabalhadores rurais.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA  
2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU</b>	<b>35.852.678</b>	<b>11.246.255</b>			
041212031.049.0001 - Elaboração do Plano Diretor Metropolitano	251.000	7.269	Programa de Desenvolvimento Metropolitano Coordenado (Programa)	0	-
041222181.361.0001 - Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem	30.127.000	3.000.000	Município Beneficiado (Município)	450	-
04122184.019.0001 - Coordenação de Programas de Articulação com os Municípios	741.680	883.028	Município Assessorado (Município)	400	211
			Associação Microrregional Atendida (Associação Microrregional)	40	23
161210012.179.0001 - Planejamento Setorial (I)	137.200	29.581			
161220012.206.0001 - Direção Superior (I)	464.300	226.095			
161220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro (I)	676.460	2.433.546			
161220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática (I)	4.700	41.121			
162727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	160.000	184.222			
164826014.149.0001 - Urbanização, Construção e Reforma de Unidades Habitacionais	3.290.338	95.111	Unidade Habitacional Regularizada - Ficom (Unidade Habitacional)	1	-
			Unidade Habitacional Regularizada - Pro-Habitação (Unidade Habitacional)	1	-
041220014.080.0001 - Posto de Serviço Integrado Urbano - PSIU	-	4.346.282	Atendimento Prestado (Atendimento) (2)	6.000.000	4.700.000

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

174

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais - DETEL</b>	<b>3.994.897</b>	<b>3.315.251</b>			
241220012.206.0001 - Direção Superior	440.500	396.655			
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.292.294	1.057.517			
241220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	53.600	18.326			
241220017.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000	-			
242727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	420.250	375.202			
247227824.500.0001 - Execução e Supervisão do Sistema de Telefonia Rural	656.476	360.081	Posto Telefônico Rural Instalado (Posto Telefônico)	60	11
			Projeto Técnico Realizado (Projeto)	30	5
			Parecer Técnico Emitido (Parecer)	80	55
			Posto Telefônico Rural Mantido (Posto Telefônico)	40	15
247227834.454.0001 - Planejamento, Consultoria Técnica, Exe. e Superv. do Sistema de Radiodifusão	1.130.777	1.107.470	Sistema de Captação de Sinal de TV Via Satélite Mantido (Sistema)	600	530
			Sistema de Captação de Sinal de TV Via Satélite em Implantação (Sistema)	5	-
			Projeto Técnico Realizado (Projeto)	50	15
<b>Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB</b>	<b>12.165.724</b>	<b>6.126.267</b>			
161220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	100.000	221.097	Equipamento e Programa de Informática Adquirido (Equipamento/Programa)	70	280
164826053.147 - Produção Melhor e Comercialização de Unidades Habitacionais	2.394.400	1.032.162	Lote Urbanizado (Lote) (3)	465	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Unidade Habitacional Construída (Unidade Habitacional) (4)	152	239
168437777.003 - Amortização da Dívida Interna	9.671.324	4.873.008			
<b>Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA</b>	<b>313.522.399</b>	<b>272.624.949</b>			
171220016.011 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional	30.212.996	29.421.938			
175126498.043 - Proteção e Preservação de Mananciais	585.000	554.440	Sistema Integrado de Proteção de Mananciais Implantado, Mantido e Monitorado (Sistema)	12	8
			Programa de Educação Ambiental Realizado (Aluno)	40.000	80.200
			Campanha de Prevenção de Incêndios Realizada (Campanha)	25	16
			Fauna Introduzida (Espécie)	10	2
175126498.044 - Pesquisa e Monitoração de Recursos Hídricos	156.526	122.803	Recurso Hídrico Monitorado (Recurso)	270	270
175126498.045 - Licenciamento Ambiental	300.000	76.863	Licenciamento Obtido (Sistema)	121	31
175128378.040 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento D'Água	98.476.350	71.964.430	Sistema de Abastecimento de Água Implantado e Melhorado (Sistema)	248	230
			Ligação de Água Acrescida (Ligação)	90.000	58.000
175128378.041 - Perfuração de Poços	2.700.000	918.748	Poço Perfurado/Instalado (Poço)	50	103
175128388.042 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sist. de Esgotamento Sanitário	128.834.268	97.843.727	Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado, Ampliado e Melhorado (Sistema)	82	78
			Ligação de Esgoto Acrescida (Ligação)	45.000	36.000
178437777.003 - Amortização da Dívida Interna	27.347.265	47.528.000			

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Subprojeto / Subatividade	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
178447777.004 - Amortização da Dívida Externa	24.909.994	24.194.000			
Fundo de Desenvolvimento Metropolitano	1.000	-			
154515711.299.0001 - Apoio ao Desenvolvimento Metropolitano	1.000	-			
<b>Fundo Estadual de Habitação - FEH</b>	<b>2.100.094</b>	<b>1.881.863</b>			
164826011.011.0001 - Projetos Habitacionais Especiais e Emergenciais	1.000	-	Projeto Executado (Projeto)	1	-
164826011.058.0001 - Programa Minas + Humana - PROLAR	1.000	-	Município Conveniado Aprovado (Município)	50	-
164826011.304.0001 - Programa de Habitações Populares - PROHAB	2.098.094	1.881.863	Unidade Habitacional Urbana Construída (Unidade Habitacional) (5)	200	170
			Unidade Habitacional Urbanizada (Unidade Habitacional) (5)	100	-
			Unidade Habitacional Comercializada (Unidade Habitacional) (5)	10	-
			Unidade Habitacional Reformada (Unidade Habitacional) (5)	100	-
<b>TOTAL</b>	<b>367.636.792</b>	<b>295.194.585</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

1- Nos projetos/atividades 2.179, 2.206, 2.288 e 2.350 houve suplementação por Decreto nº 43.291 de 23 de abril de 2003- anulando na Secretaria de Governo. Valores correspondentes a programação da Subsecretaria de Assuntos Municipais, transferida para SEDRU por força da Lei Delegada nº 49 de 2 de janeiro de 2003;

2- PSIU - Decreto nº 43.209 de 21 de fevereiro de 2003 - transposição de dotação orçamentária;

3 - Estão em execução 1790, não envolvendo recursos financeiros (parcerias com a iniciativa privada).

4- Concluídas: 231 UH - R\$ 394.501 (47 UH em Barroso, 94 UH em Alfenas e 90 UH em Monte Sião) e financiadas 08 UH - R\$ 193.039.

5- No exercício de 2003 não houve realizações de metas físicas no Fundo Estadual de Habitação. A meta executada demonstrada no quadro refere-se à conclusão de 167 uh pela Cohab e a 03 financiamentos individuais relativos à realização orçamentária anterior.

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**





A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES/MG) aprovou, pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Conecit), a implantação de um conjunto de programas, buscando induzir o desenvolvimento científico e tecnológico e a difusão do conhecimento. privilegiou a articulação, a parceria e o trabalho cooperativo entre os principais agentes de ciência e tecnologia, universidades, representantes de entidades de classe e da sociedade civil, agências de fomento, poderes público estadual e federal e missões internacionais, visando à atuação dos programas que foram redirecionados e organizados em três linhas de ações prioritárias: os Programas Especiais, as Plataformas Tecnológicas em Arranjos Produtivos Locais e o Programa Estruturador de Inclusão Digital.

Os Programas Especiais visam à indução do desenvolvimento científico e tecnológico em áreas identificadas como prioritárias, promovendo a difusão do conhecimento, considerando a relevância para o desenvolvimento sustentável e para a redução das desigualdades regionais, atuando nos setores de florestas plantadas, energia, agronegócios, tecnologia da informação, atividades minerais, ensino profissionalizante, recursos hídricos, biotecnologia, inovação tecnológica, popularização da ciência e resgate do patrimônio cultural de Minas Gerais.

Destacam-se a publicação de oito editais lançados pela Fapemig para financiar 43 novos projetos, com temas relativos aos programas Florestas Renováveis, Recursos Hídricos, Parques Industriais e Tecnologia dos Minerais, totalizando R\$3,1 milhões e a publicação de edital conjunto SECTES e SEE, lançado pela CAPES, por meio do Programa de Expansão do Ensino Profissional (PROEP) visando à capacitação de docentes, gestores e técnicos administrativos do ensino profissionalizante, com investimentos de aproximadamente R\$400 mil.

Na identificação de oportunidades, sobressaem os convênios assinados (ou em negociação) com órgãos estaduais e federais, entre eles Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE) e Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI).

A SECTES/MG, como coordenadora do programa Inovação Tecnológica no Parque Industrial Mineiro, foi determinante na montagem do planejamento estratégico da Rede Mineira de Incubadoras e no lançamento do concurso do planejamento arquitetônico e urbanístico do Parque Tecnológico de BH. Foi, também, assinado o Protocolo de Intenções para a Incubadora de Brasópolis. No setor mineral efetivou-se a implantação do 1º Projeto de Extensão Mineral do País (PROGEMAS-MG), em parceria com a Rede Estadual das Tecnologias dos Minerais e a concepção conceitual, com o Ministério de Integração Nacional, proposta que resultou no projeto FIEMG-MESOVALES. Foi elaborado e aprovado, no âmbito do Programa Uso Múltiplo de Florestas Renováveis, o projeto para criação da Rede de Certificação em Madeira, organismo encarregado da certificação de produtos e do diagnóstico do setor moveleiro, sediado em Contagem.

A interligação do Brasil com uma rede internacional de genética de peixes viabilizou-se por meio do credenciamento do Laboratório de Genética da Escola de Veterinária/UFMG ao International Network on Genetics in Aquaculture (INGA),

propiciando o acesso a financiamentos internacionais. Outro protocolo assinado pela SECTES, IEL e outras Instituições, parceiras da Rede Estadual de C&T para Inovação Agroindustrial, destinou-se à implantação do Arranjo Produtivo Local da Cachaça em Salinas e consolidou a implementação da Rede Mineira da Tecnologia da Cachaça – RMTC.

Viabilizou-se a implantação de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), o Programa de Biodiesel, e o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais, que atualmente estão sendo desenvolvidos nas regiões Norte e Nordeste de Minas, em arranjos produtivos de gemas e jóias, madeira e móveis e fruticultura, e foram aprovados, para o próximo exercício, arranjos de eletroeletrônica no Sul de Minas e RMBH; ardósia, na região de Papagaios e couro e calçados, na região de Nova Serrana. O projeto das Plataformas Tecnológicas tem ações inseridas em programas conduzidos, há alguns anos, pela SECTES.

O Programa de Informação e Comunicação para a Pesquisa (Prossiga), proporcionou o cadastramento de 204 instituições que trabalham em Ciência e Tecnologia e disponibilizou 677 novas oportunidades de trabalho voltadas para a área em Minas. Importante salientar as ações que vêm sendo desenvolvidas com o apoio da Secretaria de Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico, para a implantação de um Museu de Ciência e Tecnologia no futuro espaço cultural da Praça da Liberdade.

O Programa Estruturador de Inclusão Digital tem demandado uma intensa articulação política, técnica e administrativa, envolvendo parlamentares, prefeitos e empresas do setor de telecomunicações para adequação de infra-estrutura e obtenção de financiamento.

Outra iniciativa possibilitará o acesso de todas as escolas do estado à Internet com o início de um projeto-piloto implementado em diversas regiões do estado, nos municípios de Belo Horizonte, Itaipé, Brasília de Minas, Astolfo Dutra, Frutal, e Santa Rita do Sapucaí.

#### **Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC**

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) atendeu a pequenas e médias empresas do estado em diferentes aspectos da mineração, destacando-se minérios de ferro, tântalo, manganês e mercúrio; desenvolveu pesquisa para expansão térmica de ardósia e para recuperação de ouro e mercúrio; executou projetos nas áreas de produção de fosfato e de minério de cobre: Projetos de Sossego, Salobo, Bauxita – Projeto Paragominas, no Pará e Alemão, em Goiás. Internacionalmente, foi firmado um convênio com a FUNDACITE, órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento da Venezuela. A ALCOA australiana solicitou proposta para o desenvolvimento tecnológico da bauxita de Juruti, no Pará, e demonstrou interesse em montar um centro de pesquisa específico no Brasil, com sede no CETEC.

A instituição desenvolveu atividades voltadas para o ensino de pós-graduação, pesquisas de produtos e processos inovadores, como tecnologias para fabricação de células solares, gemas artificiais, biocombustíveis, biomateriais, biofluidos, aços coloridos, tratamento de superfícies, processamento e caracterização de cerâmicas

convencionais e avançadas, extração e purificação de princípios ativos de plantas medicinais para tratamento de doenças tropicais, beneficiamento de frutos do cerrado, produção de especialidades químicas de alto valor agregado baseadas nas riquezas minerais e vegetais do estado. Vale registrar processo eletroquímico para coloração de aços inoxidáveis, com patenteamento e transferência de tecnologia, de desenvolvimento e otimização de aços especiais, notadamente de elevada resistência mecânica e inoxidáveis de alta estampabilidade e baixo custo, de apoio à melhoria de produtos e processos de fabricação na área de eletrônica e microeletrônica, como placas de memória de dupla face e cartões inteligentes, com uso pioneiro da nanociência.

Atende as demandas do segmento de alimentos, elevando o patamar tecnológico das empresas, com conseqüente agregação de valor aos produtos e competitividade de mercado. Atua, ainda, no suporte a programas institucionais, como o da merenda escolar, em apoio à Secretaria de Estado da Educação e ao Conselho de Segurança Alimentar.

Presta também serviços na calibração de equipamentos metrológicos, executa ensaios de referência nas grandezas força, massa, pressão, torque, temperatura e vazão de gás para a indústria, em todo o território nacional. Participa, com outros países, de atividades de intercomparação laboratorial, inclusive em metrologia química e ambiental. No campo das análises e ensaios atende hospitais e hemocentros de diversos estados brasileiros, na determinação de metais em água para hemodiálise, de alumínio sérico e alumínio em albumina humana. Participa com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) da rede nacional de monitoração da qualidade de combustíveis automotivos.

Em parceria com indústrias implantou um moderno laboratório de referência para análise de emissões veiculares, capacitando-o a credenciar-se como agente do IBAMA no Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotivos (PROCONVE), em parceria com outras entidades estaduais para implantar, até o próximo ano, o serviço de inspeção da segurança mecânica, das emissões de poluentes atmosféricos e de ruídos, bem como da frota veicular circulante em Minas.

Na área ambiental a Fundação possui laboratórios de referência, utilizados para atendimento aos desastres ambientais ocorridos no estado, por solicitação da Semad e empresas privadas envolvidas, bem como para o biomonitoramento da qualidade da água, em atendimento ao IGAM. Destacam-se o desenvolvimento de tecnologias em geoprocessamento e de tecnologias para recuperação de áreas degradadas por atividades minerárias no pólo produtor de ardósia e na província pegmatítica, localizada nas regiões do Jequitinhonha e Mucuri, bem como de ecotecnologias para controle ambiental de espécies invasoras no Triângulo Mineiro. Presta assessoramento a municípios na implantação do gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, com vistas à erradicação dos lixões e inclusão social dos catadores, como também executa o gerenciamento de resíduos perigosos em seus laboratórios, servindo como referência para instituições de ensino e pesquisa no País, e contribuindo para o aprimoramento cultural, compatível com o desenvolvimento sustentável.

O CETEC atende às micro e pequenas empresas por meio da Unidade de Atendimento em Informação e Tecnologia (UAITec) e do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), fornecendo soluções para problemas tecnológicos. O Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (PROGEX) visa a subsidiar a adequação tecnológica de produtos das micro e pequenas empresas com potencial para exportação aos mercados específicos ou substituição de importações. O Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas (PATME/SEBRAEtec) realiza consultoria tecnológica, prioritariamente, àquelas localizadas em arranjos produtivos locais, objetivando melhoria e inovação de seus processos e produtos.

Ao participar do projeto "Excelência na Pesquisa Tecnológica", coordenado pela ABIPTI, que consiste em adotar a avaliação estratégica de desempenho e intercomparação dos resultados com outros centros de pesquisa no País, como um instrumento de melhoria da gestão institucional, em 2003 o Cetec foi escolhido, dentre as instituições participantes do projeto, como detentora da melhor prática de gestão referente ao item "responsabilidade socioambiental", por serem considerada exemplar, pró-ativa, inovadora, refinada e disseminada ou aplicada de forma contínua.

#### **Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - IPEM**

O Instituto de Pesos e Medidas em Minas Gerais (IPEM/MG), subordinado tecnicamente ao Instituto Nacional de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial (INMETRO), de quem recebe delegação para exercer atividades de metrologia legal no território mineiro, empreende ações na área de metrologia e de promoção da qualidade de produtos e serviços. Nos setores comercial e industrial age na verificação do atendimento aos requisitos especificados em normas e regulamentos técnicos, tratando das unidades de medida, métodos, instrumentos de medição e conformidade de produtos, processos e serviços, de acordo com as exigências técnicas e legais, executando ações educativas e fiscais.

Intensificou suas atividades em todos os municípios, por meio de escritórios regionais, estreitando seu relacionamento com segmentos organizados da sociedade, em especial o Ministério Público. Viabilizou o protocolo de atuação conjunta com a Secretaria Executiva do PROCON, visando à proteção ao direito do cidadão nas relações de consumo e à sustentabilidade competitiva da indústria do nosso estado.

Os seus servidores visitaram mais de cem mil estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, para superar metas quanto à calibração de instrumentos e à fiscalização de produtos pré-medidos, perigosos ou certificados, objetivando atestar que brinquedos, pneus, extintores de incêndio, preservativos, dispositivos elétricos, produtos têxteis e mais 57 produtos e serviços estão sendo fabricados e ofertados de forma a atender padrões de segurança e qualidade definidos em seus regulamentos. O Instituto deverá ultrapassar o patamar de 2,5 milhões de produtos fiscalizados neste ano, além de outros 1,5 milhão que são comercializados em medidas lineares, obtendo uma aprovação de 99% dos produtos fiscalizados.

Atuando no combate às fraudes quanto às quantidades especificadas nas embalagens dos produtos pré-medidos, examinou 344 mil unidades dos 62 mil produtos fiscalizados até outubro, devendo ultrapassar 400 mil unidades examinadas. As atividades relacionadas à metrologia legal realizadas pelo instituto garantem ao consumidor a fidelidade metrológica e a confiabilidade de instrumentos de medição. Até outubro foram fiscalizados 1.400.614 instrumentos, devendo, até o fim do ano, chegar a 1.7 milhão. Quanto à inspeção e capacitação de veículos que transportam cargas perigosas, deve-se atingir 2.500 veículos inspecionados, e mais outros 1.300, fiscalizados em parceria com as polícias rodoviárias.

Na área da saúde, o IPEM atua no levantamento das condições operacionais e confiabilidade de instrumentos de pesar e padrões de massa utilizados em farmácias de manipulação. Em metrologia científica e industrial, busca atender as necessidades laboratoriais nos serviços de calibração (2.400 amostras) em instrumento de medição e padrões de massa, garantindo ao usuário final a confiabilidade na leitura indicada pela balança e ao volume indicado em bombas medidoras de combustíveis líquidos.

O IPEM busca elevar o nível de capacitação tecnológica do laboratório na área de massa, pelo credenciamento à Rede Brasileira de Calibração (RBC), tendo realizado em 2003 a primeira fase do projeto, que compreendeu reforma em seu laboratório de massas, criando condições favoráveis no que diz respeito a temperatura e umidade relativa do ar. A segunda fase, portanto, está planejada para 2004, objetivando a aquisição de equipamentos padrão de medição.

#### **Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes**

A Unimontes destaca o seu Programa de Desenvolvimento e Interiorização do Ensino Superior em prosseguimento à sua consolidação como Universidade de Integração Regional, adotando, efetivamente, um projeto institucional apoiado pelo governo baseado na melhoria da qualidade dos cursos, na promoção e capacitação de recursos humanos, na adequação da infra-estrutura física e organizacional, no desenvolvimento da pesquisa e da iniciação científica, na política de incremento do ensino médio profissionalizante (com oferta de cursos na área de saúde) e na expansão das ações extensionistas transformadoras, atendendo a comunidade regional. Oferece mais de 70 cursos de graduação, modulares, sequenciais, de pós-graduação e de nível técnico, totalizando mais de 16 mil alunos, ampliando sua atuação, com a instalação, neste ano, dos campi de Brasília de Minas, Espinosa e São Francisco.

O corpo docente reúne 234 mestres, 30 doutores, 396 especialistas e 27 graduados. Atualmente há 43 professores matriculados em cursos de mestrado e outros 61 realizando doutorado. Neste exercício, além da instalação de mais três campi, a Unimontes priorizou iniciativas como a criação do Programa de Pós-Graduação "Stricto sensu" em Desenvolvimento Social, do Programa de Assessoria Didático-Pedagógica para Docentes, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Com um setor que prioriza a pesquisa houve um significativo avanço em 2003 com o incremento do número de projetos desenvolvidos de 70 para 129 , e o crescimento nos grupos de pesquisa certificados no CNPq, de 10 para 27 grupos constituídos. Houve no período a aquisição de equipamentos e reforma de laboratórios, contando com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

A inserção na comunidade é uma das metas da Unimontes. Para atingir esse objetivo, suas atividades de extensão são intensificadas, beneficiando, sobretudo, as regiões do Norte de Minas e os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. As ações são implementadas a partir de parcerias com diversos órgãos e instituições, além de prefeituras. Os principais programas de extensão em 2003 são: a Universidade Livre do Circo (Unicirco); o Projeto Unimontes Solidária e o Fórum de Desenvolvimento Integrado Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

O Hospital Universitário Clemente de Faria, mantido exclusivamente com recursos do SUS, atendendo com qualidade, pacientes de menor poder aquisitivo de todo o Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, realizando em torno de 300 mil atendimentos por ano, contando, também, com o serviço de Pronto-Atendimento e com o CTI Neonatal e Pediátrico. Dentre as principais melhorias do hospital em 2003, destacam-se a construção do novo Bloco Cirúrgico (em andamento), reparo nas instalações, informatização dos serviços oferecidos, aquisição de novos equipamentos, construção da subestação de energia e criação do Centro de Atendimento ao Servidor da Unimontes (CASU), em funcionamento na Policlínica Hermes de Paula. A Unimontes tem promovido significativas melhorias em sua infraestrutura física, todas implementadas com recursos obtidos a partir de parcerias com outras instituições.

### **Instituto de Geociências Aplicadas - IGA**

O Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) produz e oferece ao estado estudos e documentos geocartográficos, em busca de novas tecnologias para adequação dos seus produtos e, sendo possível, antecipação das necessidades dos gestores governamentais e da população em geral. No segundo semestre de 2003, paralelamente ao cumprimento de contratos em andamento e às funções intrínsecas da autarquia, iniciou-se um “Choque de Gestão Tecnológica” que acompanha a mesma linha adotada pela Administração Central do Estado, compreendendo uma reestruturação administrativa, bem como de alguns processos de produção que estabeleceram normas para a compatibilização de bases cartográficas digitais com o Sistema Geodésico Brasileiro.

A adoção das novas tecnologias permite a geração de documentos que ampliam a divulgação das informações. O primeiro documento assim executado foi o Diagnóstico Geoambiental da ASSOLESTE, disponível também em CD-ROM, e que servirá como paradigma para as próximas produções. Em parceria com a Copasa e a Fundação João Pinheiro, atualizou o Mapa da RMBH. Outra parceria, esta com o Sebrae, possibilitou a elaboração dos inventários turísticos de oito municípios, acompanhados dos respectivos mapas turísticos e de CD-ROM, contendo o Banco de Dados. O IGA dobrou o número de bases digitais disponíveis para consultas em CD-ROM, com a elaboração de 12 novos Mapas de Referência Municipal.



Houve 1.628 transações referentes a venda de mapas e serviços prestados pelo instituto, em atendimento direto ao público. Trinta e nove municípios foram atendidos em solicitações de revisão de limites, propostas de criação de distritos ou permuta de áreas entre municípios, já que 13 deles tiveram a área alterada devido a ajustes na definição limítrofe. Foi realizada importante vistoria dos limites entre Minas Gerais e São Paulo, na região do lago da Barragem de Água Vermelha, no município de Iturama. A criação do site institucional do IGA proporcionará à população acesso às informações geocartográficas do estado, além do inventário do acervo disponível para venda ao público.



### Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

A Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) cumpre seu papel como fonte financiadora de pesquisa, por meio do apoio aos muitos projetos apresentados pelas instituições federais, estaduais, municipais e particulares.

Em relação aos programas para o desenvolvimento da pesquisa no exercício de 2003, destacam-se os projetos induzidos, os projetos espontâneos e o apoio aos pesquisadores, que receberam recursos da ordem de R\$25 milhões, provenientes do estado e de convênios. Os projetos mais importantes são: Pronex, o Jovem Pesquisador, Iniciação Científica Júnior e, por último, o de Infra-estrutura Jovem Pesquisador.



A Fapemig desenvolve ações com o objetivo de patentear suas pesquisas financiadas que resultam em produto. Entre as mais relevantes há a vacina sintética para o controle de carrapatos, o sistema de hormônios recombinantes para superovulação em vertebrados e invertebrados, o processo de obtenção de compostos de zircônia para próteses ósseas, o sistema adjuvante para produção de anticorpos, vacina e uso, o método para controle e acompanhamento de lesões musculares graças a técnica de citometria de fluxo, o medidor de umidade, identificador de fungos em sementes e quantificador de atividades em sêmen animal ou humano e o método para tipagem, determinação da dominância viral e quantificação relativa do papilomavirus humano-HPV.

### **Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG**

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) vivenciou, em 2003, um momento de grande importância acerca da redefinição da sua identidade. A nova estrutura deverá permitir a convivência dos dois modelos hoje praticados na Universidade, o público e o privado, resguardando o acesso do aluno carente ao ensino superior.

A gestão pública exercida no campus de Belo Horizonte e no de Barbacena conta com 10 cursos regulares de graduação, 3.290 alunos e dois cursos fora de sede, em Betim e Poços de Caldas, com 239 alunos. A gestão privada, praticada em nove fundações agregadas, manteve 108 cursos regulares de graduação, com 12.771 alunos distribuídos nas cidades de Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas e Varginha ministrados 48 cursos lato-sensu de especialização nas áreas de lingüística, letras e artes, ciências exatas, engenharia, ciências sociais e ciências humanas a um total de 1.307 alunos, e sedimentou-se o curso de educação a distância, por meio do Projeto Veredas, com 2.874 alunos.

No âmbito da pesquisa foram selecionados, e estão em andamento, 15 projetos de iniciação científica, financiados pela Fapemig e 25 projetos na esfera do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior do CNPq.

Na extensão, destacam-se cerca de 450 eventos, abrangendo as áreas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

A Reitoria concentrou grande esforço para construção do campus da UEMG, que será edificado em um terreno de 100.000 m<sup>2</sup>, cujo processo de doação encontra-se em fase final.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**  
**2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia</b>	<b>3.667.638</b>	<b>4.558.719</b>			
191210012.179.0001 - Planejamento Setorial	184.080	137.618			
191220012.206.0001 - Direção Superior	524.880	795.777			
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.016.680	970.818			
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	18.000	13.914			
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	8.000	-	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público)	75	
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.512.010	1.535.922			
195716614.578.0001 - Planejamento, Informação e Difusão em Ciência e Tecnologia	84.680	176.733	Sistema de Informação em C & T Implantado e Mantido - Fase 2 (Sistema)	1	1
			Evento Promovido (Evento)	4	2
			Estudo Prospectivo Realizado (Estudo)	3	-
			Documento Elaborado (Documento)	10	4
195716614.580.0001 - Apoio à Programas Tecnológicos	185.628	388.614	Convênio Celebrado (Convênio)	5	4
			Programa Implementado (Programa)	10	11
			Ação de Integração Realizada (Ação)	15	34
			Programa Apoiado (Programa)	4	-
			Edital Publicado (Edital)	10	8
			Projeto Tecnológico Induzido (Projeto)	100	43
			Empreendimento Tecnológico Viabilizado (Unidade)	4	0
			Instituição Apoiada (Instituição)	6	0

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
195716614.915.0001 - Articulação de Ações para Captação de Recursos	77.500	57.449	Acordo Celebrado (Acordo)	4	1
			Acordo Mantido (Acordo)	8	17
195716614.916.0001 - Promoção de Ações para a Popularização da Ciência e Tecnologia	56.180	481.874	Evento Promovido Apoiado (Evento)	4	1
			Pessoa Capacitada (Pessoa)	20	350
<b>Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG</b>	<b>80.790.522</b>	<b>22.045.236</b>			
191220012.206.0001 - Direção Superior	5.841.875	2.919.554			
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	100.000	70.918			
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	370.500	321.688			
192727777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais Judiciais	1.000	-			
195716624.334.0001 - Fomento e Apoio a Eventos Técnicos e Científicos	1.615.855	879.994	Evento Apoiado (Evento)	120	258
			Participação de Pesquisador em Evento Apoiado (Pesquisador)	1.000	1.808
195716624.335.0001 - Concessão de Bolsas de Estudo	8.296.355	4.169.758	Bolsa Concedida (Bolsa)	2.500	1.942
195716624.335.0002 - Fomento e Capacitação de Recursos Humanos	3.623.173	13.045	Bolsista/Estagiário Treinado e Qualificado (Pessoa)	350	70
5716624.463.0001 - Promoção e Financiamento de Projetos Especiais	6.819.778	77.969	Estudo/Projeto Especial Promovido (Estudo/Projeto)	150	3
195716624.463.0002 - Realização de Estudos Técnicos	1.565.855	532.460	Estudo Técnico Elaborado (Estudo)	120	131
195716624.518.0001 - Divulgação e Difusão de Resultados de Pesquisas Tecnológicas	882.927	299.797	Material de Divulgação Produzido (Unidade)	1.000	16

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
195716624.519.0001 - Apoio a Projetos Espontâneos de Pesquisa Científica e Tecnológica	18.007.329	5.203.883	Projeto/Pesquisa Financiado (Projeto/Pesquisa)	600	203
195716624.912.0001 - Indução a Programas e Projetos de Pesquisa	33.665.875	7.556.170	Projeto/Pesquisa Financiado (Projeto/Pesquisa)	600	67
<b>Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC</b>	<b>16.589.484</b>	<b>21.986.261</b>			
191220012.206.0001 - Direção Superior	1.338.745	1.253.467			
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.775.698	2.006.205			
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	113.869	84.579			
191227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	138.802	4.674.736			
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	24.870	17.103	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público)	77	101
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	5.846.435	5.561.646			
195726654.068.0001 - Pesquisa e Desenvolvimento	344.945	683.587	Projeto Tecnologia de Materiais Executado (Projeto/Pesquisa)	3	5
			Projeto Tecnologia Ambiental Executado (Projeto/Pesquisa)	4	4
195726654.068.0002 - Desenvolvimento Experimental	726.957	1.130.935	Projeto Tecnologia de Materiais Executado (Projeto/Pesquisa)	9	9
			Projeto Tecnologia Ambiental Executado (Projeto/Pesquisa)	2	2
195726654.068.0003 - Testes e Análise da Qualidade	5.634.765	6.080.155	Cliente Atendido (Cliente)	3.576	739
			Ensaio, Análise, Teste, Parecer e Laudo Realizado (Unidade)	51.586	9.738
			Assessoria e Consultoria Prestada (Hora)	80	240
195726654.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	308.350	267.239	Pessoa Treinada (Pessoa)	73	132

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
195736644.470.0001 - Informações Tecnológicas	336.048	226.609	Evento Realizado (Evento)	25	21
			UIATEC - Empresa Atendida (Empresa)	480	291
			Sistema de Informação Tecnológica e Industrial Implantado/Mantido (Sistema)	1	1
			Publicação Técnica/Promocional Editada (Publicação)	20	4
			Acompanhamento de Resultados de Pesquisas Científicas e Tecnológicas Implantado (Projeto)	1	1
<b>Instituto de Geociências Aplicadas - IGA</b>	<b>3.944.702</b>	<b>3.626.455</b>			
191220012.206.0001 - Direção Superior	449.151	364.885			
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	617.504	569.239			
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	45.000	25.484			
191227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000	-			
191276664.523.0001 - Estudos Municipais	871.376	776.444	Município Atendido (Município)	40	39
			Projeto Executado (Projeto)	1	1
			Monografia Municipal Elaborada (Monografia)	2	-
			Diagnóstico Geoambiental Elaborado (Documento)	10	1
191276664.523.0002 - Serviços Geocartográficos (I)	2.000	-	Cliente Atendido (Cliente)	2.500	1.628
191276664.652.0001 - Estudos e Pareceres de Evolução Administrativa e Territorial	7.000	840	Vistoria Realizada (Vistoria)	24	7
			Assessoria e Consultoria Prestada (Asses./Cons.)	2	2
			Certidão Emitida (Certidão)	180	107
			Limite Territorial Identificado (Limite)	228	13

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
191276664.652.0002 - Elaboração de Plantas Cadastrais e Semicadastrais (2)	7.000	1.725	Planta Cadastral e Semi-Cadastral Elaborada (Unidade)	1	-
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	30.000	8.419	Servidor Treinado/Capacitado (Servidor)	40	12
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.572.402	1.581.877			
195736674.067.0001 - Cartografia Básica, Temática e Digital	266.269	275.197	Mapa Municipal Elaborado (Mapa)	16	11
			Mapa Estadual Elaborado (Mapa)	4	4
195736674.479.0001 - Desenvolvimento em Geomática	76.000	22.345	Pesquisa Aplicada Desenvolvida (Pesquisa)	1	1
<b>Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - IPEM/MG</b>	<b>8.905.468</b>	<b>10.793.297</b>			
191220012.206.0001 - Direção Superior	240.775	176.394			
191220012.288.0001 - Serviço de Apoio Administrativo e Financeiro	6.725.331	8.372.258			
191220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	73.000	56.754			
191227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	3.194	3.379			
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	47.000	44.589	Servidor Capacitado (Servidor)	450	237
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	712.668	707.756			
196656634.444.0001 - Planej. e Exec. da Inspeção e Capacitação de Veículos com Produtos Perigosos	68.500	135.964	Capacitação em Veículo com Produto Perigoso Realizada (Inspeção)	5.627	3.303
196656634.444.0002 - Verificação e Fiscalização em Produtos e Serviços	122.000	178.264	Produto Pré-Medido Fiscalizado (Produto)	83.063	62.240
			Produto Têxtil Fiscalizado (Produto)	26.160	41.744

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Produto com Certificação Compulsória Fiscalizado (Produto)	1.425.000	3.403.509
196656634.444.0003 - Execução de Serviços Metrológicos	805.000	1.046.017	Instrumento de Medição Verificado (Instrumento)	3.815.234	1.299.087
196656634.444.0004 - Prestação de Serviços Técnicos de Calibração	108.000	71.922	Laboratório de Calibração Credenciado (Laboratório)	1	-
			Relatório Técnico de Calibração Expedido (Relatório)	465	435
<b>Universidade Estadual de Montes Claros</b>	<b>47.844.792</b>	<b>48.464.075</b>			
103024124.468.0001 - Atendimento Hospitalar e Ambulatorial	11.977.952	12.046.369	Consulta Médica Realizada (Consulta)	101.520	87.967
			Internação Efetivada (Internação)	12.108	6.158
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	2.580	2.743
			Exame Laboratorial Realizado (Exame)	140.760	139.135
			Residência Médica Oferecida (Resid. Médica)	37	27
			Consulta Odontológica Realizada (Consulta)	15.000	18.000
121220012.206.0001 - Direção superior	902.600	958.477			
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	4.944.871	5.467.846			
121220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	60.000	34.295			
121220991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais (3)	560.000	394.000	Edificação da Secretaria Geral Realizada (Unidade Predial)	1	-
			Reforma e Ampliação do Edifício da Reitoria Realizada (M²)	500	-
			Guarita/Posto de Vigilância Construída (M²)	60	-
121227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	4.769	-			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
121280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos (4)	129.400	111.627	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público)	1.169	-
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	3.080.539	3.013.873			
123635144.818.0001 - Capacitação Profissional	150.500	256.142	Curso Oferecido (Curso)	32	67
			Aluno Matriculado (Aluno)	4.324	6.283
			Aluno Qualificado (Aluno)	3.236	3.850
123645134.052.0001 - Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	264.600	234.263	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Oferecido (Curso)	4	1
123645134.099.0001 - Docência do Ensino Superior	23.728.661	24.472.955	Aluno Formado (Aluno)	1.073	1.140
			Aluno Matriculado (Aluno)	8.736	13.092
			Curso de Graduação Oferecido (Curso)	32	67
123645134.412.0001 - Coordenação de Extensão Universitária	202.400	268.674	Evento Cultural Promovido (Evento)	10	-
			Curso de Extensão Promovido (Curso)	42	-
			Assistência Jurídica Oferecida (Consulta)	9.000	5.798
123915514.053.0001 - Preservação de Bens Culturais	646.600	716.468	Usuário Atendido (Usuário)	416.000	395.574
			Acervo Atualizado (Volume)	7.300	57.625
			Acervo Restaurado (Objeto)	6.100	1.864
			Documento Catalogado (Documento)	300	15.858
			Catálogo Bibliográfico Realizada (Livro)	10.500	792
125715134.467.0001 - Desenvolvimento e Coordenação de Pesquisa	1.191.900	489.086	Bolsa Concedida (Bolsa)	700	57
			Projeto/Pesquisa Desenvolvido (Projeto/Pesquisa)	80	129
			Publicação Editada (Edição)	15	-
			Participação de Pesquisador em Evento Apoiado (Pesquisador)	25	11
<b>Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG</b>	<b>26.605.992</b>	<b>17.919.583</b>			



Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
121220012.206.0001 - Direção Superior	462.010	460.697			
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.763.128	2.603.836			
121227777.053.0001 - Precatórios e Sntenças Judiciárias	1.000	-			
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	4.932.000	4.254.293			
123640991.358.0001 - Construção dos Campi Universitários (5)	8.600.000	135.376	Projeto Básico Elaborado (Projeto)	1	-
123645134.481.0001 - Apoio aos Campi Fundacionais da UEMG	200.000	100.748	Entidade Apoiada (Entidade)	1	1
123645134.522.0001 - Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão	9.647.854	10.364.633	Aluno Matriculado (Aluno)	3.300	4040*
			Curso de Graduação Oferecido (Curso)	10	12*
			Curso de Pós-Graduação Oferecido (Curso)	7	16*
			Aluno Formado (Aluno)	490	655*
<b>TOTAL</b>	<b>188.348.598</b>	<b>129.393.626</b>			

Fonte: SIAF Valores de Dezembro de 2003

(1) As despesas com custeio foram realizadas na atividade de Serviços de Apoio Administrativo

(2) O recurso gasto foi destinado ao projeto Assoleste em atendimento a 10 municípios para fornecimento de mapas e inventário turístico

(3) Implantação do Núcleo da Unimontes em Pompéu e conclusão da construção da piscina olímpica da unidade de Montes Claros

(4) Não foi realizado nenhum curso por falta de recurso financeiro

## **MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no governo Aécio Neves, iniciou um grande processo de modernização da gestão ambiental, com o objetivo de dinamizar a atuação estatal, tornando mais ágeis e efetivas as ações para a preservação de nosso meio ambiente, incentivando o desenvolvimento sustentável.

Com o processo de modernização da estrutura administrativa do Estado de Minas Gerais, estabelecido pelo governador Aécio Neves no início de seu mandato em 2003, o COPAM inovou na sua estrutura. Elevou o número de conselheiros de 30 para 34 e criou sete Unidades Regionais Colegiadas, descentralizando o processo de análise, julgamento e decisão relativos ao licenciamento ambiental de empreendimentos econômicos rurais e urbanos, nas diversas regiões do Estado.

Com o intuito de descentralizar gradativamente a análise e as decisões dos Processos Autorizativos (licenciamentos) e, ainda, propiciar a discussão de políticas ambientais, em âmbito regional, que servirão de base para a implementação das políticas ambientais do Estado, o Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) iniciou o processo de regionalização do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). A regional do Triângulo Mineiro foi a primeira a ser estruturada. Seus conselheiros tomaram posse em 31 de outubro passado; a unidade Sul foi a segunda, inaugurada em dezembro prevendo-se a implantação de todos os COPAM regionais até julho de 2004.

Com base nesta nova política, o SISEMA está buscando tornar o processo autorizativo mais eficiente e menos dispendioso tanto para o Estado quanto para os usuários, além de propiciar debates e decisões de cunho ambiental em todo o seu território, facilitando o conhecimento e a aplicabilidade de uma política ambiental mais correta e justa para o Estado de Minas Gerais.

A SEMAD implementou diversas ações de modernização das políticas estaduais de gestão ambiental, mediante o fortalecimento de suas instituições vinculadas (FEAM, IEF, IGAM) e reforçando sua capacidade de gestão e atuação institucional.

Com apoio do MMA, a Semad está desenvolvendo, no âmbito do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA II), três projetos: “Proteção e Conservação dos Recursos Naturais na Região Metropolitana de Belo Horizonte”, “Desenvolvimento Institucional do Sistema Estadual de Meio Ambiente-SISEMA/MG, por meio da Integração e da Descentralização de Processos Autorizativos”, e “Aperfeiçoamento da Rede de Monitoramento da Qualidade das Águas nas Bacias do Alto Curso Rio das Velhas e Paraopeba”. O recurso disponível para o Estado nesta Fase I do Programa, 2000 a 2003, chegou a dois milhões de dólares.

O projeto Licenciamento Ambiental busca promover a integração do sistema autorizativo e fiscalizatório, por meio da estruturação do sistema integrado de informação ambiental – (SIAM) bem como a avaliação das iniciativas e tendências para descentralização do sistema autorizativo e fiscalizatório. Com essas ações, pretende-se superar o Estado atual de desarticulação dos órgãos durante a análise técnica de seus processos administrativos, proporcionando maior agilidade em sua análise e resgatando, assim, o caráter preventivo destas autorizações legais. A implantação de um sistema integrado de informação ambiental (SIAM) vai permitir o

gerenciamento integrado dos processos autorizativos e fiscalizatórios, interligando a SEMAD e os órgãos seccionais por meio da intranet e, aberto à consulta externa, por meio da internet. O novo sistema favorecerá a padronização e o tratamento integrado de processos, informações e dados técnicos, além de facilitar o acesso dos usuários externos no acompanhamento de seus processos. Com este projeto, espera-se alcançar benefícios tanto para o sistema quanto para os seus usuários: melhores condições para os técnicos procederem à análise e à elaboração de seus pareceres; encurtamento de prazos de análise de processos; redução dos custos despendidos com os estudos elaborados para obter as autorizações legais e outorgas; melhoria das condições de prestação de serviços aos usuários do Sistema Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. O SIAM integrará ainda uma base de dados contendo informações ambientais georreferenciadas de todo o Estado.

A SEMAD continua desenvolvendo, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, o Projeto Lixo e Cidadania: Mudando Paradigmas. Um dos objetivos do projeto, é estabelecer um conjunto de ações integradas nos municípios da região do Médio Jequitinhonha, com relação ao gerenciamento, manejo e destinação final dos resíduos sólidos urbanos (capacitação gerencial e técnico-operacional de funcionários dos municípios), bem como promover a mobilização e organização dos catadores de lixo e realizar seminários sobre a temática de resíduos sólidos. Municípios contemplados: Araçari, Berilo, Cachoeiro do Pajeú, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itinga, Itaobim, Jenipapo de Minas, Jequitinhonha, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes.

Coordenados pela SEMAD, e com convênio firmado com o Ministério do Turismo, estão sendo elaborados os planos de manejo dos parques estaduais Pico do Itambé, Biribiri e Rio Preto e da APA Água das Vertentes. Estes projetos terão um grande impacto no desenvolvimento sustentável da região, por meio da promoção do turismo sustentável e a proteção de suas áreas de grande importância para a biodiversidade local. Os municípios contemplados são: Diamantina, Santo Antônio do Itambé, Serro, Serra Azul de Minas e São Gonçalo do Rio Preto.

Na educação ambiental a SEMAD está desenvolvendo cinco programas de capacitação: programa para integração da equipe técnica do SISEMA/MG; capacitação em fiscalização ambiental para a Polícia Militar; capacitação para os técnicos das prefeituras (municipalização); capacitação para os conselheiros do Copam (regionalização) e implantação de Sistema de Ensino à Distância On-line. De julho a novembro foram habilitados cerca de 800 técnicos.

Também foi dada continuidade ao Projeto de Instalação do Pólo de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis. Os seus objetivos são: disseminação do Programa Nacional e Estadual de Educação Ambiental; socialização das informações sobre Educação Ambiental e troca de experiências de práticas sustentáveis regionais. Entre as atividades do Pólo incluem-se a realização do II Fórum de Educação Ambiental; a Pesquisa Mapeando a Educação Ambiental no Estado de Minas Gerais e a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental de Minas Gerais. A divulgação de práticas sustentáveis, a partir do pólo, incentivará outras instituições a executarem suas ações de forma sustentável.

**Instituto Estadual de Florestas - IEF**

Na promoção da produção florestal e recuperação de áreas degradadas por causa de manejo, reflorestamento, incentivo à formação de florestas sociais e extensão florestal, foram obtidos os seguintes resultados em 2003: arborização- distribuídas 790 mil mudas para arborização urbana, rural e rodoviária; floresta de produção - reflorestamento de 9 mil hectares com eucaliptos, pupunha e pinus, beneficiando 3.400 produtores por meio de parcerias com empresas como Cenibra, Cbcc, Itaminas e prefeituras municipais; floresta de proteção - regeneração de 11.300 hectares e 1.700 hectares de área plantada, beneficiando 3 mil produtores, por meio da recuperação de áreas degradadas, matas ciliares, mata de topo e proteção de nascentes.

Foram implantados os programas: programa de expansão da base florestal - implementação de ações de fomento florestal visando a favorecer o suprimento e o consumo de madeira, produtos lenhosos e subprodutos para usos industrial, comerciais, domésticos e sociais, com atuação no Centro- Norte, Centro-Sul, Centro-Oeste e Zona da Mata. O IEF fornece os insumos e assistência técnica para os produtores cadastrados. Foram reflorestados 4.600 hectares; programa viveiros comunitários - incentivo ao plantio de eucalipto em parceria com associações comunitárias e prefeituras municipais na Região do Alto Jequitinhonha, visando além da diminuição do desmate de florestas nativas, ao aumento de renda do homem do campo. Foram produzidas aproximadamente, 3 milhões de mudas; projeto piloto de conservação de áreas degradadas na região do médio rio doce - implementação de sete unidades piloto de reflorestamento, usando a tecnologia de recuperação de florestas nativas, a ser executado no âmbito do programa de cooperação Brasil - entre Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Internacional Tropical Timber Organization (ITTO); FAO - Apoia a implementação do Programa Nacional de Florestas e busca o fortalecimento institucional dos órgãos estaduais de gestão florestal. A Unidade de Apoio da região sudeste está instalada no IEF e tem apoiado negociações de projetos, especialmente na área de fomento florestal. Em 2003, houve intermediação da FAO para criação da primeira floresta estadual de UAIMI.

Na proteção e preservação da biodiversidade, mediante a criação e estruturação de unidades de conservação, o incentivo à pesquisa, ao turismo ecológico e gestão da pesca e aquicultura, podem ser destacados os seguintes resultados em 2003: manutenção e administração de 39 unidades de conservação incluindo parques, reservas biológicas e estações ecológicas, protegendo aproximadamente 317 mil hectares; criação do Parque Estadual Serra Nova e Reserva Estadual Veredas do Acari; 3.800 eventos de educação ambiental, atingindo perto de 1 milhão de pessoas, realizando simpósios, congressos, excursões, caminhadas ecológicas, trilhas interpretativas, cursos e outros eventos; 432 fiscalizações para controle da exploração pesqueira; implantação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), visando ao gerenciamento das unidades de conservação com definições de diretrizes para o uso e a ocupação do solo.

Programas Implantados: Promata - Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais- promoção do ordenamento do uso do solo sustentável da região da Mata Atlântica em Minas Gerais, criando condições necessárias para proteção de unidades de

conservação. Abrange uma área de 65 mil Km<sup>2</sup> da Região Sul, Sudeste, Zona da Mata e Médio Rio Doce, visando a conectividade de remanescentes da Mata Atlântica por meio do estabelecimento de corredores ecológicos. Estão envolvidos 413 municípios e 10 unidades de conservação e Projeto Doces Matas - Projeto de Conservação e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica na Bacia do Rio Doce - com o apoio financeiro da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), desenvolve trabalhos no Parque Estadual do Rio Doce.

No controle, fiscalização e disciplinamento do uso, da substituição e da supressão de recursos da flora, da fauna silvestre e aquática, o IEF realizou em 2003: fiscalização aérea - georreferenciamento em locais com irregularidade de exploração florestal para posterior autuação de campo; operação carga pesada - visa ao combate de transporte irregular do carvão, pesca, animais silvestres, madeira e mineração. Busca, ainda, reduzir a evasão do ICMS, taxa florestal e reposição florestal, recolhimentos significativos para o Estado. Foram implantados 14 postos fixos de fronteira com Bahia, Goiás e São Paulo e quatro postos fixos internos na região produtora de gusa concentrada em Sete Lagoas e Divinópolis. Houve uma queda no transporte ilegal dos recursos florestais, da fauna e da pesca e foram destruídos milhares de fornos de carvoejamento; Operação Jaíba - fiscalização no Parque Estadual Lagoa do Cajueiro e na Reserva Legal do Projeto Jaíba, impedindo a permanência dos "Sem-Terras" que exploravam o local mediante desmate e produção de carvão. Foram derrubados aproximadamente, 300 fornos; prevenção e combate a incêndios florestais - ação inserida em 3 sistemas prioritários de atuação (Sistema de Monitoramento Orbital de Focos de Calor, de Alerta e Risco de Incêndios Florestais; o Sistema de Prevenção e Combate a Incêndios em unidades de conservação e o Sistema para Queima Controlada) e licenciamento ambiental - realização de palestras para produtores rurais, associações e sindicatos sobre licenciamento ambiental, contribuindo para a conscientização do crescimento econômico com desenvolvimento sustentável. Buscando a modernização e desburocratização, foi implantado o Licenciamento Simplificado para empreendimentos de pequeno porte, o qual propõe redução do custo das taxas e agilidade na aprovação para implementação e ficou reduzido em 50% o valor de custos de análise de processos de licença ambiental para todos os empreendimentos.

#### **Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM**

A FEAM iniciou, neste exercício, a integração dos processos de licenciamento ambiental juntamente com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Formulários únicos e padronizados e a entrada de documentos em um único órgão constituem medidas que simplificam o intercâmbio entre empreendedores e órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental.

Visando a agilizar o andamento de processos, está em andamento a revisão da Deliberação Normativa 01/90 do Conselho de Política Ambiental (COPAM) a fim de estabelecer critérios para dispensa ou procedimentos para simplificação dos processos de licenciamento para empreendimentos de pequeno e médio porte, com menor potencial poluidor.

Além das atividades pertinentes às análises de processos para licenciamento e à fiscalização ambiental no corrente ano, foi empreendido esforço extra para dar andamento aos processos de licenciamento de anos anteriores, ainda não solucionados, o que aumentou a emissão de análises técnicas e jurídicas em mais de 30%, comparativamente a 2002.

Verificou-se, no ano, o término do Projeto de Inventário de Resíduos Sólidos Industriais do Estado de Minas Gerais, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), que contém informações, análises e conclusões da maior relevância para o estabelecimento de política nacional e estadual de resíduos sólidos, ao mostrar, regionalmente, os setores e ramos industriais que devem merecer prioridade no controle desta fonte poluidora. O inventário mobilizou 598 indústrias de grande e médio porte de 22 diferentes tipologias, distribuídas em 149 municípios e responsáveis pela geração de cerca de 15 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano.

O Projeto Lixo & Cidadania na Bacia do Rio das Velhas, parceria com os comitês municipais do Projeto Manuelzão, mobiliou, durante sua execução, 46 cidades na redução dos impactos ambientais e sociais provocados pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos. O projeto enfocou a capacitação das equipes municipais, orientando-as na recuperação das áreas degradadas pelos atuais depósitos de lixo, na gestão dos resíduos sólidos e na conscientização sobre a importância da coleta seletiva e na criação de associações de catadores. No ano corrente, foram realizados três seminários regionais para disseminação dos resultados do projeto.

Em andamento, a pesquisa da contaminação por arsênio, projeto concebido e executado por equipe multidisciplinar envolvendo também o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – (IGAM), a Fundação Ezequiel Dias (FUNED), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e o Departamento de Engenharia Metalúrgica/UFMG, sendo parcialmente financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA). O resultado indicará a rota do arsênio na água, ar, solo e ser humano, consolidando conhecimentos e tecnologias para a vigilância epidemiológica.

Em decorrência dos riscos ambientais de barragens, como mostraram dois sérios acidentes ambientais, foram executados projetos de avaliação do potencial de dano ambiental de barragens, em obediência à Deliberação Normativa COPAM 62/02 e às necessidades técnicas de análises de processos de licenciamento, a fim de estabelecer medidas preventivas adequadas.

Considerando a relevância da questão dos riscos e acidentes ambientais, a FEAM está se organizando de forma específica nessa matéria por meio da criação do Núcleo de Emergência Ambiental no âmbito de sua estrutura funcional. Com este núcleo, o órgão está criando equipe técnica especializada em conhecimento e experiência para a prevenção e combate a danos ambientais provenientes de acidentes.

Ressaltem-se também os trabalhos desenvolvidos com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) com a finalidade de tratamento conjunto no atendimento às



micro e pequenas empresas, estudando-se, inclusive, deliberação normativa específica para o licenciamento ambiental de tais empresas.

O monitoramento da qualidade do ar se faz por meio de 15 estações localizadas em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Itabira, João Monlevade e Juiz de Fora, das quais 12 já estão conectadas aos terminais da FEAM, sendo capazes de gerar resultados em tempo real. No eixo abrangido pelas três estações situadas em Belo Horizonte e Betim, além dos dados divulgados diariamente pela Internet, são preparados e editados relatórios analíticos contendo séries temporais anuais, bem como relatórios periódicos para encaminhamento às prefeituras municipais abrangidas pelas estações.

A avaliação da emissão de gases da frota de veículos de Belo Horizonte, mediante convênio com a Prefeitura Municipal e a Escola de Engenharia/UFMG, por meio de unidade móvel, prosseguiu no corrente ano, estando previsto o término do projeto em 2004.

Além das estações automáticas, a FEAM acompanha e avalia o automonitoramento realizado por 30 empresas do Estado. São análises mensais de 21 relatórios encaminhados pelas empresas, resultando na atualização de banco de dados e na emissão de relatórios anuais conclusivos.

O impacto em cursos d'água de efluentes originados do setor de curtumes, em São Sebastião do Paraíso, Sul de Minas, foi avaliado em trabalho conjunto com a Universidade estadual de Minas Gerais (UEMG/Campus de Passos). No mesmo sentido, no âmbito do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II, coordenado pela SEMAD, está sendo avaliada a qualidade das águas no Alto Curso do Rio das Velhas.

A existência de contaminação do solo por mercúrio, no município de Descoberto, levou, sob coordenação da FEAM, à realização de levantamento e diagnóstico da área que foi contaminada, área essa interditada pela Semad, em cumprimento a deliberação normativa do COPAM. Estudos e ações estão em andamento para tratamento dos impactos no solo, água superficial e subterrânea, vegetação e sedimentos.

Cumpre mencionar o desenvolvimento dos projetos de metrologia e monitoramento do solo, em parceria com instituições públicas e acadêmicas, abrindo-se oportunidades para o tratamento da questão da capacitação e certificação de laboratórios de análise e para a avaliação e acompanhamento da qualidade ambiental do solo mineiro em decorrência dos impactos de efluentes industriais, minerários e de infra-estrutura.

A infra-estrutura do laboratório de geoprocessamento da FEAM está dando condições para a formação de banco de dados georreferenciados, seja em sua vertente de bacias hidrográficas, como no caso dos rios Mucuri, Pardo, Jequitinhonha e Verde Grande, seja quanto a segmentos econômicos, como usinas hidrelétricas, usinas de açúcar e álcool, postos de combustíveis, quartzito e barragens de rejeitos.

Nas atividades de educação e extensão ambiental, foram feitas edições, seminários, palestras e promoção de atividades para a disseminação de conhecimentos e informações voltadas para a promoção da melhoria do meio ambiente, destacando-se a publicação de 5 mil volumes do Manual de Iniciação ao Desenvolvimento Sustentável, em que se enfatizam as prerrogativas legais dos municípios no campo ambiental.

Implementação da automação dos processos de licenciamento ambiental, por meio do gerenciamento eletrônico de documentos e informações, o que permitirá a execução dos trabalhos das análises técnica e jurídica de forma totalmente informatizada e em rede, facultando intercâmbio com os empreendedores pela internet.

Este sistema possibilitara a melhoria do atendimento ao público, o aumento da produtividade do trabalho e redução de custos, a otimização de procedimentos, o controle de processos e a democratização da informação.

#### **Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM**

Objetivando o aperfeiçoamento do Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (SIMGE), o IGAM aprimorou as atividades voltadas para a vigilância e previsão quantitativa do tempo, do clima e do comportamento hídrico, com detalhamento na escala regional fornecendo produtos personalizados às atividades de preservação ambiental, sócioeconômicas e de defesa da população, com ênfase nos fenômenos adversos como enchentes, estiagens e temporais severos. Diariamente é realizada a previsão do tempo para todas as regiões mineiras, bem como é realizado o monitoramento das condições de risco de incêndio em todo o Estado. Além disso, o SIMGE também faz parceria no projeto de conservação de recursos hídricos no âmbito da gestão ambiental e agrícola de bacia hidrográfica que visa a dar informações de clima e tempo bem como disponibilidade hídrica para produtores da região da Bacia do Paracatu. Ressalta-se também o projeto Proclima que monitora as condições de tempo e clima na região do semi-árido mineiro o que proporciona estudos de demanda hídrica que podem atender a mais de 60 municípios naquela região.

Quanto ao geoprocessamento em de 2003 foram realizadas as seguintes ações: criação e manutenção da base digital; elaboração de mapas temáticos; preparação da base de dados das estações para futura integração do SISEMA e posterior divulgação em meio eletrônico; georreferenciamento das estações meteorológicas e pluviométricas do SIMGE nas bacias do Sapucaí e Doce para dar suporte a novas instalações de instrumentos nessas regiões. Também foi dado auxílio na elaboração de mapas de bacias hidrográficas para os comitês de bacias.

Dentro do Projeto Águas de Minas, em janeiro de 2003 foi implantada uma rede-piloto de monitoramento das águas subterrâneas. Além disso, em março de 2003, fez-se o lançamento do mapa de Qualidade das Águas Superficiais em 2002 do Estado de Minas Gerais durante o II Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais.

Realizaram-se também quatro campanhas trimestrais de coleta e análise de água em 244 estações de amostragem nas oito principais bacias hidrográficas do Estado: Bacia do rio São Francisco, Paranaíba, Paraíba do Sul, Doce, Grande, Jequitinhonha, Pardo e Mucuri.

O Águas de Minas também é responsável pelo do projeto Aperfeiçoamento do monitoramento da qualidade das águas da bacia do alto curso do rio das Velhas, da SEMAD em convênio com o MMA no âmbito do PNMAII. Como resultado vieram o relatório Marco Zero e do relatório semestral sobre o monitoramento dos cursos d'água do alto Rio das Velhas, incluindo itens com os dados sobre sedimentos e hidrobiologia; produção da base cartográfica digital das áreas de contribuição dos cursos d'água do Alto Rio das Velhas para cada estação de monitoramento do PNMA II, e implantação de novo Sistema de Banco de Dados em plataforma Oracle para o Projeto Águas de Minas e PNMAII.

Em 2003, foram concedidas pelo IGAM mais de 8.300 outorgas, sendo 5.200 para uso de água superficial e 3.100 para uso de água subterrânea. Entre outras atividades importantes, a Diretoria de Gestão Participativa (DGP), num processo de fortalecimento da gestão de recursos hídricos em Minas Gerais, em bases descentralizada e participativa, deu apoio técnico e administrativo aos Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio do Estado, (32 comitês), e nos rios de domínio da União, (sete comitês). Este ano, a DGP foi responsável pela organização de 19 comitês de bacias hidrográficas, em um universo de 34 que serão estruturadas. Por meio de seus técnicos, a DGP acompanha e apóia o processo de mobilização das comunidades das bacias, desenvolve projetos, auxilia na reestruturação e criação de comitês, promove treinamentos etc. Além disso, a DGP apoiou a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para assuntos de sua competência, bem como forneceu auxílio técnico à coordenação do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO). Quanto ao Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o semi-árido brasileiro (ProÁgua) podem ser destacadas as seguintes ações em 2003: estruturação e assessoria técnica e administrativa de apoio aos comitês de bacias hidrográficas; reestruturação institucional do Instituto Mineiro de Gestão das Águas; elaboração do Plano de Formação de Profissionais em Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais; elaboração de projetos de engenharia para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos distritos contemplados no Projeto Diamantina – MG; apoio aos projetos de saneamento básico, educação ambiental e mobilização social e controle de doenças de veiculação hídrica – Sistemas Araçuaí; recuperação / recomposição de matas ciliares – Rio Mosquito; implementação de aterros controlados para resíduos sólidos urbanos; controle de doenças de veiculação hídrica; Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH); estruturação e assessoria técnica e administrativa de apoio aos comitês de bacias hidrográficas - Bloco 1 e 2; modernização do Sistema de Outorga de Direito de Uso da Água no Estado de Minas Gerais; implantação do Sistema de Informações de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais e elaboração de projetos de engenharia para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos distritos contemplados no Projeto Araçuaí – MG.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA  
2003

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>4.025.200</b>	<b>4.310.747</b>			
181210012.179.0001 - Planejamento Setorial	154.071	37.765			
181220012.206.0001 - Direção Superior	794.314	536.399			
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.267.709	1.186.842			
181226414.772.0001 - Gestão Ambiental Integrada	1.498.035	2.538.918	Projeto Coordenado e Apoiado (Projeto)	5	5
			Sistema Integrado de Licenciamento Implantado (Sistema)	1	1
			Evento de Educação Ambiental Apoiado (Evento)	5	5
			Prefeitura Municipal Apoiada (Prefeitura)	50	40
			Plano de Zoneamento Ambiental Coordenado/Apoiado (Plano)	10	1
			Projeto de Área Protegida Apoiado (Projeto)	10	10
			Unidade de Conservação Apoiada (Unidade de Conservação)	10	10
			Codema Capacitado/ Apoiado (Codema)	50	50
181266421.032.0001 - Rede de Informações Ambientais (1)	50.000	-	Treinamento Realizado (Treinamento)	20	-
			Sistema de Monitoramento Ambiental Implantado (Sistema)	1	1
			Balcão Virtual de Atendimento Implantado (Balcão)	1	1
			Sistema de Informação da Legislação Ambiental Implantado (Sistema)	1	1
			Sistema de Gestão de Processos Implantado (Sistema)	1	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	11.071	10.823			
185126434.161.0001 - Apoio ao Saneamento Ambiental nos Municípios (I)	250.000		Treinamento Realizado (Treinamento)	50	16
			Projeto Apoiado (Projeto)	10	17
<b>Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM</b>	<b>20.108.041</b>	<b>16.082.654</b>			
181220012.206.0001 - Direção Superior	1.673.930	1.557.300			
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.687.793	5.036.847			
181220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	792.400	279.777			
181227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000	387.255			
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.230.000	1.181.175			
185426444.166.0001 - Licenciamento e Fiscalização Ambiental	7.500.390	6.051.575	Curso Realizado (Curso)	16	1
			Capacitação para a Municipalização Promovida (Trein./Estag.)	20	14
			Convênio de Municipalização Implementado (Convênio)	2	-
			Promoção de Atividade de Educação e Extensão Ambiental Realizada (Evento/Palestra)	120	188
			Auto de Fiscalização Emitido (Auto)	2.300	2.500
			Licença Analisada (Licença)	1.430	2.300
			Auto de Infração Lavrado (Auto)	320	550
			Programa Empreendedor Implantado (Empresa)	2	-
			Material Didático Editado (Publicação)	20	8
			Audiência Pública Realizada (Aud. Pública)	10	11

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Estudo e Proj. de Controle e Preservação Ambiental Realizado (Estudo)	10	9
			Gerenciamento Eletrônico do Processo de Licenciamento Implantado/Emitido (Sistema)	1	1
185426454.856.0001 - Monitoramento e Avaliação da Qualidade Ambiental	3.222.528	1.588.725	Sistema de Informação da Legislação Ambiental Atualizado (Sistema)	1	1
			Base de Dados Geo-Ambientais de Bacia Hidrográfica Organizada (Banco de Dados)	4	4
			Cadastro de Área de Restrição Ambiental de Bacia Hidrográfica Realizado (Cadastro)	2	1
			Estudo e Projeto da Qualidade Ambiental Desenvolvido (Estudo/Projeto)	6	6
			Georeferenciamento Setorial de Atividade Realizado (Setor)	4	5
			Relatório de Indicador Ambiental Editado (Relatório/Ano)	1	-
			Qualidade do Ar Monitorado (Relatório)	378	378
			Inspeção Veicular Implementada/Operacionalizada (Programa)	1	1
			Monitoramento da Qualidade das Águas da Rede Dedicada Implementado/Operado (Rel./Ano)	1	1
			Norma/Padrão de Qualidade Ambiental Elaborada /Revista (Norma/Padrão)	10	-
<b>Instituto Estadual de Florestas - IEF</b>	<b>39.861.334</b>	<b>40.853.189</b>			
181220012.206.0001 - Direção Superior	798.610	251.755			
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	15.481.683	13.320.982			
181220017.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000	579.609			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	3.300.000	2.930.967			
185416474.075.0001 - Proteção da Vida Silvestre e Administração de Unidades de Conservação	3.602.728	690.720	Unidade de Conservação Administrada (Hectare)	173.369	138.500
			Unidade de Conservação Administrada (Unidade)	19	19
			Obra Realizada (Obra)	16	-
			Usuário de Unidade de Conservação Atendido (Pessoa)	97.500	98.225
185416474.078.0001 - Controle da Fauna e Flora, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental	16.677.313	23.079.156	Área Reflorestada (Hectare)	9.523	13.600
			Obra Realizada (Obra)	13	-
			Produtor Beneficiado (Produtor)	7.172	6.400
			Evento de Educação Ambiental Realizado (Evento)	3.286	3.800
			Licença para Queima Controlada (Licença)	4.578	4.550
			Vistoria de Controle Florestal Realizada (Vistoria)	14.500	30.000
			Muda Distribuída (Unidade)	15.264.500	15.300.000
			Área Liberada para Queima Controlada (Hectare)	113.763	143.800
			Licença para Exploração Florestal Concedida (Licença)	8.430	10.370
			Registro para Exploração Pesqueira Concedido (Registro)	30.643	22.000
			Vistoria para Licenciamento Ambiental Realizada (Vistoria)	948	1.100
			Área para Exploração Florestal Requerida (Hectare)	98.110	207.530
			Área para Exploração Florestal Liberada (Hectare)	78.690	188.200
<b>Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM</b>	<b>41.129.862</b>	<b>11.252.367</b>			
181220012.206.0001 - Direção Superior	229.340	25.213			
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.825.645	3.733.932	Reforma Realizada (Reforma)	1	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
181227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000	94.591			
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	355.000	359.779			
185446481.187.0001 - Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para Semi-árido Brasileiro - Proágua	32.722.415	3.872.558	Estudo e Projeto Executado (Projeto)	3	1
			Fortalecimento Institucional Realizado (Estudo/Projeto)	11	5
			Projeto de Obra Prioritária Executado (Projeto)	3	1
185446484.073.0001 - Controle das Águas	2.272.402	2.447.817	Outorga Concedida (Portaria)	1.300	8.393
			Quantidade de Água Monitorada (Monitoramento)	2.110	1.840
			Qualidade de Água Monitorada (Rel./Ano)	1	4
			Plano Diretor Implantado/Supervisionado (Plano)	1	-
			Comissão Pró-Organização de Bacias Apoiada (Comissão)	8	14
			Banco de Dados de Usuários de Água Implementado (Sub-bacia)	2	-
			Outorga Solicitada (Processo)	2.000	6295
			Comitê Fortalecido e Estruturado (Comitê)	6	5
185446484.074.0001 - Monitoramento Meteorológico e Hidrológico	430.000	70.507	Informação Hidrometeorológica Disponibilizada (Publicação)	12	365
			Sistema de Alerta Operado (Sistema)	2	-
185446484.074.0002 - Fomento à Ações de Sustentabilidade de Recursos Hídricos	1.294.060	647.970	Projeto de Recursos Hídricos Elaborado (Projeto)	4	1
			Projeto de Recursos Hídricos Aprovado/Analisado (Projeto)	15	-
			Projeto de Obras Apoiado (Projeto)	4	1
			Instrumento de Comunicação e Educação Ambiental Implantado (Instrumento)	6	-



Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Mobilização Social Implementada (Curso/Seminário)	10	-
<b>Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO</b>	<b>24.860.823</b>	-			
185436521.351.0001 - Racionalização do Uso e Melhoria dos Recursos Recursos Hídricos Estaduais	24.860.823	-	- Projeto Financiada (Projeto)	50	-
<b>TOTAL</b>	<b>129.985.260</b>	<b>72.498.957</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

(I) Execução física realizada com recursos da atividade 18.122.6414.772.0001 - Gestão Ambiental Integrada





A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento iniciou, em 2003, ações de recuperação do Sistema Agropecuário e da integração das entidades vinculadas (Ruralminas, Emater, Ima e Epamig), além de concentração de esforços na continuidade dos programas e projetos em desenvolvimento. De acordo com orientação governamental, ênfase especial foi dada a duas vertentes: diante do quadro de escassez de recursos, racionalizou seus serviços, reduziu custos e otimizou o desempenho administrativo; buscou-se captar recursos na área federal, apresentando projetos para o respectivo financiamento, não perdendo, contudo, de vista, a necessidade de estabelecer parcerias com órgãos e entidades da administração pública e da iniciativa privada.

O Conselho Estadual de Política Agrícola (CEPA) foi reativado como órgão de formulação da política agrícola do Estado, com efetiva participação dos agentes integrantes de todos os elos da cadeia produtiva, tendo sido criadas e instaladas 24 câmaras técnicas, estando em pleno funcionamento as Câmaras de Aqüicultura, Piscicultura, Avicultura, Grãos, Café, Bovinocultura de Leite e Corte e de Seguro e Crédito Rural.

Em face da importância do agronegócio na geração de emprego, renda e divisas para a economia de Minas e objetivando incrementar a contribuição do setor para a formação do PIB mineiro, a atual administração, consoante diretrizes emanadas do Governo do Estado, iniciou amplo processo de mapeamento do agronegócio no Estado.

Seqüencialmente, foram realizadas 700 reuniões municipais, 18 conferências regionais, entre abril e maio de 2003, resultando na 1ª Conferência Estadual sobre Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio Mineiro, realizada em Belo Horizonte.

Definidas as prioridades pelo diagnóstico realizado, foram implementadas no exercício fiscal de 2003 as seguintes ações: acordo de Cooperação assinado entre o Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Banco do Brasil, disponibilizando para o Estado R\$ 2,1 bilhões destinados ao custeio e investimentos nos programas Pró-Milho, Cinturão Verde, Fruticultura, Boi no Pasto, Oficinas Rurais, Organização e Gestão da Pecuária Bovina em Minas Gerais – PROPEC e Linha BNDES; Garantia Safra – O Banco do Nordeste, em sua área de atuação (Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri), disponibilizou R\$ 147 milhões para aplicação, além de promover renegociação entre agentes financeiros, organizações de representação de produtores rurais e órgão da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; agricultura familiar – em parcerias com prefeituras, cooperativas e sindicatos, 250 mil famílias foram atendidas dentro das diversas linhas do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf, inclusive na vertente Leite – Pronaf; revisão tributária – subsidiado, entre outras, pela SEAPA, o Governo do Estado, por intermédio dos decretos nºs 43.618 e 43.619, de 29/09/2003, editou pacote de medidas tributárias destinadas ao atendimento de reivindicações dos produtores rurais e da agroindústria, destacando-se as relacionadas à irrigação, energia elétrica, leite, soja, indústria de alimentos, processamento de couros, abate de cavalos, vinho e embalagens; reorganização do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS

– em sintonia com as diretrizes do governo federal, objetivando viabilizar o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar.

Na linha infra-estrutura e serviços municipais do Pronaf, o Estado foi subdividido em cinco territórios: Alto Jequitinhonha, Serra Geral, Serra do Brigadeiro, Mucuri e Governador Valadares, que darão suporte ao desenvolvimento rural, em 90 municípios.

As medidas implementadas pela Revisão Tributária incrementaram o setor sucroalcooleiro que, até 2007, realizará investimentos da ordem de U\$215 milhões sendo U\$ 109 na área industrial e U\$106 no campo, atingindo uma capacidade de moagem de 30 milhões de toneladas.

A execução da política governamental traçada para o setor agropecuário possibilitou uma evolução de 8,6 milhões de toneladas de grãos para mais de 9 milhões. Vale destacar o aumento da produção de soja no Triângulo e Alto Paranaíba, bem como a reativação de frigorífico no Norte do Estado e o desenvolvimento de cooperativas na região do Triângulo Mineiro; a retomada e redirecionamento do Acordo de Cooperação Técnica Brasil/França; no Programa de Revitalização da Cultura do Algodão no Norte de Minas distribuíram-se 108 toneladas de sementes a cerca de 20 municípios para o plantio de uma área de 8 mil hectares, atingindo aproximadamente 3.800 produtores familiares; ainda reativada uma usina de beneficiamento em Porteirinha, totalizando quatro usinas na região; lançamento do Programa Terras do Agronegócio, com o objetivo de estimular o setor agropecuário mineiro por meio da estruturação de um banco de dados com candidatos a arrendamento de áreas (arrendatário) e proprietários de estabelecimentos rurais que desejam disponibilizar suas terras para arrendamento.

No Pró-Cachaça, Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente, foi ampliado o Conselho Diretor que ficou com sete Secretarias de Estado e 12 instituições, sob a presidência do secretário de Estado da Agricultura. Foi ainda assinado convênio com a FEAM/SEMAD e o Sistema AMPAQ, com a participação do IMA/SEAPA a fim de preparar o produtor de cachaça artesanal, ou de alambique, para a produção com responsabilidade social.

O Programa Barracão do Produtor Rural-(BPR), o está sendo reformulado após longo período sem atenção. A idéia é aproveitar o escopo original de reunir os produtores em associações ou cooperativas nos locais de reconhecida importância produtiva hortícola para beneficiar, classificar, embalar e transportar seus produtos aos grandes centros de comercialização (como o MLP).

### **Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG**

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) conduziu 156 projetos de pesquisa, os quais propiciaram múltiplos resultados, repassados e/ou colocados à disposição de agentes do agronegócio por meio de atividades de difusão e transferência de tecnologia e de ações de suporte tecnológico, utilizando-se da infra-estrutura física e técnica disponível nos sete centros tecnológicos e nas 20 fazendas experimentais, ou ainda em parceria com instituições de ensino/pesquisa e com produtores, destacando-se: lançamento de cinco novas

cultivares, com a característica principal de obter ganhos de produtividade e de qualidade, sendo três de feijão (denominadas Jalo, Carnaval e Poços de Caldas) e duas de soja (denominadas Preciosa e Robusta); produção e comercialização de 76 toneladas de sementes básicas de algodão, arroz, feijão, café e soja, a serem multiplicadas pelos produtores de sementes fiscalizadas, com tecnologia agregada; desenvolvimento, produção e comercialização de 209 mil mudas de alta qualidade física, sanitária e fisiológica, com destaque para cafeeiros e fruteiras; disponibilização de 112 matrizes e reprodutores, entre bovinos e suínos, da mais alta linhagem; apoio laboratorial ao agronegócio, efetuando análises e laudos técnicos num total de 18.115; publicação de cinco edições técnicas para levar até aos agentes do agronegócio a informação e a tecnologia atualizada; realização de cerca de 210 eventos técnicos e científicos na forma de organização, promoção de congressos, seminários, encontros técnicos e dias-de-campo; formação de 79 técnicos de nível médio em laticínios e em agropecuária e cooperativismo.

#### **Fundação Rural Mineira - RURALMINAS**

A Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) por meio dos programas de preservação ambiental, promoção da produção animal e vegetal e implantação de planos, programas e projetos de irrigação, recuperou 3.530 quilômetros de estradas vicinais, construiu 245 tanques de piscicultura e 361 pequenas barragens e açudes, implantou projetos de irrigação, drenagem e saneamento agrícola em 519 hectares, aração e gradagem em 1.315 hectares, preparou e conservou o solo em 1.389 hectares, efetuou a dragagem (limpeza e retificação) de 31.650 metros de cursos d'água e construiu 7.102 metros de rede de água e esgotos. Foram beneficiadas, com estas ações, cerca de 90.100 pessoas, em 88 municípios das diversas regiões do Estado. Dentre estes, foram atendidos 14 municípios, em situação de calamidade pública, com recursos próprios da Fundação.

Graças ao programa Água na Escola, foram perfurados 30 poços e equipados 53; construídos 11 sistemas simplificados de captação e instalados 62 cantinas e banheiros. Os trabalhos, no exercício, foram prejudicados, uma vez que parte dos recursos sofreu atraso na sua liberação e o restante foi contingenciado pelo governo federal, ao final do exercício de 2002.

Mediante convênio com o Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA) foi recuperada a barragem do Projeto de Assentamento Betinho, no município de Bocaiúva.

No PDI-JEPAR, Programa Pólos de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada nos Vales do Jequitinhonha e Pardo - estão concluídos os estudos e projetos de engenharia dos perímetros de Salinas, localizado nos municípios de Salinas, Rubelita e Calhauzinho, no município de Araçuaí, bem como o projeto de recuperação da barragem de Caraíbas, no município de Rubelita. Foram construídas, no Projeto de Irrigação Bananal, no município de Salinas, 15 barragens e destas, nove já estão vertendo água.

No projeto estruturador Jaíba-Fase II, em 2003, foram implementadas obras de montagem das estações de recalque, a instalação de tubos subterrâneos nestas

estações, a instalação das comportas deslizantes, a confecção dos barriletes na obra das estações, as obras complementares e vistoria nos equipamentos eletroeletrônicos, hidráulicos e hidromecânicos recebidos. O edital de licitação para a venda dos lotes desta segunda etapa, foi lançado em 22/10/2003.

### **Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA**

O Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) vacinou contra febre aftosa, em 2003, 27.177 milhões de animais nas duas etapas, o que corresponde a 97% do rebanho estadual. A erradicação da febre aftosa e a conseqüente condição de área livre contra febre aftosa foram as molas propulsoras para o excelente desempenho das exportações brasileiras de carne bovina. A vacinação de 80% das bezerras entre 3 e 8 meses de idade, garante o sucesso do Programa de Controle a Brucelose. Em 2003 foram vacinadas 1,6 milhão de bezerras. Os testes sorológicos confirmam os excelentes resultados do programa, ao constatar o índice de prevalência de menos 1% de animais doentes.

O Programa de Combate a Raiva dos Herbívoros contempla duas ações básicas: a vacinação contra raiva, que superou as expectativas atingindo 12,4 milhões de animais vacinados e a captura e tratamento de 10 mil morcegos hematófagos.

A grande contribuição para o alcance de metas da defesa sanitária animal foi o treinamento de 295 agentes de saúde animal nas comunidades rurais das regiões Norte, Mucuri e Jequitinhonha.

O IMA fiscalizou os estabelecimentos de carne, leite e derivados, mel e pescado totalizando 1.120 vistorias e 793 blitzes. A inspeção de produtos de origem animal atingiu a marca de 160 mil toneladas. No campo da Certificação de Origem e Qualidade de Produtos Agropecuários, certificou 40 mil toneladas de café e classificou 320 mil toneladas de grãos, garantindo aos consumidores segurança alimentar e valorização desses produtos no mercado interno e externo.

A grande mobilização das ações do IMA na área de defesa sanitária vegetal foi o combate a morte súbita dos citros que abateu sobre os laranjais de Minas Gerais, cujos trabalhos compreenderam a varredura (inspeção) que está sendo feita nas principais regiões produtoras no Estado, já atingiram 189 municípios, 1.996 propriedades (1.333 particulares e 663 comerciais), abrangendo uma área de 17.766 hectares, com o levantamento de 6.888.935 plantas já rastreadas (397.483 particulares e 6.491.452 comerciais) de um total de nove milhões de plantas que compõem o parque citrícola mineiro.

Na fiscalização de agrotóxico foram realizadas 4.159 fiscalizações no comércio e em propriedades nas várias regiões do Estado, visando a proteção da saúde humana, animal e do meio ambiente. O grande evento promovido pelo IMA foi II Seminário Nacional sobre Agrotóxicos.

Inspecionou, em 141 mil hectares de campo de produção de sementes, 105 milhões de mudas de café e fruteiras. A realização do monitoramento da mosca das frutas na região do Jaíba busca a caracterização da área como livre para a mosca das

cucurbitáceas, o que permitirá a exportação desses produtos para os países do Mercosul.

#### **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER**

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) esteve presente em 707 municípios do Estado e em 6.486 comunidades rurais, envolvendo 210 mil agricultores familiares e parceiros, cerca de 2.600 Planos/Programas de Desenvolvimento, destacando-se ações e resultados nas seguintes cadeias produtivas setoriais: algodão, bovinocultura, agroindústria artesanal, café, turismo rural, piscicultura, alimentação e nutrição, horticultura e fruticultura.

Dentre as principais ações realizadas pela EMATER em 2003, destacam-se: constituição e dinamização de estruturas associativa - organização, assessoramento e/ou apoio a 2.314 grupos e associações de produtores e 3.227 conselhos e associações comunitárias. Com esta ação, 8.529 agricultores passaram a comprar insumos agrícolas em conjunto, 5.303 a vender suas produções, também em conjunto, eliminando elos da cadeia produtiva ou vendendo diretamente ao consumidor final e 7.968 passaram a gerir coletivamente os seus negócios; Educação e Assistência Ambiental - atendimento a 51.484 agricultores familiares obtendo resultados nas mais variadas práticas, das quais se destacam a proteção de nascentes, a conservação/reabilitação de solos, o destino adequado de resíduos e dejetos da produção agropecuária e de embalagens de agroquímicos, o trabalho e monitoramento de sub-bacias, a construção de bacias de captação, a recuperação de vegetação ciliar, a instalação de vegetação de topo, o reflorestamento e outras; segurança alimentar e qualidade de vida - atendimento a 51.775 famílias e suas estruturas associativas, orientando para a instalação e melhoria de lavouras, hortas, pomares, criações de pequenos animais, abastecimento de água, destino adequado do esgoto e do lixo, bem como na elaboração de projetos de construção e reforma de habitações rurais em parcerias com os setores público e privado. Esta ação está diretamente vinculada ao Programa MINAS SEM FOME. Em função disso, os esforços estão mais concentrados nas regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri.

Para viabilizar os resultados apresentados, contou a empresa em 2003 com o apoio de vários programas, dentre os quais se destacam: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Mecanização Agrícola, de Reforma Agrária, Pró-renda Rural-MG, Feiras Livres, Casa de Máquinas, Mercados Institucionais de Hortigranjeiros e Grãos "In Natura" e Processados Lácteos (Merenda Escolar), Profissionalização de Agricultores e Crédito Rural (fora PRONAF e PARATERRA), beneficiando cerca de 100 mil agricultores.



**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**  
**2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>	<b>15.636.055</b>	<b>13.776.264</b>			
201210012.179.0001 - Planejamento Setorial	351.594	197.419			
201217014.077.0001 - Coordenação e Avaliação de Programas e Projetos de Desenvolvimento do Meio Rural e do Agronegócio	3.178.202	2.263.153	Programa para o Meio Rural e o Agronegócio Apoiado e Coordenado (Programa/Projeto)	25	25
201220012.206.0001 - Direção Superior	1.552.045	1.056.168			
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.280.655	1.525.684			
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	8.273.559	8.733.840			
<b>Fundação Rural-Mineira - Coloniz. e Desenv. Agrário - RURALMINAS</b>	<b>23.046.559</b>	<b>12.432.719</b>			
201220012.206.0001 - Direção Superior	2.274.148	1.342.388			
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.022.971	2.027.444			
201227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	431.299	2.709.796			
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.942.500	1.875.076			
205416434.076.0001 - Preservação e Conservação Ambiental	171.466	20.565	População Beneficiada (Habitante)	80.000	45.896
			Serviço de Engenharia Agrícola e Motomecanização Realizado (Hora/Máquina)	53.400	27.627
206017134.615.0001 - Construção de Infra-Estrutura de Apoio à Produção Vegetal	7.467.684	1.508.112	Município Beneficiado (Município)	40	77

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Projeto de Irrigação, Drenagem e Saneamento Agrícola Implantado (Ha)	350	134
			Aração Gradagem Executada (Hectare)	1.550	1.315
			Produtor Beneficiado (Produtor)	3.350	4.729
			População Beneficiada (Habitante)	3.800	44.204
			Obra de Engenharia Executada (M²)	1.100	-
			Poço Perfurado/Instalado (Poço)	120	83
			Escritório Mantido/Reformado (M²)	750	-
			Serviço de Engenharia Agrícola e Motomecanização Realizado (Hora/Máquina)	29.000	24.416
			Cantina Construída (Cantina)	96	31
			Instalação Sanitária Construída (Instalação Sanitária)	96	31
206027134.616.0001 - Construção de Infra-Estrutura de Apoio a Produção Animal	164.477	12.002	Município Beneficiado (Município)	26	11
			Serviço de Engenharia Agrícola e Motomecanização Realizado (Hora/Máquina)	2.650	1.581
			Produtor Beneficiado (Produtor)	152	161
206077124.558.0001 - Elaboração e Implantação de Planos, Programas e Projetos de Irrigação	8.572.014	2.937.336	Plano Diretor em Elaboração (Plano)	1	1
			Obra Hidráulica de Projeto de Irrigação em Implantação (Projeto)	2	1
<b>Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA</b>	<b>37.241.263</b>	<b>36.496.865</b>			
201220012.206.0001 - Direção Superior	1.086.808	989.009			
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.531.306	5.223.960			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
201220991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	200.000	2.167.859	Parque da Gameleira Ampliado e Reformado (M²)	1.000	600
			Projeto de Construção/ Reforma de Abatedouro Elaborado (Projeto)	20	10
			Projeto de Construção ou Reforma de Parque de Exposição Elaborado (Projeto)	8	4
			Sede do Ima Reformada (M²)	1.400	1.400
			Unidade Laboratorial Construída (M²)	1.800	-
			Projeto de Construção/Reforma de Delegacia Regional/Seccional Elaborado (Projeto)	4	2
201227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	2.482.048	2.654.963			
201257114.462.0001 - Fiscalização de Agrotóxicos e Produtos Veterinários	129.679	95.186	Fiscalização do Uso de Agrotóxico Realizada (Propriedade Rural)	17.100	1.222
			Estabelecimento Comercial, Prestador de Serviço na Aplicação de Agrotóxico Fiscalizada (Fiscalização)	3.900	2.937
			Produto Agrotóxico Ambiental e Toxologicamente Avaliado (Produto)	500	327
			Servidor Capacitado (Servidor)	70	138
			Comércio de Produtos Veterinários Fiscalizado (Estabelecimento)	9.000	6.884
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	6.944.523	6.560.644			
206027054.458.0001 - Promoção de Eventos Agropecuários e de Educação Sanitária	321.672	268.658	Exposição Agropecuária na Capital Promovida (Exposição)	1	-
			Leilão, Feira e Exposição no Interior Apoiado (Evento)	1.000	1.400
			Evento Agropecuário Divulgado (Evento)	3	3
			Projeto de Educação Sanitária Promovido/Executado (Projeto)	51	48

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Promoção e Fiscalização de Leilão e Exposição na Capital Apoiado (Evento)	40	38
			Campanha Institucional Divulgada (Campanha)	4	-
			Servidor Capacitado (Servidor)	100	63
206037064.455.0001 - Realização de Testes, Análises e Produtos Laboratoriais	1.333.889	1.213.964	Análise Química e Biológica Realizada (Diagnóstico/Determinação)	140.000	180.000
			Pasta Vampiricida Produzida (Pote 100g)	300	150
			Vacina Contra Papilomatose Bovina Produzida (Dose 25ml)	300	300
			Análise de Água e Produto de Origem Animal Realizada (Diagnóstico/Determinação)	4.000	850
			Diagnóstico de Doenças Animais Realizado (Diagnóstico)	28.000	12.000
			Servidor Capacitado (Servidor)	16	2
206037064.456.0001 - Prevenção, Controle e Monitoramento de Pragas e Doenças e Inspeção Vegetal	4.277.291	3.073.618	Fiscalização Fitossanitária em Barreira Realizada (Fiscalização)	40.000	35.334
			Campo de Produção de Semente Inspeccionado (Hectare)	80.000	141.000
			Levantamento da Ocorrência do Nematóide de Cisto de Soja Realizado (Hectare)	50.000	72.055
			Viveiro de Produção de Muda Inspeccionado (Muda Mil)	100.000	105.000
			Levantamento da Ocorrência do Cancro Cítrico Realizado (Planta)	30.000	36.210
			Produtor de Semente e Muda Credenciado (Produtor)	1.200	1.250
			Unidade de Beneficiamento de Semente Inspeccionada (Unidade)	200	260
			Servidor Capacitado (Servidor)	183	97
			Anastrepha Grandis na Cultura da Curcubitácea Monitorada (Hectare)	1.000	1.812

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Levantamento e Inspeção Fotossanitário na Cultura da Bananeira Realizado (Planta)	14.400.000	-
			Monitoramento da Mosca da Fruta Realizado (Hectare)	2.000	2.362
			Praga do Gafanhoto Monitorada e Controlada (Hectare)	300.000	300.000
			Cancro Cítrico, CVCe Pinta Preta Inspeccionados (Planta)	9.000.000	8.178.754
			Curso de Credenciamento de Engenheiro Agrônomo-CFO Realizado (Curso)	6	7
			Levantamento das Pragas Thrips Palmi e Liriomyza Trifolli na Cultura da Abóbora Realizado (Hectare)	2.000	1.812
206047084.459.0001 - Erradicação e Controle da Febre Aftosa e de Outras Doenças dos Animais	9.973.687	9.325.936	Bovino Vacinado contra Febre Aftosa (Animal)	25.200.000	27.177.347
			Bezerra Vacinada contra Brucelose (Animal)	1.500.000	1.582.479
			Morcego Hematófago Capturado (Morcego)	12.000	9.849
			Animal Vacinado contra Raiva dos Herbívoros (Animal)	9.000.000	12.466.865
			Evento Pecuário Fiscalizado (Evento)	3.000	3.372
			Granja Avícola Vistoriada (Granja)	1.600	3.200
			Granja de Suínos Vistoriada (Granja)	1.400	1.473
			Fiscalização do Trânsito de Ave e Ovo Realizada (Guia de Trânsito)	90.000	436
			Trânsito de Bovino Fiscalizado (Animal/Mil)	7.500	9.375
			Trânsito do Suíno Fiscalizado (Animal)	720.000	2.034.323
			Servidor Capacitado (Servidor)	200	76
			Revendedor de Vacina Fiscalizado (Revendedor)	900	1.035
206657094.460.0001 - Classificação e Certificação de Qualidade de Produtos Agropecuários	2.372.961	2.471.981	Produto Agrícola Classificado (Tonelada)	500.000	320.000

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Certificação de Origem e Qualidade de Produto Realizada (Tonelada)	100.000	-
			Entidade Credenciada Fiscalizada (Entidade)	8	8
			Servidor Capacitado (Servidor)	50	50
			Certificação de Origem e Qualidade de Café Realizada (Tonelada)	500.000	40.000
206657104.461.0001 - Ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	2.587.399	2.451.087	Produto de Origem Animal em Trânsito Fiscalizado (Blitz)	500	798
			Leite e Derivados Inspecionados (Tonelada)	45.000	121.716
			Mel e Produto Apícola Inspecionado e Fiscalizado (Tonelada)	80	156
			Carne e Derivados Inspecionados e Fiscalizados (Tonelada)	38.000	35.346
			Servidor Capacitado (Servidor)	150	47
			Pescado e Derivado Inspecionado e Fiscalizado (Tonelada)	400	436
			Estabelecimento de Carne e Derivado Inspecionado e Fiscalizado (Vistoria)	3.500	6.158
			Estabelecimento de Leite e Derivado Inspecionado e Fiscalizado (Vistoria)	2.000	4.570
			Estabelecimento de Mel e Produto Apícola Inspecionado e e Fiscalizado (Vistoria)	200	172
			Estabelecimento de Pescado e Derivado Inspecionado e Fiscalizado (Vistoria)	250	220
<b>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG - EMATER</b>	<b>71.250.703</b>	<b>75.906.410</b>			
201220012.206.0001 - Direção Superior	828.673	929.624			
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	13.126.289	12.939.272			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
201227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000	-			
201280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	900.000	572.863	Curso Realizado (Curso)	300	257
			Empregado Treinado e Capacitado (Empregado)	1.934	2.630
206067204.420.0001 - Assistência Técnica e Extensão Rural	56.394.741	61.464.651	Município Assistido (Município)	811	707
			Família do Pequeno Produtor-Agricultor Familiar Atendida (Família)	320.000	209.946
			Comunidade Assistida (Comunidade)	6.970	6.486
			Reforma de Escritório Realizada (Reforma)	1	1
			Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável CMDRS - Constituído/Trabalhado (Conselho)	600	405
			Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDRS - Elaborado (Plano)	550	165
			Conselho/Associação Comunitário Organizado/Trabalhado (Conselho/Associação)	3.200	3.227
			Família com Produção de Alimentos Básicos para Segurança Alimentar Garantida (Família)	48.000	51.775
			Consulta ao Agridata Realizada (Consulta)	400.000	901.447
			Grupo/Associação de Produtor Organizado/Trabalhado (Grupo/Associação)	2.700	2.314
<b>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG - EMATER</b>	<b>101.000</b>	<b>142.210</b>			
201220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	35.000	41.210	Equipamento Adquirido (Equipamento)	30	11
			Veículo Adquirido (Veículo)	1	1

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
206067208.030 - Assistência Técnica e Extensão Rural	66.000	101.000	Equipamento Adquirido (Equipamento)	50	41
			Veículo Adquirido (Veículo)	2	-
			Reforma de Escritório Realizada (Reforma)	1	1
			Equipamento de Informática Adquirido (Equipamento)	10	7
			Equipamento de Informática para o Agridata Adquirido (Equipamento)	10	2
<b>Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG</b>	<b>29.401.363</b>	<b>26.796.803</b>			
201220012.206.0001 - Direção Superior	211.049	229.669			
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	9.839.249	11.339.307			
201220012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	402.597	213.361	Curso Realizado (Curso)	7	1
			Servidor Público Capacitado (Servidor Público)	23	22
201227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	700.973	199.561			
203635104.436.0001 - Formação de Técnicos para a Indústria de Leites e Derivados	1.493.721	656.937	Aluno Formado (Aluno)	40	38
			Aluno Matriculado (Aluno)	180	180
203635114.437.0001 - Formação de Técnicos para o Agronegócio de Minas Gerais	563.281	490.526	Aluno Formado (Aluno)	50	41
			Aluno Matriculado (Aluno)	200	181
205717034.433.0001 - Desenvolvimento de Projetos e Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial	16.068.908	13.619.902	Equipamento Adquirido (Equipamento)	239	88
			Projeto Elaborado (Projeto)	75	143
			Projeto Aprovado (Projeto)	150	51
			Obra Instalada (Obra)	10	-



Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
205717034.434.0001 - Produção de Insumos Qualificados	43.192	12.000	Muda Produzida (Muda Mil)	292	209
			Semente Produzida (Tonelada)	189	76
			Matriz e Reprodutor Produzido (Cabeça)	146	112
205717034.434.0002 - Realização de Eventos de Difusão de Tecnologia	43.192	15.000	Curso Realizado (Curso)	136	36
			Evento Técnico Científico Realizado (Evento)	192	117
			Palestra Realizada (Palestra)	41	26
			Revista, Boletim Técnico e Vídeo Técnico	154	5
			Editado (Edição)		
205717034.434.0003 - Prestação de Serviços e Informações Técnico-Científicas	21.596	20.000	Assessoria Prestada (Contrato)	82	1
			Análise Laboratorial Realizada (Análise)	21.900	18.115
205717044.435.0001 - Ações de Desenvolvimento de Projetos Integrados	13.605	540	Aliança e Parceria Contratada (Contrato)	48	69
<b>Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG</b>	<b>628.700</b>	<b>330.062</b>			
201220016.202 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa e Operacional	1.000	-	Equipamento Adquirido (Equipamento)	1	-
205717038.300 - Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa em Agropecuária e Agroindústria	627.700	330.062	Obra Instalada (Obra)	10	-
			Equipamento Adquirido (Equipamento)	168	88
<b>Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR</b>	<b>2.000.560</b>	<b>604.589</b>			
206067191.956.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento Agrícola e de Comunidades Rurais	1.000.000	-	Produtor Financiador (Produtor)	100	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
206067191.965.0001 - Programa Emergencial de Apoio Financeiro a Produtores Rurais do Norte de Minas e V. do Jequitinhonha - FUNDERUR/APOIAR	1.000.560	604.589	Produtor Financiador (Produtor)	100	59
<b>TOTAL</b>	<b>179.306.203</b>	<b>166.485.922</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.



**TURISMO**



Minas Gerais viveu um momento de profunda transformação em 2003 com a reformulação e fortalecimento da política de turismo e adoção de um modelo integrado de gestão. A Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) buscou se adequar às prioridades do governo, conferindo destaque ao planejamento a fim de que os projetos pudessem se desenvolver de forma plena e com qualidade. “Organizar e planejar para seguir adiante” – este lema caracterizou a atuação da Secretaria em 2003.

A vinculação da Empresa Mineira de Eventos e Promoções (PROMINAS), que além de administrar o Minascentro, agora atua como agente promotor do turismo de negócios e eventos em Minas Gerais, foi a grande conquista da Setur no primeiro ano do Governo Aécio Neves. Graças à PROMINAS foi possível assumir a gestão do Centro de Feira e Exposições de Minas Gerais (EXPOMINAS) de Belo Horizonte e Araxá, com o objetivo de dinamizar as suas atividades e racionalizar a sua administração.

Em 2003, a Setur retomou alguns projetos que não haviam sido concluídos em gestões anteriores e criou programas, dando novo fôlego ao turismo em Minas. O destaque ficou por conta dos Circuitos Turísticos e da Estrada Real, considerados os pilares dessa nova gestão.

Desenvolvido por uma empresa de consultoria portuguesa com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 140 mil, o Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo de Minas Gerais foi apresentado à equipe da Setur e outras entidades para avaliação. O plano, que está de acordo com as políticas traçadas com a Secretaria, prioriza o turismo econômico e aponta, como solução para alavancar o turismo no Estado, a descentralização e segmentação do setor. A Secretaria solicitou ao Ministério do Turismo uma equipe para auxiliar na implantação do projeto.

A Estrada Real é hoje o grande emblema do turismo mineiro. Após o lançamento oficial do projeto, em 21 de abril deste ano, em São João del Rei, ganhou grande impulso o sonho de formatar em Minas Gerais o maior produto turístico do Brasil. Definido como um dos projetos estruturadores do Governo do Estado de Minas Gerais e apoiado pelo Sistema Fiemg, a Estrada Real constitui-se um projeto desenvolvimentista de grande dimensão para o Estado.

O objetivo principal é promover e desenvolver os municípios mineiros com exploração turística sustentável em sua área de influência, destacando o seu valioso patrimônio histórico, natural e cultural. São 177 municípios envolvidos, em três Estados, sendo 162 em Minas Gerais, oito no Rio de Janeiro e sete em São Paulo.

Foram firmadas parcerias com:

- Petrobrás - os frentistas dos postos de abastecimentos serão qualificados e credenciados para atender ao turista, fornecendo informações básicas da Estrada Real, divulgando e comercializando os produtos regionais nas lojas de conveniência. Além disso, serão instalados dois marcos na Estrada Real, em Diamantina e Ouro Preto;

- AMPAQ (Associação Mineira de Produtores de Aguardente de Qualidade) A parceria objetiva inventariar os alambiques das fazendas históricas da Estrada Real, avaliar as possibilidades de acomodações para os turistas e credenciar as cachaças produzidas com o selo da Estrada Real;
- Produtora Cinematográfica acordo visa a editar um filme de longa metragem, tendo como tema a Estrada Real; Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, contempla a divulgação conforme seu enredo, da Estrada Real, no Carnaval 2004 do Rio de Janeiro;
- DER/MG - objetiva a veiculação da Estrada Real no Mapa Rodoviário de Minas Gerais/2004;
- GUIATEL- prevê a divulgação da Estrada Real nas páginas iniciais dos catálogos telefônicos de Minas Gerais, que têm uma tiragem de 6 milhões de exemplares e alcançam 95 % do Estado.

Desenvolveram-se ações como a participação na produção do 1º Guia de Roteiros da Estrada Real, por meio de Workshops, reuniões com operadoras, agências e circuitos turísticos; a confecção e distribuição de folhetos trilingues; qualificação profissional e sensibilização para o turismo, nos cursos “Turismo Receptivo” e “Meu Negócio é Turismo na Estrada Real”, por meio de recursos liberados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT);divulgação na mídia espontânea regional e nacional, com apoio, orientação, acompanhamento e assessoria nas matérias; Seminários de sensibilização com os principais circuitos turísticos pertencentes ao projeto; Projeto de Certificação Profissional na Estrada Real, em parceria com Sebrae, Sistema Fiemg, Instituto de Hospitalidade e Circuitos Turísticos, visando à capacitação e certificação de 1.500 profissionais do setor de turismo em 2003, nas áreas de segurança alimentar, hospitalidade e ocupações.

O Projeto Estruturador Estrada Real está sendo detalhado pela Seplag, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (IDG), Setur e Instituto Estrada Real. As ações planejadas, algumas delas já em execução, são as seguintes: implantação do Fórum Interestadual da Estrada Real: gerenciamento da qualidade dos equipamentos e serviços turísticos; integração dos circuitos turísticos no desenvolvimento da Estrada Real; mobilização e envolvimento dos investidores; potencialização do Ecoturismo; promoção e divulgação; recuperação e manutenção das vias de acesso; saneamento básico - abastecimento de água; saneamento básico - esgotamento sanitário; coleta e disposição final de lixo; sinalização turística; levantamento das áreas não cobertas por telefonia celular; implantação de telefonia rural; identificação de localidades para o fornecimento de energia elétrica; Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais - Fundese / Estrada Real e Fundo de Assistência ao Turismo ( FASTUR).

A meta para os próximos quatro anos é a atração de um fluxo anual de 2,5 milhões de turistas, gerando US\$ 1,25 bilhão em divisas para as economias municipais e 178 mil novos empregos. O objetivo é tornar a Estrada Real o maior destino turístico do Brasil, o que constituirá um grande vetor de desenvolvimento para o Estado de Minas Gerais.

Visando à descentralização e regionalização das ações, em 2003 a SETUR estabeleceu como uma de suas prioridades o fortalecimento dos circuitos turísticos. Para isso, o órgão estadual regulamentou os circuitos por meio do Decreto 43.321 de 08 de maio de 2003, assinado pelo governador Aécio Neves.

Após esta regulamentação, foi criada a Resolução de n.º 007/2003, que institui o Certificado Anual de Reconhecimento dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais àqueles que apresentarem os documentos e cumprirem as exigências e diretrizes básicas. Com isto, eles passam a ter mais credibilidade para administrar e incentivar as atividades turísticas da região, agregando forças do governo, da iniciativa privada e da comunidade, descentralizando o poder e as responsabilidades para o desenvolvimento do turismo.

Depois de realizar reuniões com os representantes dos circuitos e em seguida com os parceiros, a Setur juntamente com o Sebrae realizou durante o Multiminas - Brasil 2003, a 1ª Agenda de Negócios entre representantes de 19 circuitos turísticos e suas entidades parceiras. O objetivo do evento foi estreitar a aliança entre eles e as instituições participantes com uma discussão mais direta em relação às ações necessárias para se promover o turismo no Estado.

Atualmente, a Setur continua percorrendo os circuitos, promovendo reuniões técnicas, seminários, avaliações e oficinas, trocando experiências e criando uma metodologia de desenvolvimento turístico regional tornando possível ao Estado focalizar futuramente suas ações nos já reconhecidos. Ao todo já foram realizadas 32 viagens, atingindo um público estimado de 3.200 pessoas.

A Caravana do Turismo já se reuniu com 16 dos 46 Circuitos Turísticos Mineiros, atingindo 181 municípios, com um público de 650 pessoas.

No decorrer do ano, buscaram-se com entidades públicas e privadas, a fim de promover um maior entrosamento e evitar a dispersão das competências de cada um os seguintes parceiros: Abav, Abrasel, Abih, Acminas, Amm, Assembléia Legislativa, Banco do Brasil, BDMG, Caixa Econômica Federal, Cemig, Cooperatur, Convention & Visitors Bureau, Copasa, Der, Detel, Emater, Instituto Estrada Real/Fiemg, Federaminas, Ief, Iepha, Iga, Iphan, Prominas, Sebrae, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Cultura/FCF, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Agricultura, Senac, Sesc, Turminas, Faculdades de Turismo, entre outras públicas e privadas.

De acordo com a política de parcerias, a Setur firmou convênio ou participação com 22 faculdades de turismo em Belo Horizonte e no interior do Estado com o objetivo de realizar o levantamento das ofertas turísticas nos Circuitos Turísticos de Minas, visando ao melhor planejamento e divulgação dessas potencialidades. Até o momento, foram realizadas 15 palestras e ações em faculdades, com envolvimento de 1.000 pessoas, e treinamento de 600 alunos em 14 faculdades. Por incentivo da Setur, foi instalado o Fórum dos Cursos Superiores de Turismo do Estado, representativo de todas as escolas com curso superior de turismo.

São três os pólos turísticos beneficiados pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – fase II (PRODETUR NE II) em Minas Gerais: Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, Pólo Turístico Caminhos do Norte e Pólo Turístico do Vale



Mineiro do São Francisco. O objetivo é amenizar o déficit de infra-estrutura básica da região reforçando o seu potencial turístico, bem como gerar ocupação produtiva e renda para a população.

No decorrer de 2003, a Setur procurou cumprir os pré-requisitos para que o Estado possa contratar, em 2004, empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar ações de infra-estrutura e capacitação do pessoal local. Estão em fase de elaboração os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) dos três pólos. O primeiro módulo de treinamento em gestão turística nos municípios já foi iniciado e as prefeituras estão recebendo orientações e treinamentos para cumprirem os pré-requisitos sob sua competência.

Em setembro de 2003, Setur e Senac renovaram a parceria que visa ao desenvolvimento do Portal Descubraminas ([www.descubraminas.com.br](http://www.descubraminas.com.br)). Em outubro, a média de acessos diários chegou a 1.164 – 19% originados de outros países. O Descubraminas já registrou mais de 4 milhões de acessos. Com a renovação da parceria, novos projetos poderão ser realizados, dando mais visibilidade ao potencial turístico dos municípios mineiros para o Brasil e o mundo, promovendo o fortalecimento do turismo em Minas.

A atividade turística rural pode contribuir para a melhoria da renda do produtor, agregando valores aos produtos e serviços ligados a sua atividade profissional, explorando de forma sustentável as propriedades que tenham potencial turístico, sem que ocorra perda das características próprias do meio rural e, principalmente, com a manutenção das produções agropecuárias. Para a ampliação da atividade econômica do setor agropecuário estadual, quanto à existência de uma imagem nacionalmente reconhecida do Estado associada à tradição rural, e o grande número de fazendas e sítios, baseado em projetos elaborados anteriormente e em regiões onde o turismo rural mostre perspectivas de resultados para os circuitos turísticos, um programa será construído com os produtores rurais por meio de parcerias multi institucionais.

A Setur juntamente com Ruralminas, Emater/Mg, Ima, Ocemg, entre outras entidades públicas e privadas, estão levantando informações para melhor formatação do Programa de Turismo Rural de Minas Gerais.

O ecoturismo surge como uma oportunidade de gerar receitas para financiar a preservação dos recursos naturais e culturais, proporcionando, desta forma, sua valorização. Estes benefícios ultrapassam a fronteira social e alcançam o aspecto econômico. A Setur se propõe a diagnosticar a atividade de ecoturismo no Estado de Minas Gerais, com o objetivo de subsidiar as ações voltadas para o desenvolvimento harmonioso e coordenado deste segmento, atendendo assim aos anseios das comunidades, iniciativa privada e instituições governamentais e não governamentais. Estão sendo realizadas reuniões para a elaboração de um programa de ecoturismo para Minas, com a participação de entidades parceiras como a Associação Mineira dos Organizadores do Ecoturismo (AMO-TE), Assembléia Legislativa de Minas Gerais – (ALMG), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Com um acervo de fotos e informações turísticas, a divulgação e promoção interna para sensibilizar a população do Estado, qualificando o turismo receptivo e a difusão nos principais pólos emissores, a Setur e entidades do sistema de turismo com o apoio da iniciativa privada, circuitos turísticos e demais órgãos do governo, pretendem incrementar esta atividade em Minas Gerais.

Para isso, a Setur criou uma política de comunicação e marketing, visando mostrar o potencial turístico de Minas, nacional e internacionalmente, por meio de uma rede de divulgação espontânea que utiliza parcerias com as mídias tradicionais, alternativas e eletrônicas. Dentro dessa política de divulgação e informação, foi incrementada a participação de Minas nas principais feiras e eventos regionais, nacionais e internacionais.

Em 2003, a Setur, juntamente com seus parceiros, participou dos seguintes eventos: lançamento do Programa Estrada Real em São João del Rei; 20º Congresso Mineiro de Municípios; BNT – Mercosul – Bolsa de Negócios Turísticos em Santa Catarina com 4 mil profissionais de turismo; 5º Festival da Cachaça (10 mil visitantes); 3º festival da Cachaça Artesanal, em São Lourenço; 2º Workshop CVC/BHZ (mil agentes de viagens); XIV CIME – Congresso Ibero-Americano de Mulheres Empresárias, em Araxá; 31º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, no Rio de Janeiro (18 mil profissionais de turismo); 15º Festival de Turismo de Gramado, no Rio Grande do Sul (8 mil profissionais de turismo); Adventure Fair, Supere e a Multiminhas que reuniu aproximadamente 30 mil visitantes entre turistas, 500 agentes de viagens e teve participação de 700 empresários e profissionais de turismo e cinco eventos de pequeno porte com público estimado de 1.500 pessoas.

A Universidade Estadual de Montes Claros inaugurou em maio, em parceria com a Setur, a estrutura física da Universidade Livre do Circo (UNICIRCO), visando à formação de professores e artistas de circo, atendendo às necessidades essenciais no campo no aprendizado da cultura e do entretenimento. Já foi concluído o 1º Módulo de Oficinas, que capacitou em arte circense 312 crianças e adolescentes, oriundas de projetos sociais que atuam em Montes Claros. O 2º Módulo de Oficinas encerra-se em dezembro, atendendo a 235 crianças e adolescentes.

Durante 2003 os postos de informações turísticas da sede e do Minascentro, atenderam a aproximadamente 4 mil turistas. É importante ressaltar que a Setur mantém parceria com a Belotur, órgão oficial de turismo de Belo Horizonte, nos principais postos de informações turísticas (aeroportos Internacional em Confins e Pampulha), mediante distribuição de material promocional e informativo sobre o potencial turístico de Minas Gerais.

A Setur, com o objetivo de facilitar a obtenção de recursos e investimentos em todo o Estado, para novas atividades na área, apresentou um trabalho contendo as várias linhas de crédito disponíveis, em parceria com o BDMG, BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco do Povo. O objetivo da apostila é apoiar empreendimentos no setor turístico nas localidades que apresentem potencial para esta atividade, contribuindo para o desenvolvimento e competitividade do turismo em Minas.

Visando a alcançar recursos para os projetos na área do turismo, a Setur participou da Central de Projetos, criada pela Secretaria de Planejamento e Gestão e cinco

projetos foram enviados com a finalidade de serem financiados com emendas parlamentares.

Uma das ações estratégicas para promoção do produto turístico mineiro é a elaboração e distribuição de um pôster sobre a gastronomia mineira – “Deliciosamente, Minas”. A ideia é minimizar a carência de informações sobre a tradição, história e costumes que permeiam a culinária mineira.

Outro destaque é o projeto cultural “Festejar, Minas!”. Trata-se de uma folheteria anual ilustrativa que pretende ser um canal de informações para defender os principais acontecimentos e manifestações de Minas Gerais em todo o Brasil e também em outros países. A intenção é identificar as principais festas e lugares onde elas acontecem, apontando suas características próprias e informando uma nova opção turística e os meios de conhecê-la.

Restabelecer e revitalizar o trecho da Estrada Real compreendido entre o município de Diamantina e seu distrito Mendanha é outro projeto da Setur. A finalidade é a prática do turismo cultural e ecológico, a fim de resgatar a memória mineira utilizando as interfaces do turismo no emprego de esforços conjuntos entre instituições governamentais e não- governamentais, com o intuito de fortalecer o grupo para captar e administrar os recursos e o pessoal.

Já o projeto Ludo Pedagógico visa a apresentar alternativas disponíveis a adolescentes no momento da busca de uma ocupação profissional. Daí a necessidade de se fazer uma reflexão a respeito do Turismo, não apenas como um dos recursos fundamentais para o desenvolvimento regional sustentável, mas, principalmente, abordando a importância socioeconômica e educativa da atividade turística.

A convite do governo da Região Toscana em Florença, na Itália, sem ônus para o Estado, a Setur esteve presente no evento internacional EUROMEETING 2003 – Turismo e Desenvolvimento Sustentável baseado na Agenda 21. Na oportunidade foi assinado um protocolo de cooperação entre a Região Toscana e o Estado de Minas Gerais, para a troca de experiências no desenvolvimento sustentável do turismo, via qualificação da oferta e programas inovadores, envolvendo a universidade toscana e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Neste encontro em Florença, com as principais lideranças do turismo na União Européia, Minas Gerais se candidatou para sediar em Belo Horizonte, na UFMG, uma Rede Internacional para Promoção do Turismo contra a Pobreza. Um dos principais objetivos desta rede é sensibilizar os governos nacionais e os órgãos internacionais sobre a importância de desenvolver e suportar, com ações e projetos concretos, as atividades econômicas, empreendedoras e culturais, ligadas ao turismo na ótica de contrariar os fenômenos de pobreza, fome e subdesenvolvimento. O outro objetivo é contribuir para a elevação do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas regiões mais carentes, por meio da exploração do turismo.

### **Empresa Mineira de Turismo - Turminas**

Seguindo a orientação de “choque de gestão” do governador Aécio Neves foram tomadas uma série de medidas para otimizar os recursos da empresa. Com a mudança da equipe da Turminas do prédio da Setur para a nova sede, na Avenida

Raja Gabaglia, foi possível dispensar alguns serviços terceirizados e obter economia de até 60% em algumas despesas, como telefonia.

No papel de representante das atribuições normativas do Ministério do Turismo/Embratur em Minas Gerais, a Turminas conseguiu, com os mesmos recursos, elevar em mais de 10%, até outubro, a regularização dos prestadores e, conseqüentemente, a arrecadação com o cadastro, se comparado ao mesmo período do ano passado. Com os números de novembro e dezembro, o aumento da arrecadação anual deve chegar perto dos 20%.

Cabe à Turminas, juntamente com a Diretoria de Programas Especiais da Setur, gerenciar o processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos três pólos que serão beneficiados pelo Prodetur NE II e do diagnóstico da situação dos circuitos quanto ao cumprimento dos critérios necessários para obter o Certificado de Reconhecimento, conforme Decreto 43.321, de 08 de maio de 2003. Outro destaque é a visitação ao Palácio da Liberdade, que acontece no último domingo de cada mês. Em julho deste ano o setor operacional da empresa tomou a iniciativa de preparar uma pesquisa de opinião para os visitantes e, a partir das informações colhidas, sem nenhum custo extra, promover o melhoramento da divulgação e da visitação em si.

Por determinação do governador Aécio Neves, em 2004 a Turminas passará a fazer parte da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG). O projeto de lei que muda a denominação da Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG) para Companhia de Desenvolvimento Econômico (CODEMIG) já foi aprovado em 2º turno pela Assembléia Legislativa e aguarda votação final para sanção do governador.

### **Companhia Mineira de Promoções - Prominas**

Até novembro de 2003 realizou 126 eventos, com um público de 448 mil pessoas. Foram 19 congressos, 11 feiras, 28 shows, 40 solenidades, seis seminários, sete encontros, duas conferências, uma assembléia, 11 palestras e uma reunião.

Apesar da dificuldade de realização de eventos no primeiro semestre de 2003, e também da estruturação de governo no nível estadual e federal, conseguiu-se, a partir de julho, recuperar o déficit e superar as vendas de 2002. O resultado foi muito positivo, atingindo a meta proposta, um crescimento da receita de 10,75%, neste primeiro ano do Governo Aécio Neves.



**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**  
**2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado do Turismo - SETUR</b>	<b>15.753.146</b>	<b>3.804.736</b>			
231210012.179.0001 - Planejamento Setorial	111.650	133.648			
231220012.206.0001 - Direção Superior	525.365	453.858			
231220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	972.979	984.165			
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.200	-			
236957624.926.0001 - Coordenação e Supervisão dos Programas e Projetos de Turismo	641.952	1.633.065	Estudo de Viabilidade Turística Realizado (Estudo)	48	46
			Participação em Evento Realizado (Evento)	16	10
236957681.255.0001 - Desenvolvimento do Turismo nas Regiões Norte e Nordeste - Prodetur	13.500.000	600.000	Prodetur Coordenado e Acompanhado (Programa)	1	1
<b>Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS</b>	<b>1.307.128</b>	<b>1.415.242</b>			
231220012.206.0001 - Direção Superior	271.218	129.408			
231220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	432.210	926.782			
231227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000	-			
231232122.570.0001 - Participação Societária na PROMINAS	300	-			
231257624.023.0001 - Cadastramento e Fiscalização da Atividade Hoteleira	190.089	129.271	Empreendimento Cadastrado (Empreendimento)	172	950

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Empreendimento Fiscalizado (Empreendimento)	65	43
			Empreendimento Classificado (Empreendimento)	100	-
			Turista Atendido (Turista)	10.000	-
236957624.918.0001 - Promoção da Atividade Artesanal	172.311	120.493	Evento Realizado (Evento)	10	-
			Participação em Evento Realizado (Evento)	3	5
			Artesão Apoiado (Artesão)	200	200
			Curso Realizado (Curso)	3	?
236957624.918.0003 - Implementação de Programas e Projetos de Turismo	240.000	109.288	Circuito Implantado (Circuito)	40	46
			Calendário Turístico Elaborado (Calendário)	4.000	-
			Participação em Evento Realizado (Evento)	48	-
<b>Empresa Mineira de Turismo -TURMINAS</b>	<b>1.000</b>	<b>3.739</b>			
231232126.005 - Participação Societária	300	-			
236957626.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	700	3.739			
<b>Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS</b>	<b>720.300</b>	<b>317.800</b>			
23122001.6.011 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Operacional	720.300	317.800	Equipamento de Informática Adquirido (Equipamento)	6	13
			Reforma Realizada (Reforma)	4	2
<b>Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>			
236957661.364.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento do Turismo	500.000	-	Empresa Financiada (Empresa)	3	-
<b>TOTAL</b>	<b>18.281.574</b>	<b>5.541.517</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

## REFORMA AGRÁRIA





A Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária foi criada de acordo com a Lei Delegada nº 49, de 02 de janeiro de 2003, e com o Decreto 43.335, de 21 de maio de 2003, tendo como órgão executivo o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (Iter), que instituído como autarquia pela Lei 14.084, de 6 de dezembro de 2001 e reorganizado pela Lei Delegada nº 107, de 29 de janeiro de 2003, sendo pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com foro e sede no município de Belo Horizonte, jurisdição sobre todo o território de Minas Gerais e vinculado ao secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária.

O Iter tem por finalidade planejar, coordenar e executar a política agrária e fundiária do Estado, por meio da promoção de ações destinadas à democratização do acesso à terra, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo governo estadual.

Com relação à promoção e defesa da cidadania no campo, o ITER tem por finalidade planejar, coordenar e executar as atividades de controle e intermediação dos conflitos e processos judiciais agrários que envolvam trabalhadores rurais, além de organizar a distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero para os acampamentos previamente cadastrados no Estado.

Junto com a Polícia Militar, o Iter vem acompanhando as ocupações, monitorando os excessos que porventura ocorram entre seus agentes e/ou ocupantes, com base no cumprimento aos direitos fundamentais, objetivando a paz no campo.

O Iter também se faz presente em todas as reuniões do Fórum Permanente para Assuntos Fundiários, que acontece mensalmente, ou mesmo em caráter excepcional, quando há o envolvimento de diversos setores ligados à reforma agrária.

Existem no Estado cerca de 15.500 famílias diretamente envolvidas em conflitos agrários, em 172 focos de conflito (acampamentos), tendo ocorrido, durante 2003, 27 novas ocupações, envolvendo aproximadamente 3 mil famílias, e Minas Gerais se coloca entre um dos poucos Estados em que não ocorreram mortes de trabalhadores rurais por disputa de terras.

O Iter mediou 87 conflitos agrários rurais, tendo acompanhado 230 processos de reintegração de posse e interditos proibitórios em 125 audiências, das quais houve acordos em 87%. Além disso, o órgão atuou na mediação de oito conflitos urbanos pela posse da terra de 80 famílias. Foram realizadas cinco audiências públicas e sete reintegrações de posse, envolvendo 55 municípios.

A titulação dos pequenos posseiros tem sido priorizada, já que historicamente eles foram excluídos de qualquer benefício do poder público. Até outubro de 2003 foram emitidos 1.500 títulos de propriedade com áreas de até 50 hectares, ocupadas por famílias de baixa renda, localizadas nas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha.

O processo de regularização das posses é totalmente gratuito, de acordo com a Lei 14.313/02. O posseiro recebe toda a documentação e passa a ser proprietário legal do imóvel, sem nenhum desembolso financeiro. A partir da regularização do imóvel,

o posseiro pode se habilitar a obter de financiamentos agrícolas e investimento na propriedade.

Além da regularização fundiária das áreas ocupadas pelos posseiros, o Iter-MG vem tentando solucionar a questão das terras devolutas.

As terras objeto de arrendamento à empresas de reflorestamento, as quais totalizam 240 mil hectares, estão sendo recuperadas a duras penas. Em 2003 foram ajuizadas 38 ações de despejo, abrangendo aproximadamente 80 mil hectares. Nas áreas recuperadas (sete mil hectares), o Iter criou 3 reservas agroextrativistas no município de Rio Pardo de Minas.

Estas áreas, destinadas ao desenvolvimento auto-sustentável de famílias que moram no entorno e que tiveram suas atividades econômicas prejudicadas quando da instalação dos projetos de reflorestamento, reservaram 13 mil hectares para a criação do Parque Estadual de Serra Nova, em Rio Pardo de Minas, e 200 hectares à preservação de nascentes no município de Santo Antônio do Retiro.

Nessas áreas, de uso coletivo, a população recebe assessoria técnica do Estado, com a introdução de espécies florestais nativas que foram dizimadas pelo reflorestamento. Nas dezenas de áreas urbanas destinadas aos municípios para uso público construíram-se escolas, creches, postos de saúde, quadras poliesportivas, cadeias, fóruns, etc. Cerca de 2.500 hectares agricultáveis estão reservados ao assentamento de trabalhadores sem-terra. Outros 12.500 hectares foram contratados com o grupo Gerdau, para o replantio de florestas.

O objetivo dessa ação é recuperar as áreas degradadas e garantir o desenvolvimento auto-sustentável das reservas, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações locais.

O principal problema fundiário do Estado é a “grilagem”, já que mais de dez milhões de hectares de terras devolutas foram registradas de maneira incorreta nos cartórios de registro de imóveis.

A ação do Estado para recuperar essas terras torna-se bastante complicada, pois já se passaram muitas décadas desde a “grilagem” e os cartórios do interior são falhos em fornecer a documentação necessária para algum tipo de ação, já que as propriedades já passaram por vários donos e a Justiça tem dificuldade em reconhecer a posse por parte do Estado.

Procurando diminuir esse problema, o Incra cancelou o Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais de todas as propriedades com mais de dez mil hectares, solicitando ao Iter o estudo de toda a cadeia dominial apresentada. São 130 grandes propriedades rurais existentes em Minas Gerais, com área acima de 10 mil hectares, que estão sendo investigadas.

Em 2003, o Iter discriminou aproximadamente 100 mil hectares dessas áreas, enviando os relatórios à Advocacia Geral do Estado para o ajuizamento das ações discriminatórias.

O Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais atua em conjunto com diversas entidades governamentais e não governamentais na assistência aos acampados e assentados.

Um dos principais projetos implementados é o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional em Assentamentos do Estado de Minas Gerais, desenvolvido em parceria com a Cáritas Brasileira de 2000 a 2003. A Cáritas é uma instituição da Igreja Católica, de âmbito internacional, presente em 194 países. Ao longo do período 2000-2003, o Programa de Segurança Alimentar prestou assistência a 8 mil famílias de trabalhadores rurais assentados e sem-terra. Visando à implantação de sistemas produtivos comunitários de alimentos para auto-abastecimento em assentamentos que ainda não receberam créditos oficiais, este programa foi implantado em todas as regiões de Minas Gerais, em 63 áreas, beneficiando a 4 mil famílias.

Junto com a Loteria Mineira, o Iter vem apoiando Empreendimentos Econômicos Solidários nos assentamentos, buscando agregar valor aos produtos dos assentamentos, contribuindo na renda das famílias assentadas. O objetivo é instalar agroindústrias nos assentamentos, nos mais diversos segmentos: cachaça, fabricação de doces, vassouras e resfriadores de leite. Cada projeto recebe R\$ 35 mil. Em 2003, 19 projetos de agroindústria foram implantados, beneficiando a aproximadamente 1.300 famílias.

Com recursos do governo federal, o Iter está apoiando 650 famílias assentadas no Projeto de Assentamento Betinho, em Bocaiúva. Dois milhões serão repassados até o final do ano.

Em parceria com a Emater, Incra, Agência de Desenvolvimento Solidário e Escola Sindical Sete de Outubro, o ITER vem desenvolvendo ações com o objetivo de orientar os assentamentos a constituírem cooperativas, visando a organização da produção. O projeto de Associativismo e Cooperativismo foi implantado na região do Alto Paranaíba, em oito Projetos de Assentamento (PA), beneficiando a 394 famílias.

Outro projeto de grande importância é o de Infra-Estrutura e Abastecimento de Água e Esgoto nos assentamentos. Foi implantado nos municípios de Arinos, Buritis e Governador Valadares, beneficiando a 250 famílias.

Verifica-se que, com a regulamentação fundiária, o assentamento de famílias sem-terra e a solução de conflitos agrários, a Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e o Instituto de Terras contribuíram para a redução da tensão no campo, a diminuição da violência na área rural e a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas que não têm onde plantar para garantir sua subsistência.

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

2003

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER</b>	<b>9.801.823</b>	<b>2.153.088</b>			
211220012.206.0001 - Direção Superior	706.335	351.767			
211220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.234.288	1.273.465	Escritório Reformado (Unidade)	1	0
211227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000	-			
212727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.000	-			
216317161.612.0001 - Implantação do Programa Estadual de Reforma Agrária	6.857.200	527.856	Levantamento de Cadeia Sucessória de Imóveis Rurais para Discriminação (Hectare)	50.000	80.000
			Terra Devoluta Titulada (Título Emitido)	7.000	1.500
			Trabalhador Rural Assistido (Família)	10.000	700
			Projeto de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Elaborado (Projeto)	1	0
			Sistema de Abastecimento de Água Implantado (Sistema)	3	0
			Projeto de Eletrificação Rural Implantado (Projeto)	110	0
<b>Fundo Rotativo de Fomento Agric. Familiar e de Viab. de Assent. Agrários - FOMENTAR TERRA</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>			
206067191.677.0001 - Apoio Financeiro à Agricultura Familiar e Assentamentos Agrários	1.000	-			
<b>TOTAL</b>	<b>9.802.823</b>	<b>2.153.088</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

**DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA,  
MUCURI E NORTE DE MINAS**



A Lei Delegada nº 49 de 2 de janeiro de 2003, criou o Gabinete da Secretária de Estado Extraordinário para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas Gerais (SEDVAN), o que buscou consolidar claramente a importância e prioridade deste governo no desenvolvimento dessas regiões.

O Gabinete da Secretária Extraordinária tem como missão institucional articular, coordenar e deliberar com os agentes econômicos, institucionais e sociais, a implementação de programas e projetos que assegurem o processo de desenvolvimento social e econômico dos 188 municípios dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, Região Central e Norte de Minas, considerando o conhecimento acumulado dos agentes locais, respeitando suas características e promovendo a transformação das suas potencialidades em riqueza para a região.

Por meio da Lei Delegada nº 78, de 29 de janeiro de 2003, foi vinculado à SEDVAN o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), que foi criado pela Lei 14.171 de 15 de janeiro de 2002, resultado da transformação da Codevale, absorveu as competências da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas (Sudenor/Seplan-MG), para prestar o apoio operacional e logístico do novo gabinete.

Neste contexto, o Gabinete da Secretária de Estado Extraordinário e o IDENE programaram um conjunto de ações visando atender à demanda prioritária deste governo, na melhoria de qualidade de vida nos 188 municípios que pertencem a sua área de abrangência.

Adotando o Modelo de Gestão Participativa de Distribuição de Responsabilidades, assumindo a SEDVAN, a responsabilidade de articular e fomentar a interação entre a sociedade civil e a administração pública, por intermédio da participação da comunidade na formulação, implementação e na avaliação das ações do governo estadual, como importante instrumento para a consolidação das relações de confiança entre os vários atores sociais, públicos e privados. Isto contribui para a acumulação de capital social e a conseqüente vitalidade da sociedade civil das regiões Norte e Nordeste, que foram atuantes, para boa governança e para o desenvolvimento participativo.

O Projeto Comunidade Viva - Construindo um Novo Tempo no Sertão das Gerais, integrante do Programa Nacional Fome Zero, que alocou recursos da ordem de 6 milhões de reais, teve início em agosto de 2003, com o objetivo de promover a melhoria dos indicadores socioeconômicos da região de abrangência do IDENE /MG, por meio de ações de elevação de renda, combate à fome, à mortalidade infantil, de inclusão digital, analfabetismo de jovens e adultos e construção da rede de gestores municipais de desenvolvimento sustentável cuja execução dividiu-se em oito subprojetos:

Cidadão.net conta com um orçamento de aproximadamente 3 milhões de reais, tendo como objetivo propiciar aos cidadãos das comunidades excluídas a inclusão ao universo digital. Por meio da alfabetização digital, do acesso gratuito à Internet, da difusão de informações públicas e da implementação de campanhas e ações comunitárias com vistas à melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as comunidades excluídas têm acesso a informações com maior agilidade, inclusive em tempo real. Os municípios contemplados são: Almenara, Angelândia, Araçuai,



Bocaiúva, Brasília de Minas, Buenópolis, Carbonita, Corinto, Crisólita, Diamantina, Grão-Mogol, Ibiaí, Indaiabira, Januária, Josenópolis, Mata Verde, Minas Novas, Monte Formoso, Montes Claros, Nanuque, Nova Porteirinha, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Pirapora, Ponto dos Volantes, Projeto Jaíba, Santa Fé de Minas, Santo Hipólito, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Paraíso, Setubinha, Teófilo Otoni e Verdelândia.

O primeiro telecentro foi inaugurado em 05 de dezembro de 2003, em Montes Claros, na Igreja Católica São José Carpinteiro e Maria de Nazaré, na rua Portugal, 96, Bairro Independência. O primeiro módulo de capacitação dos instrutores é concluído no dia 28 de novembro de 2003. A primeira turma de alunos começou em 03 de dezembro de 2003. O comitê gestor do Telecentro de Montes Claros já está constituído e em pleno exercício de suas funções previstas em Portaria do IDENE/MG, com a participação ativa da sociedade civil organizada e representação institucional do poder público estadual e municipal. Para os demais telecentros, está sendo aberto o processo de licitação para a aquisição dos equipamentos, bem como a realização de reuniões para instalação do comitê gestor e capacitação dos instrutores. A inauguração destes telecentros deve ser de janeiro a março de 2004.

Cidadão Nota Dez-Combate ao Analfabetismo, tem como objetivo instalar um programa sustentável de controle e combate ao analfabetismo, nos vales do Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri, Região Central e Norte de Minas, a partir de uma visão empreendedora e de uma educação como direito universal e com perspectiva de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, com o fortalecimento do tecido social existente na região, pela construção de uma Rede de Governança Social, iniciada a partir de 15 mesas de Gestão Participativa, com representação tripartite, gestoras das ações propostas. Serão contemplados os 188 municípios, organizados em torno de 15 pólos microrregionais. O cadastramento de alunos e alfabetizadores já foi concluído, bem como da identificação de todas as turmas e locais onde haverá a alfabetização. No momento, está em andamento o processo de capacitação dos formadores e dos alfabetizadores com datas já definidas para a sua realização. A primeira turma de alfabetizadores já recebeu a capacitação Módulo I, concluído em 21 de novembro de 2003. O início do processo de alfabetização está previsto para a segunda quinzena de fevereiro de 2004. Foi provisionado para este subprojeto o valor de R\$711.050,00 .

O Programa Alimentando Vidas objetiva reduzir a desnutrição e a mortalidade infantil promovendo a elevação de renda das famílias excluídas socioeconomicamente. Os municípios contemplados são: Jenipapo, Chapada do Norte, Itinga, Comercinho, Francisco Badaró, Jacinto, Palmópolis, Monte Formoso, Santa Maria do Salto, Ouro Verde de Minas, Frei Gaspar, Setubinha, Nova Módica, Santa Helena de Minas, Bonito de Minas, Juvelínia, São João das Missões, Ninheiras, Ibiracatu, Matias Cardoso, Pai Pedro, Quilombola, Santo Antônio do Retiro, Rio Pardo de Minas, Montezuma, Aricanduva, Senador Modestino Gonçalves, Rio Vermelho e São João da Ponte. Estão sendo adquiridos os equipamentos para os bancos de leite de Montes Claros e Teófilo Otoni. No momento está sendo concluída a preparação de plano pedagógico e material didático da primeira fase de capacitação dirigida aos gestores, técnicos da área, lideranças comunitárias e mães multiplicadoras. Para montagem e ampliação do banco de leite em Montes Claros, já foi assinado convênio com a Fundação Hospitalar de Montes Claros (Hospital Aroldo

Tourinho), local onde funcionará o referido banco. Está sendo preparado o “Termo de Cessão de Uso” dos equipamentos e a inauguração está prevista para a segunda quinzena de dezembro. Para execução deste subprojeto já foram provisionados 820 mil reais.

Rede de Gestores Municipais de Desenvolvimento Sustentável capacitará técnicos e gestores ligados à política pública, com vistas à formação da rede de gestores de desenvolvimento sustentável. Os municípios contemplados são: Almenara, Angelândia, Araçuaí, Bocaiúva, Brasília de Minas, Buenópolis, Carbonita, Corinto, Crisólita, Diamantina, Grão-Mogol, Ibiaí, Indaiabira, Januária, Josenópolis, Mato Verde, Minas Novas, Monte Formoso, Montes Claros, Nanuque, Nova Porteirinha, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Pirapora, Ponto dos Volantes, Projeto Jaíba, Santa Fé de Minas, Santo Hipólito, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Paraíso, Setubinha, Teófilo Otoni e Verdelândia (entre estas cidades estão as 15 cidades-pólo da região, sede de Mesas de Gestão Participativa do Cidadão Nota Dez). O estabelecimento dessa capacitação encontra-se em processo de parcerias com universidades, para a formação da rede de gestores, que será a sua estrutura disseminadora. No momento, discute-se o conteúdo programático do curso bem como a elaboração de plano pedagógico e material didático, em parceria com duas universidades. O início da capacitação está previsto para março de 2004, com valor provisionado de 90 mil para iniciar este processo.

Cozinhas Comunitárias Sertanejas objetiva a implantação de unidades produtivas de cozinhas comunitárias, estimulando a geração de renda para famílias excluídas socioeconomicamente, valorizando a alimentação sertaneja e incentivando o associativismo e o cooperativismo entre as comunidades, como forma de superação da pobreza nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais. Os municípios contemplados são: Mato Verde, Porteirinha, Pai Pedro, Itacarambi, Bocaiúva, Moçambinho, Jequitinhonha, Coronel Murta, Ponto dos Volantes, Comercinho, Jenipapo, Carlos Chagas, Maxacalis, Mantena e Corinto. Foram visitadas todas as comunidades previstas e estabelecidas as parcerias com associações comunitárias, prefeituras e instituições parceiras na implantação do projeto. Como plano-piloto, inaugura-se uma cozinha experimental no município de Porteirinha, em 16 de Dezembro de 2003, na Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança (Acebev). As outras 14 cozinhas, serão instaladas a partir de janeiro de 2004. No momento, já foi concluído o processo de construção de planos pedagógicos, material didático e cronograma de execução para a capacitação. Quando concluída a instalação dos equipamentos e entrega de utensílios básicos ao funcionamento das cozinhas, terá início a realização do curso “cozinhas comunitárias sertanejas” abrangendo os seguintes conteúdos: direito e cidadania; cooperativismo e associativismo; comercialização, marketing e formação de preço justo; biscoitos, bolos e pães; doces, compotas e “polpadas”; valorização da cozinha e alimentos sertanejos. O recurso financeiro para este projeto é de aproximadamente 295 mil reais e está disponível para ser executado.

Apicultura e Desenvolvimento tem como objetivo implantar unidades produtivas de mel, estimulando a geração de renda para famílias excluídas socioeconomicamente, incentivando o associativismo e o cooperativismo entre as comunidades como forma de superação da pobreza na região dos vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas Gerais.

Contemplará os municípios de Bocaiúva, Carbonita, Teófilo Otoni, Ponto dos Volantes, Comercinho, Itaobim, Angelândia, Porteirinha, Quilombola, Pai Pedro, Jaíba, Padre Carvalho, Grão-Mongol, Manga, Poté, Salinas, Carlos Chagas, Itamarandiba, Minas Novas e Capelinha. Está sendo concluído o processo de visitas e levantamento de localidades com propensão à implantação de apicultura entre associações de moradores/trabalhadores rurais desses municípios. No momento, prepara-se de material didático, plano pedagógico e cronograma de execução. O processo de aquisição de equipamentos deve ser concluído em janeiro de 2004 e a implantação das unidades produtivas/núcleos prevista março de 2004. O orçamento previsto para este subprojeto é de 419 mil reais.

Plantando a Esperança contempla os municípios de Bocaiúva, Jaíba, Janaúba, Nova Porteirinha, Francisco Sá, Verdelândia, Pedras de Maria Cruz, Manga, Capitão Enéias, Montes Claros, Porteirinha, São Francisco, Matias Cardoso e Itacarambi. Objetivando diversificar as atividades agrícolas da região e reduzir perdas na pós-colheita e armazenamento, gerando renda para as famílias beneficiadas, o projeto para 2000 trabalhadores rurais de assentamentos e de agricultura familiar inclui o aprendizado de preparação da terra e sementes de forma que haverá, ao final do processo, a colheita para as famílias contempladas no processo de capacitação. Assim, o objetivo de capacitar foi maximizado ao contemplar o aprendizado direto de plantio e preparação para colheita, o que reverterá em melhor absorção dos conhecimentos e também na elevação de renda daqueles municípios

Artesanato em Movimento tem como objetivo implementar ações de desenvolvimento social e comunitário nos 188 municípios, com o ensino de técnicas artesanais, visando ao mercado consumidor local, nacional e internacional, criando perspectivas de trabalho e renda e despertando o espírito empreendedor entre famílias de baixo poder aquisitivo.

A capacitação prevista atende a mais de 800 artesãos e gestores municipais ligados direta e indiretamente à atividade de artesanato nos 188 municípios. A aquisição de equipamentos dará apoio ao processo de comercialização do artesanato, consubstanciado na reinauguração de uma loja de produtos artesanais em Belo Horizonte e de fluxo direto para as associações de artesãos dos municípios. A loja passará por uma pequena reforma para se adequar às novas necessidades de escoamento, armazenamento e comercialização dos produtos. O projeto foi desenvolvido por alunos da Universidade Federal de Minas Gerais e deve ser concluído em março de 2004.

Foram repassados ao IDENE cerca de 319 mil reais, por meio de convênio celebrado com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), para elaboração dos estudos ambientais complementares ao EIA-RIMA, para o empreendimento denominado Barragem do Berizal.

O Programa Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, denominado Projeto Cultivar, tem por finalidade promover a reestruturação e descentralização fundiária no Estado de Minas Gerais, desenvolver e incentivar a atividade rural a partir dos pressupostos da sustentabilidade e promoção das condições socioeconômicas da população beneficiária. O principal instrumento de execução deste programa é a destinação de recursos financeiros a grupos de trabalhadores rurais para aquisição

de terras, investimentos sociais, de infra-estrutura e organizacionais de promoção social, e combate à pobreza rural. Foram liberados pelo Banco Mundial aproximadamente 570 mil reais. Estes recursos possibilitaram a aquisição de equipamentos de informática e veículos para a estruturação dos Escritórios Regionais. Foi articulada uma campanha publicitária, com a confecção de material impresso (fôlder, cartilha, cartazes e banner) e divulgação em rádios nos 188 municípios.

Em 2003 não houve nenhuma execução física-financeira do Projeto Combate a Pobreza Rural (PCPR – PAPPII), tendo em vista a não-conclusão do Acordo de Empréstimo com o BIRD, devido ao atraso na aprovação do Programa de Ajuste Fiscal do Governo, condição básica para contrair empréstimo junto ao Banco Mundial. Só no segundo semestre foi aprovado o Programa de Ajuste Fiscal, quando o Estado retomou as negociações e está em processo de providências das documentações necessárias para obter aval do governo federal, objetivando a aprovação do Senado ao Acordo de Empréstimo com o BIRD.

Sorriso no Campo propiciará a melhoria da saúde bucal da população dos municípios da área de abrangência do IDENE.

Programa em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, Fiemg, CROMG, Servas e ainda 13 faculdades de Odontologia, com recursos já alocados de R\$409.520,00, teve o primeiro treinamento em Montes Claros para técnicos gestores de 101 municípios e todos os parceiros envolvidos.

A Fiemg forneceu 18 consultórios seminovos, a serem montados ainda em 2003.

O Programa Leite pela Vida tem como parceiros SES, Emater, IMA, Consea, municípios, universidades e cooperativa.

Este programa objetiva atuar no segmento produtor e consumidor de cadeia produtiva do leite para diminuir a vulnerabilidade da sociedade contemplada, combatendo a fome e a desnutrição, contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo e a geração de renda no segmento da agricultura familiar, por meio da aquisição de leite com garantia de preço e de distribuição ao público-alvo

O recurso alocado pelo governo federal por intermédio do MESA para execução deste programa em 2003 foi de 7.475 mil reais com proposta de triplicar este valor em 2004.

**DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA,  
MUCURI E NORTE DE MINAS**

254

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**

2003

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE</b>	<b>67.100.181</b>	<b>6.780.363</b>			
041220012.206.0001 - Direção Superior	388.582	357.496			
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	362.542	875.583			
041220014.924.0001 - Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social Regional	1.197.141	3.055.078	Programa Supervisionado (Programa) (4)	-	-
042727777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000	455.157			
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	304.916	317.239			
185442261.604.0001 - Gerenciamento do Prohidro (I)	8.800.000	1.015.836	Poço Perfurado e Recuperado (Poço)	300	-
206067011.961.0001 - Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste - PAPP II (2)	32.791.000	-	- Projeto Implantado e Supervisionado (Projeto)	510	-
206077231.368.0001 - Implantação de Projeto de Irrigação do Jaíba II (2)	21.000.000	-	- Obra Civil Concluída (Lote)	1	-
			Serviço de Consultoria Realizado (Hora)	41.000	-
			Pavimentação de Estrada Construída (Km)	12	-
			Condicionante Ambiental Coordenada (Condicionante Ambiental)	4	-
			Equipamento de Irrigação Adquirido, Montado e Testado (Lote)	1	-
206077241.369.0001 - Implantação de Infra-Estr. Soc. e Amb. Básicas - Jaíba I (2)	30.000		Estação de Tratamento de Água Construída (Estação)	1	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Projeto de Engenharia da Estação de Tratamento de Água Concluído (Projeto)	1	-
216312341.605.0002 - Projeto de Combate à Pobreza Rural - Crédito Fundiário	2.225.000	703.974	Projeto Agrário Implantado e Supervisionado (Projeto) (3)	45	16
<b>TOTAL</b>	<b>67.100.181</b>	<b>6.780.363</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

(1) Executado pela Ruralminas

(2) Executado pela Seplag

(3) Redefinição de metas

(4) Programa Fome Zero Comunidade Viva - Convênio Firmado em março de 2003 com o Governo Federal



## **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES**





A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE) e órgãos vinculados promoveram, em 2003, ações de fortalecimento e concretização das diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

Os Centros Públicos de Promoção do Trabalho, instituídos pela lei 14.697/2003 como espaço de referência, proporcionaram acesso do trabalhador às ações de educação profissional, intermediação de mão de obra, seguro desemprego, orientação para o trabalho e microcrédito, obtenção de documentos, elevação da escolaridade e inclusão digital, entre outras.

O programa destinado ao desenvolvimento de competências básicas para o trabalho, que visa a preparação de jovens para ingressar no mercado de trabalho, enfocou temas como direitos e deveres do trabalhador, relações interpessoais, higiene segurança, comportamento no mundo do trabalho, meio ambiente, participação em entrevista para emprego entre outros. Para tal, foram realizadas parcerias com a Secretaria de Estado da Educação e Fundação Educacional e Cultural dos Servidores do Ministério da Fazenda.

Instituído pela lei estadual 14.697/2003, o programa Primeiro Emprego, promoveu a inserção de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho e sua capacitação profissional, estimulando o desenvolvimento cooperativo bem como a participação da sociedade na formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda. Na Oficina escola de mobiliário escolar foram produzidas 400 cadeiras de rodas e executados 3 mil conjuntos de carteiras escolares.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE), em seus 80 postos, inscreveu 286.012 trabalhadores, encaminhou 126.348 para 52.461 vagas registradas, colocando 37.949 destes trabalhadores no mercado de trabalho. Foram expedidas 56.769 Carteiras de Trabalho e Previdência Social e habilitados 169.961 trabalhadores no seguro-desemprego, realizaram-se 10 Pesquisas de Emprego e Desemprego em 1.300 domicílios. Foram implantadas cinco comissões Municipais de Emprego (CME) e subsidiadas 549.

O Plano Territorial de Qualificação (Planteq/MG 2003) encontra-se em fase de contratação das entidades executoras para realização dos cursos de qualificação social e profissional cuja meta é capacitar 8.940 educandos, priorizando municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, pertencentes às regiões do Vale do Mucuri e do Jequitinhonha e aqueles beneficiados pelo Programa Estrada Real.

Foram realizados atendimentos a grupos, instituições, parlamentares, prefeitos e lideranças que buscam orientação sobre a criação e processo de organização de cooperativas, além das atividades em interface com outras superintendências nas seguintes ações: Programa de Desenvolvimento Socioeconômico do Alvorada (PRODESA), Micro unidades de Produção (MUP) e Comunidade Ativa e Programa de Mobilização de Comunidades (PMC) em parceria com o SERVAS.

O projeto Pintando a Liberdade, destinado à fabricação de material esportivo pelos reclusos de penitenciárias do Estado produziu de 140 mil unidades destinando 75%

às redes públicas de ensino municipal e estadual. O restante foi revertido para os seus eventos e doações a entidades carentes e escolas públicas.

Os Jogos do Interior de Minas (JIMI) em sua 19ª Edição teve a participação de 14.797 atletas maiores de 16 anos, envolvendo 202 municípios movimentando o comércio e gerando empregos.

Houve 100 convênios com federações, associações desportivas e prefeituras municipais para reformas e/ou construções de ginásios e quadras poliesportivas, aquisição de material esportivo, bem como eventos esportivos em geral. Foram realizadas atividades esportivas de rendimento, comunitário e de lazer destacando-se a Copa Mineira de Futebol Amador, evento estadual de competições e forte instrumento de integração; os Jogos Escolares de Minas Gerais, alcançando todas as regiões do Estado e valorizando a prática esportiva escolar e a construção da cidadania dos jovens mineiros; o Torneio Rola Bola de Futebol - destinado a atletas de baixa renda da Região Metropolitana de Belo Horizonte com idade entre 14 e 17 anos; o Campeonato Mineiro da Divisão Especial, que integra as três primeiras equipes por modalidade, handebol, voleibol, basquetebol e futsal (JIMI); as Olimpíadas Colegiais, disputadas pelos campeões dos Jogos Escolares de todos os estados; os Jogos Abertos Brasileiros (JAB) evento de âmbito nacional, sendo em que Estado de Minas Gerais é representado pelas equipes campeãs do JIMI, em várias modalidades esportivas; os Jogos da Juventude, com ampla mobilização da juventude brasileira. Das 11 categorias esportivas, Minas participou de nove modalidades. Promoveu mais 30 eventos em espaços públicos na capital e interior, onde as comunidades participaram de atividades recreativas, esportivas e culturais.

O Programa Curumim, que visa a elevar o nível de bem-estar de crianças e adolescentes de baixa renda das regiões mais pobres e periféricas da RMBH por meio de atividades de esporte, lazer e reforço escolar, atendeu a 4.600 crianças. Esse programa enfatiza o sucesso, o regresso e a permanência da criança na escola.

O Programa Esporte Solidário destinado aos adolescentes de 12 a 18 anos oriundos de famílias de baixa renda, desenvolve atividades esportivas, auxiliando no processo de desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Funciona em núcleos que estão implantados em 230 municípios do Estado de Minas Gerais envolvendo 33 mil adolescentes.

Em seu processo de habilitação à Comissão Intergestora Bipartite (CIB), atendendo às demandas dos gestores municipais, conselhos municipais e entidades, por meio de atendimento individual, oferta de manuais de orientação técnica, reuniões de trabalho e assessoria técnica à CIB registrou 554 municípios no Sistema Descentralizado da Assistência Social. O Programa Federal de Serviços Assistenciais de Ação Continuada, que financia ações desenvolvidas por entidades sociais e prefeituras prestadoras de serviços assistenciais atendeu a 4.007 crianças de 0 a 6 anos e a 120 idosos, em sistema asilar ou meio aberto, além de 177 pessoas com deficiência, em clínicas e entidades

O Programa Estadual de Atendimento ao Migrante por meio do Centro de Referência Estadual do Migrante (CREM) em Belo Horizonte, atendeu a 800 pessoas. Firmou-se convênio com a Loteria Mineira, para reforma e adaptação do Centro de Referência

Estadual do Migrante e para os 7 municípios que possuem agências de atendimento ao migrante e à população de rua (Varginha, Teófilo Otoni, Montes Claros, Belo Horizonte, Divinópolis, Juiz de Fora e Governador Valadares).

A população de rua é assistida pelo Centro de Triagem e Encaminhamento Social, em Belo Horizonte, que funciona por meio de convênio com a Sociedade São Vicente de Paulo e atendeu neste ano 100 pessoas mensalmente. A revisão do benefício de prestação continuada atendendo ao disposto no Artigo 21 da LOAS, permitiu a transferência para Minas Gerais de recursos, oriundos do governo federal, para de 38.894 benefícios a portadores de deficiência e idosos referentes à 3ª etapa de revisão e avaliação. Todas essas ações foram viabilizadas por intermédio de parcerias entre a Sedese e as prefeituras.

O Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que objetiva a eliminação do trabalho infantil, beneficiou 1.459 crianças em nove municípios. O Programa de Desenvolvimento Sócioeconômico do Alvorada (PRODESA), visa a custear o microcrédito para ações de geração de renda e desenvolvimento social para as famílias beneficiadas pelo PETI, residentes nos municípios assistidos pelo Projeto Alvorada. O PETI geração de renda I e II que tem como objetivo capacitar e gerar emprego e renda para as famílias inscritas, atendeu 2.950 famílias em 84 municípios. O “Programa Fome Zero” articulou ações para a implantação do cartão alimentação do Programa Federal, atendendo a 170 municípios das regiões Norte, Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. A Sedese parceira na ação de capacitação dos municípios, atendeu a 123.514 famílias, mediante transferência de renda.

Tiveram continuidade as ações executadas pela extinta Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. O Centro de Referência do Cidadão (CRC) é um espaço público localizado em aglomerados urbanos de Belo Horizonte e presta atendimento à população local. A equipe do programa busca a resolução de conflitos extra judiciais sendo um canal de comunicação entre a população e o Estado. O Programa Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV) ofereceu atendimento jurídico e psicossocial gratuito às pessoas e famílias vítimas de crimes de alto poder ofensivo, como estupro, atentado violento ao pudor, homicídio e latrocínio. Foram realizados 218 atendimentos diretos. O Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) tem por objetivo oferecer proteção a vítimas e testemunhas de crimes e que, por tal motivo, sofrem ameaça e são importantes para a resolução de inquéritos. Em parceria com órgãos e entidades do setor governamental e não-governamental, o programa assessorou jurídica e psicossocialmente os beneficiários durante todo o processo judicial, tendo realizado 45 atendimentos. O Disque Direitos Humanos funciona como um canal para denúncia de abusos e violação de direitos. Neste ano o programa passou por uma reestruturação e atendeu 1.968 pessoas.

Desenvolveram-se programas, projetos e ações de promoção e proteção de infantes e jovens em situação de risco pessoal e social, buscando seguir as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em que 93.600 crianças e adolescentes com deficiência e/ou com necessidades especiais foram atendidos em 33 clínicas credenciadas pela Unidade de Atendimento Especializado (UAE). No que se refere às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, 583 foram

atendidas diretamente ou por meio das parcerias com ONG nas modalidades Abrigo e Casa Lar, financiadas pelo Tesouro do Estado. Nesta modalidade, com recursos federais alocados no FEAS, dentro do programa Serviços Assistenciais de Ação Continuada, foram atendidas 78 crianças e adolescentes encaminhadas a famílias, aguardando suas adoções. O número de deficientes abrigados manteve-se na média de 423. Outras 3.060 crianças e adolescentes foram abrigadas provisoriamente no Núcleo Juvenil Masculino, gerenciado pela Sedese, para retornar a suas famílias de origem, por determinação do Juizado da Infância e da Juventude. Foram assessorados 128 municípios por meio de visitas, contatos telefônicos, reuniões e correspondências.

O Projeto Pró-Conselho, desenvolvido com a Telemig Celular, implantou 224 conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e 173 Conselhos Tutelares. Esta parceria além de pioneira foi fundamental para a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, financiado com recursos do Ministério da Assistência Social, tem sua gestão realizada pela Sedese, de forma municipalizada, que objetiva formar agentes multiplicadores e tem como público-alvo jovens de 15 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social. Desenvolveu atividades que promovam ações protagonistas destes adolescentes. Está presente em 197 municípios, sendo 17 em gestão estadual e 180 municipal, com 8.715 adolescentes atendidos.

O Programa Trabalho Educativo vem sendo reformulado e selecionou adolescentes para desenvolverem atividades de aprendizagem na Cemig, Copasa, Bdmg, Apae, Juizado da Infância e Juventude, Procuradoria Geral de Justiça, Conselhos Tutelares, Curumins, Sesi São Paulo e Ibirité.

A Sedese participou de fóruns de combate e prevenção ao uso abusivo de drogas, realizou seminários para conscientização, concursos e cursos com os educadores do Curumim.

### **Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG**

A Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG) habilitou 222 docentes com curso superior em química, física, biologia, matemática e disciplinas técnicas da educação profissional em nível médio. Em sua maioria estes professores são provenientes das escolas de educação básica do Estado. Os cursos de licenciatura denominados "Programas Especiais", vem suprimindo as áreas carentes de profissionais habilitados, o que contribui para a melhoria da qualidade do ensino em Minas Gerais. No firme cumprimento de sua vocação, voltada para a educação profissional, dois novos cursos superiores foram planejados, na área tecnológica, aprovados pelo Conselho Estadual de Educação Sistema de Informação e Redes de Computador. Com relação à formação de docentes, a Utramig obteve também autorização para ministrar cinco novos cursos de pós-graduação "lato sensu" em meio ambiente, educador social, multimídias aplicadas à educação, ensino de matemática, ciências físicas e biológicas para educadores das quatro primeiras

séries da educação fundamental, trabalho e saúde. Encontram-se em processo de seleção 55 turmas de capacitação profissional e 75 turmas de qualificação profissional.

#### **Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência - CAADE**

A Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência (CAADE) buscou oferecer, às pessoas com deficiência e entidades, informações e orientações para o pleno exercício de seus direitos consubstanciados na legislação específica. Foram realizados, em média, 30 atendimentos ao mês, por telefone, correio ou presencial, já que 80% da demanda de sua clientela são de Belo Horizonte e da região metropolitana. Os 20% restantes são oriundos de cidades do interior. As questões mais solicitadas referiam-se aos direitos das pessoas com deficiência, legislação, políticas setoriais e rede de atendimento da saúde, educação e lazer que perfizeram 60%; orientações às entidades de defesa e associações representando 10%; trabalhos acadêmicos por meio da visita de estudantes, 10%; mercado de trabalho, 10%; acessibilidade, 6%; eventos sobre pessoas com deficiência, 4%. O posto do Sine na Caade, dirigido às pessoas com deficiência, atendeu a 490 encaminhamentos, com 72 colocações.

#### **Administração de Estádios de Minas Gerais - ADEMG**

A Administração de Estádios de Minas Gerais (ADEMG) é responsável pelos estádios “Magalhães Pinto” (Mineirão) e “Felipe Henriot Drumond” (Mineirinho). No primeiro foram realizados 51 jogos, com um público estimado em 1.002.854 pessoas. No Mineirinho houve 24 eventos entre shows e cultos. Destaca-se a implementação do “Plano de Segurança para o Mineirinho e Mineirão”, em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais.

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

2003

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes</b>	<b>78.249.681</b>	<b>56.743.680</b>			
081210012.179.0001 - Planejamento Setorial	501.261	314.262			
081220012.023.0001 - Manutenção e Ampliação de Unidades Regionais	3.241.632	2.911.245			
081220012.206.0001 - Direção Superior	1.173.115	1.531.655			
081220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	9.990.629	13.031.585			
081220012.293.0002 - Operacionalização do Conselho do Trabalho, Emprego e Geração de Renda	60.000	467.858			
081220012.293.0003 - Operacionalização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	242.744	127.030			
081220012.293.0004 - Operacionalização do Conselho Estadual do Idoso	5.200	-			
081220012.293.0005 - Operacionalização do Conselho Estadual de Participação e Integração na Comunidade Negra	6.400	5.983			
081220012.293.0006 - Operacionalização do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	4.400	-			
081220012.293.0007 - Operacionalização do Conselho Estadual de Assistência Social	241.606	163.417			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
081220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	199.480	372.311			
081280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	496.833	375.211			
081220012.822.0001 - Apoio à Implantação e Implementação do Sistema Descentralizado da Assistência Social	60.000		- Evento Realizado (Evento) (3)	5	10
			Município Assessorado (Município)	853	600
			Publicação Editada (Unidade)	5.000	-
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	1	1
082413364.907.0001 - Apoio e Atendimento à Pessoa Idosa	169.938	146.970			
082423334.908.0001 - Apoio e Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	3.981.192	2.248.277	Pessoa Portadora de Deficiência Abrigada (Pessoa)	550	423
082433344.909.0001 - Apoio e Atendimento à Infância e à Adolescência	6.244.315	7.032.787	Município Assessorado (Município)	440	128
			Criança/Adolescente Abrigada (Criança/Adolescente)	540	583
			Conselho Municipal da Criança e do Adolescente Implantado (Conselho)	80	224
			Proj. de Combate à Violência e a Exploração Sexual-Criança Adolescente Atendida - (Criança Adolescente)	3.600	-
			Projeto Curumim/Ciames Municipalizado (Unidade)	12	-
			Criança Adolescente em Meio Aberto Atendida (Criança/Adolescente)	5.920	4.600
			Conselho Tutelar Implantado (Conselho)	80	173
			Fundo Municipal para Infância e Adolescência Criado (Fundo)	80	50
			Atividade Sócio-Educativa Realizada (Atividade)	240	7
			Projeto Abrigo Municipalizado (Unidade)	5	-



**DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES**

266

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Agente Social Capacitado (Agente)	240	9.135
			Criança/Adolescente à Família de Origem Encaminhada (Criança/Adolescente)	3.060	3.060
			Criança/Adolescente à Família Substituta Encaminhada (Criança/Adolescente)	50	78
082443434.524.0001 - Assistência Social à Família	868.006	632.159			
082727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	7.107.668	7.934.584			
112444424.487.0001 - Apoio às Ações de Cooperativismo, Associativismo e Desenvolvimento Comunitário	2.939.796	380.804	Evento Realizado (Evento)	1	1
			Publicação Editada (Unidade)	7.000	-
			Projeto Analisado (Projeto)	150	3
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	1	3
			Programa de Mobilização de Comunidade/Município Assessorado (Município)	50	27
			Programa de Mobilização de Comunidade/Entidade Assessorada (Entidade)	80	37
			Projeto de Associativismo e Cooperativismo/Entidade Assessorada (Entidade)	300	72
			Projeto de Associativismo e Cooperativismo/Município Assessorado (Município)	120	38
113314434.491.0001 - Orientação para a Saúde e Segurança do Trabalhador	173.842	102.508	Evento Realizado (Evento)	18	-
			Publicação Editada (Unidade)	10.000	500
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	2	-
113314444.496.0001 - Intermediação de Empregos	5.347.029	5.251.790	Evento Realizado (Evento)	2	2
			Trabalhador ao Seguro Desemprego Atendido (Pessoa)	777.000	797.332
			Trabalhador para o Emprego Encaminhado (Pessoa)	151.000	126.348
			Publicação Editada (Unidade)	17.000	-
			Trabalhador Inscrito (Pessoa)	330.000	286.012

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Trabalhador Colocado (Pessoa)	45.000	37.949
			Trabalhador ao Seguro Desemprego Habilitado (Pessoa)	196.000	169.961
			Vaga no Mercado de Trabalho Captada (Vaga)	65.000	52.461
			Pessoa Teleatendida (Pessoa) (I)	745.000	-
			Carteira de Trabalho e Previdência Social Emitida (Unidade)	67.000	56.749
			Solicitação de Serviço Eventual Atendida (Solicitação)	16.900	10.083
			Trabalhador para Prestação de Serviço Eventual Encaminhado (Pessoa)	3.060	7.824
I 13324454.497.000I - Apoio Operacional ao Programa de Geração de Trabalho e Renda	474.340	284.513	Evento Realizado (Evento)	18	3
			Comissão/Conselho Municipal de Emprego Implantada (Comissão/Conselho)	20	5
			Publicação Editada (Unidade)	5.000	-
			Visita de Acompanhamento ao Empreendedor Realizada (Visita)	50	-
			Comissão/Conselho Municipal de Emprego Assessorada (Comissão/Conselho)	558	612
I 13324454.498.000I - Estudos e Pesquisas na Área de Emprego	828.000	827.845	Estudo/Pesquisa Desenvolvido (Estudo/Pesquisa)	12	10
			Publicação Editada (Unidade)	1.500	1.300
I 13334464.492.000I - Qualificação Profissional do Trabalhador	19.713.401	6.301.202	Evento Realizado (Evento)	21	9
			Município Atendido (Município)	853	500
			Trabalhador Qualificado/Requalificado (Pessoa)	160.000	8.940
			Curso Ministrado (Curso)	2.000	400
I 13634474.494.000I - Qualificação Profissional do Adolescente	337.715	267.452	Equipamento para Portador de Deficiência Produzido (Equip.)	300	400
			Adolescente Treinado (Pessoa)	20	20

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Conjunto Individual de Mobiliário Escolar Produzido (Conjunto)	10.000	3.000
142220012.293.0001 - Operacionalização das Ações dos Conselhos	204.327		- Conselho de Entorpecentes/Pessoa Treinada (Pessoa)	2.000	-
			Conselho de Entorpecentes/Pessoa Atendida (Pessoa)	8.600	1.424
			Conselho de Entorpecentes/Evento Realizado (Evento)	12	1
144224774.338.0001 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	449.942	1.100.061	Central de Penas Alternativas/Pessoa Assistida (Pessoa)	400	-
			Núcleo de Atendimento à Vítima de Crime Violento/Pessoa Assistida (Atendimento)	420	218
			Provita/Pessoa Assistida (Pessoa)	46	45
			Centro de Referência do Cidadão/Pessoa Assistida (Atendimento)	20.000	6.000
			Disque Direitos Humanos/Pessoa Atendida (Ligação Recebida)	19.800	1.968
			Agente da Cidadania Capacitado (Pessoa)	300	-
			Ação/Evento para a Promoção dos Direitos Humanos Realizada (Ação/Evento)	12	12
			Pedido de Indenização às Vítimas de Torturas Deferido (Pedido)	360	112
271210012.179.0001 - Planejamento e Setorial (2)	123.389	-			
271220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática (2)	48.000	-			
271220012.206.0001 - Direção Superior (2)	524.262	-			
271220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro (2)	2.101.417	-			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
272727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis (2)	742.278	-			
278128711.957.0001 - Pintando a Liberdade	1.764.635	732.470	Material Esportivo Confeccionado (Material)	280.000	140.000
			Pessoa Envolvida (Pessoa)	900	500
278128714.245.0001 - Jogos do Interior de Minas - JIMI	580.000	441.347	Desportista Envolvido (Desportista)	26.000	14.797
			Município Envolvido (Munic.)	235	202
			Jogo Realizado (Jogo)	3.400	1.862
278128714.499.0001 - Apoio Finan. a Entidades e Prefeituras	1.450.000	1.367.433	Convênio Realizado (Convênio)	500	100
			Entidade Fiscalizada (Entidade)	200	157
278128714.499.0002 - Promoção do Desporto	2.376.284	1.562.906	Desportista Amador Apoiado (Desportista)	36.800	112.000
			Evento de Esporte Promovido (Evento)	9	7
278128714.499.0003 - Promoção de Atividades de Lazer	432.131	260.399	Curso de Preparação para Monitor Realizado (Curso)	6	4
			Evento de Lazer Promovido (Evento)	140	30
			Monitor Treinado (Monitor)	600	147
278128714.925.0001 - Esporte Solidário	3.044.474	567.616	Município Atendido (Município)	288	230
			Adolescente Atendido (Adolescente)	30.940	33.000
<b>Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - ADEMG</b>	<b>5.912.766</b>	<b>4.129.498</b>			
271220012.206.0001 - Direção Superior	94.460	157.304			
271220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.146.590	535.483			
271227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	51.761	86.706			
271228744.931.0001 - Administração do Estádio Mineirinho	1.111.010	518.969	Unidade Predial Construída/Reformada (M²)	550	450
			Show e Evento Realizado (Evento)	48	24

**DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES**

270

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Estacionamento Alugado (Veículo)	12.000	2.802
			Alojamento Alugado (Pessoa)	11.000	5.800
271228744.931.0002 - Administração do Estádio Mineirão	3.131.540	2.544.157	Jogo Realizado (Jogo)	80	49
			Unidade Predial Construída/Reformada (M²)	1.300	550
			Show e Evento Realizado (Evento)	30	5
			Estacionamento Alugado (Veículo)	70.000	46.733
			Alojamento Alugado (Pessoa)	5.000	-
			Visita ao Mineirão Realizada (Visita)	40.000	35.700
			Estacionamento para Feira de Veículos Alugado (Veículos)	130.000	127.500
272727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	377.405	286.879			
<b>Coordenadoria de Apoio e Assistência a Pessoa Deficiente - CAADE</b>	<b>281.120</b>	<b>384.993</b>			
081220012.206.0001 - Direção Superior	177.200	195.002			
082424414.370.0001 - Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência nas Pol. Setoriais Básicas	55.420	181.102	Publicação Produzida (Unidade)	3	-
			Evento Promovido (Evento)	3	-
			Pesquisa Realizada (Pesquisa)	1	-
			Entidade Assessorada (Entidade)	70	30
082727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	48.500	8.889			
<b>Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG</b>	<b>4.844.365</b>	<b>4.706.526</b>			
121210012.615.0001 - Desenvolvimento das Ações de Planejamento	60.108	-			
121220012.206.0001 - Direção Superior	49.048	92.365			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.626.430	1.935.337			
121220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	190.000	70.047			
121227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000	47.239			
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	132.528	129.619			
123634464.623.0001 - Qualificação Profissional	227.142	760.541	Aluno Matriculado (Aluno)	400	1.335
			Turma Formada (Turma)	20	70
123634464.818.0001 - Capacitação Profissional	315.437	318.346	Aluno Matriculado (Aluno)	200	1.637
			Turma Formada (Turma)	12	55
			Servidor Treinado (Servidor)	40	-
123637424.619.0001 - Formação de Técnicos e Auxiliares Técnicos dos Setores da Indústria, Comércio e Serviços	1.727.233	980.544	Aluno Matriculado (Aluno)	1.130	1.311
			Turma Formada (Turma)	48	16
123647444.622.0001 - Formação Pedagógica para Docentes	515.439	372.488	Aluno Matriculado (Aluno)	300	217
			Turma Formada (Turma)	10	8
<b>Fundo para Infância e Adolescência - FIA</b>	<b>2.350.370</b>	<b>213.915</b>			
082433344.630.0001 - Apoio as Ações em Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	2.350.370	213.915	Município Beneficiado (Município)	30	-
			Entidade Apoiada (Entidade)	40	-
			Projeto Apoiado (Projeto)	70	1
			Bolsa Concedida/Trabalho Educativo (Bolsa)	4.800	-
<b>Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS</b>	<b>13.809.612</b>	<b>6.788.286</b>			
082413364.907.0001 - Apoio e Atendimento à Pessoa Idosa	298.938	263.650	Idoso Abrigado (Idoso)	90	90

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Idoso Atendido em Meio Aberto (Idoso)	30	30
082423334.908.0001 - Apoio e Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	1.166.701	975.142	Pessoa Portadora de Deficiência Atendida (Pessoa)	398	177
			Pessoa Portadora de Deficiência Atendida/Unidade de Atendimento Especializada (Atendimento)	93.600	93.600
08243334.909.0001 - Apoio e Atendimento à Infância e a Adolescência	6.865.841	2.712.206	Criança/Adolescente Abrigada (Criança/Adolescente)	998	998
			Agente Jovem/ Bolsa Concedida (Bolsa)	10.500	9.135
			Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil - Bolsa Concedida (Bolsa)	1.200	1.459
			Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil - Criança/Adolescente Atendido (Criança/Adolescente)	1.200	1.459
			Projeto de Atenção à Criança de 0 a 6 Anos/Criança Atendida (Criança)	6.778	4.007
			Centro de Combate a Maus Tratos, Abuso e Exploração à Criança e ao Adolescente Implantada (Centro)	5	-
082443434.524.0001 - Assistência Social à Família	5.478.132	2.837.288	Município Assessorado (Município)	19	-
			População de Rua Atendida (Pessoa)	50	50
			Núcleo de Apoio à Família Implantado (Município)	7	4
			Portal da Alvorada Implantado (Município)	130	130
			Benefício Revisado/Benefício de Prestação Continuada (Benefício)	36.650	38.894
			Apoio de Atendimento ao Migrante Realizado (Pessoa)	14.520	20.096
			Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Alvorada/Família Atendida (Família)	1.250	-
			Programa de Desenvolvimento do Trabalho Infantil/Família Atendida (Família)	5.000	2.950

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Serviço e Programa de Atenção à Família/Município Atendido (Município)	30	-
<b>Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FUNPREN</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>			
144224791.298.0001 - Apoio à Prevenção, Fiscalização e Representação de Entorpecentes	1.000	-			
<b>Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos - FEPDH</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>			
144224771.676.0001 - Apoio à Promoção, Divulgação e Defesa dos Direitos Humanos	1.000	-			
<b>TOTAL</b>	<b>105.449.914</b>	<b>72.966.898</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

(1) Meta extinta

(2) Lei Delegada nº 049 de 02/01/2003

(3) Executada com recurso doado pela V Conferência Estadual de Assistência Social





**EDUCAÇÃO**



A Secretaria de Estado da Educação desenvolveu em 2003, ações destinadas à recuperação da qualidade da educação pública de Minas Gerais.

O atendimento às crianças de 6 anos foi realizado por meio de seminários, análise e aquisição de materiais didáticos-pedagógicos para 2.639 escolas; e de mobiliário e equipamentos para 308 escolas; definição de diretrizes filosóficas e políticas para elaboração de novas propostas curriculares para o ciclo inicial de alfabetização; identificação de escolas estaduais para viabilizar o atendimento ao aluno em tempo integral (Programa Segundo Tempo), do cadastro escolar nos 853 municípios com inscrição de 356.751 crianças para o ensino fundamental, já que, aproximadamente 100 mil, são crianças que nasceram em 1998 e serão matriculadas em 2004 no ciclo inicial do ensino fundamental, realização do Congresso Estadual de Alfabetização – ensino fundamental de nove anos, para 1.500 professores alfabetizadores da rede pública. Recursos foram aplicados nos projetos: Literatura na Escola, Livro Didático, Meio Ambiente, Manuelzão, Xadrez na Escola, Esporte na Escola. Escola Viva, Comunidade Ativa, Escola Inclusiva, em 45 escolas, Resignificação das Escolas Especiais, cursos de Capacitação em Línguas, Intérprete Educacional e Português, Bolsa de Trabalho (inserção de 300 alunos com necessidades educacionais especiais na sociedade por meio do trabalho); redimensionamento das oficinas pedagógicas (aquisição de equipamentos, mobiliário e material pedagógico para reestruturação de cinco oficinas pedagógicas).

Foram implantados três Centros de Apoio Pedagógico (CAP) às pessoas com deficiência visual, localizados em Montes Claros, Patos de Minas e Uberaba e o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às pessoas com surdez (CAS) localizado em Belo Horizonte mas que atende também a todas as regiões do Estado.

Adquiriram-se equipamentos destinados a implantação do projeto Recursos Tecnológicos Aplicados à Educação Inclusiva para três Centros de Educação Especial, 36 Escolas Especiais e dois Núcleos de Atendimento Psicopedagógico Especializado (NAPE), 14 escolas com salas de recursos e oito escolas do Projeto Escola Piloto – Escola Inclusiva. Além do atendimento na rede estadual, foram mantidas parcerias com instituições especializadas.

Em relação à universalização e à melhoria da qualidade do ensino médio foram implantados 44 cursos de ensino médio em escolas estaduais, reestruturadas 1.525 escolas de ensino médio, adquiridos equipamentos de informática, elaborados manual de orientação em financiamento de projetos e manual para implantação e implementação dos prêmios estudantis nas escolas estaduais. Com a realização do Cadastro Escolar está sendo planejada a reorganização da rede escolar para atendimento da demanda de 218.804 concluintes do ensino fundamental. O Plano de Expansão para 2004 prevê a abertura de mais 58.205 novas vagas em 400 municípios mineiros com implantação do ensino médio em escolas estaduais. Destas, 16.757 serão ofertadas na modalidade de educação de jovens e adultos. Realizaram-se, também Exames Supletivos, Qualificação Profissional, Especiais de Qualificação Profissional, destinados a jovens e adultos.

Quanto à educação profissionalizante foram reestruturadas 35 escolas de ensino profissional e implantados cursos em três Centros de Educação Profissional: Brasópolis - eletrônica industrial, atendendo a 343 alunos, aquisição de equipamentos, capacitação e consultoria (aguardando aprovação pelo MEC); Itajubá - telecomunicações, atendendo a 190 alunos (aguardando aprovação pelo MEC) e Teófilo Otoni - gemas e jóias.

O Centro de Referência do Professor atuou na implementação dos Centros Regionais de Referência em Diamantina, Governador Valadares, Varginha e Uberlândia, realizando palestras, seminários, oficinas, atividades artístico - culturais, concursos, prêmios, exposições temáticas, cursos e divulgando publicações à formação continuada dos professores, atendimento aos alunos da rede pública e comunidade educacional. Implantou também o PRÓ-LEITURA - formação continuada de professores da rede pública estadual de ensino fundamental; o PROEFE - programa de formação continuada para professores que atuam na área de educação física escolar; o PROEP - programa de expansão da educação profissional; o PEAS, programa de educação afetivo sexual que se destina a alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª série.

Com o objetivo de promover avaliação e estímulo aos profissionais da educação para formação continuada foi autorizada a frequência a cursos de mestrado e doutorado; o programa TV na Escola e os Desafios de Hoje; o Salto para o Futuro, continuidade do projeto Veredas, atendendo a 14.500 professores da rede pública, sendo 7 mil da rede estadual e 7.500 das redes municipais.

O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública foi reestruturado, deixando de ser coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora/CAEd, voltando sua coordenação para a Secretaria de Estado de Educação/SPA. Divulgou os resultados do PROEB/2002 - Língua Portuguesa, acompanhou a elaboração e pré-testagem de itens para avaliação das competências e habilidade em Matemática - PROEB/2003, coordenou a operacionalização do PROEB/2003 no Estado, acompanhou a elaboração do Boletim de Resultados do PROEB/2003, divulgou a operacionalização do SAEB/2003 e do Exame Nacional do Ensino Médio ( ENEM/2003).

Merecem destaque projetos que estão em fase inicial de implantação: Projeto Escolas de Referência, que tem por finalidade identificar, revitalizar, fortalecer as escolas estaduais que têm desenvolvido projetos bem - sucedidos na solução de problemas educacionais e que já alcançaram reconhecimento social tornando-se referência para as demais escolas; Projeto de Desenvolvimento Profissional e Valorização do Educador do Ensino Médio e Ensino Fundamental, que visa a promoção do desenvolvimento e a valorização profissional dos educadores das escolas estaduais realizando cursos presenciais e a distância; Projeto Escolas em Rede, proporcionando às escolas oportunidades de atuação de forma mais articulada e cooperativa desenvolvendo a cultura do trabalho em rede, incorporando as novas tecnologias da informação e da comunicação à sua prática educativa; Projeto Sistema de Apoio a Atividade Docente, destinado a redução das desigualdades regionais; o banco de recursos didáticos a ser disponibilizado na Internet para todos os docentes; Projeto Registro do Aluno, voltado para identificação civil dos alunos da rede pública do Estado para acompanhamento e controle do fluxo de alunos matriculados, aprovados, concluintes, transferidos e

evadidos, cujos resultados servirão para definir o quadro de pessoal, repasse de recursos para merenda, manutenção das escolas e ainda acompanhamento dos repasses do FUNDEF, tendo importância também na área de proteção à criança e ao adolescente e da defesa social.

O Programa Bolsa Familiar para a Educação atendeu a 51 municípios da mesorregião do Vale do Jequitinhonha, beneficiando 27.800 famílias, abrangendo em torno de 170 mil pessoas e 70 mil crianças em idade escolar.

A SEE mantém infra-estrutura necessária para o bom funcionamento de aproximadamente 4 mil escolas da rede pública estadual, que atendem cerca de 2,7 milhões de alunos, além de estender ações a escolas da rede pública municipal, destacando-se: Alimentação Escolar, Manutenção e Custeio, Obras, Mobiliário e Equipamento, Livro Didático e Transporte Escolar.

O programa de obras da SEE foi realizado por intermédio do Departamento Estadual de Obras Públicas e de convênios firmados com municípios, relativos às escolas municipais, e, também, repasse de recursos para a caixa escolar contratar as empreiteiras e responder pela administração da atividade.

A partir da Lei 13.458, de 12 de janeiro de 2000 - QESE, ficou estabelecido que dos recursos da QESE, 30% seriam para livre destinação pelo estado, 50% para os municípios e o estado de acordo com o número de matrícula do ensino fundamental e 20% para programas comuns às redes estadual e municipal de ensino. Com recursos dos 20% foram beneficiados 53 municípios com projetos de capacitação, 200 com projetos de mobiliário, 90 com obras e 685 com transporte escolar. Em relação aos 50% proporcional à matrícula foram repassados a 810 municípios aproximadamente 43 milhões de reais.

O Censo Escolar atingiu os 18.106 estabelecimentos de todas as redes de ensino do Estado, sendo 3.925 da rede estadual e 10.354 da municipal. Os dados apurados são utilizados como referencial para o planejamento das atividades e dos programas da Secretaria e, também, para cálculo dos recursos da QESE e do FUNDEF repassados aos municípios.

Em 2003 a SEE implementou importantes modificações na sua infra-estrutura tecnológica de comunicações de dados e de informática. Todas as Superintendências Regionais de Ensino foram conectadas por meio da PRODEMGE e desta ao órgão central, formando uma rede de aproximadamente 2 mil computadores.

#### **Fundação Helena Antipoff - FHA**

A Fundação Helena Antipoff realizou suas ações mantendo parcerias e estratégias de cooperação no âmbito público e privado, envolvendo Estado, município, instituições de ensino e de outras naturezas, buscando a promoção da qualidade de ensino público, por meio da educação básica, do atendimento psicopedagógico a crianças e adolescentes e da prestação de serviços para a formação e capacitação de recursos humanos na área da educação.

As Oficinas Pedagógicas Caio Martins, cujo objetivo é Educar pelo Trabalho, além de garantir o enriquecimento curricular, ofereceu às crianças e adolescentes a oportunidade de desenvolverem atitudes responsáveis, evitando a ociosidade e ampliando a jornada escolar, favorecendo a sondagem de vocações nas áreas artística, esportiva e trabalhos manuais. Durante o ano, vários projetos de oficinas alternativas foram desenvolvidos, como: Páscoa, Jardinagem nossa de cada dia, Meio ambiente e Plantas, Semana do Caxipô, Semana da Boneca, Semana do Natal, Colônia de Férias e Feira de Artesanto. Foram atendidos 1.763 alunos nas oficinas de Artes, Bambu, Biscuit, Bordado e Crochê, Brincantar, Cestaria, Língua Inglesa, Língua Pátria, Origami, Papel Artesanal, Pintura e Sucata.

A Clínica de Psicologia Edouard Claparède, unidade de atendimento psicopedagógico, registrada pelo Conselho de Psicologia, manteve a sua capacidade de atendimento por intermédio de convênio celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité, permitindo ações conjuntas de atendimento psicopedagógico a crianças e adolescentes encaminhados por escolas, postos de saúde, Conselho Tutelar e Associações de Ibirité. Atendeu a 1.053 clientes em 42.867 sessões de ludoterapia, estimulação precoce, avaliação e acompanhamento fonoaudiólogo, avaliação psicológica e psiquiatria, terapia individual e em grupo, reeducação pedagógica e orientação a pais e professores. Manteve ainda, com o Departamento de Estradas e Rodagem, o controle e distribuição do passe livre para clientes carentes e promoveu outras atividades como palestras sobre hiperatividade, sexualidade e aspectos fonoaudiológicos na educação e reuniões semanais para estudos de casos clínicos.

A Equipe de Civismo Altaneiro do Rosário (ECAR), atividade extracurricular atendeu a 60 crianças e adolescentes matriculados na Escola Sandoval Soares de Azevedo, encaminhados pela equipe pedagógica por apresentar problemas de relacionamento. Promoveu acampamentos eventuais e reuniões semanais, em que os alunos receberam treinamentos básicos de sobrevivência, primeiros socorros e participação em atividades cívicas e colaborou na organização de eventos comemorativos realizados na instituição. As crianças e adolescentes atendidos neste projeto, foram contempladas com cinco mil unidades de material escolar, como cadernos, lápis, borrachas, lápis de cor, uniformes escolares, adquiridos com recursos próprios da Fundação ou doados por outras instituições ou pessoa física. Foram também oferecidas 336 mil refeições, cujas aquisições foram conseguidas com recursos próprios, além dos provenientes da Secretaria de Estado da Educação destinados a merenda escolar para o ensino fundamental.

A Escola Sandoval Soares de Azevedo ministrou o ensino fundamental e médio, promovendo com a família uma educação e formação de alunos comprometidos, responsáveis, participativos, conscientes, críticos e cujas ações sejam norteadas pelo diálogo, criatividade e dinamismo, ou seja alunos aptos a interagir na sociedade. Atendeu a 1.538 alunos em 41 turmas de 1ª a 8ª série do ensino fundamental e 1.131 alunos em 26 turmas do ensino médio. Os alunos dos 3º ano do ensino médio participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e uma aluna ficou em 4º lugar na avaliação de literatura.

O ensino superior no Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira em convênio com o Centro de Projetos e Pesquisas Pedagógicas da Fundação, ofereceu

graduação e pós-graduação a profissionais que atuam na educação básica. O curso normal superior atendeu 519 alunos distribuídos em 12 turmas do 1º ao 5º período e o curso de licenciatura em Educação Física atendeu 196 alunos distribuídos em quatro turmas. Além dos dois cursos de licenciatura, o instituto atendeu também a 30 alunos no pós-graduação em educação especial na Escola Inclusiva. Participou também de vários eventos externos, dentre eles:

- PUC/CAMPINAS, banca examinadora em duas teses de mestrado;
- Faculdade de Presidente Kennedy, apresentação “As políticas de aceleração de aprendizagem na experiência de professores e alunos das camadas populares;
- no Simpósio Nacional De História-João Pessoa/Paraíba, apresentação de “Ensino de História e formação de professores para o ensino fundamental”;
- em Ibirité/Minas Gerais a palestra “A escola e a criança atípica”;
- e Genève-Suíça “Epilepsia”- Archives Jean Piaget/ Université..

Foi publicada a revista semestral do Instituto Superior de Educação da FHA: “Escritos sobre Educação”.

Quanto á pesquisa e extensão universitária estão sendo desenvolvidos cinco trabalhos pelos professores e analistas: Pesquisa e História Oral “Depoimentos Orais sobre o Contexto Cultural, a trajetória do legado da educadora Helena Antipoff”; Estudo do currículo do Curso Normal Superior; Prática de ensino e estágio supervisionado; Laboratório de Matemática; Qualificação de professores de Educação Básica.

Na qualificação profissional foram ministrados sete cursos que atenderam a professores, alunos e comunidade local: velas; fibra de bananeira; tear com fibra de bananeira; jardinagem; brinquedos e brincadeira; oficinas para professores de rede municipal de Ibirité; cestaria com fibras diversas – parceira PROEP/ CAPES.

O Museu e o Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, após seu tombamento como patrimônio histórico, estão sendo catalogados por historiadores todo seu acervo mobiliário, objetos pessoais de Helena Antipoff, troféus, equipamentos e documentos solicitados pelo IEFHA.

### **Fundação Educacional Caio Martins - FUCAM**

A Fundação Educacional Caio Martins acolheu em regime de tempo integral e parcial, em seus seis centros educacionais localizados nos municípios de Esmeraldas, Buritizeiro, Juvenília, Januária, São Francisco e Riachinho 1.450 crianças e adolescentes pobres. De acordo com sua prática educacional, manteve em funcionamento um leque de oficinas pedagógicas para a sondagem e semicapacitação profissional nas áreas de padaria, bombeiro-eletricista, carpintaria, alfaiataria, artesanato, construção civil e corte e costura. Com programações diversificadas estas oficinas atenderam 1.250 alunos. Desenvolveu, também, com objetivo pedagógico, projetos agrícolas de hortifrutigranjeiros em todas as unidades; a produção de grãos (milho e feijão) nos Centros de Carinhonha (Juvenília) e Urucuia (Riachinho). Manteve a criação de bovinos, suínos e aves



destinando toda produção ao consumo da população de alunos acolhida. Iniciou, na E.E. Santa Tereza, no Centro Educacional de Esmeraldas, um curso técnico em agropecuária.

Manteve em regime de parceria com a Emater um projeto agrícola diversificado no Centro Educacional de São Francisco com objetivos de produção para consumo próprio e o treinamento do pequeno produtor rural nas áreas de: apicultura, caprinocultura, fruticultura e horticultura.

Foi iniciado no Centro Educacional de Januária, em parceria com a EMATER, um projeto-modelo de caprinocultura, com 80 matrizes, destinado a produção de carne para atender a alimentação dos alunos e a promoção de treinamento do pequeno produtor rural da região.

Mantém, também, um cadastro de candidatos ao acolhimento que somou, nas seis unidades operacionais, de 1.940 crianças e adolescentes pobres, oriundos das periferias dos municípios em que atua e do meio rural. As crianças atendidas pela Fundação encontraram de forma simples o atendimento necessário para sua educação e a promoção de sua sadia reinserção social.

Todas as atividades foram desenvolvidas satisfatoriamente, buscando-se adequar os recursos disponíveis às necessidades do programa e encontrar, por meio de parcerias e produção própria, condições para expansão e otimização do atendimento.

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

2003

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado da Educação</b>	<b>3.463.957.417</b>	<b>3.619.035.963</b>			
121210012.179.0001 - Planejamento Setorial	2.616.514	1.884.583			
121220012.008.0001 - Administração da Ação Educacional	6.818.414	3.851.885			
121220012.018.0001 - Manutenção das Superintendências Regionais de Ensino	130.181.486	144.140.261			
121220012.057.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho de Acomp.e Controle Social do Fundef	15.000	-			
121220012.142.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Educação	1.548.856	1.560.141			
121220012.206.0001 - Direção Superior	3.537.453	2.482.203			
121220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	34.251.251	27.508.450			
121220012.292.0001 - Administração de Recursos Humanos	81.036.424	88.123.604			
121220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	4.000.000	3.374.196			
121230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	2.102.091	1.098.581			
122434732.563.0001 - Apoio as Ações de Atendimento a Criança e ao Adolescente	1.208.255	- Criança e Adolescente Assistido (Projeto)	2	-	

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
12272777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.180.292.953	1.150.559.604			
123065012.562.0001 - Alimentação Escolar	50.054.128	50.539.965	Aluno Beneficiado com Merenda Escolar (Aluno)	1.839.029	1.938.864
123615021.031.0001 - Programa Familiar para a Educação - Bolsa Escola	32.217.200	20.253.087	Bolsa Concedida (Bolsa)	33.000	27.800
123615021.631.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares Ensino Fundamental	22.121.819	28.719.501	Prédio Construído (Prédio)	43	11
			Prédio Ampliado (Prédio)	2	2
			Prédio Reformado (Prédio)	6	149
123615022.633.0001 - Carreira, Capacitação e Formação Continuada - Ensino Fundamental	25.806.176	19.539.632	Professor Habilitado (Professor)	14.321	14.000
			Curso de Atualização Realizado (Curso)	164	16
123615022.636.0001 - Organização do Atendimento Escolar - Ensino Fundamental	41.326.924	43.916.021	Cadastro Escolar Realizado (Município)	853	853
			Escola Mantida e Aparelhada (Escola)	3.610	3.619
123615022.637.0001 - Democratização da Gestão Escolar - Ensino Fundamental	72.413.660	64.489.357	Gestão Participativa Implementada (Projeto)	4	3
			Projeto Inovador Financiador (Projeto)	1.159	-
			Escola Assistida Financeiramente (Escola)	3.610	3.755
123615022.638.0001 - Avaliação Educacional - Ensino Fundamental	3.210.442	1.319.975	Aluno do Ensino Fundamental Avaliado (Aluno)	505.616	505.616
123615022.639.0001 - Apoio Administrativo do Ensino Fundamental	322.906.303	316.287.860			
123615024.517.0001 - Cooperação Estado Município	74.853.659	84.193.338	Recurso Repassado (Município)	853	810
			Ação Desenvolvida (Convênio)	2.149	1.951

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
123615024.634.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.069.175.665	1.137.794.349	Currículo Implementado (Projeto)	1	1
			Aluno do Ensino Fundamental Matriculado (Aluno)	1.822.179	1.761.251
			Aluno do Ensino Fundamental Concluinte (Aluno)	222.641	218.804
123625031.641.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares- Ensino Médio	50.000	61.495	Prédio Beneficiado (Prédio)	1	-
123625032.643.0001 - Carreira, Capacitação e Formação Continuada - Ensino Médio	550.000	-	Curso Realizado (Curso)	1	-
123625032.646.0001 - Organização do Atendimento Escolar - Ensino Médio	50.000	-	Escola Mantida e Aparelhada (Escola)	1.514	1.525
123625032.647.0001 - Democratização da Gestão Escolar - Ensino Médio	1.352.750	1.148.478	Escola Assistida Financeiramente (Escola)	1.514	100
			Gestão Participativa Implementada - Ensino Médio (Escola)	1.514	1.525
123625032.648.0001 - Avaliação Educacional Ensino Médio	50.000	-	Aluno do ensino Médio Avaliado (Aluno)	237.748	237.748
123625032.649.0001 - Apoio Administrativo do Ensino Médio	34.082.139	20.820.099			
123625034.644.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	199.782.284	312.107.844	Ensino Médio Reestruturado (Escola)	1.514	1.525
			Aluno do Ensino Médio Matriculado (Aluno)	819.190	796.619
			Aluno do Ensino Médio Concluinte (Aluno)	188.470	176.174
123635041.672.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares Ensino Profissional	131.250	40.000	Centro de Educação Profissional Construído (Centro)	1	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
123635044.674.0001 - Desenvolvimento do Ensino Profissional	2.619.358	1.503.468	Ensino Profissional Reestruturado (Escola)	23	35
			Centro de Educação Profissional Implantado (Centro)	4	3
			Aluno da Educação Profissional Matriculado (Aluno)	1.254	4.558
123655054.614.0001 - Desenvolvimento do Ensino Infantil	14.387.849	13.332.366	Aluno da Educação Infantil Matriculado (Aluno)	46.849	37.638
			Plano Curricular Nacional Implantado (Escola)	75	-
			Escola Assistida Financeiramente (Escola)	75	35
123665064.654.0001 - Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos	23.000.974	33.072.013	Jovem e Adulto Atendido (Projeto)	8	8
123675074.664.0001 - Desenvolvimento da Educação Especial	26.206.140	45.313.607	Aluno da Educação Especial Atendido (Aluno)	10.179	10.238
			Política da Educação Especial Implementada (Escola)	86	112
<b>Fundação Helena Antipoff</b>	<b>2.956.650</b>	<b>3.121.486</b>			
121220012.206.0001 - Direção Superior	1.486.691	1.433.196			
121227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000	-			
122434734.567.0001 - Apoio a Criança e ao Adolescente	82.691	56.050	Material Didático e Pedagógico Fornecido (Aluno)	4.830	5.000
			Alimentação Fornecida (Refeição)	442.500	336.000
			Criança/Adolescente Atendido nas Clínicas Psicopedagógicas (Atendimento)	10.880	42.867
			Criança/Adolescente Atendido nas Oficinas Pedagógicas (Atendimento)	600	1.763

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	171.951	175.794			
123615024.634.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	330.756	581.669	Aluno do Ensino Fundamental Matriculado (Aluno)	1.380	1.538
			Aluno do Ensino Fundamental Concluinte (Aluno)	160	201
123625034.644.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	818.243	870.347	Aluno do Ensino Médio Concluinte (Aluno)	240	276
			Aluno do Ensino Médio Matriculado (Aluno)	840	1.131
123635044.623.0001 - Qualificação Profissional	50.210	-	Curso de Atualização Realizado (Curso)	6	7
			Aluno do Ensino Profissionalizante Concluinte (Aluno)	240	360
123645084.910.0001 - Promoção de Cursos Universitários, Pesquisa e Extensão	15.108	4.430	Curso Realizado (Curso)	3	2
			Aluno Matriculado (Aluno)	800	715
			Projeto Pesquisa Realizada (Projeto)	1	5
			Aluno Graduado (Aluno)	0	-
			Curso de Pós-Graduação Latu-Sensu Oferecido (Curso)	1	1
			Aluno do curso de Pós- Graduação Latu-Sensu Matriculado (Aluno)	50	30
<b>Fundação Caio Martins - FUCAM</b>	<b>2.890.611</b>	<b>3.254.270</b>			
121220012.206.0001 - Direção Superior	263.246	141.537			
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	638.523	717.222			
121227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000	315.435			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
122434734.568.0001 - Assistência e Qualificação Profissional da Criança e do Adolescente	1.783.312	1.861.365	Criança/Adolescente Atendido nas Oficinas Pedagógicas (Criança/Adolescente)	1.250	1.250
			Criança/Adolescente em Regime de Internato Assistido (Criança/Adolescente)	1.450	1.450
			Criança/Adolescente em Regime de Semi-Internato Assistido (Criança/Adolescente)	120	120
			Aluno Qualificado em Curso Profissionalizante de Agropecuária (Aluno)	40	-
			Aluno Qualificado em Curso Profissionalizante de Magistério (Aluno)	40	-
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	204.530	218.711			
<b>TOTAL</b>	<b>3.469.804.678</b>	<b>3.625.411.719</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.







Dentro da lógica de atuação que preserva a continuidade das determinações apresentadas pelos instrumentos de planejamento de longo e médio prazo, as ações de saúde do Estado, delimitadas pelo programa de governo e desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde, estão relacionadas com os eixos centrais da política de saúde de Minas Gerais.

Dentro do esforço de otimização do atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS/MG), realizou-se em Belo Horizonte a V Conferência Estadual de Saúde, que reuniu mais de duas mil pessoas, entre usuários do SUS, gestores e prestadores de serviço. O objetivo do encontro foi a avaliação, discutindo-se propostas e sugestões para a melhoria do atendimento à população mineira, abordando questões relacionadas com Programa de Saúde ; a gestão participativa e o controle social; o financiamento da saúde; trabalho, meio ambiente e saúde; a organização do sistema de saúde; e a indicação dos delegados para a Conferência Nacional de Saúde.

Um dos avanços foi a regionalização do atendimento à saúde, que integra o Plano de Governo como projeto estruturador da área de saúde, visando a garantir à população maior acessibilidade aos serviços, possibilitando o atendimento mais próximo possível da sua residência, com a utilização mais racional dos recursos e equipamentos tecnológicos. Com isso se tornou imprescindível à adequação do Plano Diretor de Regionalização, anteriormente aprovado, objetivando-se ganho de escala, reavaliação das condições viárias e do fluxo hospitalar da população. A adequação então efetuada foi negociada com o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) e aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MG), em 16 de outubro de 2003. Nestes termos, Minas Gerais terá suas redes assistenciais estruturadas em nível de complexidade tecnológica crescente, a partir da atenção básica, a cargo dos municípios, organizados em 75 microrregiões e 95 pólos encarregados da prestação de serviços assistenciais de média complexidade que, por sua vez, integram 13 macrorregiões e 19 pólos responsáveis pela assistência da alta complexidade.

Destacaram-se nesse processo a negociação e votação da Programação Pactuada Integrada (PPI) e a criação do Sistema Estadual de Regulação. A regulação assistencial deve ser entendida como uma das funções de fortalecimento da capacidade de gestão do SUS, instituindo ao poder público o desenvolvimento da capacidade de responder às demandas de saúde nos diversos níveis de assistência, de forma a integrá-las às necessidades sociais e coletivas. No processo de descentralização do sistema de atendimento em saúde, o acompanhamento dos procedimentos de contratação e de execução dos serviços dentro do SUS foi o principal resultado das atividades de regulação em 2003. O sistema estadual de regulação apresentou uma atuação fundamental no desenvolvimento da atual rede de atendimento em saúde, participando dos processos de relacionamento entre as esferas federal, estadual e municipal de governo.

Investindo nos profissionais de saúde, foi criado o Fórum Estadual de Formação e Educação Permanente do SUS/MG como instância de articulação, negociação e interlocução permanente entre formação, gestão e controle social, trabalho que tem por objetivo fundamental ampliar as discussões em torno de uma formação integral para o profissional que desenvolve suas atividades na rede descentralizada do SUS,

aumentando de forma significativa a qualidade e a eficiência da prestação de serviços de saúde à população. Realizou o Iº Seminário Estadual de Formação e Educação Permanente do SUS/MG visando a propiciar integração e troca de experiências entre os parceiros dos futuros pólos de educação permanente em saúde.

Foi criado também o núcleo de educação permanente, com a participação de técnicos da Secretaria Saúde e da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, destinado a possibilitar ao profissional da saúde uma aprendizagem contínua e vinculada a sua prática. Como primeiro dispositivo desta proposta foram realizadas as Oficinas de Microrregionalização do Programa Viva Vida e oficinas de alinhamento conceitual com o objetivo de compreender os princípios da regionalização dos sistemas microrregionais, dos sistemas integrados e seu papel na consolidação do SUS.

O Programa de Integração Serviço-Ensino (PISE) disponibilizou 1.737 estágios acadêmicos para estudantes de curso superior, em diversas áreas do setor saúde, proporcionando aos alunos, oportunidade de desenvolver atividades nos serviços públicos de saúde conhecendo uma realidade nem sempre enfocada de forma objetiva nas academias. A avaliação do programa é positiva em vários aspectos, principalmente quando demonstra que estes estágios contribuem para maior organização dos serviços de saúde e a melhoria dos indicadores desses municípios.

O processo de descentralização das ações da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para Estados e municípios implicou a cessão de aproximadamente 24 mil trabalhadores (guarda de endemias) e na necessidade imediata de sua qualificação a 38 mil trabalhadores dos Estados e municípios que vêm desempenhando as mesmas funções, para favorecer a estruturação dos núcleos locais de vigilância em saúde. Nesse sentido, foi implantado o Programa de formação de agentes locais de vigilância em saúde (PROFORMAR) que será ministrado em quatro módulos, já tendo sido iniciado o primeiro módulo.

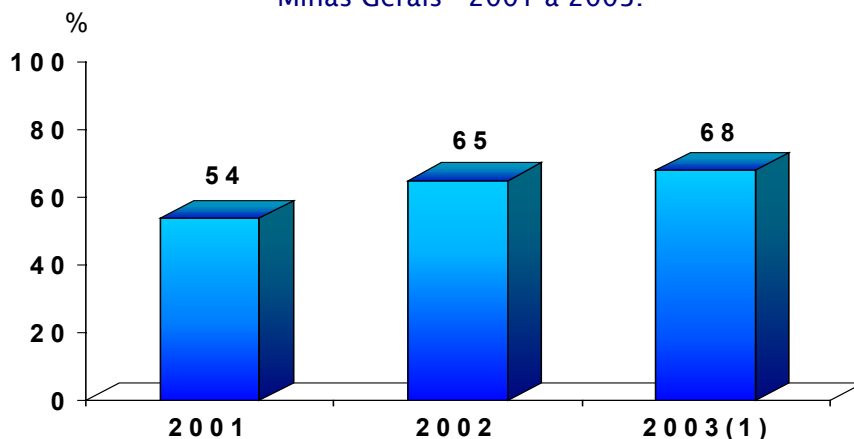
Foram treinados, ainda, 7.405 servidores nas áreas de administração e planejamento, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e promoção à saúde.

No contexto do aprimoramento no atendimento das ações de saúde, a SES está executando, em parceria com a Fapemig, um projeto de ciência e tecnologia em saúde tendo em vista o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para as necessidades concretas de saúde da população mineira. Por meio de edital, foram selecionados 13 projetos de pesquisa com foco nos programas prioritários do setor saúde.

Na área epidemiológica, ampliou-se a certificação dos municípios na programação pactuada e integrada de epidemiologia e controle de doenças, hoje, perfazendo 833 municípios certificados, alcançando 99.27% da população. Com isso, foi obtido um expressivo aumento nos resultados dos indicadores de qualidade da vigilância epidemiológica, conforme o gráfico 1. A consolidação do Projeto de estruturação da vigilância em saúde (VIGISUS) teve impacto significativo na melhoria dos indicadores, uma vez que atuou, no período de 2000 a 2003, na capacitação de 8

mil profissionais de saúde, na implantação de 5 laboratórios macrorregionais de saúde pública e investiu na aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

Gráfico1  
Percentual alcançado na Avaliação dos Indicadores de Qualidade da Vigilância Epidemiológica  
Minas Gerais - 2001 a 2003.



Fonte: SE/SES/MG

(1) Até setembro

Especificamente em relação ao controle da dengue, houve considerável redução do número de notificações de transmissão de dengue, em virtude do trabalho realizado pelos municípios no cumprimento das metas pactuadas, aumento de participação da população no combate ao vetor e às condições climáticas em 2003.

Realizou-se a II Mostra de epidemiologia e controle de doenças, de caráter educativo, cujo foco foi apresentação histórica do conjunto de ações realizadas. Além disso, protagonizou a comemoração dos 30 Anos do Programa nacional de imunização, o lançamento do boletim informativo da vigilância do câncer e a mobilização estadual de combate à dengue.

Dentre os programas prioritários da SES, o “Viva Vida” destacou-se na melhoria do acesso e da qualidade do pré-natal, da assistência ao parto e puerpério, do planejamento familiar, da assistência neonatal e da criança até um ano de idade, tendo em vista a redução da morbidade e da mortalidade infantil e materna. Um de seus componentes, o “Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento”, tem hoje a adesão de 639 municípios e 129.018 gestantes cadastradas.

O investimento do Estado, para iniciar o fortalecimento da rede de atenção à gestante e o recém nascido, foi de cerca 12 doze milhões, com a aquisição de equipamentos para implantação de 55 UTI neonatal, 120 maternidades que atendem partos de risco habitual e 2.500 kits de equipamentos para equipes de saúde da família e mil para as unidades básicas de saúde.

Em fortalecimento à atenção à Saúde da Mulher, foi implantado o “Programa Estadual de Controle de Qualidade e Radioproteção em Serviços de Mamografia”, proporcionando segurança e garantia da qualidade dos exames mamográficos à população-alvo, ou seja, às mulheres com mais de 40 anos de idade, atendendo a um universo de 1,8 milhão de mulheres. A capacidade instalada é de, aproximadamente, 250 mamógrafos, o que dá ao Estado a auto-suficiência em serviços de mamografia.

As ações de Saúde do Trabalhador têm-se desenvolvido num campo de caráter intra e intersetorial. Tendo em vista a implementação do Plano Estadual de Saúde do Trabalhador, foram realizados encontros estaduais intensificando discussões sobre a organização da área no Estado. Ressalta-se a realização do seminário Avançando na Implantação da Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador em Minas Gerais. Em parceria com a UFMG (Hospital das Clínicas e o Departamento de Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas – ICB) estão sendo realizadas pesquisas sobre os efeitos crônicos à saúde provocados pela exposição a agrotóxicos, com trabalhadores rurais.

Com relação às doenças crônico-degenerativas foi realizado diagnóstico do sistema de informação “Hiper Dia” nos municípios do Estado, que possibilitou o planejamento estratégico do suporte para o sistema por parte da equipe do DATASUS regional, com avanços na qualidade do envio de dados do programa. Foram capacitados 147 profissionais de equipes básicas de saúde e de PSF das regiões Norte e Metropolitana para implantação do protocolo de atenção à hipertensão arterial e diabetes “mellitus”.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) capacitou 183 profissionais do Programa de Saúde da Família (PSF) nos municípios de Fortuna de Minas, Santana de Pirapama, Patrocínio, Icarai de Minas. Capacitou 206 técnicos municipais normalizando a distribuição de Vitamina A na rotina das Unidades de Saúde em criança de 0 – 5 anos e puerpérias, em maternidades. Foi realizado o V Seminário Estadual de Vigilância Alimentar com o tema: Fome Zero, Segurança Alimentar e SISVAN.

Dando continuidade à descentralização das ações de controle de hanseníase, foram realizados 57 cursos para a capacitação de 1.988 profissionais de saúde, de 343 municípios.

O Programa de Prevenção Primária do Câncer (PREVPRI) estabeleceu parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEE/MG), com as 46 Superintendências Regionais de Ensino (SREs) para implantação do “Saber Saúde”. Entre abril e novembro de 2003 foram cadastradas 384 escolas, 228 unidades de saúde e 51 ambientes de trabalho, repercutindo no desenvolvimento da capacitação de profissionais de saúde, dos serviços de atenção básica, para ações de abordagem e tratamento do fumante, visando à formação dos Centros de Referência para Tratamento do Fumante, conforme a Portaria MS nº.1575.

A área de saúde mental reavaliou 12 hospitais psiquiátricos pelo Programa de Avaliação do Sistema Hospitalar-Psiquiatria (PNASH), dos não-classificados no ano de 2002. Como resultado dois hospitais psiquiátricos estão em processo de

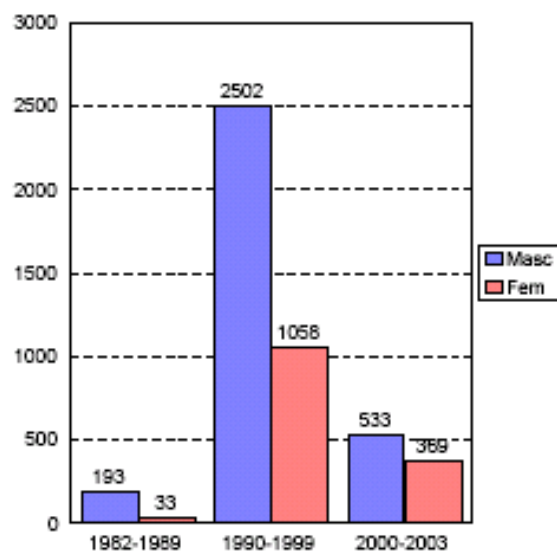
descredenciamento do SUS - Hospital Prontamente, em Montes Claros, e Sanatório Barbacena, em Barbacena. Para não causar a não-assistência ao portador de sofrimento mental, estão em processo de implantação e de credenciamento no Ministério da Saúde cinco Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde de Montes Claros (Bocaiúva, São Francisco, Pirapora e Itacarambi) e credenciamento de leitos psiquiátricos em hospitais gerais microrregionais e, na de Barbacena, oito Serviços Residenciais Terapêuticos estão sendo implantados. As ações foram planejadas com a participação da SES/MG, das Diretorias de Ações Descentralizadas de Saúde e dos municípios envolvidos e vêm sendo acompanhadas pela Coordenadoria Estadual de Saúde Mental.

O Programa Estadual de Pneumologia Sanitária desenvolveu ações de gerenciamento, assessoramento e de educação continuada nos diversos níveis de abrangência do Programa de Controle de Tuberculose (PCT). Foram realizadas diversas capacitações de equipes do PSF, implementação da metodologia de controle efetivo da tuberculose divulgada pela Organização Mundial de Saúde (OMS)- Directly Observed Treatment-Short Course (DOTS); projeto de humanização; além de capacitação e reciclagem no sistema de informação nas Diretorias de Ações Descentralizadas de Saúde e melhoria no processo de distribuição de tuberculostáticos. Por meio dos acordos firmados no Plano de Ação Imediata (PAI) do Ministério da Saúde, o Programa receberá recurso financeiro que beneficiará os municípios de Belo Horizonte, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, abrangendo 4.832.243 habitantes, com R\$253.604,25 e R\$250.000,00, respectivamente destinados a equipar a FUNED e suas unidades regionais de forma a ampliar o acesso ao recurso diagnóstico em todo o Estado. Em 2002, foram diagnosticados 5.133 casos de tuberculose, o que levou ao atendimento do mesmo número de casos durante o ano de 2003 em virtude da durabilidade do tratamento.

A mudança da transição epidemiológica e a ampliação da população idosa brasileira levaram à mudança do perfil de morbi-mortalidade caracterizado por enfermidades crônicas próprias das faixas etárias mais avançadas, com custos diretos e indiretos mais elevados. Tal situação se configurou como um desafio para as autoridades sanitárias, especialmente para a implantação de modelos e métodos para o enfrentamento do problema do idoso. Nesse esforço de consolidação de Centros de Referência em Atenção ao Idoso, inaugurou-se o centro do Hospital das Clínicas em Belo Horizonte, com a proposta de mais seis centros a serem implantados. Outras iniciativas de destaque são a implantação do Programa para portadores de Doença de Alzheimer e a atuação frente aos problemas com asilos irregulares no município de Santa Luzia.

Em relação às ações de DST/AIDS, foi implantado o Programa de atenção às vítimas de violência sexual nos serviços de saúde da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que, após atendimento, serão acompanhadas nos serviços de referência. Esta atenção é um processo intersetorial que busca implantar estratégias mais amplas de combate à violência sexual, bem como atenção integral às vítimas, envolvendo a Secretaria de Estado de Defesa Social, Instituto Médico Legal, Delegacias e Saúde.

Gráfico 2

**Casos de Aids em jovens (20-29 anos) por sexo, Minas Gerais, 1982-2003\***

Fonte: CBOST/Aids- DNAS-SAS-SES-MG

Considerando-se os casos de AIDS na faixa etária entre 20 e 29 anos, em 2003, eles representaram 30% do total de casos do Estado. O resultado é significativo em virtude da redução do percentual de incidência dessa enfermidade sobre a população jovem, o que pode ser considerado um reflexo das políticas de conscientização desenvolvidas pela SES/MG.

Além disso, foi concluída a estruturação de unidades hospitalares de referência estadual de urgência e emergência; a estruturação das centrais de regulação assistencial da urgência e emergência; a estruturação do núcleo de educação permanente em emergências; a capacitação de recursos humanos nos protocolos da urgência e emergência da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Dentro do atendimento de alta complexidade, as ações de transplantes de órgãos aumentaram 30% em todo o Estado. A transferência do MG Transplante do Hospital das Clínicas, para o Pronto-Socorro João XXIII, como o maior centro doador, e a celebração do convênio de co-gestão com a rede FHEMIG tornaram mais eficiente o funcionamento desse sistema de transplante.

Realizou-se estudo para identificação da rede assistencial de alta complexidade, no Estado, divididos por especialidades, assim como sua distribuição geográfica, análise de parâmetros e identificação dos locais em que ainda existe necessidade de novos serviços.

Destaca-se a implantação do Programa de Fortalecimento e Melhoria de Qualidade dos Hospitais (PRÓ-HOSP), que prevê a aplicação de recursos do Tesouro do Estado em hospitais da rede SUS/MG, com a finalidade de aumentar a qualidade de atendimento aos usuários. No primeiro módulo do programa, os hospitais-sede de macrorregiões, contemplaram, inicialmente 11 municípios: Alfenas, Belo Horizonte, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Varginha, por meio de 22 hospitais. O segundo módulo do programa atende aos hospitais das microrregiões, priorizando a região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e a região Norte de Minas, contemplando os municípios de Brasília de Minas, São Francisco, Coração de Jesus, Francisco Sá, Janaúba, Monte Azul, Januária, Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Salinas, Taiobeiras, Águas Formosas, Nanuque, Padre Paraíso, Teófilo Otoni, Malacacheta, Itambacuri, Almenara, Itaobim, Pedra Azul, Araçuaí, Minas Novas, Turmalina, Diamantina.

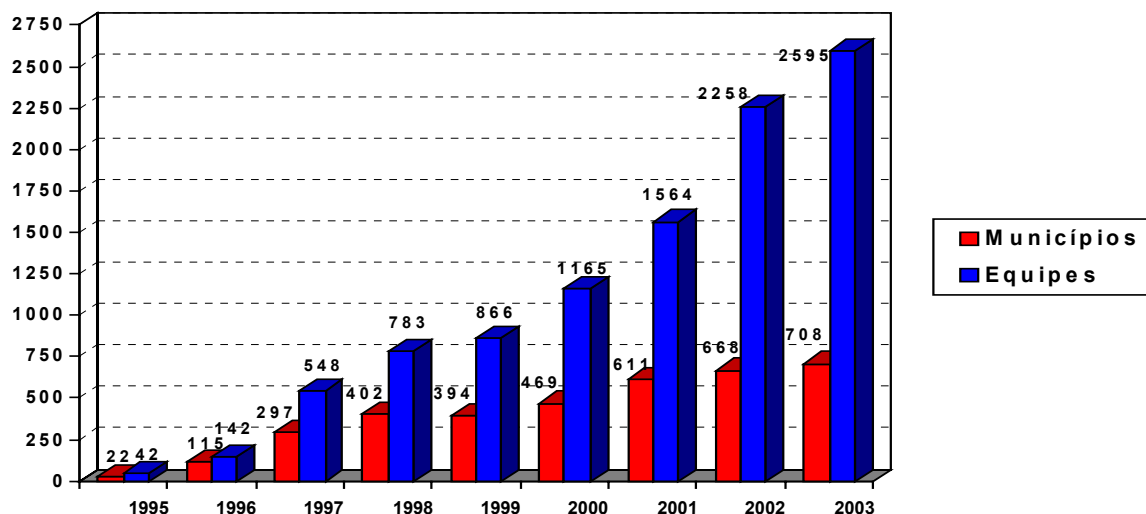
O Programa de atenção à saúde da pessoa portadora de deficiência habilitou 19 unidades prestadoras de serviços em reabilitação, no ao Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria MS/SAS nº 818/2001, que regulamenta a assistência ao portador de deficiência.

Foi implantado o Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica (Farmácia Básica) com quatro distribuições trimestrais de medicamentos da relação pactuada aos municípios, sendo selecionado um elenco de medicamentos básicos atendendo à demanda gerada pelas ações prioritárias do programa “Viva Vida”. Os projetos para implantação do Programa Farmácia de Minas têm como estratégia, a organização da demanda; a organização da oferta estadual; as ações de uso racional de medicamentos e a comunicação social da Farmácia de Minas.

Na área da atenção primária à saúde, a principal proposta é a ampliação da oferta e da qualidade de serviços de atenção básica à população com ações de promoção, prevenção e assistência à saúde da família. Para isso, o poder público estadual contribuiu para a sustentabilidade financeira do Programa Saúde da Família (PSF) nos municípios, cobrindo, aproximadamente, 70% da população, o que representou uma melhora considerável na oferta de serviços e ações de saúde mais próximas do cidadão, de maneira a promover a garantia de acesso e a redução do número de internações hospitalares, por causas sensíveis à atenção básica. Estão implantadas 2.595 equipes do PSF com 16.211 agentes comunitários de Saúde - ACS. No tocante ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde, Minas Gerais tem implantado em 69 municípios com 125 equipes e 2.187 agentes. Na realidade, o Estado conta com 18.398 agentes atuando nas duas estratégias. Pode-se observar no gráfico 3, a evolução da implantação do PSF em Minas Gerais, por município e ano.



Gráfico 3  
Nº de equipes implantadas e de municípios atendidos em Minas Gerais  
1995 a 2003



FONTE - SES/SAS/PSF/ICMS/NOVEMBRO/03

O PSF está implantado em 708 municípios (83% dos municípios mineiros). Conforme dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) verifica-se que 8.794.523 pessoas estão sendo atendidas pelas equipes do PSF e 1.363.976 pessoas estão recebendo ações realizadas pelos agentes ligados ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

No que tange às ações de saúde bucal, destaca-se a realização do Projeto SB Brasil, que tem como objetivo produzir informações sobre as condições de saúde bucal da população de Minas Gerais. Foram examinadas aproximadamente 13 mil pessoas em 27 municípios em relação aos principais agravos e doenças bucais: cárie dentária, doença periodontal, anormalidades dento-faciais, uso e necessidade de prótese e fluorose.

Em relação à qualidade dos alimentos, de água, medicamentos e serviços de saúde e de interesse da saúde, por intermédio da Superintendência de Vigilância Sanitária foram realizadas 21.590 inspeções de média e alta complexidade, representando um incremento de 27% em relação ao exercício anterior.

#### Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG

No que diz respeito à atividade Atendimento Hospitalar Geral, foram realizadas 16.396 altas hospitalares, 6.751 cirurgias e 309.155 consultas médicas. A produção realizada na atividade de atenção às urgências e emergências do programa de Atendimento Hospitalar, foi de 639.245 consultas, 62.144 altas hospitalares,

2.150.824 exames complementares e 25.923 cirurgias. Concomitantemente, visando à melhoria contínua dos serviços prestados, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), propiciou a formação de 255 médicos em diversas especialidades da residência médica, realizou 15.208 estágios acadêmicos e ofereceu treinamento a 3.878 servidores.

Em termos institucionais, a FHEMIG passou a sediar e administrar as atividades relativas ao Programa MG Transplantes, dando, a partir de então, maior agilidade às ações de captação e transplantação de órgãos, com registro de aumento, da ordem de 50%, do número de pacientes contemplados com este procedimento. No sentido de dar resposta à situação de demanda reprimida no que se refere à oferta de leitos para pacientes que necessitam de cuidados intensivos, disponibilizou 10 novos leitos de CTI no Hospital de Pronto-Socorro de Venda Nova, localizado na Região Norte de Belo Horizonte.

#### **Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia de Minas Gerais – Hemominas**

Em 2003, os serviços de hemoterapia em Minas Gerais completam 18 anos e a Fundação Hemominas, responsável pelas áreas de hematologia e hemoterapia no âmbito do Estado, inaugurou o Núcleo Regional de Diamantina e a nova sede de Divinópolis. A instituição ampliou para 22 unidades a Hemorrede do Estado, sendo 18 no interior – Além Paraíba, Betim, Diamantina, Divinópolis, Frutal, Governador Valadares, Ituiutaba, Juiz de Fora, Manhuaçu, Montes Claros, Passos, Patos de Minas, Ponte Nova, Pouso Alegre, São João del Rei, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia - e 4 na capital: Hemocentro de Belo Horizonte, Hospital João XXIII, Hospital de Venda Nova e Hospital Júlia Kubitschek. Atualmente, a Fundação atende a 85% da demanda de transfusão de sangue no Estado e é referência no atendimento a pacientes hemofílicos e com hemoglobinopatias congênitas (doença falciforme e outras). Além disso, atende por mês, em média, cerca de 8 mil doadores aptos em Belo Horizonte e mais de 9 mil no interior. Por ano, são realizados cerca de 240 mil atendimentos a doadores em Minas Gerais. As bolsas de sangue coletadas são fornecidas a mais de 400 hospitais contratantes em todo o Estado, sendo 103 na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além de fornecer sangue e hemoderivados aos hospitais da rede pública e particulares, mantém, em 13 unidades, atendimento ambulatorial a pacientes portadores de doenças do sangue, principalmente anemia falciforme e hemofilia. Em algumas unidades, as equipes são multidisciplinares, formadas por enfermeiros, médicos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, dentistas e fisioterapeutas.

Destaca-se, ainda, a ampliação dos trabalhos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico, a realização de treinamentos para vários hemocentros do país, a revisão dos protocolos oficiais de hemoterapia da Bolívia, a reciclagem constante de seu pessoal e a oferta de estágios para estudantes de nível médio e superior. Além disso, foram assinados termos de outorga e aceitação de auxílios com a Fapemig para estágios técnicos na França e Estados Unidos, para financiamento de curso de especialização e treinamentos institucionais. Em parceria com o ICB/UFMG, está em andamento o projeto induzido de desenvolvimento tecnológico: “Purificação e Caracterização de Hemoderivados Seleccionados: fatores VIII e IX da coagulação”.

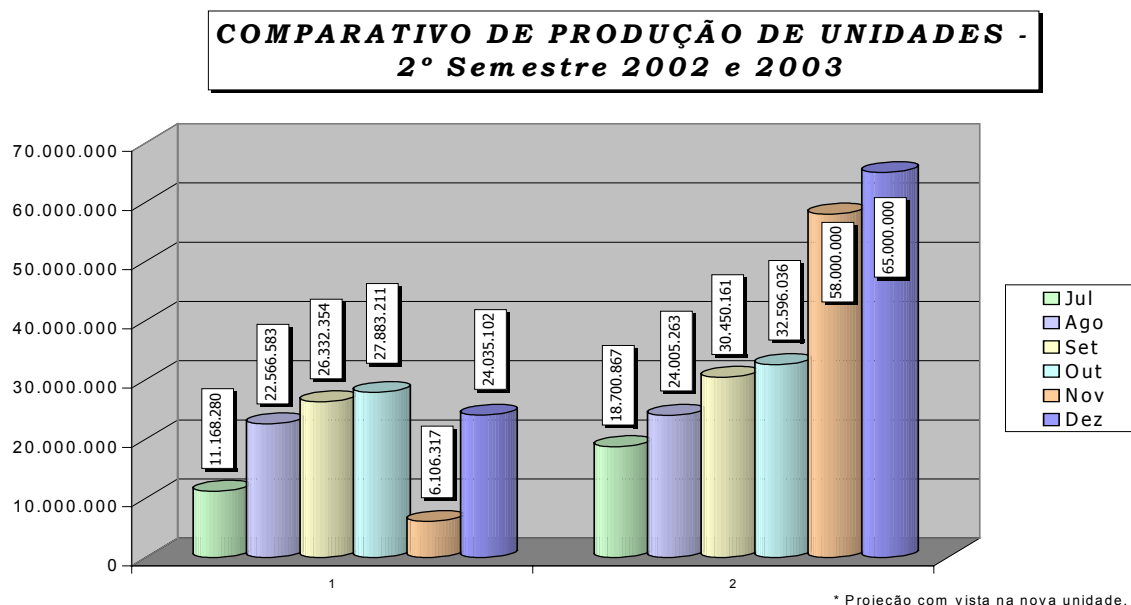
Dentro da sua proposta de disponibilizar à população sangue com garantia de qualidade, o Hemocentro de Governador Valadares conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade em Gestão Pública – Categoria Bronze, do Ministério do Planejamento. Em coerência com esta política, foi implantado, na SES/MG, o Programa Estadual de Monitoramento da Qualidade do Sangue nos Serviços de Hemoterapia, dos Bancos de Sangue Públicos e Privados, do Estado.

### Fundação Ezequiel Dias – FUNED

A Fundação Ezequiel Dias (FUNED), é hoje uma das maiores instituições públicas de saúde do país na produção de medicamentos essenciais e imunobiológicos, na realização de pesquisas no campo de saúde pública, no monitoramento das ações de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental e na formação e capacitação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde.

Em 2003, iniciou de forma decisiva um trabalho de resgate de sua capacidade produtiva, fortalecendo com isso um dos mais importantes pilares da política de saúde, que se constituiu na assistência farmacêutica. Além dos 42 itens de medicamentos fornecidos à Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, participou da produção de medicamentos estratégicos para o Ministério da Saúde com o objetivo de atender aos programas da hanseníase, lúpus, hipertensão arterial, diabetes e AIDS para todo o Brasil. Dentre eles estão: Didanosina, Nevirapina e Talidomida, que compõem o coquetel anti HIV, destacando-se que a Fundação é o único laboratório do país a fabricar a Talidomida. Com uma produção da ordem de 400 milhões de unidades, a FUNED vem procurando cumprir seu compromisso com a saúde, assegurando, à população carente, medicamentos de qualidade. O gráfico 4 apresenta a tendência crescente da produção de medicamentos da instituição:

Gráfico 4



Para atender à crescente demanda dos municípios mineiros por medicamentos essenciais, a FUNED inaugurou, em 12 de novembro de 2003, nova unidade de produção de medicamentos sólidos que conta com equipamentos de alta tecnologia, o que permite a duplicação da capacidade atual de sua produção, propiciando passar de 400 para 800 milhões de unidades por ano.

Foram inauguradas também as novas instalações do Desenvolvimento Farmacotécnico, com vistas a otimizar e adequar os processos de fabricação de medicamentos. As obras e aquisições de equipamentos foram possíveis graças à parceria entre os governos estadual e federal, já que foram investidos cerca de R\$ 7,5 milhões. Cabe ainda ressaltar que a produção de imunobiológicos apresentou um aumento de 25%, o que leva a Fundação a responder por mais de 30% da produção nacional.

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

2003

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado da Saúde</b>	<b>213.049.291</b>	<b>189.785.475</b>			
101210012.401.0001 - Planejamento e Gerência do Sistema Único de Saúde	27.280.251	22.984.013			
101220012.039.0001 - Direção Superior do Sistema Único de Saúde	4.643.075	4.745.365			
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	29.331.031	24.245.230			
101220012.821.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Saúde	130.000	13.233			
101220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	2.000.000	1.624.250			
101280014.186.0001 - Capacitação e Formação de Recursos Humanos	5.524.992	5.177.633			
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	58.207.078	52.233.394			
103014014.584.0001 - Coord., Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção da Saúde	85.662.450	78.490.952			
103044014.585.0001 - Coord. e Execução das Ações de Vigilância Sanitária	152.908	152.376			
103054014.586.0001 - Coord. e Assessoramento da Gestão Municipal nas Ações de Vigilância Epidemiológica	117.506	119.029			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Fundação Ezequiel Dias - FUNED</b>	<b>70.628.046</b>	<b>52.094.564</b>			
101220012.206.0001 - Direção Superior	1.834.199	1.242.730			
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	7.140.471	7.440.615			
101220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.043.181	577.428			
101227777.053.0001 - Pecatórios e Sentenças Judiciárias	20.642	7.549.631			
101280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	415.784	155.495	Profissional Treinado (Profissional) (1)	355	1.354
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	3.472.599	2.658.202			
103030991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	3.589.650	1.057.576	Unidade Predial Construída (Unidade)	2	2
			Unidade Predial em Reforma/Ampliação (Unidade) (2)	10	6
103034024.472.0001 - Suporte Laboratorial à Vigilância Sanitária e Epidemiológica	14.213.741	8.669.384	Exame e Análise Laboratorial Realizado (Análise) (1)	188.000	240.000
			Meio de Cultura Produzido (Placa) (2)	200.000	168.000
			Treinamento Laboratorial Realizado (Pessoa) (1)	136	200
			Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	7	7
			Supervisão Técnica Realizada (Supervisão) (2)	28	10
103034034.474.0001 - Controle de Qualidade de Prod., Processos e Serviços	1.810.310	1.204.043	Ensaio Realizado (Ensaio) (3)	45.700	27.725

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
103034044.188.0001 - Desenvolvimento e Produção de Medicamentos e Fitoterápicos	25.172.552	13.007.384	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa) (4)	19	0
			Medicamento Produzido (Unidade Mil) (5)	450.000	400.000
103034044.357.0001 - Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos e Hemoderivados	2.383.435	1.848.802	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	4	4
			Soro Produzido (Ampola) (1)	150.000	188.000
103634074.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	6.609.042	5.275.399	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa) (5)	2	1
			Pessoal Qualificado (Pessoa) (1)	40	214
			Profissional de Nível Médio Habilitado (Aluno) (1)	2.500	2.600
			Profissional de Nível Superior Capacitado (Aluno) (1)	690	1.994
			Cooperação Técnica Realizada (Município) (2)	8	5
105714064.471.0001 - Geração de Conhecimentos Científicos e Biotecnológicos	2.922.440	1.407.875	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa) (5)	22	13
			Tecnologia Aplicada (Exame/Teste) (5)	1.800	600
			Nova Tecnologia Aplicada a Produtos e Processos (Tecnologia)	9	9
<b>Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG</b>	<b>376.036.882</b>	<b>331.052.769</b>			
101220012.206.0001 - Direção Superior	268.074	378.077			
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	29.858.360	27.299.317			
101220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.878.000	1.671.709			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
101227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	167.919	760.332			
101280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	1.212.800	714.592	Estágio Acadêmico Realizado (Estudante)	12.000	15.208
			Pessoa Treinada (Pessoa)	3.000	3878
			Pesquisa em Andamento (Pesquisa)	30	60
			Profissional Qualificado em Curso de Nível Médio/Área de Saúde (Aluno)	360	146
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	11.375.000	13.573.050			
103020991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	26.750.000	2.209.965	Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	11	2
103024084.379.0001 - Atendimento Hospitalar Geral	105.999.582	94.158.054	Cirurgia Realizada (Cirurgia)	6.608	6.751
			Alta Realizada (Alta)	16.448	16.396
			Consulta Realizada (Consulta)	312.204	309.155
			Terapia Diversa Realizada (Atendimento)	250.288	227.205
			Exame na Atenção Hospitalar Realizado (Exame)	274.820	217.877
			Exame na Atenção Ambulatorial Realizado (Exame)	265.976	298.957
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	623.636	729.344
103024084.423.0001 - Atendimento de Urgência e Emergência	193.043.147	185.144.897	Cirurgia Realizada (Cirurgia)	20.708	25.923
			Alta Realizada (Alta )	47.312	62.144
			Consulta Realizada (Consulta)	859.180	639.245
			Terapia Diversa Realizada (Atendimento)	376.420	343.319
			Exame na Atenção Hospitalar Realizado (Exame)	856.064	841.484
			Exame na Atenção Ambulatorial Realizado (Exame)	1.535.552	1.391.340



Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	1.194.360	1.395.683
103634074.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	5.484.000	5.142.776	Residência Médica Oferecida (Residência Médica)	255	255
<b>Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS</b>	<b>61.515.175</b>	<b>55.532.401</b>			
101220012.206.0001 - Direção Superior	509.100	314.053			
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	9.962.000	17.899.352			
101220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.060.000	601.129			
101227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000	-			
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	540.000	451.967			
103020991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	7.100.000	2.507.927	Unidade Predial em Reforma/Ampliação (Unidade)	10	2
103024094.230.0001 - Desenvolvimento do Programa de Sangue e Hemoderivados	41.958.075	33.607.329	Consulta Médica Realizada (Consulta)	420.000	408.033
			Doador Apto Clínico Atendido (Doador)	245.000	246.916
			Hemocomponente Liberado (Bolsa)	600.000	583.418
105714064.424.0001 - Estudos e Pesquisas em Hematologia e Hemoterapia	385.000	150.644	Pesquisa em Andamento (Pesquisa)	6	9
<b>Fundo Estadual de Saúde - FES</b>	<b>774.006.312</b>	<b>701.769.192</b>			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
101280014.186.0001 - Capacitação e Formação de Recursos Humanos	8.671.451	513.757	Servidor Treinado em Administração e Planejamento (Servidor)	56	24
			Servidor Treinado em Vigilância Epidemiológica (Servidor)	3.808	1.689
			Servidor Treinado em Vigilância Sanitária (Servidor)	525	617
			Servidor Treinado em Promoção à Saúde (Servidor)	905	406
			Pessoa Treinada (Pessoa)	12.000	8.211
101280014.186.0002 - Apoio a Formação de Profissionais do SUS	1.370.800	382.693	Estágio Acadêmico Realizado (Estudante)	800	1.737
103014014.584.0001 - Coord., Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção da Saúde	232.871.719	192.803.579	Evento Realizado (Evento)	93	57
			Assessoria Prestada (Assessoria)	660	254
			Campanha Educativa Realizada (Campanha)	17	17
			Material Instrucional Elaborado (Material)	11	11
			Central de Atendimento ao Desnutrido Implantada SISVAN (Central)	12	-
			Ação de Promoção à Saúde Realizada (Ação)	78	33
			Procedimento Oftalmológico Realizado (Procedimento)	35.000	35.000
			Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento Implantado (Município)	853	639
			Carga Viral Teste Elisa Rápido Realizado (Exame)	24.000	25.518
			Exame CD4/CD8 Realizado (Exame)	26.400	24.656
			Teste Elisa Realizado (Exame)	80.000	65.000
			Monitoramento e Avaliação de Agravos de AIDS Notificado (Notificação)	684	671
			Monitoramento e Avaliação de Medicamento Antiretroviral Distribuído (Paciente/mês)	7.500	9.200
			Material Instrucional Distribuído (Material)	827.349	28.878

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Supervisão Realizada (Município)	1.295	126
			Recurso Repassado (Município)	841	-
103014014.589.0001 - Implantação do Programa de Saúde da Família e Agentes Comunit. de Saúde	11.543.966	31.097	Equipe PSF Implantada (Equipe)	391	585
			Equipe PACS Implementada (Equipe)	1.628	2.216
			População do PSF Atendida (Pessoa)	7.370.000	8.794.523
			População do PACS Atendida (Pessoa)	7.150.000	1.363.976
103024104.600.0001 - Controle e Apoio Assistencial da Rede Ambulatorial	138.000.000	170.614.785	Base de Dados-SIA/SUS Avaliada (Município)	841	846
			Procedimento/Saúde do Trabalhador no Atendimento Ambulatorial Realizado (Procedimento)	50	20.000
			Processamento Ambulatorial Realizado (Município)	842	840
103024104.600.0002 - Controle e Apoio Assistencial da Rede Hospitalar	182.000.000	222.785.976	Unidade Hospitalar Avaliada/PNASH (Unidade Hospitalar)	677	-
			Unidade Hospitalar Avaliada/PNASH-Psiquiatria (Unidade Hospitalar)	30	46
			Processamento Hospitalar Realizado (Unidade Hosp.)	699	627
103024104.600.0003 - Assistência Farmacêutica	100.544.468	86.138.858	Medicamento Básico Distribuído (Pessoa)	17.000.000	17.000.000
			Medicamento Especial Distribuído (Pessoa)	4.500.000	4.500.000
			Medicamento Excepcional Distribuído (Pessoa)	22.000	22.000
			Cesta de Medicamento Básico para Comunidade Indígena Distribuída (Cesta)	57	57
103024104.600.0004 - Auditoria Especial/Denúncia Municipais de Saúde	700.000	75.264	Auditoria Especial/Denúncia Realizada (Auditoria)	1.000	1.203

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Auditoria Eletiva em Sistema Gepaba Realizada (Auditoria)	200	156
			Auditoria Eletiva em Sistema GPSM Realizada (Auditoria)	57	57
			Auditoria Eletiva em Serviços Realizada (Auditoria)	500	482
103024104.600.0005 - Descentralização do Atendimento de Urgência e Emergência	7.200.000	793.643	Central Regional MG Transplante Implantada (Central)	5	5
			Recurso Repassado (Unidade Hospitalar)	17	17
103024104.600.0006 - Recuperação Física da Rede Assistencial	42.021.114	52.500	Recurso Repassado (Unidade de Saúde)	1	1
103044014.585.0001 - Coordenação e Execução das Ações de Vigilância Sanitária	14.812.035	5.953.870	Evento Realizado (Evento)	49	50
			Vistoria Realizada (Vistoria)	10.000	21.590
			Material Instrucional Elaborado (Material)	5	42
			Serviço de Vigilância Sanitária Implantado (Município)	90	-
			Município Acompanhado e Avaliado (Município)	300	54
			Material Instrucional Distribuído (Material)	240.000	28.770
103054014.586.0001 - Coord. e Assessoramento da Gestão Municipal nas Ações de Vigilância Epidemiológica	34.270.759	21.623.170	Campanha de Vacinação Humana Realizada (Campanha)	5	4
			Sistema de Informação Epidemiológica Implantado (Sistema)	4	4
			Material Instrucional Elaborado (Material)	13	13
			Sistema de Informação Epidemiológica Mantido (Sistema)	10	10
			Ação de Vigilância Epidemiológica, Entomológica e Controle Vetor Realizada (Ação)	500	500
			Dose de Vacina de Rotina Aplicada (Dose)	10.519.113	10.805.676
			Ação de Epidemiologia e Controle de Doenças Realizada (Ação)	2.032	2.032

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Animal Vacinado Contra Raiva (Animal)	2.418.231	3.006.367
			Ação de Vigilância Ambiental em Saúde Realizada (Ação)	313	313
			Sistema de Informação Epidemiológica Ambiental Implantado (Sistema)	3	1
			Material Instrucional Distribuído (Material)	240.000	240.000
			Centro de Controle de Zoonoses Implantado (Centro)	5	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.495.235.706</b>	<b>1.330.234.401</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

- (1) Melhoria de produtividade
- (2) Prioridade redefinida
- (3) Meta superestimada
- (4) Projetos não aprovados
- (5) Atraso na liberação de recursos
- (6) Reestruturação organizacional da SES
- (7) Insuficiência de recursos liberados
- (8) Pactuação SES/ANVISA
- (9) Cooperação Técnica
- (10) Recurso repassado ao Fundo Municipal de Saúde
- (11) Defasagem da tabela SUS e infraestrutura inadequada

**CULTURA**



O setor cultural do Estado ganha, a partir de 2003, mais densidade e articulação com a reinserção, em sua estrutura orgânica, da Fundação TV Minas e da Rádio Inconfidência. Além de consolidar funções tradicionais e de desenvolver uma série de novos programas estratégicos, em consonância com a política do Governo, uma nova ação se delineou e vem assumindo um caráter inédito na história da preservação do patrimônio histórico em Minas Gerais: a recuperação de peças sacras desaparecidas. Esta política cultural inovadora de proteção ao patrimônio histórico contempla o Projeto Chama (Ouro Preto), propostas de reforma da Lei Robin Hood, o Projeto de Educação Patrimonial, e tem como ápice o Projeto Estruturador Corredor Cultural Praça da Liberdade/Casa do Conde, em fase de pré-projeto, cuja metodologia de implantação e a versão preliminar do Edital do Concurso Público de Idéia foram definidas.

O Arquivo Público Mineiro, conduzindo a ação arquivística no âmbito do Executivo Estadual, com a implementação de iniciativas de gestão, preservação e acesso aos documentos públicos e privados de interesse público, deu especial atenção, em 2003, à aplicação de procedimentos criteriosos de avaliação documental em órgãos e entidades estaduais, contribuindo significativamente para a redução das áreas de depósitos de documentos no Estado e promovendo a racionalização e eficiência na guarda e utilização da informação pública. Os objetivos cumpridos em ação conjugada do Arquivo Público Mineiro com vários órgãos estaduais e, em especial, com a Secretaria de Estado da Fazenda e o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem atestam os benefícios da implantação efetiva da gestão de documentos no Estado.

No esforço de promover a proteção do acervo custodiado e de conjugar os princípios de preservação e acesso, tiveram continuidade as atividades sistemáticas de microfilmagem e digitalização de acervos, viabilizadas fundamentalmente com o aporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e realizadas em um modelo inovador de gestão partilhada com entidades públicas e universidades.

As metas cumpridas, em 2003, confirmaram o Arquivo Público Mineiro como referência no desenvolvimento e aplicação de procedimentos de reformatação de documentos históricos e na disponibilização de informações em meio digital.

A Superintendência de Museus deu prosseguimento, em 2003, a projetos que já se encontravam em andamento e cujas ações visam a atender aos princípios de preservação, investigação e comunicação.

O Projeto de Cadastramento dos Museus Mineiros, em sua segunda edição, foi implementado com o objetivo de reunir informações detalhadas dos museus mineiros, objetivando sua integração. As informações obtidas a partir da elaboração de uma nova planilha de cadastramento e de um detalhado manual de preenchimento foram inseridas no site da SEC e enviadas para os 853 municípios mineiros. Este projeto coloca a SEC/SUM em perfeita sintonia com as diretrizes traçadas, em nível nacional, para a área de museus, vindo a se somar ao trabalho de cadastramento de museus brasileiros, conduzido pelo Ministério da Cultura.



Visando a democratizar o acesso e a promover a apropriação dos bens culturais sob a guarda do Museu Mineiro, em 2003, a Superintendência de Museus dedicou-se a consolidar o Projeto de Ação Educativa deste museu, com o patrocínio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura/Fundo Municipal de Cultura, da Cemig e com o apoio da Associação dos Amigos do Museu Mineiro. Implementado desde janeiro, culminou com a inauguração, em setembro, dos espaços destinados à ação cultural e educativa do museu, devidamente equipada com mobiliário e material pedagógico especial.

Com esse projeto, foram estabelecidas novas formas de mediação com o público, ampliando o alcance de sua política cultural em favor da preservação e difusão de conhecimentos e reafirmando seu papel social.

A exposição Colecionismo Mineiro norteou a continuidade de Projeto do Inventário do Acervo do Museu Mineiro, realizando o mapeamento das 424 peças expostas, com o levantamento de informações referentes às suas características técnicas, estilísticas e iconográficas. Planilhas de inventário de aproximadamente 560 objetos foram revisadas e inseridas no Banco de Dados do Acervo do Museu Mineiro.

O Museu Casa Guignard deu continuidade ao seu Projeto de Ação Educativa, voltado especialmente para o público da rede escolar de Ouro Preto e municípios próximos, e ao Projeto Guignard/Passos de Guignard em Ouro Preto, ambos os projetos integrantes do Programa de Revitalização da instituição, em curso desde 1999.

Destacam-se, ainda, a ação educativa do Museu Casa Guimarães Rosa, em Cordisburgo, desenvolvida em 15 oficinas culturais que tiveram como tema predominante a obra de Guimarães Rosa, e a realização da XV Semana Roseana, evento de relevância indiscutível, ação cultural consistente e modelar.

A Superintendência de Bibliotecas Públicas cumpriu em 2003 as suas funções básicas de reunir, preservar, organizar e divulgar o patrocínio literário além de desenvolver diversas ações de incentivo à leitura informativa, educativa e recreativa. Atendeu 424.817 usuários e incorporou ao seu acervo 6.509 livros. Promoveu 74 eventos de incentivo à leitura e 14 exposições na Galeria Paulo Campos Guimarães. Assessorou 259 municípios, repassou para o interior 22.387 livros doados pela sociedade. Lançou e está coordenando, em Minas Gerais, o Programa Quero Ler, ação conjunta dos governos federal, estadual, municipal e iniciativa privada que pretende zerar o número de municípios sem biblioteca pública, implantando, até fevereiro de 2004, novas instituições.

Dentro do Programa Oficina de Cultura, destinado à qualificação de pessoal para a cultura, a Superintendência de Ação Cultural desenvolveu, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 12 cursos para 312 participantes, em 12 cidades do Estado, nas áreas de artesanato, cerâmica, tecelagem e tapeçaria e patrimônio cultural, perfazendo 1.025 horas/aula, com recursos financeiros de R\$58.630,00.

Por intermédio do Centro de Tradições Mineiras (CTM) realizaram-se seminários e palestras sobre cultura imaterial e promoveu-se o Encontro de Folias de Reis. Neste ano, ainda, foi instalada a Biblioteca do Folclore “Dr. Orville Conti” e organizado o Banco de Dados sobre o folclore mineiro.

Promoveu-se a realização de dois fóruns regionais de desenvolvimento cultural: do Vale do Aço, em Coronel Fabriciano, e do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares.

Com recursos estaduais da ordem de 22 milhões de reais, oriundos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, foram realizados 262 projetos de teatro, dança, circo e ópera, cinema, vídeo e fotografia, artes plásticas e gráficas, música, literatura, folclore e artesanato, pesquisa e documentação, patrimônio cultural, centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos, casas de cultura, seminários, cursos e bolsas de estudos na área cultural, patrocinados por 105 empresas beneficiadas pela referida lei.

A abertura do Edital 2003 possibilitou a inscrição de 2.400 projetos, em fase de análise, com publicação dos aprovados prevista para janeiro de 2004.

A Diretoria de Fomento à Produção Audiovisual vem buscando parcerias com produtores de cinema e vídeo do nosso Estado para a produção e veiculação, na Rede Minas de Televisão e Rede Nacional de TVs Educativas e Culturais, de produtos audiovisuais, como telefilmes, documentários para televisão, minisséries e programas semanais de cunho cultural e educativo.

### **Fundação Clóvis Salgado**

No exercício de 2003, a Fundação Clóvis Salgado atestou sua crescente presença no mercado cultural. Desenvolveu uma diversidade de ações objetivando, fundamentalmente, democratizar o acesso da população aos bens artísticos e culturais com uma programação intensa e diversificada, acolhendo e produzindo, em seus diversos espaços, espetáculos nacionais e internacionais, lançamentos de livros, exposições, filmes e eventos fechados, obtendo a presença de 909.994 pessoas. Dentre as realizações da FCS destacamos os espetáculos cênico-musical “Viva a Ópera”, a ópera “O Barbeiro de Sevilha” e o V Festival Internacional de Curtas- Metragens de BH.

O Centro de Formação Artística (CEFAR), além de ministrar cursos de formação artística, realizou a 4ª Edição do Curso de Gestão Cultural. A Serraria Souza Pinto, que compõe a estrutura organizacional da FCS, teve plena ocupação de sua agenda de eventos de grande porte como a Expocachaça, o Salão do Livro, o Mundo Mix, entre outros. A Casa do Conde, administrada pela FCS, desde junho de 2003, realizou 34 eventos, com um público estimado em 74.340 pessoas.

### **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA**

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) se propôs, como exercício de suas obrigações estatuídas de proteção e conservação dos bens culturais mineiros, a desenvolver uma série de programas que, em maior ou menor escala, foram realizados com sucesso, a saber: programa de Municipalização do Patrimônio Cultural Mineiro, organizado com base na Lei do ICMS Cultural (Lei 13.803/00, ora em discussão, em parceria com a Associação das Cidades Históricas Mineiras), que tem como concepção demonstrar a importância do município e da comunidade local como agentes de preservação; o Programa de

Educação Patrimonial tem como meta a concepção da educação para o patrimônio, no ensino formal, funcionando como um instrumento essencial de conscientização e proteção dos bens culturais.

Já o Programa de Reabilitação de Sítios Históricos define estratégias de crescimento ordenado para os núcleos preservados.

O Programa de Conservação Preventiva fundamenta-se no Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado de Minas Gerais (IPAC).

Graças ao Programa de Recuperação de Bens Tombados, foram propostas obras de recuperação por meio de projetos que se fundamentaram na captação em diversas leis de incentivo.

O IEPHA, em parceria com a SEC, a SEDS, o MPE, a Polícia Federal, o IPHAN, e as arquidioceses de Mariana e BH, vem implementando, ao longo do segundo semestre deste ano, diversas ações de recuperação, acautelamento, identificação e conservação de peças sacras furtadas das igrejas mineiras.

#### **Fundação Arte de Ouro Preto - FAOP**

A Fundação de Arte de Ouro Preto consolidou suas atuações nas áreas de arte e restauração, priorizando ações na cidade de Ouro Preto e região. Após a autorização do Conselho Estadual de Educação, a Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade concluiu a primeira turma do Curso Técnico de Conservação e Restauração de Bens Culturais. O Núcleo de Artes realizou 13 cursos livres anuais, atendendo 206 alunos nas áreas de artes plásticas, cênicas e de escultura.

Junto com outros parceiros, realizou 23 eventos, participando e ministrando cursos nas áreas de Educação Patrimonial e Gestão Cultural, além de dinamizar um calendário de exposições em Ouro Preto, atendendo diretamente com essas atividades a mais de 500 alunos em todo o Estado.

Com recursos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, desenvolveu ações do Projeto FAOP 2003 e Caravana da Cultura, ministrando cursos e eventos na capital e interior e implementando, ainda, o FAOP 2002.

Concluiu, em parceria com o Sebrae/MG, o Programa de Resgate Cultural do Artesanato em Minas Gerais, com a realização de um evento em Belo Horizonte, do qual participaram mestres de ofício de 22 municípios do Estado.

A FAOP tem consolidado importantes ações culturais em Ouro Preto e em outras regiões do Estado, mediante parcerias com a Açominas, a Usiminas, a Cemig, a Telemig Celular, o Sebrae, a Fundação Clóvis Salgado e o Instituto Cultural Flávio Gutierrez.

### **Fundação TV Minas Cultural e Educativa - TV MINAS**

A TV Minas, em 2003, reestruturou sua grade de programação e interprogramação com a estréia de seis programas, produção mensal de mais de 15 vídeos institucionais, voltados para as mais diversas causas sociais e comunitárias.

Neste ano, mais de 120 municípios mineiros passaram a receber o sinal e a programação da TV Minas, por meio de dez novas emissoras afiliadas, nas regiões Sul, Mata e Central do Estado. Cerca de 2 milhões de telespectadores foram beneficiados com a recepção, em suas cidades, de uma programação de qualidade, que enfoca, em especial, a educação, a cultura e os valores de Minas.

### **Rádio Inconfidência**

A Rádio Inconfidência implantou uma nova filosofia de programação com ênfase na prestação de serviços voltados para um jornalismo com qualidade e responsabilidade, objetivando resgatar os padrões técnicos e artísticos com que a emissora apresentava no passado. Destacam-se os lançamentos do Prêmio Daniel Freitas, do Troféu Inconfidência, da Campanha Nacional para a criação da ARPUG (Associação das Rádios Públicas do Brasil), além dos preparativos da Inconfidência Sat.

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

2003

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado da Cultura</b>	<b>12.128.379</b>	<b>11.330.370</b>			
131210012.179.0001 - Planejamento Setorial	371.132	79.531			
131220012.206.0001 - Direção Superior	754.613	702.469			
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.455.302	3.288.660			
131220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	78.332	35.915			
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	4.374.050	4.419.308			
133915414.097.0001 - Gestão, Preserv. e Divulgação de Documentos Públicos e Privados de Int. Público	444.745	422.532	Usuário Atendido (Usuário)	4.800	3.164
			Evento Realizado (Evento)	1	-
			Documento Especial Processado (Planta/Mapa)	12.000	11.600
			Publicação Produzida (Publicação)	1	-
			Documento Microfilmado Processado (Documento)	240.000	70.000
			Servidor Treinado (Servidor)	120	68
			Documento Textual Processado (Metro Linear)	400	450
			Assessoria Técnica Prestada (Unidade)	96	270
			Comissão Permanente de Avaliação Instituída (Unidade)	4	3
			Documento Textual Recolhido (Documento)	100	500
			Documento Especial Recolhido (Documento)	250	150
			Documento Especial Restaurado (Documento)	120	415

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Documento Textual Restaurado (Documento)	400	30.512
			Documento Especial Conservado (Documento)	600	2.300
			Documento Textual Conservado (Metro Linear)	800	950
133915424.131.0001 - Preservação e Difusão do Acervo Museológico	483.532	509.893	Público Atendido (Pessoa)	15.500	26.490
			Evento Realizado (Evento)	15	23
			Unidade Museológica Assessorada (Unidade Museológica)	12	8
			Acervo Processado (Objeto)	900	1.030
			Acervo Conservado (Objeto)	280	440
			Acervo Restaurado (Objeto)	9	17
133925434.133.0001 - Gestão do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas	1.350.390	1.220.091	Usuário Atendido (Usuário)	625.679	424.817
			Evento Realizado (Evento)	116	74
			Biblioteca Assessorada (Biblioteca)	600	259
			Publicação Periódica Disponibilizada (Título)	95	22
			Novo Livro Disponibilizado (Volume)	47.700	6.509
			Novo Material não Bibliográfico Disponibilizado (Material)	263	51
			Livro Adquirido (Volume)	8.420	7.474
			Biblioteca Polo Instalada (Biblioteca)	20	-
			Biblioteca Beneficiada com Doação de Acervo (Biblioteca)	320	143
			Instituição Beneficiada com Caixa Estante (Instituição)	25	12
133925444.134.0001 - Edição e Distribuição de Publicações Literárias	163.204	15.324	Publicação Editada (Edição)	3	-
			Suplemento Literário Editado (Edição)	12	3
133925454.145.0001 - Fomento, Promoção e Difusão Cultural	653.079	636.647	Projeto Aprovado (Projeto)	1.200	1.280
			Projeto Analisado (Projeto)	1.500	1.890
			Projeto Incentivado (Projeto)	400	262

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Projeto Apoiado (Projeto)	80	-
			Projeto Promovido (Projeto)	300	-
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	4	4
			Curso/Congênere Realizado (Curso/Congenere)	40	20
			Aluno Qualificado (Aluno)	1.000	644
			Informação Cultural Divulgada/Pessoa Atendida (Pessoa)	800	850
<b>Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP</b>	<b>1.104.470</b>	<b>623.028</b>			
131220012.206.0001 - Direção Superior	146.540	196.035			
131227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000	-			
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	22.700	21.584			
133925454.174.0001 - Promoção Artístico Cultural	572.500	196.181	Evento Realizado (Evento)	45	23
133925464.569.0001 - Cursos Livres de Educação Artística Artes e Ofícios	361.730	209.228	Curso Realizado (Curso)	25	21
			Aluno Formado (Aluno)	300	513
<b>Fundação Clóvis Salgado - FCS</b>	<b>9.218.408</b>	<b>11.166.170</b>			
131220012.206.0001 - Direção Superior	152.470	194.635			
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.768.077	2.711.374			
131220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	36.271	15.000			
131227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	11.922	1.137.605			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	720.000	716.636			
133925454.137.0001 - Produção e Apresentação Espetáculos dos Corpos Estáveis	3.570.877	3.906.939	Público Atendido (Pessoa)	100.000	160.347
			Espectáculo Produzido e Apresentado (Espectáculo)	90	85
133925454.174.0001 - Promoção Artístico e Cultural	1.055.192	1.318.177	Público Atendido (Pessoa)	600.000	749.647
			Evento Realizado (Evento)	160	163
			Espectáculo Realizado (Espectáculo)	450	457
			Atividade de Extensão Cultural Realizada (Atividade)	160	164
			Sessão de Cinema Realizada (Sessão)	850	752
133925464.569.0002 - Cursos de Formação Artística	903.599	1.165.804	Curso Realizado (Curso)	9	9
			Aluno Formado (Aluno)	27	27
<b>Fundação Inst. Est. do Patrimônio Histórico e Artístico de M.G. - IEPHA</b>	<b>2.824.165</b>	<b>23.420.362</b>			
131220012.206.0001 - Direção Superior	308.665	350.896			
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	831.692	796.523			
131220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	112.867	37.999			
131227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	13.482	676.510			
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	182.105	402.819			
133915474.511.0001 - Proteção de Acervo Cultural	596.336	437.106	Processo de Tombamento Realizado (Processo)	1	2
			Pesquisa Realizada (Pesquisa)	5	4
			Assessoria e Consultoria Prestada (Ass./Consultoria)	450	437
			Aluno Qualificado (Aluno)	60	-



Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
133915474.512.0001 - Preservação e Restauração de Bens Culturais	779.018	1.554.757	Projeto Elaborado (Projeto)	5	31
			Obra Executada (Obra)	1	-
			Projeto Aprovado (Projeto)	8	4
			Projeto Analisado (Projeto)	8	50
			Obra Fiscalizada/Acompanhada (Fiscalização)	30	24
			Serviço de Conservação Realizado (Manutenção)	12	5
<b>Fundação TV Minas Cultural e Educativa</b>	<b>12.152.088</b>	<b>9.581.876</b>			
241220012.206.0001 - Direção Superior	98.170	89.457			
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.498.645	2.219.266			
241220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	170.000	109.998			
241227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000	-			
242727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	171.800	185.646			
243925454.226.0001 - Produção e Apresent. de Programas Culturais, Educativos e Artísticos	7.987.999	6.211.845	Programa Cultural, Educativo e Artístico Produzido (Programa)	120	105
			Prog. Cultural, Educativo e Artístico Apresentado (Programa)	3.260	3.100
			Prog. Cultural, Educativo e Artístico Veiculado (Programa)	760	735
243925454.226.0002 - Produção e Apresentação de Programas Jornalísticos	76.720	47.119	Programa Jornalístico Realizado (Programa)	2.320	2.180
247225482.225.0001 - Operação e Manutenção do Sistema Eletrônico	1.147.754	718.545			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Rádio Inconfidência Ltda</b>	<b>3.417.803</b>	<b>3.415.803</b>			
241220012.206.0001 - Direção Superior	240.857	240.857			
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	933.211	933.211			
241220012.289.0001 - Serviço de Comercialização	159.883	159.883			
241227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	1.000	-			
247227844.238.0001 - Jornalismo	405.109	405.109	Radiojornal Transmitido (Hora)	1.080	1.080
247227844.238.0002 - Produção e Apresentação Artística	524.991	524.991	Programa Radiofônico Transmitido (Hora)	6.480	6.480
247227844.238.0003 - Produção e Apresentação Esportiva	403.854	403.854	Evento Esportivo Transmitido (Hora)	1.080	1.080
247227844.906.0001 - Operação, Manutenção e Adequação do Sistema de Radiodifusão	748.898	747.898	Equipamento Mantido (Equipamento)	30	30
<b>Rádio Inconfidência Ltda</b>	<b>1.000</b>	<b>5.778</b>			
247227846.025 - Adequação do Sistema de Radiodifusão	1.000	5.778	Equipamento Adquirido (Equipamento)	1	-
<b>Fundo Estadual de Apoio à Indústria Cinematográfica - FEAIC</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>			
133925451.089.0001 - Apoio Financeiro a Produção Cinematográfica	1.000	-			
<b>Fundo Estadual de Re- cuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico - FUNPAT</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
133915471.675.0001 - Apoio a Preservação e Restauração de Bens Culturais	1.000	-			
<b>TOTAL</b>	<b>25.277.422</b>	<b>46.539.930</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.





A Lei Delegada nº 56, de 29 de janeiro 2003, criou a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS) com a finalidade de planejar, organizar, coordenar, gerenciar e avaliar as ações operacionais do setor a cargo do Estado, visando à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, à redução dos índices de criminalidade, à recuperação de presos para reintegrá-los à sociedade. Uma nova concepção organizacional de controle da criminalidade e da violência baseada nos anseios da sociedade mineira, que carece de uma política de segurança pública que promova tanto a redução das taxas de criminalidade como o incremento da segurança subjetiva da população.

A fim de privilegiar o caráter estratégico dessa nova pasta, foi centralizada sob sua responsabilidade a articulação e coordenação de esforços conjuntos das instituições que compõem o Sistema de Defesa Social (Polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Defensoria Pública) visando à efetividade no controle e na prevenção social bem como a integrar esses órgãos.

A integração das instituições responsáveis pela defesa social decorre da construção de novas bases paradigmáticas do ponto de vista doutrinário e técnico-científico, formando uma plataforma de ação interinstitucional capaz de racionalizar sistematicamente os itens operacionais da ação ostensiva e da ação investigativa, observados os princípios constitucionais e respectivas competências, como também os pertinentes aos demais órgãos do sistema, inclusive os situados fora da esfera do Poder Executivo estadual, como Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, incluindo, ainda, setores organizados da sociedade civil.

A SEDS elaborou o Plano Estadual de Segurança Pública que contém ações para melhorar substancialmente a segurança pública em Minas Gerais, especialmente nos grandes centros urbanos, possibilitando ao governo do Estado buscar financiamento com o governo federal. São objetivos primordiais: a redução da superlotação das unidades prisionais, a desvinculação da Polícia Civil das atividades de administração prisional, a integração de bancos de dados e do planejamento operacional das organizações policiais, a integração das ações de repressão ao crime organizado, a prevenção da inserção de jovens na criminalidade e a ampliação do atendimento aos adolescentes autores de ato infracional. Além das ações emergenciais, foi desenvolvida uma política preventiva de acidentes, com a efetiva interação com outros órgãos e entidades do poder público, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar.

O acesso da população à justiça constituiu outro elemento relevante da política de defesa social que, a fim de garantir a efetividade dos direitos individuais e coletivos do cidadão mineiro, promoveu a institucionalização da Defensoria Pública e a valorização de seus profissionais, ações imprescindíveis para o exercício da cidadania.

Tendo em vista o choque de gestão promovido pelo governo estadual e a nova política pública de segurança definida para Minas Gerais, a diretoria de modernização e informática da SEDS, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (IDG) implantou o Modelo Referencial de Gestão Prisional, uma filosofia embasada na gestão profissional dos estabelecimentos

prisões e focada em resultados, propiciando garantia de segurança, reintegração do sentenciado por meio do trabalho, da educação e da profissionalização, bem como a redução de custos com o sistema, graças à produção e comercialização.

A escola de formação e aperfeiçoamento penitenciário, com a finalidade de planejar, orientar, controlar e executar as atividades relativas ao recrutamento, seleção, formação, treinamento bem como desenvolvimento de recursos humanos, selecionou e treinou 940 agentes penitenciários, 135 servidores administrativos e 36 técnicos de nível superior para atender as unidades prisionais do sistema penitenciário. Vale ressaltar que para se chegar a estes resultados foram avaliadas 7.300 pessoas. Outro treinamento realizado foi o do Comando de Operações Especiais, grupo de 80 agentes especiais.

Foram promovidos diversos cursos atendendo a 389 servidores, com destaque para o Sistema Integrado de Protocolo (SIPRO) com a participação de 102 servidores e Organização de Sistema e Métodos com 31 servidores.

A inauguração de três penitenciárias localizadas nos municípios de São Joaquim de Bicas, Pará de Minas e Uberlândia reduzirá a superlotação dos presídios e penitenciárias, uma vez que a criação de 1.200 vagas, aumenta em 24% a capacidade do sistema prisional em Minas Gerais. As três unidades custaram R\$ 22,8 milhões (R\$14 milhões originários do Ministério da Justiça e R\$8,8 milhões do Tesouro Estadual). Encontram-se em construção as penitenciárias - padrão de Juiz de Fora e de segurança máxima de Francisco Sá, com capacidade de 400 e 332 vagas, respectivamente, com previsão de término para 2004.

Houve reforma da rede física dos hospitais de Juiz de Fora e Barbacena e Unidade Penal de Unaí, melhorando consideravelmente as condições de atendimento para os sentenciados daqueles estabelecimentos, com investimentos da ordem de R\$ 2 milhões do tesouro estadual.

No tocante à assistência ao indivíduo privado de liberdade foram desenvolvidas várias ações, destacando-se na assistência à saúde atendimento médico, ambulatorial e odontológico, perfazendo 66.497 atendimentos; na área educacional, 320 sentenciados foram alfabetizados e estão cursando o ensino formal e telessalas 1.392 sentenciados; na prestação de trabalho assistido há 2.130 sentenciados e em curso de informática assistido, 240. Cadastraram-se 12.200 sentenciados no Infopen (Sistema de Informações Penitenciárias).

Ressaltam-se também os programas: Controle de Homicídios (Fica Vivo), institucionalizado pelo Decreto 43.334/2003 tendo como objetivo reduzir a incidência de homicídios em áreas de risco do Estado. É executado em parceria com comunidades tendo dois níveis de intervenção, o de proteção social (busca oferecer suporte social e oportunidades de profissionalização, bem como lazer, educação e cultura aos jovens) e o de intervenção estratégica que reúne ações conjuntas de órgãos de justiça, como: Ministério Público, Polícia Civil e Polícia Militar; O Fica Vivo, projeto-piloto implantado no Morro das Pedras, em Belo Horizonte, tem apresentado resultados significativos. Ofereceu cursos de profissionalização para 41 jovens e realizou oficinas culturais (teatro, música e dança) para 51 alunos. De julho/2002 a junho/2003 o crescimento da taxa de homicídios, comparada ao

período de julho/2001 a junho/2002, foi de 41% para o município de Belo Horizonte. No Morro das Pedras, na mesma época, a taxa diminuiu 42,86%; o Centrais de Penas Alternativas do Estado de Minas Gerais (CEAPA-MG) busca criar condições institucionais necessárias para o acompanhamento e aplicação das alternativas penais em três municípios: Contagem, Ribeirão das Neves e Juiz de Fora. Só no primeiro semestre foram atendidos 590 novos beneficiários, realizados 1.920 primeiros atendimentos pelos setores de Psicologia, Serviço Social e Direito, incluindo os módulos de qualificação; o de Reinserção Social que tem como objetivo geral promover a assistência e a educação dos egressos do sistema penitenciário de Minas Gerais, criando condições favoráveis a sua reinserção social e à minimização da reincidência criminal. Ampliou o programa por meio de uma rede de parceiros: Pastorais Sociais, Serviço Nacional do Comércio (SENAC) Utramig, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte (SEDESE), Convenção Batista Mineira, Associação Municipal de Apoio ao Egresso e Recuperando (AMAER/JF). Outra ação a se destacar foi a implantação de um programa de capacitação profissional do egresso na RMBH e em Juiz de Fora.

Os projetos básicos e planos de trabalho aprovados pelo Ministério da Justiça, tão logo os convênios sejam formalizados, novos recursos financeiros estarão disponíveis para implementação das ações previstas.

A Superintendência de Integração do Sistema de Defesa Social tem por finalidade supervisionar e avaliar as atividades relativas à integração entre os órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social, coordenando a implantação do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) e a operacionalização do Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD); a implantação das áreas integradas de policiamento, conforme Resolução Conjunta 013/2003 envolvendo a justaposição das circunscrições da Polícia Civil e Polícia Militar inicialmente em Belo Horizonte e posteriormente na RMBH e no interior do Estado; bem como a definição de uma metodologia integrada de planejamento de ação policial. O Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) disponibilizou R\$5.728.000,00 para esse projeto, enquanto o governo estadual vai aportar R\$1.432.000,00.

Outra ação de destaque foi o “I Treinamento Policial Integrado” de Minas Gerais, mediante composição de quatro turmas mistas de 120 policiais civis e militares, envolvendo a Academia de Polícia Civil - ACADEPOL e Centro de Treinamento Policial (CTP). Criou por meio da resolução conjunta 11/2003, e está coordenando também a Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC), a qual tem por objetivo planejar ações preventivas e corretivas no que tange aos atos de violência e infrações penais cometidas antes, durante e após eventos esportivos e culturais de grande porte realizados no Estado.

Vale ainda ressaltar a criação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GISP), que visa à repressão ao crime organizado, composto pelo Ministério da Justiça, pelas Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, além da própria Secretaria, com recursos já disponíveis da Secretaria Nacional de Segurança Pública da ordem de R\$ 3.381.195,00, e recursos a serem aplicados pelo Estado no montante de R\$ 845.010,00.



A Superintendência de Atendimento às Medidas Sócioeducativas implementou o Projeto Pedagógico das Escolas Formais que atendem adolescentes internados, a partir de articulação com a Secretaria de Estado da Educação. Além disso, promoveu a profissionalização de 30 adolescentes nos cursos de Mecânico de Manutenção em Refrigeração e Eletricidade Industrial oferecidos pelo Serviço Nacional da Indústria (SENAI). Um primeiro passo foi dado no sentido de se realizar uma ação inovadora e de destaque: a elaboração do anteprojeto de lei que institui a carreira de agente de segurança socioeducativo, diferenciados dos agentes penitenciários, constituindo-se servidores especializados no tratamento de adolescentes autores de ato infracional e capacitados para o respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

A parceria com o Ministério da Justiça para implantação do Programa de Atendimento ao Adolescente Egresso e Família foi renovada, bem como com as prefeituras de Uberaba, Uberlândia, Governador Valadares e Janaúba para execução de medidas sócioeducativas nos centros sócioeducativos desses municípios. O Centro de Internação Provisória Dom Bosco, de Belo Horizonte teve seu espaço físico expandido, aumentando em 30 o número de vagas e reduzindo sua superlotação. Objetivando aumentar ainda mais a capacidade de atendimento ao menor infrator, estão em fase de construção os Centros de Integração de Adolescentes (CIA) de Montes Claros e de Governador Valadares, e do Centro de Internação Provisória (CEIP) de Teófilo Otoni, com criação de 60, 60 e 29 vagas respectivamente, com previsão de conclusão para 2004.

### **Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**

A Defensoria Pública de Minas Gerais compunha a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos. A partir da Lei Complementar nº 65 de 17 de janeiro de 2003, a Defensoria passou à categoria de órgão, com autonomia administrativa e funcional, vinculado à Secretaria de Estado de Defesa Social. Presente em 124 comarcas de Minas Gerais, disponibiliza seus serviços a 12.139.189 cidadãos, correspondendo a 68% da população mineira.

Em 2003 foram realizados pela Defensoria Pública 1.204.384 atendimentos e ajuizadas 81.328 ações propostas.

A escassez de recursos orçamentários motivou a Defensoria a buscar novas formas de orientação jurídica. Neste contexto, a celebração de parcerias ganhou destaque. Foram atendidas, qualificadas e orientadas 2.700 ações. Destacam-se: Núcleos Móveis Especializados em Infância e Juventude - Defensoria Pública Itinerante, parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, que desconcentrou e ampliou as informações sobre direitos da criança e adolescente como forma de prevenir e remediar conflitos, além de assegurar a garantia de seus direitos fundamentais previstos na Carta Magna, pela criação de Núcleos Especializados em Infância e Juventude em cinco regionais: Metropolitana, Oeste de Minas, Vale do Mucuri, Vale do Sapucaí e Vale do Baixo Sapucaí; Defendendo os Direitos Humanos, conjunto de ações preventivas, educativas e informativas, relacionadas à divulgação dos Direitos Humanos, buscando coibir violações de tais direitos e também conscientizar as comunidades carentes dos princípios gerais e suas normas; O Cidadão Infantojuvenil e Sua Integração à Sociedade - Defensoria Pública Itinerante traduziu-se em um conjunto de ações

essencialmente preventivas, educativas e informativas, buscando oferecer apoio e incentivo às famílias para a educação formativa das suas crianças e adolescentes; Mutirão de Execução Penal, para o acompanhamento processual de presos provisórios e condenados, pleiteando possíveis benefícios na execução de suas penas e contribuindo para a manutenção dos processos sempre atualizados, o que acarretará aumento de vagas nas penitenciárias, ajudando a reduzir o número de rebeliões; Cidadania se aprende na escola – atua na orientação de alunos das escolas de 1º e 2º graus a respeito do funcionamento do Poder Judiciário, bem como as instituições que atuam com ele; Juizado de Conciliação, instalado dentro da estrutura física da Defensoria Pública, propicia a solução consensual e extrajudicial de conflitos, impedindo a proposição de ações judiciais desnecessárias.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA  
2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Secretaria de Estado de Defesa Social</b>	<b>126.170.854</b>	<b>143.773.788</b>			
141210012.179.0001 - Planejamento Setorial	374.191	3.664.428			
141220012.206.0001 - Direção Superior	1.692.839	1.932.541			
141220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	31.128.609	42.689.727			
141220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.526.970	1.296.770	Sistema de Informação do Adolescente Implantado (Sistema)	1	0
			Sistema de Informação Jurídica Implantado (Sistema)	1	0
			Sistema de Informação Penitenciária Implantado (Sistema)	1	1
141230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	274.221	214.860			
141280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	133.487	177.686	Servidor em Curso de Curta Duração Treinado (Servidor)	2.500	906
			Servidor em Curso de Média Duração Treinado (Servidor)	800	1.062
			Servidor em Curso de Longa Duração Treinado (Servidor)	3	-
			Participação em Evento Realizado (Servidor)	1.000	-
142727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	42.112.155	40.298.004			
144210991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	100.000	2.110.798	Vaga Criada (Vaga)	3.148	1.218
			Unidade Predial Construída (Unidade)	14	3
			Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	5	5
			Vaga Recuperada (Vaga)	550	1.086

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
144214754.337.0001 - Assistência ao Indivíduo Privado de Liberdade	42.355.842	45.721.011	Atendimento Ambulatorial Realizado (Atendimento)	30.000	41.728
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	5.000	8.599
			Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	12.000	16.170
			Recuperando Qualificado (Recuperando)	724	430
			Recuperando em Prestação de Trabalho Assistido (Recuperando)	3.120	2.130
			Egresso Assistido (Egresso)	840	-
			Recuperando no Ensino Formal Concluente (Recuperando)	365	380
			Recuperando em Curso Telessala Assistido (Sentenciado)	600	1.012
			Recuperando em Curso de Telessala Concluente (Sentenciado)	400	-
			Recuperando Alfabetizado (Recuperando)	500	320
			Familiar Assistido (Atendimento)	2.110	-
			Recuperando Assistido (Recuperando)	150	-
			Recuperando em Curso de Informática Assistido (Recuperando)	600	240
			Recuperando no Infoben Cadastrado (Recuperando)	12.000	12.200
			Atendimento Ambulatorial Realizado (Atendimento)	8.270	8.880
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	2.020	2.306
			Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	5.660	6.358
			Adolescente em Semi Liberdade Assistido (Atendimento)	180	272
			Adolescente Internado (Atendimento)	1.530	2.366
144214764.029.0001 – Assisten- cia a Adolescente em Cumprimento Medida Sócio-Educativa	6.472.540	5.667.963	Adolescente Egresso Assistido (Adolescente)	300	-
			Adolescente Provisoriamente Internado (Atendimento)	1.890	2.281
			Adolescente em Plantão Interinstitucional Apoiado (Atendimento)	2.000	-

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
			Adolescente no Ensino Formal Matriculado (Adolescente)	300	385
			Adolescente no Ensino Formal Concluinte (Adolescente)	150	154
			Adolescente Qualificado (Adolescente)	300	-
			Adolescente Assistido (Adolescente)	300	-
			Atendimento Externo Realizado (Atendimento)	2.430	2.038
			Família Assistida (Família)	300	-
<b>Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais</b>	<b>21.582.752</b>	<b>24.144.775</b>			
030924744.934.0001 - Assistência Jurídica, Judicial e Extrajudicial ao Cidadão	17.260.450	20.343.053	Cidadão Atendido (Atendimento)	7.692.574	1.204.384
			Ação Ajuizada (Ação)	97.593	81.238
			Ação Contestada (Ação)	15.388	-
031220012.206.0001 - Direção Superior	530.000	27.254			
031220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.791.302	265.018			
032727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	1.000	3.509.450			
Fundo Penitenciário Estadual	418.866	238.415			
144214761.158.0001 - Apoio ao Programa de Ampliação e Melhoria do Sistema Penitenciário	418.866	238.415	Obra/Projeto Homologado (Projeto)	5	1
			Equipamento/Projeto Homologado (Projeto)	2	0
Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos	1.000	-			
144224774.923.0001 - Apoio à Promoção e Defesa de Direitos Difusos	1.000	-			
<b>TOTAL</b>	<b>148.173.472</b>	<b>168.156.978</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

**POLÍCIA MILITAR**



Com ações efetivas, a Polícia Militar de Minas Gerais vem procurando atender os anseios da sociedade mineira, por meio do aperfeiçoamento e da otimização dos seus recursos, voltados para a prestação de serviços de melhor qualidade. Articulada em todo o território mineiro, a Polícia Militar é a única instituição pública que se faz presente nos 853 municípios e em mais de 250 distritos do Estado. O dispositivo operacional adotado pela instituição possibilita ao seu integrante permanente interação com a comunidade. As políticas e estratégias para preservação da ordem pública e defesa social desencadearam-se, em 2003, principalmente em prol de contínua garantia da tranquilidade pública.

Investimentos na qualificação técnico-profissional dos militares e a incessante busca pelo aprimoramento de sua capacidade para a solução de problemas permitiram grandes avanços. A sociedade tem evidenciado seu reconhecimento de que a PMMG está no caminho certo, e mais, que esse caminho é o que mais interessa à coletividade que vive e transita por Minas Gerais. A difusão e a elogiada opção pelo respeito aos direitos humanos, a atuação sempre calcada na instrumentação legal vigente, o entrosamento real e proveitoso com todos os segmentos sociais têm trazido uma grande aproximação com o ideal comunitário de uma polícia que proteja, socorra e torne os lugares mais seguros para a manutenção da vida e do patrimônio dos mineiros.

Para tudo isso, a base de apoio logístico foi também destaque ao disponibilizar os meios necessários ao trabalho de ação operacional, ainda que muitos tenham sido os desafios de ordem orçamentária e financeira. Ainda assim, a PMMG cresceu com as aquisições de recursos materiais, garantindo não só a manutenção dos meios já existentes, como, também, a agregação de novos instrumentos de trabalho, como viaturas, armamentos e tecnologia. Diversos convênios encontram-se em execução, destacando-se o celebrado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que representa investimentos de cerca de 17 milhões de reais, que propiciaram a aquisição de viaturas, armamento, equipamentos de proteção individual, de informática, de monitoração eletrônica, bem como possibilitaram a continuidade do desenvolvimento do Sistema Integrado de Defesa Social, cujo primeiro módulo, de atendimento e despacho, encontra-se em fase final de implantação. Em um período em que a Segurança Pública, no âmbito nacional, foi alvo de críticas as mais variadas, transmitindo à sociedade uma descrença nos órgãos públicos encarregados de fazer cumprir a lei, a Polícia Militar mostrou-se ainda mais presente, atuando como parceira em diversas ações de cunho social, auxiliando na reversão de um quadro de carências que poderia evoluir para conflitos de segurança pública. Foi implementada a mudança de enfoque do Policiamento Comunitário, sendo estabelecida maior interação com a comunidade, como o principal meio para a busca da solução dos problemas de segurança pública locais. Foram desenvolvidos estudos visando à reestruturação operacional em todo o território mineiro, sem aumento do efetivo administrativo ou ônus adicional para o Estado, a fim de oferecer um melhor atendimento à comunidade.

Com programas de preparação profissional e cursos específicos de reciclagem, os militares passaram a receber mais incentivos a uma total dedicação à Polícia Militar. Alocados em funções e atividades com que mais se identificam, potencializando a sua realização profissional e incentivando-os ao repasse de suas experiências aos profissionais de segurança pública que se encontram no universo de sua atuação,



formaram-se 2.821 militares, entre oficiais e praças, que passaram a ser empregados no policiamento ostensivo, visando a minimizar a carência de efetivo da Polícia Militar. Mantendo a política de unificação da doutrina de treinamento em toda a Polícia Militar, graças a cursos de capacitação e atualização, o Centro de Treinamento Policial vem desenvolvendo ações com vistas a melhoria da qualidade e abrangência do treinamento.

Foram realizadas 711.596 operações policiais, em todo o Estado. Das 3.168.528 ocorrências, 14.622 são referentes a drogas. Para combater o crescente aumento do uso de drogas, a PMMG continua a desenvolver o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), em todas as suas unidades, com resultados altamente positivos.

Por meio de celebração de convênios, a Polícia Militar orientou e treinou integrantes da Guarda Municipal de Betim, Belo Horizonte e Nova Lima, alguns dos quais em setores em que a Polícia Militar atua impropriamente e em atividades administrativas da instituição. Essa medida permitirá a liberação de militares da execução de funções que podem ser exercidas pelas Guardas Municipais, como, por exemplo, proteção de estabelecimentos de ensino, de prédios públicos e apoio a fiscais municipais, para melhor incrementar o desempenho de atividades típicas de polícia, objetivo primordial da corporação. O policiamento ostensivo de trânsito urbano e rodoviário é executado observando-se filosofia de trabalho que privilegia a atuação educativa e orientativa. Tal postura tem por objetivo contribuir para o processo de humanização do trânsito, com a consecução de resultados positivos.

A Corporação implementou, continuamente, medidas de contenção de despesas, objetivando o emprego correto dos recursos disponíveis, coibindo qualquer desperdício que viesse a ser detectado. Conseqüentemente, foram estabelecidas e cumpridas metas de redução de gastos em todos os setores operativos, e estão sendo viabilizados estudos que possam permitir um amplo conhecimento acerca dos processos atinentes à gestão administrativa da organização, visando-se permitir maior celeridade nas respostas operacionais.

Enfim, pelo volumoso trabalho da busca de investimentos e, principalmente, do aprimoramento dos recursos humanos da Corporação, com prioridade para o melhor atendimento à comunidade mineira, dentre outras medidas, foram ampliadas as ações em todos os campos de atribuições da Polícia Militar, envolvendo as operações de policiamento ostensivo geral, de proteção ambiental e de trânsito urbano e rodoviário, desenvolvidas em todo o Estado de Minas Gerais.

#### **Instituto de Previdência dos Servidores Militares- IPSM**

Autarquia vinculada à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, tem por responsabilidade o pagamento de pensões e assistência à saúde dos militares estaduais e de seus dependentes, num total de 192.369 beneficiários, dos quais 59.518 são militares, 12.188 são pensionistas e 120.663 são dependentes. O IPSM assumiu o pagamento das despesas com assistência à saúde do pessoal militar da ativa da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e seus respectivos dependentes, a partir de janeiro de 2002, e mais o pessoal inativo e pensionistas que já era de sua responsabilidade, representando um público de 192.369 beneficiários.

No corrente ano, a assistência à saúde a cargo do IPSM atingiu a marca de 3,1 milhões de procedimentos médico-hospitalares, odontológicos e psicológicos, compreendendo consultas, internações, cirurgias e exames.

Foram implementadas várias medidas de regulação visando a garantir o alcance dos objetivos institucionais, de máxima resolubilidade frente as necessidades dos usuários, agilidade administrativa e controle rígido de custos. Dentre as medidas destacam-se a implantação de um novo sistema de informações "on line" na gestão da assistência à saúde para controle de acesso a benefícios, auditoria, faturamento, pagamento, com utilização de cartão eletrônico magnético e acesso a banco de dados, no qual são identificados, em tempo real, o beneficiário, o prestador de serviço e o benefício acessado. O sistema conta, ainda, com uma moderna central informatizada de atendimento telefônico, para uso dos beneficiários e dos prestadores de serviços da rede conveniada. Neste sentido já estão cadastrados e inseridos nesse novo sistema, em funcionamento desde 1º de outubro de 2003, todos os beneficiários, bem como os prestadores de serviços da Região Metropolitana de Belo Horizonte que já aderiram e dispõem da conexão via web.

A rede própria de serviços foi redimensionada de modo a prestar atenção primária a mais de 70% da população-alvo do sistema.

Foram criadas em decorrência do Plano Diretor de Reformulação do Sistema de Saúde nove gerências regionais de saúde, distribuídas na capital e interior do Estado com intuito de descentralizar as ações e permitir a coordenação e controle dos processos de forma integrada.

Ressalta-se, ainda, que o serviço de processamento e faturamento das contas de assistência à saúde, antes a cargo da Polícia Militar, foi totalmente transferido para o IPSM, que teve de assumir também os custos financeiros e os demais encargos relativos a essa mudança.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**  
**2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG</b>	<b>1.711.062.479</b>	<b>1.793.570.852</b>			
061220012.206.0001 - Direção Superior	13.928.503	12.425.928			
061220012.288.0001 - Serviços Apoio Adm. e Financeiro	68.757.917	44.264.339			
061220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	11.595.173	11.556.530	Equipamento de Informática Adquirido (Equipamento)	400	259
061280012.559.0001 - Recrutamento, Treinamento e Formação de Militares	38.089.755	52.176.479	Policial Treinado/Reciclado (Policial) (1)	8.000	16.911
			Policial Formado (Policial) (1)	2.500	2.821
061810012.056.0001 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Comunicações	5.387.617	6.137.464	Equipamento de Comunicação Adquirido (Equipamento) (2)	600	286
061813024.877.0001 - Policiamento Ostensivo Geral	754.936.551	850.669.420	Ocorrência de Policiamento Ostensivo Realizada (Ocorrência)	3.200.000	2.311.237
			Sistema Integrado de Defesa Social-SIDS Implantado (Sistema)	1	1
			Conselho de Segurança Pública - Consep Implantado (Conselho) (3)	120	400
			Programa Educacional de Resistência as Drogas Proerd/Atendimento Realizado (Pessoa) (3)	2.000	145.695
			Operação Policial Preventiva e Repressiva Realizada (Operação)	760.000	711.596
061813024.877.0002 - Policiamento Ostensivo de Trânsito	27.025.723	27.468.887	Ocorrência de Policiamento de Trânsito Realizada (Ocorrência) (4)	300.000	177.538
061813024.877.0003 - Policiamento Ostensivo Florestal	28.039.165	12.733.221	Ocorrência de Policiamento Florestal Realizada (Ocorrência) (4)	25.000	27.837

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
061813322.109.0001 - Assistência e Promoção Social	1.195.309	1.151.180	Policia! Assistido (Policia!) (3)	200	820
			Promoção Realizada (Promoção)	30	5
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos C!vis	8.925.090	8.256.366			
062727777.435.0001 - Proventos de Inativos Militares	690.643.905	702.821.684			
063024112.560.0001 - Assistência Médico-Hospitalar	40.327.062	42.248.013	Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	2.500.000	2.536.000
063024112.560.0002 - Assistência Odontológica	842.324	889.981	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	500.000	416.000
123615022.014.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	10.319.792	10.329.544	Aluno do Ensino Fundamental Matriculado (Aluno)	13.000	10.966
			Aluno do Ensino Fundamental Conclu!nte (Aluno) (5)	900.000	1.962
123625032.021.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	11.048.593	10.441.816	Aluno do Ensino Médio Matriculado (Aluno)	8.700	6.187
			Aluno do Ensino Médio Conclu!nte (Aluno)	1.400	2.187
<b>Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de M.G.- IPSM</b>	<b>391.903.130</b>	<b>370.447.967</b>			
091220012.206.0001 - Direção Superior	414.000	201.610			
091220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.419.380	4.003.565			
091220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	2.250.000	1.254.662			
091227777.053.0001 - Precatórios e Sentenças Judiciárias	2.856.825	3.704.779			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
092723634.303.0001 - Reserva de Benefícios	18.631.324	244.111	Reserva Assegurada (R\$ Mil)	17.294	-
092723634.336.0001 - Benefícios da Previdência	4.400.000	4.089.628	Auxílio Concedido (Auxílio)	3.415	3.298
			Pecúlio Concedido (Benefício)	430	418
092723664.866.0001 - Encargos com Pensionistas	255.570.000	252.001.599	Pensão Paga (Pensão)	8.660	8.507
092727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	686.000	400.160			
093023674.618.0001 - Assistência à Saúde do Segurado	24.000.000	26.792.164	Consulta Realizada (Consulta)	305.000	126.089
			Internação Realizada (Internação)	13.000	3.240
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	67.800	35.273
			Outro Recurso Diagnóstico e Terapêutico Realizado (Unidade)	790.000	517.399
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	270.000	149.445
093023674.655.0001 - Encargos com Assistência à Saúde	77.675.601	77.755.689	Consulta Realizada (Consulta)	305.000	358.872
			Internação Realizada (Internação)	13.000	9.223
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	67.800	100.393
			Outro Recurso Diagnóstico e Terapêutico Realizado (Unidade)	790.000	1.472.598
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	270.000	423.345
<b>TOTAL</b>	<b>2.102.965.609</b>	<b>2.164.018.819</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

- (1) Meta redefinida em função da implementação de novos processos de treinamento
- (2) Meta redefinida em função da falta de recursos para alcance da meta inicial
- (3) Meta redefinida em função de mudança de estratégias
- (4) Meta redefinida de acordo com a demanda operacional
- (5) Meta programada com incorreção tendo sido realizado valor compatível com a capacidade de atendimento da PMMG

**BOMBEIROS MILITAR**



Considerada força auxiliar e reserva do Exército, compete ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais coordenar e executar as ações de defesa civil, proteção e socorrimento públicos, prevenção e combate a incêndio, perícias de incêndio e explosão em locais de sinistro, busca e salvamento; atender a convocação, à mobilização do governo federal inclusive em caso de guerra externa ou para prevenir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de Corpo de Bombeiros Militar e como participante da defesa interna e territorial; coordenar a elaboração de normas relativas à segurança das pessoas e dos seus bens contra incêndios e pânico e outras previstas em lei, no Estado; exercer a polícia judiciária militar, relativamente aos crimes militares praticados por seus integrantes ou contra a instituição Corpo de Bombeiros Militar, nos termos da legislação federal específica; incentivar a criação de Bombeiros não- militares e estipular as normas básicas de funcionamento e de padrão operacional; exercer a supervisão das atividades dos órgãos e das entidades civis que atuam em sua área de competência; aprimorar os recursos humanos, melhorar os recursos materiais e buscar novas técnicas e táticas que propiciem segurança à população; análise e aprovação do sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico; planejamento, coordenação e execução das atividades de vistoria de prevenção a incêndio e pânico nos locais de que trata esta lei; estabelecimento de normas técnicas relativas à segurança das pessoas e seus bens contra incêndio ou qualquer tipo de catástrofe, e aplicação de sanções administrativas nos casos previstos em lei.

Para tanto, o Corpo de Bombeiros Militar tem procurado desenvolver suas atividades com o objetivo de tornar cada vez mais eficiente na resposta aos anseios da sociedade mineira, em face dos dispositivos legais discriminados, apesar de enfrentar as limitações e dificuldades impostas pelo atual quadro econômico. Por se tratar de uma atividade altamente especializada, exigindo equipamentos e apetrechos de tecnologia de ponta com elevado investimento, a Corporação tem priorizado ações essencialmente emergenciais, ajustadas à realidade das cotas financeiras liberadas, visando a execução com qualidade e objetividade as ações inerentes ao Corpo de Bombeiros Militar. A escassez de recursos tem retardado a interiorização da Corporação, afetando uma parcela da população que ainda não possui em seus municípios unidades do Corpo de Bombeiros Militar.

Foram realizadas atividades preventivas como vistorias para liberação de alvará bem como atendidas ocorrências operacionais de incêndio (10.529); busca e salvamento (57.005); prevenção (68.886) e outras (32.082).

No campo da logística, o Corpo de Bombeiros possui 48 viaturas, 31.481 equipamentos operacionais e 3.757 equipamentos de telecomunicações.

Foram realizados 10 cursos destinados a sargentos, cabos, oficiais e soldados, totalizando 382 militares treinados.

Diversos convênios foram realizados, destacando-se os com Departamento de Estradas e Rodagem para implementação do plano de emergência a acidentes com cargas perigosas na BR-381; Cruz Vermelha para cooperação mútua na qualificação de socorristas e atendentes pré-hospitalar; com a Agência Nacional de Petróleo para verificação das condições de segurança das instalações de armazenamento dos recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo e com a INFRAERO para realização de salvamento, prevenção, combate a incêndios e instruções técnicas



sobre prevenções nas instalações do aeroporto de Belo Horizonte, Uberlândia, Uberaba e Montes Claros, bem como nas aeronaves; e com os municípios de Araxá, Betim, São Lourenço e Itabira para instalação de frações do Corpo de Bombeiros Militar.

A ininterrupta busca de alternativas para o crescimento do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, com especial atenção àqueles municípios que ainda não possuem frações de bombeiros, procura estreitar as relações entre o estado e as autoridades municipais para juntos alcançar o objetivo desejado.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA  
2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais</b>	<b>114.359.937</b>	<b>124.056.549</b>			
061220012.206.0001 - Direção Superior	5.676.442	5.434.014			
061220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	24.860.649	17.470.736			
061220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.255.000	1.043.901			
061280012.559.0001 - Recrutamento, Treinamento e Formação de Militares	545.000	239.459	Bombeiro Treinado/Reciclado (Bombeiro)	3.255	3.255
			Bombeiro Formado (Bombeiro)	375	558
061820012.056.0001 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Comunicações	710.000	565.352	Equipamento de Comunicação Adquirido (Equipamento)	293	963
061823054.878.0001 - Prevenção e Combate a Sinistros	78.369.630	94.622.903	Ocorrência de Busca e Salvamento Realizada (Ocorrência)	23.772	57.005
			Ocorrência de Incêndio Realizada (Ocorrência)	10.308	10.529
			Outra Ocorrência Realizada (Ocorrência)	46.656	32.082
			Ação de Prevenção Realizada (Ação)	59.904	68.866
			Projeto de Prevenção, Combate a Incêndio e Pânico Analisado (Projeto)	10.000	12.193
061823322.109.0001 - Assistência e Promoção Social	145.959	79.490	Promoção Realizada (Promoção)	8	8
			Bombeiro Militar Assistido (Bombeiro)	12	10
062727777.435.0001 - Proventos de Inativos Militares	2.562.257	4.534.017			
063024112.560.0001 - Assistência Médico - Hospitalar	110.000	27.719	Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	34.000	30.000

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
063024112.560.0002 - Assistência Odontológica	125.000	38.958	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	3.400	4.000
<b>TOTAL</b>	<b>114.359.937</b>	<b>124.056.549</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2003.

**POLÍCIA CIVIL**



A Polícia Civil de Minas Gerais, considera que os eixos essenciais de qualquer política consistente na área de segurança devem incluir, principalmente, a reorganização institucional dos órgãos da segurança pública e sua integração sistêmica; a formação e a valorização de seus profissionais; o aperfeiçoamento das práticas de produção e gestão do conhecimento; a estruturação e modernização dos órgãos de perícia; ações preventivas planejadas e focalizadas; a introdução de mecanismos eficientes de erradicação da corrupção e da violência policiais; a adoção de instrumentos de participação da cidadania no sistema como um todo conjugados ao desenvolvimento de políticas de redução da violência, especificamente no enfrentamento de problemas e situações estratégicas.

O administrador público lida com a circunstância da incerteza, além do risco permanente. O planejamento portanto, tornou-se o instrumento mais importante de que dispõe o Estado para reduzir o horizonte do desconhecido e os perigos inerentes à atividade policial. Valorizando essa área, a Polícia Civil poderá, por conseguinte, proporcionar às suas lides uma infra-estrutura mais adequada, a fim de possibilitar uma defesa da sociedade mais eficiente e eficaz. Deste modo, 2003, não obstante as dificuldades financeiras por que passa o Estado, foi coroado por significativas realizações, mormente no campo humanístico.

Participou, em conjunto com o Sistema de Defesa Social, dos esforços visando à implementação de ações factíveis e adequadas à realidade social atual. A articulação para a sua efetivação dependeu da definição de parâmetros valorativos e normativos mais amplos, pautados na sua totalidade e concomitante às seguintes diretrizes: combinação de políticas repressivas com políticas preventivas; integração das organizações do Sistema de Defesa Social; integração e racionalização do trabalho policial; participação da comunidade em ações policiais; respeito aos direitos humanos e articulação entre o executivo estadual e as esferas dos governos municipal e federal.

Dentre os vários projetos elaborados, destacam-se o de combate às organizações criminosas, que tem a finalidade de proporcionar um criterioso e aprofundado levantamento de informações sobre o crime organizado em Minas Gerais, problema que vem agravando ao longo do tempo. Nesse contexto, uma das mais importantes realizações foi a implementação do projeto de capacitação das polícias, destinado ao aprimoramento dos seus profissionais, tendo como consequência a otimização dos serviços prestados através do aperfeiçoamento de métodos didático-pedagógicos, e tendo como resultante a valorização do policial, pilar de qualquer programa consistente de redução da criminalidade dentro e fora das organizações.

Com apoio do Ministério da Justiça, deu-se início à modernização da perícia, atualizando os processos de investigação técnico-científicos, possibilitando à polícia civil maior eficiência neste campo que está em franca evolução no plano da criminologia moderna.

No âmbito interno, iniciou-se o processo de revitalização arquitetônica e funcional das unidades integradas de policiamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que estabelecerá um novo “modelo de Delegacia”, estendido posteriormente às demais Delegacias Regionais em todo o Estado. E nesse processo gradual de descentralização administrativa e operacional dos serviços policiais

foram executadas 33 reformas em presídios, cadeias e unidades policiais, e há mais 15 obras ainda em fase de conclusão.

A aquisição de equipamentos e expansão do sistema de informatização deram sequência a um marcante avanço nas comunicações internas e externas. Com isso, aconteceu um sistemático e benéfico aumento do número de terminais de computadores, resultando num sistema ágil que atingiu as áreas da polícia judiciária, trânsito e identificação civil. Este é, pois, um instrumento que vem permitindo um confiável cruzamento de informações acerca das infrações de caráter administrativo e penal, com ênfase às estratégias preventivas que, por sua vez, permitem uma mobilização em “tempo real” de todo o efetivo policial civil.

A Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, por meio de sua Diretoria de Contratos, Convênios e Serviços Gerais, firmou mais 109 convênios, celebrados com prefeituras municipais e outras entidades civis. Os 556 convênios em vigência são, na sua maioria, de cessão de imóveis; de funcionários; apoio logístico; pagamento de despesas das viaturas policiais; aquisição de bens de consumo e de limpeza, além de locação de imóveis cedidos para o funcionamento das Delegacias e doações diversas; contratos de alimentação do interior e da capital, que proporcionam uma substancial e oportuna economia para os cofres públicos.

A Academia de Polícia, em consonância com seus princípios didáticos, especializou 3.854 alunos, dentre policiais e não-policiais, e ministrou 44 cursos, destinados ao aperfeiçoamento do pessoal interno e externo. O principal enfoque foi, em síntese, buscar melhor adequação à realidade atual, centrado em uma metodologia moderna que reafirme a postura policial perante a sociedade a que serve e protege. Promoveu palestras, seminários e oficinas destinados a agentes penitenciários, policiais civis e servidores administrativos.

Homologou-se o Concurso da Polícia Civil, com 108.446 inscrições para o preenchimento de 1.001 vagas, sendo 44 vagas para delegado de Polícia; 135 para perito criminal; 49 para escrivão de Polícia e 773 vagas para detetive.

O Departamento de Trânsito conta, desde gestões passadas, com atividades racionalizadas, como o formulário “Extrato de Multas”, entregue em domicílio, em parceria mantida com os Correios. Foram expedidos 2.239.200 Certificados de Registro de Licenciamento de Veículos (CRLV); 1.281.600 Certificados de Registro de Veículo (CRV) e 897.127 Carteiras de Habilitação (CNH). Ficou mantido o documento de transferência de veículo sem a guia de IPVA, bem como a emissão da carta de aviso de débitos; a criação da rotina para as multas pendentes de veículos levados a leilão; a especificação e desenvolvimento do protótipo da rotina de baixa “on line” dos pagamentos de taxas, tributos e multas e a terceirização dos depósitos de veículos apreendidos.

Na esfera da educação de trânsito, foram promovidos cursos, campanhas e eventos (com parcerias), no ano corrente, dentre eles Cartilha Educativa: “Trânsito – Aprender para a Vida”, Capacitação de Educadores de Trânsito e de Oficinas Pedagógicas (parceria: Secretaria de Educação, estendido aos municípios-sede de São João del Rei, Varginha, Diamantina, Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares, além da Grande Belo Horizonte, capacitando 524 profissionais da área

cujo alcance social foi, no período de agosto a novembro de 2003, de 80 municípios dos que integram Minas Gerais, destacando-se que essa abrangência atingiu as mais diversas mesorregiões mineiras. Assim, o DETRAN/MG, apoiado pelo dinamismo de sua Coordenação de Educação de Trânsito, será, indubitavelmente, o setor pioneiro na federação a introduzir a matéria de educação de trânsito no currículo de todas as escolas públicas do Estado.

O Hospital da Polícia Civil deu continuidade à reforma em sua estrutura predial. A resultante dessa modernização vem sendo observada a partir da agilização e presteza nos atendimentos aos policiais e seus familiares, uma vez que ocorreram até novembro de 2003, 20.211 tratamentos odontológicos e 33.849 atendimentos médicos, quantidades bem superiores ao ano anterior.

Dando prosseguimento ao bem-estar emocional do policial civil, houve um grande avanço nesta área graças à implementação inédita da Diretoria de Recursos Humanos, que visou, sobretudo, ao acompanhamento dos servidores da Casa no campo psicossocial, tendo em vista suas condições de trabalho, com ênfase ao aspecto comportamental e motivacional.

Outra atividade de cunho inédito, foi a criação da Diretoria de Documentação e História a fim de prover à Instituição um levantamento de sua massa documental e, ao mesmo tempo, restabelecer a sua memória, recuperando uma história de quase 195 anos de serviços prestados à sociedade mineira. Para tanto, será publicada a primeira revista “Memória da Polícia Civil de Minas Gerais”.

Finalmente, em 2003, foram adquiridos novos veículos para o serviço policial, caracterizados e não-caracterizados, além de armamentos (pistolas, submetralhadoras, etc.), coletes e algemas.

A Polícia Civil de Minas Gerais, em consonância com os ditames apregoados pelo governo estadual, tem procurado deixar explícita sua convicção de que o combate à criminalidade é condição essencial à garantia da qualidade de vida da comunidade, merecendo, por conseguinte, ser tratada como política pública prioritária. O objetivo será, em suma, tornar-se referência no País no que tange às ações contra a violência que se vem elevando em todos os setores. O momento é adequado, uma vez que, somado à vontade política já expressa, permitirá que o Estado se caracterize também pela existência de um processo de parceria e colaboração entre as organizações do sistema de segurança pública, as organizações não-governamentais e as instituições de pesquisa e ensino.

Um dos anseios primordiais da Polícia Civil é alcançar pleno êxito nesta incansável luta contra forças antagônicas, de modo a tornar realidade a implantação definitiva da ordem pública, uma tarefa conjunta da sociedade como um todo.



**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**  
**2003**

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
<b>Polícia Civil do Estado de Minas Gerais</b>	<b>577.455.995</b>	<b>562.562.017</b>			
061210012.179.0001 - Planejamento Setorial	980.000	523.181			
061220012.206.0001 - Direção Superior	2.290.000	744.844			
061210012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	54.327.840	56.947.251			
061220012.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	20.100.000	11.796.480			
061220991.967.0001 - Reforma de Unidades Prediais	3.488.000	4.459.648	Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	89	33
061230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	100.000	-			
061280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	490.000	269.680	Curso Realizado (Curso)	68	44
			Policia! Formado (Policia!)	1.620	3.854
061813034.762.0001 - Polícia Técnico-Científica	2.910.000	1.440.696	Documento Emitido (Documento)	1.400.000	1.388.411
			Perícia Realizada (Perícia)	45.500	22.978
061813044.098.0001 - Administração do Trânsito	12.335.000	12.406.076	Documento Emitido (Documento)	3.300.000	4.417.927
061814724.760.0001 - Preserv. da Ordem Pública e Exerc. da Polícia Judiciária no Estado	270.868.772	270.566.379	Inquérito Policial Realizado (Ação)	94.000	81.015
			Termo Circunstanciado de Ocorrência Realizado (Ação)	215.000	174.674
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	173.240.883	168.517.519			

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
063024112.555.000I - Assistência Médica e Odontológica da Polícia Civil	3.210.000	2.297.147	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	20.000	20.211
			Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	40.000	33.849
064214714.413.000I - Assistência a Detentos	33.000.000	32.585.838	Detento Assistido (Detento)	18.000	8.625
123615022.014.000I - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	58.200	7.278	Aluno Matriculado (Aluno)	680	680
123625032.021.000I - Desenvolvimento do Ensino Médio (I)	57.300	-	Aluno Matriculado (Aluno)	1.200	1.200
<b>TOTAL</b>	<b>577.455.995</b>	<b>562.562.017</b>			

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2002.

(I) Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Educação

